

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

KALINKA DE OLIVEIRA SCHMITZ

**O PROJETO PÚBLICO DE COLONIZAÇÃO MISTA NO PLANALTO RIO-
GRANDENSE:
as Colônias Erechim (1908) e Santa Rosa (1915)**

São Leopoldo

2024

KALINKA DE OLIVEIRA SCHMITZ

**O PROJETO PÚBLICO DE COLONIZAÇÃO MISTA NO PLANALTO RIO-
GRANDENSE:
As Colônias Erechim (1908) e Santa Rosa (1915)**

Tese apresentada como requisito final para obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt

São Leopoldo
2024

S355p

Schmitz, Kalinka de Oliveira.

O projeto público de colonização mista no planalto rio-grandense : as Colônias Erechim (1908) e Santa Rosa (1915) / Kalinka de Oliveira Schmitz. – 2024.

295 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

“Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Witt”

1. Colônia Erechim. 2. Colônia Santa Rosa. 3. Colonização mista. 4. Primeira república. 5. Rio Grande do Sul. I. Título.

CDU 93/94

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

KALINKA DE OLIVEIRA SCHMITZ

**O PROJETO PÚBLICO DE COLONIZAÇÃO MISTA NO PLANALTO RIO-
GRANDENSE:**

As Colônias Erechim (1908) e Santa Rosa (1915)

Tese apresentada como requisito final para obtenção do título de Doutora em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 29 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Rosane Márcia Neumann – Universidade do Planalto Catarinense (UNIPAC)

Maíra Ines Vendrame – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Cristiano Luís Christillino – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Rhuan Targino Zaleski Trindade – Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)

Marcos Antônio Witt – Orientador – Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL)

São Leopoldo
2024

AGRADECIMENTOS

Reunir leituras, informações de documentos históricos e realizar análises a partir disso, culminando na escrita, não é algo fácil e rápido. Junto a isso, diversas outras dificuldades, dúvidas e questionamentos surgem ao longo do período do doutorado. Ter pessoas com que se possa contar tanto nos momentos difíceis quanto nos bons, foi e continua sendo de grande importância para chegar até aqui. Escrever estes agradecimentos é também um momento de reflexão e lembrança àquelas pessoas que acompanharam as dúvidas, as crises de ansiedade, as alegrias e (pequenas) realizações, entenderam “sumiços” e ausências.

Ter apoio e compreensão sobre tudo que envolve a produção de um trabalho deste tamanho, é um facilitador, e começando pela própria casa, é um presente. Logo, não poderia deixar de agradecer em primeiro lugar à minha mãe, Salete, e minha irmã, Kymberly, por sempre estarem junto comigo. Seja conversando aleatoriedades enquanto tomávamos um chimas ou um teres, ou ouvindo as ideias que me vinham à mente durante a produção da tese. Posso dizer que muito da tese tem participação da Kym, por se dispor a ir aos arquivos (e cinemas) em Porto Alegre comigo, mexer em tantos papéis velhos, ver fofocas históricas de mais de cem anos, e ser uma ótima fotógrafa de documentos históricos. Sua ajuda foi fundamental para a reunião das fontes, pois quem não mora na capital sabe a dificuldade de deslocamento e gastos, sabe o quão demorado pode ser esse processo. Com a Kym, não só foi mais rápido, mas definitivamente mais divertido.

Não tenho palavras suficientes para agradecer à Pamela Pongan, Eduardo Sartoretto e Luciane Maldaner por serem tão próximos, mesmo estando tão distantes; posso dizer que este trabalho tem muito de vocês por todo o suporte e conversas nos bons e maus momentos. As conversas, desabafos e risadas com o João Sand, a Carlise Schneiders e a Vanessa Fritzen, amigos que apareceram pra mim em um momento difícil durante a pandemia, foram também muito importantes ao longo do doutorado, muito obrigada por tudo isso e pelos feedbacks dos capítulos, ajudando na construção desse trabalho.

Trocar de Universidade para cursar o doutorado foi desafiador e trouxe aquela insegurança de estar em um novo espaço, com outras dinâmicas e relações. A adaptação foi muito mais fácil com pessoas queridas como a Júlia Gregory, a Ketlin Wons, o Norton Neves e o Jefferson Nunes que foram conversar com a aluna nova e se tornaram bons amigos. Aqui, aproveito ainda para agradecer aos professores do programa, pelas conversas e trocas de ideias durante as disciplinas.

Gostaria de agradecer imensamente ao meu orientador, o professor Marcos Antônio Witt, pela gentileza, qualidade e paciência durante todo o período de orientação, para responder as perguntas que surgiam ao longo dos capítulos. É preciso mencionar ainda a professora Rosane Neumann, que me orientou da iniciação científica ao mestrado, e foi incentivadora para que eu realizasse a seleção de doutorado na Unisinos; muito obrigada por tudo. Neste espaço, creio ser oportuno estender os agradecimentos aos professores que aceitaram o convite para comporem a banca: a já citada Rosane Neumann, os professores Rhuan Targino Zaleski Trindade, Cristiano Luís Christillino e a professora Máira Ines Vendrame; muito obrigada pelas considerações e apontamentos sobre a tese. Suas falas contribuíram para o melhoramento do trabalho, além de novas reflexões sobre o tema.

Para finalizar, um agradecimento especial a todos os funcionários de arquivos e museus históricos que me atenderam durante a busca pela documentação, ajudando e contribuindo o quanto era possível com documentos e informações. E, por fim, resta agradecer à CAPES, entidade fundamental para o desenvolvimento da pesquisa científica no país, pela concessão e prorrogação da bolsa.

Boa leitura!

En este mundo hay sitio para todos
La buena tierra es rica
Y puede alimentar a todos los seres
El camino de la vida puede ser libre y hermoso
Pero lo hemos perdido
Pensamos demasiado
Sentimos muy poco
Más que máquinas, necesitamos humanidad
Más que inteligencia, tener bondad y dulzura
Sin estas cualidades la vida será violenta
Se perderá todo
Charles Chaplin (O Grande Ditador – 1940)
|Semillas – Muerdo, Perotá Chingó

RESUMO

Durante a Primeira República, o processo de imigração e colonização que se desenvolvia no Rio Grande do Sul a quase um século sofreu novas modificações. Tempo de várias mudanças legislativas e governamentais na adequação para os objetivos e interesses desse novo período político, a questão de terras e colonização foi também alvo de atenção, a nível estadual e federal. No Rio Grande do Sul as preocupações sobre a forma de gerenciamento das terras ainda devolutas, onde se vislumbrava sua finitude, bem como uma preocupação da inserção da população colonial na sociedade e economia rio-grandense, estiveram presentes nas discussões legislativas e nos projetos colocados em prática pelos órgãos governamentais. Responsável pelos núcleos coloniais públicos criados ainda durante o Império, o governo perrepista, a partir da Diretoria de Terras e Colonização passava tanto a administrá-los, como também a projetar projetos coloniais próprios, tanto para atender a uma forte demanda por novos espaços coloniais, como também para que fossem executadas da maneira que melhor entendiam. É nesse contexto que em 1908 é criada a Colônia Erechim, no município de Passo Fundo, e em 1915 cria-se a Colônia Santa Rosa no município de Santo Ângelo; principais núcleos coloniais públicos no século XX, tiveram o caráter heterogêneo dos empreendimentos públicos anteriores – Ijuí e Guarani principalmente – ampliado, cada qual com suas particularidades em sua conformação e desenvolvimento. Porquanto na Colônia Erechim o caráter misto é observado principalmente na diversidade étnica de imigrantes e seus descendentes oriundos das colônias velhas, em Santa Rosa o grupo classificado pelo governo como nacional compunha a maioria da população, muito por conta da criação do Serviço de Proteção aos Nacionais (posteriormente expandido para Erechim). Isto posto, esta tese tem por objetivo, a partir do uso da História Comparada, analisar e discutir estes projetos coloniais públicos mistos de Erechim e Santa Rosa, desde o contexto e discussões que precederam o ato da criação, as administrações de cada núcleo, a forma como o caráter misto foi implantado em cada uma e os possíveis conflitos que emergiram destes espaços rurais e de composição étnica diversa.

Palavras-chave: Colonização mista; Colônia Erechim; Colônia Santa Rosa; Rio Grande do Sul; Primeira República.

ABSTRACT

During the First Republic, the immigration and colonization process that had been underway in Rio Grande do Sul for almost a century underwent new changes. At a time when several legislative and governmental changes were made to adapt to the objectives and interests of this new political period, the issue of land and colonization also received attention at the state and federal levels. In Rio Grande do Sul, concerns about how to manage the still vacant lands, where their finiteness was envisioned, as well as a concern about the insertion of the colonial population into Rio Grande do Sul's society and economy, were present in legislative discussions and the projects put into practice by government bodies. Responsible for the public colonial nuclei created during the Empire, the PRR government, through the Directorate of Lands and Colonization, began both to administer them and to design colonial projects of its own, both to meet the strong demand for new colonial spaces and also so that they could be carried out in the way they saw fit. It was in this context that the Erechim Colony was created in 1908, in the municipality of Passo Fundo, and in 1915 the Santa Rosa Colony was created in the municipality of Santo Ângelo; the main public colonial centers in the 20th century had the heterogeneous character of the previous public enterprises - Ijuí and Guarani mainly - expanded, each with its particularities in its conformation and development. While in the Erechim Colony, the mixed character is seen mainly in the ethnic diversity of immigrants and their descendants from the old colonies, in Santa Rosa the group classified by the government as nationals made up the majority of the population, largely due to the creation of the Nationals Protection Service (later expanded to Erechim). That said, the aim of this thesis, using Comparative History, is to analyze and discuss these mixed public colonial projects in Erechim and Santa Rosa, from the context and discussions that preceded the act of creation, the administrations of each nucleus, the way in which the mixed character was implemented in each and the possible conflicts that emerged from these rural spaces and diverse ethnic composition.

Keywords: Mixed colonization; Erechim Colony; Santa Rosa Colony; Rio Grande do Sul; First Republic.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Localização Colônias Erechim e Santa Rosa (1917)	76
Imagem 2 - Municípios de Erechim e Santa Rosa atualmente	78
Imagem 3 - Tipo de habitação para colono nacional – Projeto Engenheiro S. Barbedo	114
Imagem 4 – Planta da Colônia Erechim	128
Imagem 5 – Planta da Colônia Santa Rosa	131
Imagem 6 – Distribuição das principais etnias na Colônia Erechim	151
Imagem 7 – Vista leste da Sede da Colônia Erechim em 1913	157
Imagem 8 – Estabelecimento de um colono. Colônia Erechim, 1915.....	167
Imagem 9 – Povoado 14 de Julho – sede provisória - 1920	193
Imagem 10 – Festa oferecida pelo Governo do Estado aos Nacionais – 1918.....	201
Imagem 11 – Estrada de rodagem – Quatorze Julho (sede provisória) – Santo Ângelo	216
Imagem 12 – Um aspecto da atividade comercial (Colônia Erechim)	263

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Entrada de imigrantes no 2º semestre de 1910 em Erechim.....	181
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação dos imigrantes chamados da Europa para a Colônia Erechim por parentes recém-chegados	66
Tabela 2 – Folha de pagamento dos trabalhadores na medição de lotes na Colônia Erechim no mês de janeiro de 1910	116
Tabela 3 – Folha de pagamento dos trabalhadores da construção da estrada de rodagem da Sede da Colônia Erechim	117
Tabela 4 – Folha de pagamento dos trabalhadores empregados na medição e divisão de lotes urbanos de Capoerê na Estrada de Ferro Passo Fundo ao Uruguai	119
Tabela 5 – Prestação dos 6 dias de serviços em trabalhos de viação pelos concessionários de lotes rurais – Ano 1923	142
Tabela 6 – Trabalhos de demarcação de lotes (rurais e urbanos) em Erechim	162
Tabela 7 – Entrada/Crescimento populacional e diversidade étnica da Colônia Erechim.....	179
Tabela 8 – Crescimento populacional e diversidade étnica da Colônia Santa Rosa.....	185
Tabela 9 – Trabalho de demarcação de lotes (rurais e urbanos) em Santa Rosa	190
Tabela 10 – Folhas de pagamento para construção de ruas no povoado 14 de Julho	194

LISTA DE SIGLAS

AHR	Arquivo Histórico Regional
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CEDOPH	Centro de Documentação e Pesquisas Históricas do Alto Uruguai
CTC	Comissão de Terras e Colonização
DTC	Diretoria de Terras e Colonização
OP	Secretaria dos Negócios das Obras Públicas
PRR	Partido Republicano Rio-grandense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 O RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: MUDANÇAS E RECONFIGURAÇÕES	42
2.1 O cenário estadual que se apresenta à República.....	42
2.2 Tem início a República: os alinhamentos na sequência do processo de imigração e colonização	47
2.3 Os interesses e as movimentações políticas na Primeira República	56
2.4 Novas organizações políticas, novas legislações: as políticas estaduais para a colonização	61
2.5 O processo de (re)organização agrária e a expansão da colonização para o Norte rio-grandense.....	80
3 A COLONIZAÇÃO PÚBLICA NA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DAS TERRAS DEVOLUTAS E POPULAÇÃO RURAL/COLONIAL	104
3.1 O Serviço de Proteção aos Nacionais	104
3.2 “Povoar é governar”: Erechim e Santa Rosa no tabuleiro da (re)organização territorial no Norte do Rio Grande do Sul.....	120
4 A APLICAÇÃO DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO MISTA: ERECHIM E SANTA ROSA SÃO CRIADAS	147
4.1 A Colônia Erechim.....	153
4.1.1 A atenção aos trabalhos de medição e demarcação de lotes	160
4.1.2 A economia na Colônia Erechim	168
4.1.3 O caldeirão étnico de Erechim.....	176
4.2 A Colônia Santa Rosa	183
4.2.1 A conformação étnica de Santa Rosa.....	184
4.2.2 A regularização de propriedades e a medição de lotes em Santa Rosa.....	188
4.2.3 A economia na Colônia Santa Rosa.....	209
4.3 A viação geral na colonização pública de Erechim e Santa Rosa	211
5 A COLONIZAÇÃO MISTA - OS CONTATOS INTERÉTNICOS E SEUS CONFLITOS	219
5.1 Os grupos étnicos dessa colonização pública mista	227
5.2 Perturbações na Colônia Santa Rosa.....	239
5.3 Os conflitos e os sujeitos da Colônia Erechim.....	255
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
REFERÊNCIAS	284

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da primeira década do século XX, as Colônias públicas mais antigas na região do Planalto, Ijuí e Guarani, já não possuíam mais lotes disponíveis suficientes para atender à crescente demanda do fluxo migratório que se dirigia para o norte do Estado.

A grande região onde as Colônias Erechim e Santa Rosa se localizam é, ao mesmo tempo, o último espaço do Estado a receber a colonização e o local onde se inicia o deslocamento de colonos descendentes de imigrantes para a colonização em Santa Catarina. Ou seja, o final da ocupação das terras estaduais por meio da colonização e a ligação com a região do oeste catarinense, onde o processo colonizatório era incipiente. É uma região onde os contatos interétnicos entre imigrantes e descendentes com nacionais¹ e indígenas é mais latente, se considerarmos que o processo de distanciamento da fronteira colonizatória, empreendida por esses dois últimos grupos, deixa de ocorrer.

Esta pesquisa, portanto, é referente à colonização pública mista realizada no Planalto rio-grandense, no período da Primeira República. Para tal, analisaremos comparativamente a Colônia Erechim (1908) e a Colônia Santa Rosa (1914), visto serem dois núcleos de importância regional, administrados pelo governo estadual. Por mais que ambos os projetos sejam administrados pelo governo – através da Diretoria de Terras e Colonização (DTC) e Comissões de Terras e Colonização² (CTCs) – e possuam, idealmente, objetivos semelhantes, guardam também diversas diferenças entre si. Com isso em mente, a tese desse trabalho é que ambos os núcleos citados teriam possuído um importante papel como instrumentos do governo estadual, em seu objetivo de administrar as terras ainda devolutas, bem como os diversos grupos sociais que compunham a sociedade rio-grandense daquele período.

Objetivamos compreender a atuação do Estado no desenvolvimento da colonização estadual de forma mais direta através desses dois núcleos coloniais, sem perder as discussões e ações realizadas de maneira externa à administração das referidas Colônias. Buscamos ainda, analisar, a partir de Erechim e Santa Rosa, estes como modelos de uma pretendida imigração

¹ Dentro da identificação dos sobrenomes tidos como nacionais, muito provavelmente há a presença de uma população negra, considerando os séculos em que o sistema escravagista viveu no Brasil e no Rio Grande do Sul. Tanto de escravizados e negros fugidos para as regiões de matas durante o Império quanto no período da pós-abolição, onde, diante da dificuldade de se inserirem em outros espaços, acabam se inserindo no meio rural, juntamente com a população cabocla/nacional. Todavia, não é possível afirmar com certeza a proporção dessa população nos espaços estudados, visto a documentação utilizada não fazer referência à cor dos indivíduos.

² Nas palavras de Borges de Medeiros, tais comissões estavam encarregadas “dos serviços de legitimação de posses, de divisão de lotes, de discriminação das terras do domínio público, da organização de plantas para os povoados, estradas e caminhos vicinais nas Colônias, povoamento do solo, etc”. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1918.* Oficinas Gráficas d’A Federação. p. 32. 1918.

espontânea e, principalmente, como modelos de colonização mista e veículos da capitalização das terras públicas ainda existentes naquele período.

Considerando ainda a questão da colonização mista, buscaremos analisar as possibilidades das relações interétnicas, inerentes à colonização num geral, mas mais marcadamente nesses espaços que se propunham mistos, os conflitos e tensões nos espaços da Colônia. Para além desse aspecto, a partir da comparação entre Erechim e Santa Rosa, trataremos de como a ideia dessa colonização heterogênea pode ser aplicada, ou seja, as possibilidades do modelo de Colônia mista, sempre ponderando a política de terras, imigração e colonização, que era então praticada pelo governo do Rio Grande do Sul, durante a Primeira República.

Como forma de delimitar o que, aqui, considera-se uma Colônia mista, cabe ressaltar que mesmo colonizações pretendidas homogêneas não o eram em sua totalidade (SEYFERTH, 2008). Isto, pois a compreensão acerca da homogeneidade estaria muito mais ligada à preponderância de determinada etnia ali, a partir do interesse do colonizador (empreendedor). Ou seja, mesmo em núcleos onde se delimitaria ser uma Colônia alemã ou italiana, a sua população, muito provavelmente, não seria formada apenas por pessoas de tais etnias, mas contaria com indivíduos de diferentes origens, envolvidos em esferas como o comércio.

De qualquer modo, a categorização entre núcleos homogêneos e heterogêneos é pertinente a quem estuda e/ou se interessa pela temática da colonização. Nesta tese, entendemos que o caráter heterogêneo identificador dos projetos de colonização pública diz respeito a uma intencionalidade dentro das diretrizes e objetivos traçados para tal núcleo, como o de assentar em sua área famílias de colonos ou imigrantes de diversas origens, sem preterimentos. E, muito embora nas discussões governamentais o ideal seriam linhas coloniais onde estariam organizadas famílias etnicamente diversas, é lícito pensar que, da teoria para a prática, essa organização pode não ter ocorrido da maneira como planejada.

Esta intencionalidade observada em projetos como Erechim e Santa Rosa permite, ainda, distinguir a forma do caráter misto objetivado pelo governo, com a questão de pequenos núcleos particulares, que muitas vezes não chegavam a conformar um empreendimento colonial com objetivos específicos, para além da venda de terras. A heterogeneidade nesses pequenos núcleos particulares de colonização, ou simplesmente de venda de lotes, estaria vinculada muito mais às possibilidades financeiras do que à ideia dos pontos positivos de uma colonização com diversos grupos étnicos, preconizadas pelo governo estadual.

Diante do cenário de diminuição da oferta de lotes coloniais em projetos públicos, é criada, em 1908, a primeira das Colônias que serão estudadas nesta tese. Trata-se da Colônia

Erechim, projetada diretamente pelo diretor da Diretoria de Terras e Colonização (DTC), Carlos Torres Gonçalves, podendo ser considerada, então, como o principal núcleo de colonização pública. Ao projetar Erechim, Torres Gonçalves procurou imprimir o seu entendimento de como um núcleo colonial deveria ser, explicitando também suas influências positivistas e a busca por um ordenamento, desde o início de um projeto de colonização.

A busca por uma colonização devidamente organizada, que tem em Erechim o ponto mais alto, refletia o entendimento que o diretor da DTC possuía sobre a questão agrária no Rio Grande do Sul. Torres Gonçalves veria, então, a colonização não como o fim, mas como algo provisório. O regime de pequena propriedade, a colonização, não seriam o fim para o progresso pretendido pelo governo; antes, seriam um meio para que tal fim pudesse ser alcançado (SILVA, 2013). Observada de longa data no Rio Grande do Sul, a colonização, durante esse primeiro período republicano, possui suas próprias características, resultado das influências e demandas surgidas em tal período. Sendo um momento em que as terras públicas se tornaram responsabilidades dos Estados, e não da União, além da concomitância entre diversos projetos de colonização pública e particular, decorrentes do “salto para o Planalto” (ROCHE, 2022) que o processo realizou.

Observando as ações do poder público, o governo estadual tomava uma posição de defesa de uma imigração espontânea e da colonização particular, ainda que, a partir das terras devolutas, tenha ela mesma criado diversos núcleos de colonização (NEUMANN, 2016). Enquanto Júlio de Castilhos defendesse recorrentemente a ideia da imigração espontânea, que embora resultasse em números menores do que a subsidiada, seu fluxo dificilmente causaria anormalidades na sociedade, bem como não introduziria elevado número de pessoas de outras nacionalidades, que poderiam causar problemas do ponto de vista nacional. Já o seu sucessor, Borges de Medeiros, conquanto tenha dado continuidade ideológica na condução do Rio Grande do Sul, considerava que o sucesso dos núcleos coloniais estaria diretamente ligado à rede de infraestrutura de qualidade, muito mais do que a introdução de grandes levas de imigrantes.

Vemos, então, aspectos que perpassariam a forma como os órgãos governamentais trabalhariam a questão da imigração e colonização no período, e que serão observadas nas discussões e aplicações dos projetos de Erechim e Santa Rosa. A imigração espontânea, ao passo que diminuiria os gastos do governo, permitiria um maior controle sobre a formação da sociedade colonial, dando espaço também para a inserção do nacional na colonização, estimulando um maior contato dos imigrantes e descendentes com brasileiros, além de contribuir para o manejo das tensões sociais observadas naquele período.

Cuidadosamente planejada por Torres Gonçalves, Erechim possuiu outra particularidade que influenciou em seu desenvolvimento – rápido desenvolvimento, destaque-se. Esse núcleo colonial situava-se nas proximidades da estrada de ferro³ que ligaria o Rio Grande do Sul com o Estado de São Paulo; tal fato consumou-se como de vital importância para o acelerado crescimento populacional e desenvolvimento econômico da região. A ferrovia além de um facilitador em processos de deslocamento de indivíduos e mercadorias, garantia preços mais baixos, refletindo nos valores gastos para a chegada de imigrantes, colonos e comerciantes em Erechim, bem como reduziria o preço do frete sobre os produtos que sairiam dali para outros mercados consumidores. A utilização da estrada de ferro pelos comerciantes de Erechim acabava por compensar a maior distância desse núcleo para com a capital, Porto Alegre, por exemplo.

A confluência de fatores como a crescente demanda por lotes coloniais e a facilidade de se dirigir a Erechim por meio da ferrovia, fez com que apenas entre 1910 e 1912, cerca de 7.500 imigrantes tenham se dirigido para aquela Colônia (ROCHE, 1969). Com um crescimento constante, essa Colônia conseguiu emancipar-se para município já no ano de 1918, apenas dez anos após a sua criação, através do Decreto nº 2.342 de 30 de abril de 1918. Dois anos após a sua emancipação, Erechim já contava com cerca de 43.000 habitantes (ROCHE, 1969). Por mais que tenha sido uma região onde houve também projetos de colonização particular, os trabalhos de medição e demarcação de lotes, criação de infraestrutura e ofertas de escolas, dentre outros trabalhos realizados pelas Comissão de Terras e Colonização – primeiro da comissão de Passo Fundo e posteriormente a própria de Erechim – foram fundamentais para atender as necessidades que surgiam ao longo do desenvolvimento da colônia e proximidades.

A região onde a Colônia Santa Rosa seria criada, em 1914, já havia sido espaço para a criação de outro núcleo colonial, ainda no século XIX, que foi a Colônia Guarani, em 1891. Devido ao isolamento, esta colônia sofreu com problemas de desenvolvimento por alguns anos. Esse cenário alterou-se após a criação da Colônia Santa Rosa, que reforçou a necessidade de extensão da via férrea para aquela região.

A Colônia Santa Rosa possuía, desde seu planejamento, um papel importante para os interesses do governo estadual no que dizia respeito à temática de imigração e colonização. Criada também para suprir a demanda por lotes coloniais, a região não possuía tantas áreas disponíveis de fato para a colonização, isso porque, tal como em outras etapas de avanço da

³ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1918. p. 275.

colonização, a terra já era ocupada por nacionais em grande número. Em decorrência dessa ocupação não reconhecida oficialmente, a intrusão era um grave problema; mas, diferente de outras regiões onde a resolução de tal problema teve que ser realizada em concomitância com o trabalho de colonização, sem um plano efetivo e com tempo para tal, nessa Colônia o fato de o trabalho junto aos nacionais ser realizado previamente, contribuiu para que o processo de aproximação do governo junto aos nacionais não fosse tão agressivo.

Duas constatações cercavam os agentes públicos que trabalhavam com a imigração e colonização no Rio Grande do Sul. A primeira era que a intrusão seria um problema crônico, prejudicial em vários aspectos, e que carecia de ser resolvido, visto que a movimentação interna dos nacionais intrusos (havia também a intrusão praticada por colonos) estava chegando cada vez mais próximos da fronteira com Santa Catarina, Estado vizinho que enfrentava problemas sérios decorrentes da intrusão, na Guerra do Contestado. Estando próximo de limites internos, não haveria como postergar alguma ação mais direta para tal questão. O segundo ponto era econômico: havia a preocupação em reduzir os gastos com os subsídios da vinda de imigrantes, ou até cessar, e passar a receber apenas uma imigração espontânea. Um argumento forte para tal defesa do corte de gastos eram os dados relativos à população de origem colonial, além do reconhecimento da existência de grande população de nacionais vivendo e produzindo em apossamentos, sem a devida integração à sociedade e economia rio-grandense.

Até então à margem da sociedade estadual, essa população era estimada entre cinco e seis mil famílias de nacionais na condição de intrusos. Um número significativo, considerando que as áreas intrusadas poderiam ser superiores ao padrão demarcado de um lote colonial, 25 hectares. Densamente povoada, a região do Planalto rio-grandense, ao ser destino de centenas de milhares de famílias colonas ou imigrantes, juntamente com a população previamente estabelecida, tornava-se um cenário repleto de tensões sociais. Tais tensões sociais possuíam várias origens, mas pode-se considerar, principalmente, os interesses pela terra e a sua ocupação, quando, até então, poucos nacionais possuíam os meios para se regularizarem, e eram confrontados com o avanço da colonização com colonos e imigrantes tendo recursos e estímulos para alcançar rapidamente o título definitivo da propriedade da terra.

Não se pode, contudo, desconsiderar questões raciais e até políticas dentre os ingredientes das tensões observadas em diversos espaços dessa região – questões, estas que serão discutidos posteriormente nos capítulos. Essas tensões sociais acabavam por gerar inseguranças, ainda mais quando combinadas com os conflitos armados que ocorreram na década de 1890 e, posteriormente, na década de 1920, pela disputa do poder estadual. Haveria, então, diversos motivos pelos quais o governo estadual objetivava resolver a situação dos

intrusos ao regularizar suas situações, inserindo-os na sociedade colonial que se desenvolvia no norte do Estado.

Como era de interesse do governo estadual administrar as terras públicas e inseri-las na economia, o primeiro passo seria fragmentar em pequenas propriedades e realizar a venda delas a quem se interessasse, considerando também as parcelas destinadas ao pagamento de indenização. Desta forma, ao projetar a Colônia Santa Rosa, concebe-se igualmente o Serviço de Proteção aos Nacionais, voltado para a localização e regularização da situação fundiária dessa população que, até então, estava marginalizada do processo de colonização e reorganização da propriedade da terra. Arelado ao sucesso ou não de tal projeto, o mesmo poderia ser, posteriormente, aplicado nas demais Comissões de Terras e Colonização (CTCs) estaduais, o que acabou de fato ocorrendo, sendo observado na Colônia Erechim após algum tempo. A ação da CTC de Palmeira (e depois de Santa Rosa), de adiantar-se à demanda por lotes na região e assim conseguir regularizar a população que vivia ali, bem como de trabalhar em medição e demarcação de lotes (SCHMITZ, 2019; GREGORY, 1988), acabou contribuindo para o bom andamento da colonização. Através desse programa, que passava a ser aplicado em Santa Rosa, a capitalização das terras públicas que já ocorria com a venda de terras a imigrantes e seus descendentes, passa, através da fixação ou regularização dos nacionais, a ser ainda mais evidente.

Esse prelúdio na colonização de Santa Rosa contribuiu para que a população, em seu início, tenha sido composta predominantemente por nacionais. Passado o temor inicial da população nacional daquela região quanto aos agentes públicos que ali trabalhavam, Santa Rosa passou a não só regularizar e incorporar os nacionais ao projeto colonial, como também houve a chegada de nacionais de outras regiões para adquirir lotes ali, visto o pagamento facilitado, através da prestação de trabalhos em obras públicas. Mas, dentro do interesse de sedentarizar os nacionais, estava incluída a percepção da necessidade de tal ato para que cessassem os desmatamentos, por eles praticados, em terras que poderiam receber colonos, desvalorizando-as (ROCHE, 1969).

A confluência de diversos fatores contribuiu para o bom crescimento da Colônia. Para além das medições de novos lotes para serem vendidos a novas famílias de nacionais, colonos ou imigrantes – considerando a grande procura mencionada em relatórios da DTC –, é considerado que as medições para a regularização de quem já vivia ali acabavam entrando na contagem oficial. De qualquer maneira, anos após a sua criação, a demanda por lotes ainda era demasiadamente alta em Santa Rosa. Um exemplo disso é que, no ano de 1923, quando os trabalhos ainda eram prejudicados por conta da guerra civil que ocorria – chamada de

Revolução de 1923 –, haviam sido demarcados apenas 815 lotes no Estado; destes, 682 eram localizados na Colônia Santa Rosa⁴.

Nas primeiras ações da colonização na referida Colônia, estava a inclusão dos nacionais que habitavam a região. Dessa forma, Breno Sponchiado aponta que, quando da criação da colônia, já havia cerca de 547 famílias, perpassando em torno de 3.000 pessoas, que podem ser também vestígios da marginalização produzida pela expansão natural da colonização por novas áreas do Rio Grande do Sul. Devido à boa relação que estabeleceu-se entre a comissão e os nacionais, novas famílias desse grupo que chegavam na região, teriam se dirigido diretamente aos funcionários da CTC, sendo direcionados a lotes já demarcados; essa mudança contribuiu para a interrupção do surgimento de novas intrusões. Assim, a intrusão estava sendo solucionada e não evoluía numericamente, mesmo com a chegada de cerca de 600 famílias nos primeiros anos após a criação de Santa Rosa (SPONCHIADO, 2005).

A ideia de colonização, que culminou nos espaços dessas Colônias, tem sombras e influências precedentes em diversas discussões sobre imigração ocorridas na Europa, e vieram para o Brasil nas malas de viajantes e intelectuais que acabaram direta ou indiretamente presentes nas discussões sobre o projeto de imigração e colonização que seria iniciado em terras brasileiras a partir do século XIX. Não se pretende realizar aqui uma discussão ampla sobre as ideias de imigração que circularam no Brasil e Europa naquele período, embora reconheçamos a pertinência de tal assunto. De todo modo, entendemos que trazer alguns aspectos sobre isso seja positivo para compreender esse processo também em um cenário mais amplo.

Os séculos XIX e XX presenciaram diversas discussões, no Brasil e no mundo, sobre questões demográficas e imigratórias. À parte de preocupações de caráter bélico e fronteiriço, a conformação da população de cada país era, também, equacionada, influenciada pelos pensamentos racistas que estavam em voga naquele período. Os elementos raciais e culturais considerados ideais dos imigrantes, possuíam importante espaço nas discussões em países europeus, preocupados com o crescimento populacional de seu país, bem como esse processo em países vizinhos. Os problemas demográficos nos países europeus ou suas Colônias, seriam vistos pensados a partir das características dos imigrantes, visando uma aceitação e integração mais rápida à sociedade receptora; ou emigrar pessoas das metrópoles para Colônias, de maneira a não perder as características de seu povo (MORLAND, 2019).

⁴ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924.

O imigrante enquanto indivíduo, ao passo que gera desconfortos à população da sociedade receptora, também sofre em si com os contrastes gerados. Isso porque, mesmo optando por deixar sua terra natal, carrega consigo toda a carga cultural inerente ao seu povo, e por mais que o país de destino seja escolhido por si próprio⁵ (por indicação de conhecidos ou para se encontrar com os seus entes), também é impactado com as diferenças encontradas, as dificuldades da instalação a serem superadas. Isso gera uma alteração no sujeito migrante, pois “ela representa uma ruptura e um novo cotidiano num lugar estrangeiro” (SEYFERTH, 2008, p. 35), ao abandonar características do país de origem e, ao mesmo tempo, absorver aspectos do local de chegada. Em outras palavras, Seyferth afirma que “a categoria **imigrante** pode ser elaborada pelos atores sociais de diferentes formas, mas seu referencial mais evidente é a dupla pertença” (2008, p. 35). Vemos então, quão complexo é o cenário de processos imigratórios, para todos os envolvidos.

A pessoa migrante ocupa um lugar ambíguo, onde, de acordo com Sayad (1998), pode se dividir em uma ilusão de estado que não é provisório, mas também pode não ser definitivo. Embora tenha ocorrido casos de retornos ao país de origem na imigração dirigida para o Estado, o poder público estava interessado em uma imigração definitiva, de modo a consolidar os participantes do processo colonizatório, que seriam incorporados de maneira definitiva na sociedade rio-grandense, além de, com isso, manter a totalidade ou quase totalidade da produção proveniente dos lotes coloniais, na economia estadual. Ou seja, a necessidade de mão de obra no espaço de chegada, se torna força propulsora para iniciar processos de colonização ou reforçar correntes já existentes, conferia aos imigrantes um lugar duradouro dentro da sociedade, por mais que este pudesse ser um espaço marginal. Considerando, então, o papel laboral esperado pelo espaço de destino, Sayad escreve que o “imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” (1998, p. 54). A razão de ser imigrante, para o referido autor argelino é, então, cumprir o que se espera dele, ou seja, pensando no processo iniciado em 1824, suprir demandas de trabalhos, tal como a produção de alimentos e ocupação territorial para consolidar o território nacional.

Por mais que, em momento anterior, os próprios países pautassem as comparações demográficas com outros países europeus, consequência das disputas existentes e da constante possibilidade de conflitos armados, após a Primeira Guerra Mundial, essa preocupação passou também a abranger o resto do mundo. No período entre guerras dos países europeus, a França

⁵ Principalmente um movimento calculado e realizado unicamente por escolha própria. Contrastando então, com refugiados e deslocados, que são pessoas forçadas a abandonar seus países de origem por conta de perseguição étnica, religiosa ou política, ou ainda fogem de conflitos bélicos que colocam sua vida em risco.

foi o que se mostrou o mais receptivo à imigração. Paul Morland destaca que as influências iluministas e revolucionárias tendiam para um universalismo que impactaria nas políticas de imigração, visto acreditar que qualquer pessoa (principalmente brancos), se tornariam franceses. Contudo, apesar de tal pensamento, dar-se-ia preferência para indivíduos provindos “idealmente de cultura e língua latinas, de formação católica e facilmente assimilável à sociedade francesa” (MORLAND, 2019, p. 141). Por ser um país mais flexível com a questão de etnicidade e nacionalidade (nacionalismo cívico), a França conseguiu aumentar sua população em número e formas com as quais vizinhos, como a Alemanha, não conseguiriam, principalmente após 1933.

Ao passo que países (europeus) se preocupavam com o aumento de sua população e dos países vizinhos, a colonização com estrangeiros em toda a América ocorreu por motivos estratégicos, contando muitas vezes com parcerias do setor público e privado, de forma a conseguir a aplicação de projeto de médio/grande porte (WITT, 2019). Antes, porém, da aplicação prática da colonização, intelectuais e políticos se empenharam em discutir as grandes questões de emigração e colonização para a América do Sul, seus países específicos, interesses e particularidades, que poderiam acabar influenciando políticas nacionais de imigração e colonização. Ao mesmo tempo, ler tais trabalhos pode ser interessante tanto para se inteirar das discussões imigratórias envolvendo questões de raças e sociais, quanto, também, para contrastar com o que ocorreu na realidade. Em outras palavras, a idealização do processo e como se deu na prática.

Além de políticos⁶, também viajantes europeus que passavam pelo continente poderiam se debruçar sobre tais assuntos. É o exemplo de Arsène Isabelle em meados do século XIX, que publica uma obra sobre emigração e colonização no sul da América (Rio Grande do Sul e Uruguai). Em sua obra, o viajante francês discute sobre o fato de que se deveria privilegiar nenhum país europeu em possíveis acordos imigratórios, mas sim, deveriam ser escolhidos pelas circunstâncias do momento, além de permitir que os imigrantes escolhessem o país ou região onde se instalariam.

Sendo próprio do período em que produziu o texto, e contrastando com o que seria defendido posteriormente pelo governo perrepista para o Rio Grande do Sul, Isabelle defendia

⁶ Os discursos de políticos visavam trabalhar contra a imagem negativa que os países europeus poderiam ter sobre os Estados sul-americanos, o que atrapalharia o fluxo migratório desejado, principalmente se comparado ao fluxo que se dirigia para os Estados Unidos da América. Assim, além de explanarem sobre regiões e as melhores formas de conduzir o processo colonizatório em seus países, também buscavam produzir propaganda positiva no outro continente, de modo a atrair aqueles que consideravam vetores para o desenvolvimento civilizatório de seus respectivos países. Indica-se para aprofundamento nessa questão: BLUME, 2020.

uma imigração homogênea, ao menos nos primeiros tempos. Para ele, “a Colônia São Leopoldo no Rio Grande do Sul, formada por agricultores e artesãos de fala alemã, seria um exemplo perfeito de como núcleos homogêneos responderiam satisfatoriamente no início do processo” (WITT, 2022, p. 73), referendando a realidade (de predominância étnica) da quase totalidade de empreendimentos coloniais surgidos no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX.

Dentro de tal perspectiva, o Brasil pretendia, além de colonizar suas fronteiras de modo a impedir o avanço dos países fronteiriços, aumentar a produção de alimentos e iniciar um processo que aspirava embranquecer sua população, formada em grande parte por negros e seus descendentes e por indígenas. Logo, diferentemente da preocupação da França em receber, principalmente, indivíduos de culturas e costumes latinos, para facilitar o processo de assimilação, no Brasil este não foi um fato tão considerado, embora em décadas posteriores no século XX, a política imigratória brasileira tenha categorizado mais efetivamente os imigrantes desejados e indesejados. Primava-se, principalmente, por brancos que possuíssem condições e interesses em emigrar para o país sul-americano; desta forma, a imigração iniciou-se com a vinda de imigrantes alemães e, posteriormente, contou com a chegada de italianos, poloneses, russos entre outros. Além do impacto cultural sofrido ao chegarem, observou-se um processo de assimilação mais complexo que aquele planejado e executado pelos franceses, supramencionado.

As discussões sobre raça, nação e nacionalismos ocupou grande espaço no século XIX e na virada para o século XX, também no Brasil, que estava, desde 1824, com um processo de colonização de suas terras a partir da inserção de imigrantes europeus. Dentro da discussão racial realizada estava o que consideravam o problema da mestiçagem entre indivíduos considerados “superiores” e “inferiores”. É possível ponderar que tais posicionamentos advinham de intelectuais europeus, que buscavam, através de seus estudos, enfrentar e dissuadir, em seus países, o aceite de migrantes que não cumprissem determinadas características físicas/biotípicas. Um pouco dessa ideia está em Morland (2019), citado anteriormente, ao apresentar as discussões e ações dos países em busca de um crescimento demográfico que, ao mesmo tempo que permitiria uma forma de competição contra os países vizinhos, traçava características nas quais as pessoas deveriam encaixar para entrar e viver em seus países, de forma que não houvesse significativa mudança na imagem e cultura do país.

Como o Brasil do século XIX possuía outras preocupações e condições específicas, distintas dos países europeus onde as discussões sobre raça ocorriam de maneira mais forte, o próprio entendimento de miscigenação foi compreendido de maneira própria. A inserção de imigrantes brancos na sociedade brasileira, numa maioria de origem negra ou indígena,

contribuiria positivamente (diferente do que autores criticavam no excesso de mestiçagem), pois seria “vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população” (SEYFERTH, 1996, p. 43), convertendo algo tido como negativo (a miscigenação) em algo benéfico e dentro do projeto de nação criado, visto que o interesse era o embranquecimento da população e, principalmente, a ocupação de um vasto território.

O sujeito migrante, então, a partir de suas vivências no processo migratório que compôs, faz com que seja formada uma nova identidade, construída a partir das vivências da viagem e dos reagrupamentos e noções de comunidades que são construídas no espaço de instalação.

Obviamente, devido às dimensões do Brasil, a colonização fora um processo que envolveu longas distâncias. Em um período em que redes de transportes eram ainda precárias, o isolamento ocorria à revelia do que poderiam pretender os imigrantes. As distâncias foram em si um empecilho para a criação e desenvolvimento de núcleos coloniais mais distantes, visto que, mesmo aqueles mais próximos a centros maiores, poderiam levar dias para percorrer tais extensões. Outro fator distinto são as diferenças do projeto de imigração dentro do próprio país. A colonização com imigrantes possuiu características diversas, considerando o período e regiões. Exemplos disso são a colonização empreendida no Rio Grande do Sul e a que ocorreu em São Paulo. Enquanto no Estado sulino a colonização desenvolvida possuía o caráter rural da pequena propriedade, contrastando com a grande propriedade pecuarista, em São Paulo, a imigração foi direcionada, principalmente, para as propriedades cafeicultoras, como mão de obra substitutiva aos escravizados (LANDO; BARROS, 1980).

O relacionamento interétnico, entre os imigrantes e as populações já instaladas no Rio Grande do Sul ocorreu desde os primeiros momentos. Não sendo, portanto, algo que surgiu quando a colonização se voltou para o Planalto. Considerando que os imigrantes eram minorias dentro do quadro populacional rio-grandense, e que precisavam acessar produtos básicos, animais ou, principalmente, saberes (RAMBO, 2006), era natural que ocorresse o contato com luso-brasileiros/nacionais, visto esses estarem estabelecidos e com condições de oferecer algum tipo de suporte aos recém-chegados. O contato, baseado nos interesses e demandas de cada grupo, além de suprir necessidades, possuía igualmente, episódios violentos, onde os mesmos aspectos, que poderiam servir para contato amistoso, resultavam em conflitos, vistos os choques de interesses e a percepção da possibilidade de prejuízo de um grupo, em detrimento dos outros.

A colonização iniciada em 1824, no Rio Grande do Sul, com alemães, expandiu-se gradualmente para outras regiões, a fim de atender à crescente demanda por lotes coloniais

decorrentes do aumento populacional e da chegada de novas levas de imigrantes de diferentes etnias. Esse processo chegou ao Planalto rio-grandense na última década do século XIX, se expandindo dentro desta zona ao longo do período da Primeira República, com o surgimento das *colônias novas*. Essa nova zona de colonização, com essa nomenclatura, serve para contrastar com a região das *colônias velhas*, criadas durante o regime imperial, e enfatizar as diferenças existentes entre cada uma. As Colônias criadas nesse período poderiam tanto ser públicas quanto de particulares – divididas entre companhias de colonização e de pessoas físicas. Do total de Colônias criadas, até 1924, em torno de 80% seriam projetos particulares (NEUMANN, 2016); apesar de tal preponderância numérica, os projetos particulares de colonização possuíam áreas menores do que os empreendimentos públicos.

A relação área/quantidade pode ser explicada a partir do fato de que o governo não precisava adquirir áreas para realizar os seus projetos, afinal de contas, possuía sob sua administração as terras públicas localizadas no Estado. Concomitante à disponibilidade gratuita de terras para a colonização pública, com projetos de maiores extensões não se fazia necessário possuir inúmeros núcleos simultâneos. Assim, novos núcleos seriam criados quando houvesse falta de lotes nos já existentes, de maneira a seguir atendendo a demanda.

A iniciativa particular, seja de indivíduos ou companhias, se intensificou (em quantidade), a partir da segunda metade do século XIX (CEM ANOS, 2005). Por ter que adquirir áreas para tais empreendimentos – tanto de outros proprietários/posseiros como do próprio governo –, trabalhavam com menores extensões territoriais. Atraídos pela possibilidade de angariar bons valores com a venda de terras a colonos e imigrantes, nem todos os empreendimentos particulares possuíam um projeto para além da compra/venda de terras, ponto que era, aliás, fortemente criticado pelo governo rio-grandense. A Diretoria de Terras e Colonização, para além dos trabalhos com terras públicas, com intrusos⁷ e os empreendimentos públicos, atuava também como órgão fiscalizador dos núcleos coloniais particulares. Era o ponto de suporte para os casos em que a empresa venderia os lotes e, após completar a venda total do núcleo, apenas se retirava do local.

O processo de reajustes no cenário agrário do norte do Rio Grande do Sul, que iniciou com a criação dos aldeamentos indígenas (meados do século XIX), os quais visavam a liberação de espaço para a ocupação do branco, se intensificou a partir do primeiro período republicano

⁷ Intruso era o sujeito que ocupava uma área de terra, pública ou particular, sem a anuência do proprietário ou pagamento para ação. Aposseamentos irregulares eram algo que já existia anteriormente, mas com a República (1889) e a legislação Estadual, se tornaram crime, sendo classificados como intrusos. O trabalho das CTCs então, era regularizar a situação das pessoas nessa condição.

brasileiro. Rearranjos na forma da propriedade da terra sempre impactaram aqueles que nela habitavam e tiravam seu sustento, em qualquer lugar. O cenário, impactado com a chegada da colonização e a aplicação das legislações agrárias referentes, possuía seu próprio ordenamento que conferia ordem e legitimidade antes de tal período. A legitimidade era conferida a partir do reconhecimento dos pares (outros posseiros), e de relações interpessoais travadas no cenário. Esse ordenamento seguido pelos indivíduos, de maneira a suprirem a falta de instituições mais presentes no seu espaço, pode ser classificado como um conjunto de costumes.

O avanço de novas perspectivas e interesses jurídicos/capitalistas impactava de diferentes maneiras as populações camponesas. O que ocorre no Rio Grande do Sul poderia ser posto, desde que com as devidas ressalvas, como um processo de cercamento dos campos, conforme estudado por Thompson (1998) para as mudanças ocorridas na Inglaterra e que impactaram profundamente a população pobre que se beneficiava do amplo acesso à recursos naturais das áreas comuns. No citado Estado brasileiro, os impactados eram os nacionais, lavradores e/ou ervateiros, que se beneficiavam da falta de legislação agrária que chegasse até o sertão em que viviam, e estavam inseridos de diferentes maneiras na cadeia econômica da região que habitavam. Contudo, as novas concepções confrontavam antigos costumes, já consolidados, e poderiam passar a ser incorporados de alguma maneira nas novas práticas jurídicas agrárias, tal como os espaços da Lei de Terras de 1850, ou da Lei de Terras de 1899, que dentre os vários artigos, possuíam dispositivos para reconhecer e incorporar outras formas de propriedade, desde que atendendo alguns requisitos; acabava por ser excluído dessa população camponesa pobre, que não possuía meios de se inserir na legislação que se criava.

De qualquer maneira, os encontros entre costumes antigos consolidados e novas práticas proprietárias (liberais) podem ser identificados em inúmeros outros países/regiões, como a Inglaterra (THOMPSON, 1998), França (BLOCH, 2001), Navarra – Espanha – (IÑAKI; BERASAIN, 2007) ou Flandres (DE MOOR, 2007). E por mais que sejam casos distintos em espaço e tempo, possibilitam reflexão sobre o processo que ocorreu na região norte do Rio Grande do Sul envolvendo nacionais e colonos, ao longo do período da Primeira República. No caso estudado, os nacionais, que apossavam desde muito (por possuírem uma lógica distinta daquela implantada pelas legislações) áreas na região e, conforme o registrado por Torres Gonçalves, não regularizavam sua situação por falta de recursos, passaram a serem incorporados no processo colonizatório, enquadrando suas propriedades a núcleos coloniais, como o observado na Colônia Santa Rosa, num primeiro momento.

Buscando, então, uma heterogeneidade étnica também, a partir da inserção dessa população nacional em núcleos coloniais, o governo buscava minimizar um enquistamento

étnico⁸, que eram em perspectiva, a formação e manutenção de redes de apoio que foram muito importantes para a população imigrante/colonial, que se fixava e dispersava pelo território rio-grandense. Eram o meio de suporte material e comportamental de indivíduos que optaram por sair de seu local de origem e migrar para um país totalmente diferente, enfrentando um processo de difícil adaptação a tantos novos elementos e à nova cultura. A organização comunitária que poderia surgir, concedendo características próprias a cada núcleo colonial, “passou a ser acionada como símbolo identitário, paradigma de distinção a legitimar pertencimentos primordiais, referenciados a concepções de nacionalidades diversas da brasileira” (SEYFERTH, 2000, p. 149). Surgidos como forma de oferecer algum suporte, poderiam, posteriormente, serem utilizados como elemento diferenciador daquele grupo, em contraste com a população não descendente de imigrantes.

Dessa forma, os grupos que se formavam dentro de uma comunidade étnica eram, também, uma maneira de manutenção dos costumes do local de origem, tal como o idioma (SEYFERTH, 2000). Buscava-se, ao adquirir lotes coloniais, se instalar de maneira próxima a outros imigrantes da mesma etnia. Esta estratégia pode ser observada por todo o período em que ocorreria colonização no Rio Grande do Sul. Acompanhando os acontecimentos internacionais em volta de nacionalismos e pertencimento étnico, que acabariam com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, parte da elite e do governo brasileiro preocupava-se com a forma como esses temas se desenvolviam no país, que contava com inúmeros núcleos coloniais com estrangeiros e seus descendentes. Como consequência, Giralda Seyferth destaca que “mais do que as diferenças culturais objetivas, as ideologias étnicas apoiadas em princípios nacionalistas diversos foram condenadas em nome da unidade nacional e territorial” (2000, p.152).

Tal postura poderia diferir do imaginado e planejado pelos governantes e aqueles que pensavam o projeto de colonização com imigrantes. A preocupação justamente com a formação de quistos étnicos e a busca por um meio de integrar rapidamente os imigrantes e descendentes à sociedade brasileira, acabava por reforçar a ideia de que o ideal seriam Colônias mistas (GERTZ, 2008). Porém, como é possível observar, a formação de núcleos homogêneos acabou sendo predominante⁹, reforçando a grande diferença entre a ideia e a prática, entre as discussões políticas e a própria movimentação praticada pelos imigrantes, na busca por assentar-se

⁸ Enquistamentos étnicos seriam a formação de grupos ou comunidades de apenas uma etnia, com ela possuindo práticas endógenas na busca pela manutenção de sua cultura, o que dificultaria a inserção de seus componentes na sociedade brasileira.

⁹ Giralda Seyferth escreve que seria “quase impossível encontrar colônias realmente homogêneas, a não ser nos estágios muito iniciais” (2008, p. 40), e seria muito mais um termo que evidenciaria a etnia majoritária presente em determinado núcleo, do que uma suposta exclusividade.

próximo dos seus. A preocupação com uma interação forçada com outros grupos étnicos em Colônias mistas era observável, conforme Gertz, também em religiosos envolvidos nas regiões coloniais, tanto católicos quanto luteranos, visto que poderia prejudicar ambas as igrejas.

Por mais que houvesse a preocupação sobre a possibilidade de uma diluição étnica e cultural a partir do contato forçado de vários grupos étnicos, tal fato não ocorreu da maneira como quem era a favor ou contra imaginava. O contato com outros grupos étnicos pode servir para reforçar sua própria etnicidade, e não para o seu enfraquecimento. É no processo de alteridade entre grupos étnicos que ambos se fortalecem e se modificam de maneira a seguirem persistentes – diante do contexto a que são expostos – e, também, demarcadores de determinado grupo populacional. Isso porque diferentes grupos de pessoas, de uma mesma etnia, podem sofrer com diferentes contatos e influências, que modificam aspectos culturais, mas, ao serem analisados etnicamente, ainda mantêm traços característicos dele próprio. Frederik Barth, em sua obra *Grupos étnicos e suas fronteiras*, incluído em obra de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, destaca que “a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas em critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais” (2011, p. 196).

Partindo do que o autor afirma, as características que definem um grupo étnico são reforçadas e atualizadas conforme entram em contato com outros grupos, de maneira a manter uma diferenciação necessária para a manutenção de seu reconhecimento interno e externo. Assim, a reunião de diferentes grupos étnicos em núcleos coloniais mistos, à parte de possíveis pressões psicológicas sofridas pelos colonos, ante o contato extremo com costumes diferentes, não faria com que as especificidades culturais características acabassem por desaparecer totalmente, mas, talvez, ocorressem adaptações aos novos estímulos. As relações de contato entre diferentes grupos étnicos são, então, fundamentais para que ocorra a manutenção de fronteiras étnicas, além de possíveis mudanças sutis, uma vez que a noção de pertencimento a determinado grupo e seu relacionamento com outros faz com que tal consciência siga em constante evolução (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011; SEYFERTH, 2008).

Paralelo à questão sobre a busca de colonos por reunir-se próximos a outros de seus grupos étnicos, estava a necessidade de resolver a situação de milhares de nacionais/caboclos ou posseiros pobres, que ocupavam áreas de terras sem a devida regularização institucional. Intrusos por conta da ilegalidade de suas ações, também acabavam por exaurir terras com potencial de colonização. Em vista dessas questões, o governo do Rio Grande do Sul passou a fortalecer a ideia de colonização mista, recebendo em suas Colônias tanto imigrantes e seus

descendentes quanto nacionais, buscando fortalecer a inserção social dos colonos à sociedade brasileira e a resolução do problema de intrusão.

Os descendentes de imigrantes, por mais que buscassem redes de apoio ou associações e agremiações com outros de mesma origem, para manter um elo com o país de emigração, não eram totalmente isolados do meio em que estavam inseridos. Ainda que por muito tempo a historiografia tenha reforçado a ideia de isolamento dos núcleos de colonização alemã principalmente, estudos como o de Marcos Justo Tramontini (2003) e Marcos Antônio Witt (2015) demonstram como os imigrantes alemães, ainda que aliados da participação política efetiva por boa parte do século XIX, se envolveram e praticaram política em seu cotidiano, ao pleitear necessidades e demonstrar apoio a pautas correntes.

Considerando o espaço e as relações interétnicas que ocorrem, em maior ou menor grau, dentro de núcleos coloniais, nos cabe explicar que o termo *colônia*, quando em minúscula, refere-se à propriedade de terra (de 25 hectares, por convenção), e pode ser nomeado de lote colonial. Por seu turno, quando se utiliza *Colônia*, com maiúscula, estaremos nos referindo ao conjunto de lotes coloniais, seja oriundo de projeto colonial público ou particular. Seyferth (2000), traz outro entendimento possível para esse termo, ao compreendê-lo para além das premissas oficiais, como sendo uma referência para a comunidade étnica que poderia se formar dentro dos projetos coloniais. A divisão interna das Colônias era constituída pelas *linhas coloniais*, ou *picadas*, que eram as estradas vicinais a partir de onde os lotes coloniais eram demarcados. Era nesse espaço interno onde os grupos étnicos buscavam se agrupar junto aos seus, para ajuda mútua. É também nas linhas onde, idealmente, a ideia de colonização mista seria mais visível. O governo buscava congrega nas linhas coloniais de suas Colônias, colonos de diferentes etnias além de nacionais, de maneira a combater, justamente, o agrupamento étnico buscado pelos colonos. Esta estratégia do poder público será analisada posteriormente em nosso trabalho, de forma a compreender se tal disposição teria continuidade após a venda inicial do lote colonial, ou teriam os colonos se rearranjado, para buscar proximidade com outros de mesma origem.

Os indivíduos que compram/vendem e vivem em lotes coloniais, são compreendidos como *colonos*, aqueles que seriam membros de uma colônia, pequenos proprietários e trabalhador agrícola, e, via de regra, eram imigrantes ou descendentes destes (MOTTA, 2005). Outro grupo que divide espaço com os colonos no espaço colonial do norte rio-grandense são os caboclos/nacionais. Na documentação utilizada para esse trabalho, os caboclos (homens livres pobres) aparecem principalmente com a nomenclatura de nacionais, mas também são mencionados em menor medida como colonos nacionais, para distingui-los dos colonos de

origem europeia não ibéricos. Aparece igualmente a utilização do termo nacional ou brasileiro como referência à colonos descendentes de imigrantes, que com o *jus solis*, possuem a nacionalidade brasileira. Tais ocorrências não são, contudo, frequentes; de todo modo, ainda que na documentação haja essas referências, neste trabalho, serão indicados usando os termos, descendentes de imigrantes e/ou colonos. A presença dessa população não relacionada à imigração (imigrantes e colonos), poderia ser tolerada junto à cadeia de proprietários mais proeminentes, por, conforme aponta Neumann (2012), possuírem a função de abastecer as estâncias ao venderem os excedentes produzidos por si em seus apossamentos.

Ao passo que os colonos podem ser classificados a partir da descendência dos imigrantes, a compreensão dos nacionais não pode ser reduzida apenas para uma questão genética. Consideramos ser mais adequado entender tal grupo a partir de seus aspectos socioculturais (SILVA, 2016), que reúne modos próximos dos indígenas; da mesma forma que, posteriormente, colonos que acabaram por aproximar seus costumes daqueles praticados pelos nacionais, receberam a alcunha de *colonos acabocladados*, por se distanciarem das práticas entendidas como características de imigrantes e seus descendentes, imaginadas como modernas quando contrapostas àquelas dos nacionais.

O movimento do excedente populacional da região das *colônias velhas* para esse espaço que se abria para a colonização na virada do século XIX para o XX foi denominado por Jean Roche, em *A imigração alemã e o Rio Grande do Sul* (1969), como *enxamegem*. Seria um processo observado para a parcela da população colonial que pretendia se manter na agricultura, adquirindo lotes em novas zonas coloniais, com geralmente, preços mais baixos – principalmente no início da colonização na região. E por mais que o conceito seja idealizado em uma obra sobre a imigração alemã, o processo de migração interna em busca de novas fronteiras para colonizar é, naturalmente, algo que ocorre igualmente, com indivíduos de outras etnias, tal como os italianos, que viriam da antiga zona de colonização italiana.

Neste momento, é interessante apresentar alguns autores que serão utilizados ao longo do trabalho e que a leitura dessas obras contribuiu para a construção da tese.

Além dos já mencionados Jean Roche (2022), Marcos Antônio Witt (2015) e Marcos Justo Tramontini (2003), a imigração alemã e a colonização com tal grupo étnico é objeto de estudos de Giralda Seyferth (2000; 2008) e Rosane Neumann (2016), esta última com importantes estudos sobre a colonização empreendida na região do Planalto rio-grandense. Estas obras contribuíram para o conhecimento sobre as movimentações sociopolíticas e econômicas dos imigrantes e descendentes de alemães, tanto em projetos coloniais públicos quanto em projetos particulares, além das discussões políticas que foram suscitadas antes e

durante o desenvolvimento do projeto colonial com imigrantes europeus em terras rio-grandenses.

No tocante aos autores que se debruçam sobre a imigração e colonização italiana, podemos citar Vania Herédia (2005; 2012), Maíra Vendrame (2016) e Maria Catarina Zanini (2008). A partir da leitura dessas autoras, apreendemos sobre o universo da colonização italiana, que ao passo que possa ter aproximações com aspectos da colonização com a etnia alemã, demonstram como esse grupo de imigrantes se movimentava e agenciavam a sua vida e interesses no novo espaço escolhido para viver. São obras importantes para perceber como a busca por (re)criar seus espaços de justiça, sociabilidades e religiosidades ocorrera e impactara o mundo colonial que envolvia essa nova parcela de população no Estado sulino.

A produção historiográfica sobre a imigração e colonização polonesa, embora não tão numerosa quanto o que se encontra sobre alemães e italianos, têm crescido nos últimos anos, contribuindo para a expansão da bibliografia sobre o campo migratório e colonizatório. Dito isso, alguns autores utilizados por nós são: Regina Weber (2011), Rhuan Zaleski Trindade (2015; 2018) e Thaís Wenczenovicz (2020). Estes autores, através de seus estudos trazem para o leitor desde o complexo cenário vivido pelos poloneses na Europa, resultado da fragmentação de administração política, com diversos impérios administrando diferentes regiões da Polônia, e como este foi um fator complicador nas estatísticas de entradas no Brasil, considerando que uma grande parcela de poloneses acabava sendo registrada nos portos brasileiros com passaportes de outros países (que dominavam partes do território). Analisam também, quais foram as dificuldades enfrentadas por essa população visto chegarem principalmente após a colonização com outros grupos étnicos estar mais consolidada, e a solução encontrada na reimigração para a zona das colônias novas.

Para analisar e refletir sobre os processos criminais que serão utilizados no último capítulo, recorreremos novamente aos trabalhos produzidos pela professora Maíra Vendrame (2016; 2023) e por Freitas (2017). A partir de tais leituras, observa-se as diversas possibilidades de movimentações dos indivíduos envolvidos nos conflitos analisados, bem como possíveis subterfúgios e reações dentro das comunidades coloniais como um todo.



A convergência de uma parte da população colonial para a nova zona colonizatória, com descendentes de imigrantes alemães e italianos, bem como a chegada de poloneses e outros imigrantes de diversas origens, e a já citada presença de nacionais na área, contribuiu para a formação de espaços diversos, de constantes relações interétnicas. O caráter misto da colonização poderia, então, ser considerado a partir da presença de diferentes etnias dentro de

um núcleo colonial, da existência de mais de uma religião professada pelos colonos – católica e protestante, por exemplo. Contudo, pensando que esta foi uma região que contou com a presença de colonos já nascidos no Brasil, mas, também, com levas de imigrantes vindos diretamente da Europa, este encontro poder ser entendido igualmente como de caráter misto, conforme escreve Gertz (2008). É importante considerar esta última relação entre colonos nascidos no Brasil e colonos imigrantes, de acordo com o autor, pelo fato da existência de distinções entre a população descendente de imigração mais antiga e o grupo de imigração mais recente, para além da existência de diferentes grupos (o autor usa o termo tribos entre aspas), categorizados a partir da região de cada país europeu da qual eram originários.

Os projetos de colonização pública que serão estudadas nesta tese, e a colonização mista que ocorria dentro deles, são, a princípio, maneiras diferentes de aplicação deste ideal de colonização defendida pelo governo. Enquanto em Erechim o caráter misto é, principalmente, voltado para colonos e imigrantes de diferentes origens étnicas, em Santa Rosa, o foco é a integração dos nacionais na colonização, através da regularização de seus apossamentos, de maneira próxima aos colonos e imigrantes. Ambos os projetos estão localizados na região Norte do Rio Grande do Sul e, devido aos trabalhos realizados pelas Comissões de Terras e Colonização respectivas, impactaram, conseqüentemente, tanto a vida da população próxima e daqueles que para ali se dirigiram, como a questão agrária, intensificando um processo de reestruturação da propriedade da terra, com a valorização das terras nas regiões próximas aos núcleos. Exemplo da valorização fundiária resultante da colonização é o caso de Santa Rosa, onde, entre 1915 e 1918 as suas terras tiveram um aumento de 30% no valor, “quase dobrando o valor em três anos” (GREGORY, 1988).

Partimos de projetos similares, que foram aplicados em espaços diferentes e envolveram diferentes sujeitos, e possuem aspectos que os aproximam e que também podem os distanciar. Dessa forma, consideramos que fazer uso da História Comparada, para analisar e refletir sobre a documentação e os nossos objetos, pode enriquecer o trabalho que se pretende realizar. Ao utilizar a comparação para este trabalho, pretende-se pensar os projetos de colonização de Erechim e Santa Rosa para além deles próprios, suas relações e como ocorreu o desenvolvimento de projetos parecidos, e que se interrelacionam, como por exemplo quando a aplicação do Serviço de Proteção aos Nacionais passou a ser aplicada em Erechim, após os resultados satisfatórios no espaço de experimentação que foi Santa Rosa.

As Colônias que serão abordadas no trabalho já foram estudadas em outras pesquisas. Há a dissertação *O Grande e o Velho Erechim: ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960)*, produzida por Jane Giaretta, em 2008, voltada para a Colônia Erechim;

e a dissertação *Capitalismo, Latifúndio, Migrações: A Colonização do Período Republicano no RGS- Zona Norte e Região do Grande Santa Rosa*, defendida por Valdir Gregory, em 1988, que possui Santa Rosa como objeto. Quanto a este segundo trabalho, o autor trabalha com as Colônias Guarani e Santa Rosa como partes de um complexo colonial; não concordamos com tal abordagem, por entendermos que são projetos coloniais pensados e criados em períodos e contextos diferentes. O que ocorreu após a criação de Santa Rosa, em 1915, foi uma contribuição (in)direta uma sobre a outra, propiciando contribuições para o crescimento de ambas.

Este trabalho se distingue dos citados acima, a partir do momento em que se propõe a analisar comparativamente ambos os projetos e núcleos, dispendo-se a “fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo” (BARROS, 2014, p. 17). Ao refletir sobre a abordagem comparativa, Kocka (2014) destaca que as unidades a serem comparadas em um trabalho que se propõe a isso, devem possibilitar uma análise separada uma da outra, de maneira independente.

Pensando em tal colocação, consideramos que nossa pesquisa se alinha a essa observação, uma vez que ambas as Colônias possuem trabalhos próprios, como os citados acima, possibilitando que os objetos sejam vistos como “casos independentes que são reunidos analiticamente através de questionamentos por similaridades e diferenças entre elas” (KOCKA, 2014, p. 281). A partir de uma análise sobre ambos os projetos, será possível compreender de maneira mais ampla os impactos que a colonização pública mista teve no norte do Rio Grande do Sul, e a sua importância para o desenvolvimento da região. Buscando, talvez, algo próximo ao que Barros (2014) aponta sobre a História Comparada ser aberta para uma ruptura dos compartimentos, abrangendo mais que um objeto apenas. A proposta comparativa, permitiu aos historiadores uma maior abertura ao diálogo, de maneira a romper um isolamento que poderia ser formado entre pesquisadores de diferentes nações. Essa possibilidade de se abrir a mais diálogos e de comparações entre nações e o que possuíam em comum faz muito sentido, quando se considera o movimento na Europa de fortalecimento dos nacionalismos, que acabou contribuindo para a eclosão da Segunda Guerra Mundial (BARROS, 2007).

Pontos a se comparar em uma pesquisa histórica podem ser alterados, modificados, excluídos ou incluídos; seria a partir de tais exercícios que passa a ser possível encontrar aspectos, questões e problemas que antes passariam despercebidos ou negligenciados (DETIENNE, 2004; KOCKA, 2014). Ainda que haja historiadores que defenderiam/defendem que apenas se pode comparar o que é comparável, Detienne defendia que a História Comparada deveria ser um campo de exercício e de experimentação. Estando aberto a novas possibilidades

de análise e de surgimento de novos aspectos e olhares, o historiador comparativista deve “ao mesmo tempo ser singular e plural” (2004, p. 47).

Theda Skocpol e Margaret Somers (1980) apresentam os três principais tipos de História Comparada: História Comparativa como demonstração paralela da teoria; História Comparativa como contraste de contextos; e História Comparativa como análise macro-causal; cada qual com suas especificidades, problemas e valências¹⁰. Iremos nos ater ao segundo tipo, o qual consideramos melhor se encaixar ao pensar este trabalho, qual seja a *História comparativa como contraste de contextos*, que inicialmente as autoras demarcam quase como o exato oposto da demonstração paralela da teoria. Neste tipo, se deve atentar para a integridade histórica de cada caso/objeto, sendo este cuidadosamente respeitado.

Dentro desses três grandes grupos, as autoras apresentam diferentes autores que utilizam cada tipo, de modo a melhor conseguir obter o resultado planejado, considerando as forças e deficiências de cada tipo, a depender do objetivo do trabalho. A comparação pode ser entendida então, como algo amplo, e com variada gama de possibilidades de combinações para a sua realização, desde que observados os rigores de cada grupo. E para além dos possíveis usos isolados de cada um desses tipos de comparação, as autoras destacam a possibilidade de que os historiadores usem combinações de tais tipologias comparativas¹¹. Como exemplo disso, é possível citar a obra *Linhagens do Estado Absolutista*, de Perry Anderson, que faz uso tanto da demonstração paralela da teoria quanto do contraste de contextos, ao traçar os paralelos dos estados absolutistas do leste e oeste europeu, para em seguida demonstrar os contrastes entre leste e oeste e entre os próprios Estados absolutistas. A comparação, então, pode ocorrer para além de apenas com objetos equivalentes. O comparável entre historiadores e antropólogos seriam “os mecanismos de pensamento observáveis nas articulações entre os elementos arranjados conforme a entrada” (2004, p. 57).

A comparação é um exercício que implica seleção, abstração e descontextualização em alguma medida (KOCKA, 2014). Atentar para tais pontos é importante, visto que, em alguma medida possa haver comparação também em trabalhos que não se proponham a tal, ao se optar pelo método comparativista, é necessário um maior rigor e atenção sobre as reflexões decorrentes dessa abordagem. Apesar dos cuidados necessários ao se aplicar a comparação, é

¹⁰ No original, respectivamente: *Comparative History as the parallel demonstration of theory*; *Comparative History as the contrast of contexts*; and *Comparative History as macro-causal analysis* (SKOCPOL; SOMERS, 1980).

¹¹ Para acompanhar as reflexões propostas pelas autoras, que foram brevemente discutidas nesta introdução, bem como para o aprofundamento de conceitos, sugerimos a leitura do texto completo: SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. *The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry*. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, nº 22 (2), p. 174-197. April, 1980. doi: 10.1017/S0010417500009282.

um método que impede a limitação a uma visão universalista, genérica ou etnocêntrica. Pensando sobre o uso de tal metodologia nos estudos migratórios, Oswaldo Truzzi (2005) ressalta que a utilização da comparação nessa área de pesquisa contribuiu para um arrefecimento de provincianismos que podem atravessar trabalhos, visto trazer à discussão duas realidades às perguntas que são realizadas nos estudos.

Ao utilizar a História Comparada em estudos migratórios, “só teremos a ampliar nossa compreensão acerca dos fenômenos migratórios se nos perguntarmos, insistentemente, sobre outros grupos e outras sociedades, abraçando com vigor enfoques comparativos dotados de metodologias explícitas e coerentes e planejados de forma precisa e sistemática” (TRUZZI, 2005, p. 14), enriquecendo e contribuindo para com os debates sobre tal tema, dando espaço para que seja apontado o diferente, que poderia não ser devidamente observado ou discutido. Nesse sentido, ao fazer uso da História Comparada, se permite o diálogo com outras experiências colonizatórias, contrastando com “a opção metodológica de se pesquisar e abordar somente a história de uma localidade [que] é um entrave para os estudos comparados no âmbito da imigração, pois inibem um olhar mais abrangente para o fenômeno migratório” (WITT, 2019, p.13). Tal abrangência pode ser um complicador para o próprio desenvolvimento do estudo comparado, quando pensado para propostas que analisem esferas que requeiram um ou mais idiomas – dos locais de origem dos imigrantes, por exemplo –, além da possibilidade de grandes deslocamentos para acessar arquivos e as documentações pertinentes, gerando complicadores para o desenvolvimento da pesquisa comparada.

Observando a partir da pesquisa desta tese, é uma escala reduzida, que por mais que tenha a presença de imigrantes e colonos de diferentes origens, o foco são dois espaços em um mesmo país, em um mesmo Estado, pensado dentro de uma mesma ideia geral. Com a utilização das fontes que serão apresentadas mais adiante, não há problemas com diferentes idiomas, além da documentação estar na sua quase totalidade em arquivos na Capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Intentamos com tal recorte, contribuir para ampliar o conhecimento e debate acerca de diferentes núcleos coloniais; ao trazer para discussão, principalmente Erechim e Santa Rosa, mas também projetos que antecederam tais núcleos, de forma a melhor desenhar o cenário colonial no Estado e os processos que foram ocorrendo e sendo modificados no longo processo iniciado logo no início do período imperial brasileiro.

Das possibilidades e perspectivas comparativas para o campo migratório, pode-se, ainda, citar os modelos divergente e convergente. O primeiro modelo se refere a procurar por trajetórias de um mesmo grupo étnico em diferentes espaços, de modo a observar como um grupo imigrante de mesma origem se movimenta e reage a estímulos diferentes de cada ponto

de chegada, como por exemplo os imigrantes italianos em São Paulo e no Rio Grande do Sul (TRUZZI; ZANINI, 2018). Outro exemplo dessa abordagem foi o projeto desenvolvido por Witt sobre a organização social e participação política de imigrantes alemães no Brasil, Argentina e Chile. Em seu trabalho, Witt busca analisar, ainda, as movimentações, entendimentos e interesses de cada governo nacional, uma vez que este conjunto de aspectos contribuíam em grande medida na forma de integração e desenvolvimento dos imigrantes na nova pátria.

Outra possibilidade é a comparação convergente, onde se estuda a inserção de diferentes grupos em um mesmo espaço. Esta possibilidade de comparação convergente é interessante para pensar nosso trabalho, visto que diferentes grupos étnicos se deslocaram ou foram mantidos via regularização nas Colônias Erechim e Santa Rosa. O direcionamento de diferentes grupos étnicos para os mesmos espaços coloniais foi importante para além da situação econômica regional e estadual, mas também na formação de um cenário cultural variado, palco de diferentes tradições e saberes.

Por seu turno, no Contraste de Contextos, apresentado anteriormente, as diferenças entre os casos seriam “principalmente particularidades contextuais entre as quais se destacam a generalidade dos processos com os quais suas teorias estão basicamente preocupadas”¹² (SKOCPOL; SOMERS, 1980, p. 178), os contrastes seriam desenvolvidos a partir de referências a temas amplos, questões norteadoras ou “conceitos de tipo ideal”. E embora possam procurar uma ampla cobertura na seleção de casos, o mais importante seriam as diferenças claras entre os casos.

Outra forma de compreender essa lógica comparativa é a busca para demonstrar que uma teoria é sustentável de caso a caso, ou, nas palavras de Maria Ligia Coelho Prado,

há uma ênfase nos fatores únicos de cada caso particular e na demonstração dos contrastes que se desenham entre cada caso individual. Para se chegar a tais contrastes, o analista é ajudado pela escolha de grandes temas ou de determinadas questões ou, ainda, por conceitos de ‘tipo ideal’” (2005, p. 21).

Para conseguir realizar de maneira satisfatória o dito contraste de contextos, o historiador precisa respeitar atentamente a integridade de cada caso, compreendendo cada um de maneira própria, para que seja possível apreender as proximidades e distanciamentos de seus objetos dentro da grande pergunta do trabalho.

¹² No original: “primarily contextual particularities against which to highlight the generality of the processes with which their theories are basically concerned”.

Como apontado anteriormente, dos tipos apresentados por Skocpol e Somers (1980), o que melhor poderíamos enquadrar nossa pesquisa é justamente o contraste de contexto. Acreditamos nisso porque, embora os núcleos coloniais públicos estudados nesta tese estejam sob esse guarda-chuva, ao observarmos cada caso, percebemos que a conformação étnica de cada um os torna diferente na prática, visto as vivências e as sustentações de cada um – Erechim possui uma população predominantemente colonial de origem imigrante, enquanto em Santa Rosa o principal pilar é a presença dos nacionais e a sua regularização fundiária. Seguindo, ainda que se observe diferenças nas menções encontradas (ou não) na documentação utilizada, é possível, como discutiremos mais tarde na introdução, realizar inferências a partir desses silêncios e ausências, bem como realizar conjecturas a partir de outras experiências colonizatórias com aspectos semelhantes – não necessariamente apenas projetos públicos –, dentro de todo o período em que esse processo ocorreu no Rio Grande do Sul.

A tese será construída a partir do uso de diferentes fontes documentais, de maneira a conseguir obter variada gama de informações. Antes de discorrer sobre os tipos de fontes que serão utilizadas, cabe destacar para o leitor alguns aspectos, de forma a esclarecer possíveis dúvidas que surjam durante a leitura. Sendo um trabalho que se propõe de História Comparada, enfrenta-se um problema na própria construção das fontes pelos sujeitos da época¹³: nos documentos produzidos pela máquina pública que serão explicados mais a frente aqui na introdução, constatou-se que havia uma diferença de espaço concedido para relatos sobre a Colônia Erechim – mais discutida – e da Colônia Santa Rosa – menos citada.

Não havia então, espaço igualitário de informações sobre essas Colônias. E Santa Rosa era, ainda, marcada por aspectos que envolvessem a sua população de nacionais/caboclos, como que na busca por demonstrar a viabilidade do projeto de inclusão dos nacionais dentro dos espaços coloniais, até então ocupados majoritariamente por imigrantes e descendentes destes.

Embora essa diferença nas menções entre os projetos na documentação governamental acabe prejudicando as possibilidades de análise, permite também outras reflexões, não inviabilizando ou diminuindo a pertinência da proposta comparativa. É possível considerar que essa diferença ocorra por conta da própria atenção do governo aos seus projetos. Não que Santa Rosa não fosse um importante projeto, considerando as condições que havia no Estado no período em que houve as discussões até a sua implantação; mas, justamente por ser mais tardia,

¹³ Se faz necessário, ainda, citar o caso da população nacional que, por conta do analfabetismo predominante, dificilmente se encontra documentos históricos produzidos por eles próprios. Em decorrência disso, sua presença e papel no processo colonizatório é demonstrado a partir da documentação produzida por agentes públicos, que podem ser imbuídos de vieses preconceituosos próprios de sua época.

o governo teria a atenção dividida tanto com outros projetos e acontecimentos, como Erechim, quanto com outras questões no que tange a terras e colonização.

A motivação por detrás da criação de cada núcleo também poderia ser um fator para maior ou menor exposição na documentação oficial. A Colônia Erechim fora criada diretamente por Torres Gonçalves, como uma forma até de propaganda sobre a administração pública de empreendimentos coloniais; se tornaria projeto mais benquisto por parte do diretor da DTC. Santa Rosa, por seu turno, embora também recebesse colonos e imigrantes e, principalmente, possuísse importância para o cenário estadual em decorrência da atuação para a resolução de problemas com a intrusão, não alcançava a mesma repercussão na documentação pública quanto a Colônia criada em 1908 provocava.

Assim sendo, embora contando com uma diferença documental, ambos são processos colonizatórios públicos, ou seja, com uma guia de ação próxima. Da mesma forma, ambos contaram com uma grande variedade de sujeitos e interesses em suas construções, tal qual projetos anteriores – fossem núcleos criados durante o período da Primeira República como Ijuí, Guarani, ou com Colônias públicas ou particulares criadas durante o Império. Seguindo, assim, o que Elmir e Witt (2018) constataram em um estudo, onde mesmo havendo diferença na quantidade de obras produzidas sobre os Mucker (Brasil) e o massacre de Tandil (Argentina), tais eventos contavam com várias semelhanças que permitiriam aos autores usarem essa diferença de obras sobre cada episódio para justificar o uso da comparação.

Por se tratar de projetos públicos, as documentações produzidas por órgãos estaduais serão de grande importância. Serão utilizados relatórios produzidos por Comissões de Terras e Colonização – que realizavam o trabalho de campo –, que podiam obter informações mais detalhadas ou próximas dos cenários estudados, além de apresentarem posicionamentos dos próprios funcionários. Junto à documentação produzida pelas CTCs, estão as correspondências produzidas pelos diretores das Colônias Erechim e Santa Rosa. Essa documentação é importante pelo fato de acompanhar os relatos e visões daqueles responsáveis pela administração direta de cada Colônia, tanto dentro do processo colonizatório quanto sua perspectiva sobre o projeto misto que dirigia. Apresentam também, os andamentos dos trabalhos que estavam sendo realizados, bem como possíveis problemas que poderiam estar enfrentando.

Na mesma linha, os documentos produzidos pelas instâncias superiores às CTCs, ou seja, a Diretoria de Terras e Colonização e a Secretaria de Obras Públicas, onde há discussões sobre os andamentos e rumos que os trabalhos envolvendo terras e colonização – os projetos públicos de colonização –, e repercussões das informações relatadas pelas comissões existentes.

Ao fim, as documentações e informações produzidas pelos órgãos acima citados, eram postas ao conhecimento do presidente do Estado, prestando conta dos serviços realizados e das possibilidades de trabalhos. Seguindo, trabalha-se igualmente com os Relatórios de Presidente do Estado, que, através da explanação dos trabalhos realizados à Assembleia dos Representantes, realizava a argumentação para iniciar projetos ou mudanças consideradas importantes. Com este corpo documental busca-se compreender os trabalhos, reflexões e argumentações envolvendo questões que possam nos interessar, principalmente, claro, sobre os dois projetos públicos de colonização, mas também aspectos paralelos a tais projetos.

A documentação que dá conta de questões gerais de terras e colonização, bem como das discussões realizadas em Porto Alegre e que seriam aplicadas nas Colônias objetos desse estudo, será utilizada ao longo de todo trabalho, sempre que necessário.

Ainda que essa documentação estatal traga diversas informações de caráter burocrático e qualitativo sobre os processos de organização e desenvolvimentos dos núcleos coloniais pelos quais eram responsáveis, os quais se tornaram objetos deste estudo, não é o tipo de documentação que melhor permite visualizar a sociedade que se desenvolvia em cada Colônia. E, por mais que seja plenamente possível realizar um competente trabalho historiográfico apenas a partir de tal documentação, buscou-se, para a tese, algum tipo documental que permitisse observar, de maneira mais próxima, acontecimentos cotidianos e as relações sociais de uma sociedade que se formava diversa. Diante disso, compõe também o corpo documental aqui utilizado, processos crime ocorridos em Erechim e em Santa Rosa.

Opta-se pelo uso dessa documentação pelas diversas camadas de informações que é possível obter, viabilizando, assim, a abertura de possibilidades reflexivas que enriquecem a discussão e a construção de um cenário que acaba se distinguindo do ordeiro cenário colonial, descrito nos documentos oficiais.

Um último ponto a ser mencionado sobre as documentações históricas utilizadas é a questão das diferenças ortográficas entre a praticada naquele período e da escrita contemporânea. Diante dessa situação, e visando uma leitura mais fluída para o leitor, adotou-se como prática trazer os excertos documentais com a ortografia atualizada, de modo a manter a coerência com o restante do texto, considerando que não haja, então, prejuízo no entendimento dos fatos narrados.

Por fim, creio ser oportuno destacar o(s) contexto(s) em que o trabalho foi realizado. Não o fazemos como forma de minimizar falhas que possam ser observadas, mas com a intenção de situá-lo nas particularidades de eventos históricos (por que não?) que foram enfrentados durante a realização deste doutorado e construção desta tese, colocando-a como

“filha de seu tempo”. Iniciado o doutorado no segundo semestre de 2019, já no segundo semestre do curso, em 2020, iniciou-se a pandemia do Coronavírus, o Covid-19, que impactou o mundo de forma severa até meados de 2022¹⁴, quando a cobertura vacinal permitiu um gradual retorno às atividades presenciais. Uma parte significativa do doutorado foi realizado então, de maneira remota, sob constante estresse causado pela situação pandêmica e incertezas quanto ao futuro de curto/médio prazo.

Embora as disciplinas e eventos fossem realizados de maneira virtual, esta pesquisa foi impactada também em questões práticas, como a coleta de parte considerável do corpo documental que ainda estava por ser realizado e teve de ser adiado por conta do fechamento dos arquivos – APERS e AHRS, decorrente da necessidade de isolamento social para dificultar a circulação do vírus. Em vista disso, a coleta de fontes ocorreu posteriormente, dividindo um tempo que já deveria ser dedicado quase exclusivamente ao processo de escrita do trabalho. Decorrente dessa conjuntura envolvendo o período de doutoramento, realizou-se o pedido (deferido) de prorrogação da Bolsa CAPES e do período para entrega da tese, através da Portaria 55/2020 da CAPES.

Não bastasse o cenário pandêmico com que tivemos que lidar de forma tão intensa e impactante em nossas atividades/trabalhos, houve um outro evento que impactou de forma intensa não apenas o meu trabalho, como creio que diversos outros trabalhos de discentes do Programa de Pós-graduação em História da Unisinos. No mês de julho de 2022, a universidade informou o fechamento de diversos Programas de Pós-Graduação, dentre os quais o Programa de Pós-Graduação em História. Creio não ser necessário desenvolver longa reflexão sobre os impactos prático e psicológico que tal situação impôs, tanto ao corpo discente quanto ao corpo docente, e os prejuízos à produção da ciência histórica, tanto a nível estadual quanto nacional e internacional.

Para encerrar esta Introdução, passemos à apresentação dos capítulos que compõem este trabalho. No primeiro capítulo, será apresentado e discutido a situação do Rio Grande do Sul durante a Primeira República: quais foram os embates políticos pelo poder no Estado, os posicionamentos, ideologias e interesses que direcionaram a forma como o governo trabalharia questões envolvendo o tema terras e colonização. Esse período de troca de regime político,

¹⁴ A OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou em 05/05/2023 o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada à COVID-19. Esta medida foi tomada a partir da observação da tendência de queda das mortes pela doença, além do declínio nas hospitalizações e internações em Unidade de Terapia Intensiva. Essa mudança foi possível graças aos altos níveis de imunidade da população (vacinas salvam vidas) ao vírus SARS-CoV-2, causador da doença. Mesmo com a declaração do fim do status de Emergência de Saúde Pública, a OMS ainda considera a propagação mundial da doença como uma pandemia.

situação política delicada, foi, também, o momento em que o movimento da colonização chegou à região do Planalto, encontrando já uma complexa situação fundiária que ganharia novos personagens com o avanço de colonos oriundos das Colônias velhas e imigrantes europeus.

Dando sequência, no capítulo dois haverá o aprofundamento sobre as discussões e ações governamentais envolvendo a colonização e os personagens interessados/afetados por tal processo. Isto através da apresentação e discussão da criação e aplicação do Serviço de Proteção aos Nacionais, que após trabalho em Santa Rosa é expandido para outras áreas administradas pelo governo estadual. Em seguida, será visto o papel e influências que a criação das Colônias de Erechim e Santa Rosa cumpriu dentro do cenário fundiário estadual, tanto em seu espaço circunscrito quanto nas regiões adjacentes.

O terceiro capítulo versará sobre a aplicação dos projetos de colonização pública mista que são os objetos desta tese. Serão contemplados nas discussões questões como a organização de cada projeto, a oferta e procura por lotes coloniais, e dentro disso, o fluxo de medições e demarcações dessas propriedades. O crescimento populacional e atividades econômicas também serão pontos que ganharão nossa atenção, além de aspectos como a infraestrutura de estradas e os trabalhos para que tais obras fossem concluídas. Para encerrar, após os capítulos onde foi possível acompanhar as discussões acerca dos trabalhos de terra e colonização, bem como os planos e objetivos que se esperavam com a criação das referidas Colônias, em 1908 e 1915, e o desenvolvimento de cada uma, o último capítulo pretende abordar uma perspectiva diferente. Nele, embora sigam presentes os diversos relatórios públicos e burocráticos do governo sobre Erechim, Santa Rosa, terras e colonização, o foco será a análise de processos criminosos. A partir de tais documentos, procuramos discutir aspectos dessas sociedades coloniais que não aparecem na documentação pública, as fricções com o diferente e demarcações do espaço de cada personagem em seu espaço colonial.

2 O RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: MUDANÇAS E RECONFIGURAÇÕES

Ao longo deste capítulo, abordaremos vários aspectos importantes para compreensão de como os projetos de colonização de Erechim e Santa Rosa foram pensados. Dessa forma, iniciaremos apresentando brevemente o cenário estadual do período imperial, ou seja, qual era a situação envolvendo imigração e colonização que chegava no período republicano; em seguida, os alinhamentos e ajustes do início da República. Dando prosseguimento, discutiremos sobre quais eram os interesses e as movimentações políticas que ocorriam no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Em seguida, discutiremos as organizações políticas e as legislações que emergiram dessa movimentação no Estado, voltadas para a colonização. O quinto tópico do capítulo versará sobre o processo de reorganização agrária e a expansão da colonização para o Norte rio-grandense, ou seja, a aplicação das leis e decretos sobre terras e colonização na região estadual que ainda estava aberta à colonização e que passava, então, a receber maior atenção do governo.

Temporalmente, embora o trabalho se insira no período da Primeira República, optou-se por apresentar neste primeiro capítulo, ainda que de maneira breve, um panorama sobre a imigração e colonização ocorrida durante o período imperial. Essa escolha, justifica-se por entender-se a importância de compreender o cenário estadual que chegaria ao 15 de novembro de 1889, e que foi a base sobre a qual o governo estadual republicano positivista trabalhou a partir de seus interesses e entendimentos. Após o primeiro item, a discussão se voltará definitivamente para o recorte temporal no qual as Colônias de Erechim e Santa Rosa se inserem.

2.1 O cenário estadual que se apresenta à República

O Rio Grande do Sul, Estado mais meridional do Brasil, foi ocupado e possuiu eixos socioeconômicos distintos ao longo de sua História. A formação do Estado foi pautada, por muito tempo, pelas grandes propriedades, oriundas da concessão de sesmarias, de datas de terras, ou, ainda, pelo apossamento ilegal de vastas extensões de terras. Economicamente, a produção pecuária das estâncias na Campanha era o principal setor, além da extração de erva-mate, cuja importância ascendia no cenário estadual.

A pecuária, principal pilar da economia estadual, era desenvolvida através da criação extensiva de gado, com mão de obra escrava em grandes propriedades. A produção e extração

da erva-mate, ainda que pudesse ocorrer dentro de grandes propriedades, era produzida, em grande medida, por posseiros pobres, que tinham na erva-mate a obtenção de renda extra ou, mesmo, principal fonte de renda. Essa população pobre, vinculada à extração da erva-mate, deslocava-se mata adentro – espaços onde os ervais se localizavam –, conforme os grandes proprietários (pecuaristas) avançavam os limites de suas propriedades (ZARTH, 1997; CHRISTILLINO, 2008; SILVA, 2016).

As particularidades de cada um dos sistemas de produção (pecuária e agrícola), fazia com que houvesse pré-disposição para determinada formação vegetal. Assim, os “empreendimentos de colonização concentravam as áreas florestais não alterando a propriedade latifundiária dos grandes estancieiros, mas afetando diretamente o lavrador nacional e o ervateiro” (NEUMANN, 2016, p. 35). Ou seja, ainda que possamos considerar um acordo invisível, ou informal, onde a colonização não avançasse sobre áreas propícias para a criação de gado, e esta última também não avançasse tanto sobre áreas de mata, é mister considerar os impactos que incidiam sobre as populações autóctones presentes nessas áreas florestais, quando do avanço da colonização sobre tal espaço.

A ocupação territorial do Rio Grande do Sul foi pautada pelas necessidades que surgiam. Desse modo, os portugueses iniciaram uma ocupação sistemática com a instalação de estâncias criadoras de gado *vacum* na região da Campanha, que era a região mais estratégica, pela sua proximidade com a Banda Oriental e o enclave da Colônia de Sacramento, bem como da foz do Rio da Prata. A formação vegetal, composta, predominantemente, por áreas de campo, facilitava o deslocamento e o avanço para o interior do continente. A Campanha rio-grandense teve, então, por muito tempo, a maior parte da atenção dos portugueses, em contraponto com a metade norte do Estado, que destarte possuir alguma extensão de áreas de campo, era coberta, predominantemente, por matas, que, por sua vez, abrigavam grupos indígenas hostis aos colonizadores. Dessa forma, além de um terreno com muita vegetação, que poderia dificultar o trânsito de tropas montadas a cavalo, havia o risco de sofrerem emboscadas dos grupos indígenas, grandes conhecedores do território em questão.

Convém destacar que o termo posseiro, por mais que comumente fosse utilizado para referir-se aos pequenos posseiros, poderia, também, abarcar proprietários de diferentes extensões de terras. Diz respeito a propriedades que não possuíam os documentos comprobatórios sobre a terra ocupada, o que poderia gerar problemas posteriores. Via de regra, aqueles categorizados como posseiros (pobres) eram caboclos/nacionais. Esse grupo, que vivia nas áreas de mata, juntamente com os indígenas e eventuais escravizados fugidos, não pode ser reduzido, simplesmente, a um entendimento genético, com a classificação de raça.

Em um cenário produtivo/econômico, predominantemente voltado para a grande exportação, ocorria, paralelamente, uma escassez de alimentos ofertados no mercado interno brasileiro. Tal insuficiência dos produtos de primeira necessidade fez com que o governo ligasse um alerta, passando a pensar em possibilidades para redução do problema (CHRISTILLINO, 2010). Junto a essa preocupação sobre o abastecimento, estava em pauta uma discussão nacional sobre a formação e a “cara” que a sociedade brasileira possuiria. Tal discussão/preocupação ocorria por conta da conformação étnica da sociedade, já que era composta em grande número por negros, indígenas e caboclos, e, em menor medida, pela presença de pessoas consideradas brancas. Nas discussões de como resolver tais problemas, surge, então, a proposta de imigração e colonização com imigrantes europeus, de origem não-ibérica, de preferência povos germânicos, que se acreditava, seriam ordeiros e trabalhadores¹⁵ e, principalmente, brancos.

Essas questões que perpassavam as discussões no centro do Império (e depois República), eram presentes, em sua maioria, também na Província sulina. Para Cristiano Christillino, o processo de colonização no Rio Grande do Sul “foi o encontro de um projeto político da Coroa, no sentido de criar uma base social de apoio alternativa aos estancieiros da campanha, e um anseio de uma parcela da elite gaúcha interessada na ‘tranquilidade pública’ e, principalmente, nos negócios de terras” (2008, p. 87). Conforme os projetos de imigração e colonização iam sendo colocados em prática, ocorria, de maneira proporcional, o aumento do número de pequenas propriedades na, então, Província. Por ser mais tardiamente ocupada por propriedades, a existência de sesmarias é mais rara, visto que a concessão de sesmarias se encerrou com a Proclamação da Independência brasileira. Mesmo assim, grandes propriedades foram sendo formadas por meio de outras formas de concessão de terras e, principalmente, pelo apossamento ilegal de terras públicas, ditas devolutas.

Sem uma legislação voltada para a questão da propriedade da terra, desde que a Lei das Sesmarias deixou de vigor no Brasil, a formação de propriedades se deu, sobretudo, a partir de apossamentos ilegais, independentemente do tamanho da área apossada. Tal cenário apenas começaria a mudar, mesmo que lentamente, a partir de 1850, quando foi criada, no Brasil, a Lei de Terras, e da sua regulamentação no ano de 1854, a primeira legislação agrária brasileira, conferindo valor econômico à terra, com a obrigatoriedade de aquisição apenas a partir da compra (ou herança). Cabe destacar, contudo, que tal lei acabava por dar espaço e legitimar

¹⁵ As discussões em torno da imigração e colonização, para além das mudanças que acarretariam as características fenotípicas brasileiras, visavam, também – e, talvez, principalmente –, a questão de mão de obra nas fazendas exportadoras, visto que o fim do mercado escravista se aproximava e era necessário outra fonte de mão de obra.

práticas mais antigas, incorporando-as ao texto legislativo. Seria uma legislação mais preocupada em dar conta do passado, do que propor um novo futuro.

Junto às discussões e mudanças observáveis que diziam respeito à propriedade da terra, havia, entre a elite, a ideia de que os imigrantes e seus descendentes contribuiriam para o aperfeiçoamento da identidade nacional (LESSER, 2015). Ocupando um mesmo espaço, ainda que em estágios diferentes – um iniciando a presença e o outro já consolidado a séculos –, agiasse de maneira a reforçar as diferenças entre imigrantes e escravizados. Truzzi e Zanini ao estudarem a italianidade nos interiores de São Paulo e Rio Grande do Sul, discutem as ações empreendidas por imigrantes italianos nas fazendas de café paulistas, de maneira a demarcar a sua diferença em relação a negros e mulatos (2018).

Desde sua concepção de objetivar o embranquecimento de uma sociedade majoritariamente negra e indígena, a imigração estrangeira e a colonização de terras contribuíram para consolidar ideais racistas na sociedade brasileira (NEVES, 2021). A predisposição do governo em oferecer partes do território brasileiro a estrangeiros ao invés de propor uma ocupação sistemática já com uma população disponível, era um sinal da crença na superioridade do branco em comparação àqueles não-brancos. Esse fato não significa que antes da imigração europeia não ibérica a sociedade brasileira não era racista, mas sim, que esse processo possui importante papel – desde seu debate até a aplicação prática – na consolidação de ideias racista de superioridade de pessoas brancas.

Os imigrantes criariam, com a influência dessas ideias, uma nova identidade vinculada ao espaço colonial, que estaria imbuída dos estigmas de raça que circulavam no país. Seria resultado dos estímulos recebidos desde o momento em que incorporavam a categoria imigrante, e de situações que refletiriam etnocentrismos (e o racismo), que culminariam no sentimento de superioridade daqueles que possuísem origem europeia, em contraposição aos brasileiros (negros, indígenas, nacionais), pois seriam grupos civilizados, diferentemente daqueles grupos que já habitavam o Brasil (SEYFERTH, 2008).

Algo assim pode ser observado quando imigrantes italianos, temendo receberem tratamento igual ao dispendido aos escravizados, reforçavam a sua suposta superioridade na hierarquia social em relação ao outro grupo, na tentativa de colocar todos “no lugar certo”. Utilizando o argumento de sua cor e predisposição ao trabalho, diferentemente do que encontrado em outros grupos, principalmente em demonstração aos patrões, buscavam se diferenciar dos negros no espaço rural paulistano. Logo, da procura por tal demarcação de espaço e diferenças, onde buscavam igualmente se colocar como uma categoria superior ao brasileiro e ao negro, ocorre o surgimento de contatos interétnicos muitas vezes violentos e,

portanto, possíveis de serem estudados a partir de processos crimes, como realizado por Vendrame (2014; 2016; 2023) e Neves (2021).

Da necessidade de demarcar o espaço de sua comunidade, bem como defendê-la em questões intra e extracomunitárias, é que surgia o uso da violência física e conflitos entre os imigrantes italianos e brasileiros. Logo,

o domínio sobre o território imigrante foi sendo legitimado através dos mecanismos de justiça autorregulativos e violência física. Além de constituir comunidades, com suas capelas e esferas religiosas e associativas, o controle sobre um lugar se fez através de práticas sociais que visavam garantir o reconhecimento de espaços de direitos (VENDRAME, 2023, p. 75).

Dentro dessa busca pelo reconhecimento de espaços de direitos, como a autora coloca, e embora possa chamar mais atenção os conflitos interétnicos que resultaram em processos crime, a tensão existente em um espaço em construção/consolidação ocorria, também, dentro do próprio grupo, na procura por manter uma coesão e adoção de postura e interesses específicos e previamente definidos (VENDRAME, 2016).

Ainda que o processo imigratório fosse voluntário e planejado, era permeado pelo saudosismo pela terra natal e um período adaptativo ao novo espaço de vida. Somando tais aspectos, os imigrantes agiam de forma que seus novos espaços englobassem características corporativas aplicadas pelos próprios a partir de práticas de justiça e controle social (VENDRAME, 2023). Tal forma de agir individualmente ou em grupo era, ao fim e ao cabo, um meio utilizado para defender as expectativas e projetos do grupo imigrantes, dentre eles, a honra familiar e questões econômicas e morais ante agentes externos ou desconhecidos.

Essas estratégias – analisadas por Truzzi, Zanini, e Vendrame –, sobre a busca por uma reafirmação de superioridade frente a outro grupo, são também discutidas por Lesser (2015). Lesser, além de reforçar a importância da imigração para a política de branqueamento, pensada pelo governo imperial, apresenta como os imigrantes passam a adotar o mesmo discurso eugenista, de maneira a assegurar sua situação na hierarquia racial (social e econômica) brasileira, e sua superioridade ante os nacionais. Os contatos interétnicos entre imigrantes e nacionais, nessa busca pela distinção e diminuição do outro não imigrante, podem ser observados a partir de situações cotidianas, incluindo aí a violência, uma vez que se colocando como superiores, os imigrantes “se sentiam autorizados a gerir um tipo de justiça local, distante dos tribunais” (VENDRAME, 2014, p. 65).

Com a influência eugenista na produção e a aplicação dos projetos coloniais, embora os imigrantes alemães fossem considerados brancos, havia a preocupação por conta da religião

distinta daquela que era oficial do Império brasileiro, já que poderia causar problemas. Com o início da imigração italiana e polonesa, grupos majoritariamente católicos, considerava-se que a integração poderia ocorrer de maneira mais tranquila (SEYFERTH, 2008). Logo, as mudanças de predominância nos grupos étnicos que entravam no Brasil impactavam em aspectos que poderiam facilitar, ou não, a assimilação, conforme os nacionalistas, como aponta Seyferth (2008), mantinham a ideia de branquear¹⁶ a população, a partir da entrada desses novos grupos.

2.2 Tem início a República: os alinhamentos na sequência do processo de imigração e colonização

Embora o Brasil já possuísse a experiência da imigração desde o Império, a sua ocorrência durante a Primeira República¹⁷ possuiu algumas outras influências e cenários, como a necessidade de disputar imigrantes com países como Cuba, México e os Estados Unidos da América, que estavam se tornando destinos atrativos. O período republicano encara, então, no que diz respeito a questões (i)migratórias, diversas situações e modificações. Como consequência disso, mudanças são observadas no reforço das práticas para atrair imigrantes na busca pela substituição da mão de obra, que até recentemente havia sido de escravizados, e pela própria migração interna, oriunda do fim do sistema escravocrata (SCHWARCZ; STARLING, 2018). Por mais que durante o período político anterior a relação entre mão de obra escravizada/negra e a oriunda da imigração já ocorresse, é inegável a intensificação desse

¹⁶ Baseada a partir dos preceitos do darwinismo racial e antropologia criminal, defendia-se que cada raça possuía valências diferentes, com os brancos estando no topo da pirâmide, enquanto negros indígenas seriam inferiores, com a mestiçagem sendo a pior possibilidade. Lília Schwarcz e Heloísa Starling, ao escreverem sobre a participação do Brasil no I Congresso Internacional das Raças, apontam para o texto do representante brasileiro, que defendia que “a partir dos argumentos biológicos e sociais, num futuro branco e pacífico, com os negros e mestiços desaparecendo para dar lugar a uma civilização ordenada e crescentemente branqueada” (2018, p. 343). O imigrante ideal, então, não poderia ser outro que o imigrante europeu branco, que teria importante papel no plano de que em 100 anos, o Brasil observaria a “extinção paralela da raça negra”.

¹⁷ O projeto republicano serviu como uma saída legítima frente à falência do Império, juntamente a “uma ampliação importante do espaço público durante a década de 1880” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 316). O avanço de novas correntes intelectuais e modernas, além de novos interesses de camadas influentes, determinaram o final da já desgastada monarquia dos trópicos. A falta de unidade e as contradições dentro do grande grupo favorável à queda da monarquia seriam visíveis já nos primeiros meses da República, durante as tratativas para organizar o novo regime, levando a rachas dentro desse grupo revolucionário (COSTA, 1999). Não obstante tal situação, buscou-se, então, colocar em marcha diversas mudanças para enquadrar o Brasil nesse novo momento, buscando demarcar uma modernidade frente ao atraso monarquista; mas, das mudanças que se observaram, “certas características vindas de longa data persistiam e foram até aprimoradas” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 320). Entre a disputa pelo poder entre militares e oligarquias cafeicultoras, o governo de Campos Salles inicia a “política dos governadores”, onde passa a entregar o poder dos Estados às oligarquias regionais, em troca de apoio na esfera federal (COSTA, 1999). O Brasil do período temporal deste trabalho é, então, complexo e com diversas negociações envolvendo controle político nas diferentes esferas e, embora não pareça influenciar de maneira tão direta no nosso recorte, este não está isolado de tais atividades, principalmente considerando o caráter público dos empreendimentos de Erechim e Santa Rosa e os diversos interesses particulares que o cercavam de um modo ou outro, em esfera estadual e mesmo em esferas mais próximas dos núcleos.

contato interétnico após a abolição da escravidão, e a preferência por trabalhadores brancos ao invés de inserir os agora libertos no espaço laboral.

As mudanças políticas e sociais que ocorriam no país, acabam mexendo com a população rural camponesa formada, até então, por posseiros categorizados como nacionais. Este grupo, de conformação diversa, procurava adaptar-se ao contexto que lhes era imposto, negociando as terras que ocupavam a lindeiros, visando se transferir para novas frentes ou, ainda, se inserindo no mercado, através da extração de erva-mate, da venda de parte dos alimentos que produziam em seus apossamentos, ou prestando serviços a fazendeiros e imigrantes. Desta forma, seria possível considerar que esta população se aproximaria da adaptabilidade dos camponeses estudada por Jan Van der Ploeg (2016), que discute como condicionantes externos, tal como o Estado, políticas públicas e contexto sociais influenciariam as ações tomadas pela população camponesa.

Toda essa alteração e influências impactaram na população de homens livres pobres que viviam sem a posse legal das terras ocupadas, já que, à medida que os lotes coloniais avançavam, tal grupo acabava sendo marginalizado, sendo ainda mais excluídos da sociedade rio-grandense. Isso pode ser observado, por exemplo, no complexo colonial da Colonizadora Meyer, estudada por Rosane Neumann: este complexo tratava-se de uma “colônia étnica alemã e para alemães” (2012, p. 7), o que acabava por excluir o nacional tanto pelo fator étnico quanto pela situação de intrusão em que este se encontrava naquele espaço.

O acréscimo de novos grupos populacionais impactou de várias formas a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Inseridos por meio de projetos coloniais considerados etnicamente homogêneos, principalmente durante o período imperial, mas também ao longo da República, é necessário desconsiderar esses espaços como fechados em si e sem contatos interétnicos. Para tal, é necessário pensar variedade étnica para além de outros grupos de imigrantes (italianos, poloneses, russos etc.). Estão inseridos nessa categoria, então, também a população nacional, indígena e a população negra (escravizada, fugida ou liberta), que, em muitos casos, já viviam e circulavam nos espaços posteriormente destinados a uma colonização com europeus.

Seguir essa linha de raciocínio é acompanhar também os diversos trabalhos historiográficos que trouxeram nas últimas décadas uma nova perspectiva à temática de imigração e colonização, que demonstram que não houve isolamento nas Colônias alemãs do período imperial (TRAMONTINI, 2003; WITT, 2015; AREND, 2020). Nos espaços de colonização italiana, igualmente é possível observar um constante contato entre imigrantes e diversos grupos que já habitavam aquelas regiões. Fosse a partir da circulação propiciada pelas

casas de negócios, ou ainda através da negociação para compra de terras junto a proprietários brasileiros, objetivando a revenda aos conterrâneos italianos, como ferramenta de criação e manutenção de vínculos e status dentro da sociedade colonial em questão (VENDRAME, 2016; NEVES, 2021).

Desta forma, embora o ideal de colonização mista tenha sido sistematizado (e colocado como um dos objetivos principais) pelo governo positivista sul rio-grandense ao longo da Primeira República, ao buscar na historiografia sobre esses espaços de colonização pública do período imperial¹⁸, percebe-se que a ideia de homogeneidade pode e deve ser questionada. Isto pois, a disposição ou predominância de uma etnia não impedia que outros grupos se instalassem nas colônias ou próximo delas e, principalmente, realizassem contatos através de comércio e prestação de serviços. Os objetos de nossa análise não são, então, juntamente com Ijuí e Guarani, os primeiros núcleos etnicamente mistos, mas sim, os primeiros em que há uma organização desde a sua concepção para incentivar e expandir esse caráter, e não seriam os últimos a discutirem uma colonização em tais aspectos¹⁹.

Ainda que se possa questionar essa reflexão a partir da consideração de origem da maioria da população desses núcleos, ou a sua disposição ser muito mais central do que o permitido para brasileiros (que poderiam ser relegados a lotes coloniais nos limites territoriais

¹⁸ As ideias de colonização mista, não foram criadas, então, pelos políticos do PRR que governavam o Rio Grande do Sul nesse período. É oportuno destacar que, durante o Império, há menções sobre Colônias com colonos de diferentes origens, incluindo nacionais/caboclos, como podem ser observadas em diversos relatórios do Ministério da Guerra e do Ministério do Império, indicando uma colonização multifacetada. Nos Relatórios do Ministério da Guerra, entre as discussões sobre Colônias militares, surgem diversas menções à existência de colonos civis dentro de tais núcleos, podendo eles terem origem portuguesa, holandesa, belga dentre outras, juntamente com colonos nacionais (1866; 1867). Já no Relatório do Ministério do Império do ano de 1873, ao citar Colônias como Monte Alverne (de 449 habitantes, possuíam 113 nacionais e 336 estrangeiros), Santo Ângelo (1.595 habitantes com 655 nacionais e 940 estrangeiros) e Nova Petrópolis (1.238 habitantes na proporção de 580 nacionais e 649 estrangeiros), no Rio Grande do Sul, e da Colônia Mucuri (701 habitantes somando os 288 nacionais e 413 estrangeiros), em Minas Gerais, possibilita visualizar a complexidade e diversificação populacional nesses projetos coloniais, criados décadas antes da colonização mista virar uma política pública consolidada, discutida nesta tese.

¹⁹ Uma defesa das vantagens que a colonização mista permitiria, pode ser observado anos após o final da Primeira República, como no discurso apresentado por Samuel Benchimol, onde o autor destaca que “para o imigrante-colono que se dirige para os campos em missão pioneira-agrícola tudo tem que ser preparado convenientemente para recebê-lo. Escolas tem que ser criadas para os seus filhos, hospitais, casa para moradia, estrada para a manutenção do transporte. Ao lado disso equipamento de trabalho e financiamento da sua produção inicial. Numa colonização com elementos estrangeiros deve também ser previsto um possível perigo político de enquistamento de colonos de uma mesma nacionalidade formando às vezes verdadeiras minorias raciais, sem assimilação nem mistura. Para evitar este perigo o ideal seria o da colonização mista de elementos nacionais e alienígenas” (1946, p.199). A partir de tal citação, é possível observar que os mesmos termos utilizados pelo governo rio-grandense na defesa dos projetos de Colônias como Erechim e Santa Rosa, no início do século, seguiam sendo utilizados em discussões sobre colonização décadas depois, em meados do século XX, mostrando uma perenidade de argumentos na preocupação com a conformação da sociedade brasileira e inclusão dos contingentes imigratórios que o país seguia recebendo, concomitante ademais, com o processo de expansão de ocupação do território brasileiro para as regiões centro-oeste e norte.

da Colônia e/ou de menor qualidade), a circulação de pessoas em ambientes de negócios e sociabilidades já indicam relações interétnicas e a troca de saberes, de tensão e conflitos.

Para assentar a população imigrante que se dirigia para o Rio Grande do Sul, era necessário espaço livre, disponível para a colonização. Considerando a vasta presença de nacionais em terras devolutas, era preciso ocorrer um processo de desocupação, com a expulsão e conseqüente marginalização dessa população posseira. Essas alterações, que impactavam a população autóctone, em vista de estabelecer estrangeiros como proprietários de terra, acabaram por propiciar um rearranjo na organização social do Estado.

É possível considerar que, no Rio Grande do Sul, ocorreu uma inversão no conceito de *estabelecidos e outsiders*, proposto por Norbert Elias e John Scotson (2000). Para chegar nesse conceito, os autores discutem sobre o observado na comunidade de Winston Parva (nome fictício) e a relação desenvolvida entre a parte da população de habitação antiga (*estabelecidos*), em detrimento de um grupo de chegada mais recente (*outsiders*). Os autores observariam que o primeiro grupo possuía imposição e poder, de maneira a fazer valer seus desejos e interesses, enquanto o segundo grupo deveria se adaptar ao que lhes era imposto.

Dessa forma, considerando que, para o cenário aqui estudado, seriam os indígenas e os nacionais os estabelecidos, e os imigrantes os *outsiders*, a dinâmica foi distinta. Com maior atenção recebida para o atendimento de suas necessidades, eram os imigrantes que possuíam maiores direitos, como se fossem naturais desse novo espaço a que haviam imigrado. Todavia, dentro da população imigrante/descendentes, é possível distinguir-se os imigrantes católicos e os imigrantes luteranos. Os primeiros, por serem praticantes da religião adotada como oficial pelo Império brasileiros, possuíam mais direitos. Por sua vez, os imigrantes que professavam a religião protestante, enfrentavam diferenças, tal como a possibilidade de professar sua fé, desde que em prédios que não possuíssem a aparência externa de templo religioso.

Ainda assim, dentro de tais diferenças internas da população imigrante, e das distinções de direito que possuíam, considerando os imigrantes como um todo, havia um limite de direitos que tal grupo poderia acessar, alijando-os por exemplo, de participar de eleições²⁰, tanto como eleitores quanto como candidatos. É o grupo que possuía a preferência governamental para a ocupação e uso das terras do Estado da maneira como era entendido mais eficiente. Já os outros dois grupos, por mais que estabelecidos há mais tempo, iam sendo, paulatinamente, expulsos e

²⁰ A proibição da participação de imigrantes ou descendentes na política estadual teve fim apenas no ano de 1881, com a criação da Lei Saraiva. Até então, a Assembleia era formada apenas por estancieiros e profissionais liberais. Ver: PIASSINI, 2017.

marginalizados das terras ocupadas por si, para darem espaço para a chegada e expansão do novo grupo, que teria tomado o lugar de estabelecido.

Por mais que houvesse o impacto sofrido, em decorrência da criação e avanço de projetos coloniais, esses homens livres pobres estavam inseridos na economia estadual. Ainda que pudesse não ser tão expressiva, sua inserção no circuito econômico estadual ocorria tanto através de atividades extrativistas quanto com produtos agrícolas. Além da presença no mercado regional, com diversos produtos, os caboclos também integravam, muitas vezes, a mão de obra sazonal em outras propriedades, em diferentes serviços, para complementar a renda tirada de seus apossamentos. Ocorre que, sem meios para regularizarem tais apossamentos, ficavam à mercê dos interesses de fazendeiros em expandir suas propriedades. Esse processo se intensificou, então, com o cenário de colonização e de constante valorização fundiária, decorrente da expansão da procura por lotes coloniais.

A venda de terras contíguas a núcleos coloniais, além de ser um expediente para quem se via acuado com o avanço da população colonial, se colocava como uma forma de lucrar pontualmente, vendendo a totalidade ou uma parte de seu apossamento à imigrantes que possuíssem condições para adquiri-los. Era também uma oportunidade que beneficiaria ambas as partes. É o que Vendrame observa no movimento colonizatório que ocorria na Colônia Silveira Martins e região próxima. O cenário em questão assim se desenvolvia:

o espaço que compreendia os núcleos da Colônia Silveira Martins era circundado por amplas extensões de campos e matos de proprietários luso-brasileiros. Frente à demanda das novas levas de imigrantes, aqueles dividiram parte dos domínios e colocaram à venda pequenos lotes. Entretanto, nem todos os italianos que chegavam tinham condições financeiras de fazer tal compra, sendo encaminhados, então, a núcleos distantes de ocupação, como a Colônia Jaguari, no município de São Vicente” (VENDRAME, 2016, p. 79).

Sendo as Colônias um espaço previamente delimitado, com suas devidas divisões internas, ao alcançar a sua ocupação máxima – que poderia ocorrer em maior ou menor período, a depender do fluxo imigratório que para ali se dirigia –, a solução era avançar sobre áreas próximas, principalmente para que houvesse maior possibilidade de se assentar próximo de familiares ou conhecidos. Ao mesmo tempo, poderia ser uma saída para aqueles que vinham com o intento de adquirir terras contíguas, a fim de facilitar o trabalho familiar, até que houvesse a necessidade de fragmentação entre os membros familiares.

O discutido por Vendrame demonstra, então – para além do uso dessas oportunidades para manter uma proximidade social dos seus –, o avanço colonizatório, que algum tempo

depois faria com que a região do Planalto passasse a ser o foco desse processo no Rio Grande do Sul, concentrando a maior parte da atenção governamental durante o período perrequista.

A região coberta de matas e de diversos espaços geográficos do Estado foi tardiamente sendo apossada e transformada em fazendas e, conseqüentemente, foi também a última a ter sua ocupação completada pelo processo colonizatório. Entretanto, isso não significa que era uma região totalmente desabitada, apesar de o governo dar a entender por vezes que assim a considerava. A região florestal abrigava – para além dos grupos de indígenas e nacionais – negros, fossem escravizados ou fugidos, que buscavam nas matas uma proteção e um espaço de liberdade.

Nos primeiros tempos de colonização, os imigrantes que optassem por se dirigirem ao Rio Grande do Sul receberiam vários subsídios do governo imperial. Para além do recebimento de passagem e transporte até o lote designado, recebiam insumos e ferramentas de trabalho, para o estabelecimento em um lote rural (77 hectares a princípio). Essa forma de amplo subsídio para o imigrante europeu era, contudo, muito onerosa para os cofres imperiais, que veriam resultados/retorno apenas alguns anos depois, passado o período de adaptação e organização da produção nos lotes coloniais. Diante de tal atraso no retorno de todo o investimento realizado, a forma de acesso ao lote modificou-se, com alterações no preço e no prazo para a quitação do valor, de modo que pudesse requerer o título definitivo da propriedade.

Por mais que, a partir de 1914, o governo estadual focasse na imigração espontânea como forma de atração, nos primeiros anos do século XX ainda havia algumas formas de subsídios, principalmente, focando no período inicial de assentamento no lote colonial. Nos relatórios produzidos pela Secretaria de Obras Públicas, podemos acompanhar, então, essas mudanças e como interferiram na colonização e na relação entre imigrantes/colonos e governo. Em relatório de 1908-1909, é relatado que

Foram 16 famílias holandesas as primeiras encaminhadas pela Diretoria de Povoamento, com destino à colônia Ijuí. Não se conformando essas famílias com os auxílios que o regulamento estadual garante, reclamaram ao Governo da União, por intermédio do ministro de seu país, no Rio, as vantagens prometidas nas bases regulamentares para o serviço de povoamento, no que foram atendidas²¹.

²¹ *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado Cândido José Godoy, em 28 de agosto de 1908-1909.* Porto Alegre, Tipografia da Livraria do Globo – L. P. Barcellos & C. 1908-1909. p. 9.

Nesse excerto do relatório, podemos ver que, embora estivesse ocorrendo um movimento para a diminuição e fim do custeio da vinda de imigrantes, tanto a esfera estadual quanto a federal, ainda ofereciam algum suporte. Ainda assim, os imigrantes poderiam receber apenas um desses suportes; mas, partindo do que consta na citação acima, haveria, ainda, brechas possibilitando o recebimento de ambos os auxílios. Junto a tal conhecimento sobre a legislação imigrantista brasileira, acionariam os representantes de seus países de origem, para que intercedessem junto ao governo brasileiro em seu favor.

Tal episódio acaba por despertar atenção no governo estadual, que, observando surgir reclamações similares, alega que viria “por parte de imigrantes, que não sendo agricultores encontram maior dificuldade em iniciar suas atividades nos trabalhos do solo”²². De maneira a dirimir a possibilidade de episódios similares no futuro, o governo passa a acordar com os imigrantes, ainda em solo europeu, que aqueles que viessem para o Rio Grande do Sul, aceitassem receber apenas os favores constantes no regulamento estadual.

As famílias que buscavam receber auxílios do governo estadual e federal seriam, então, principalmente de origem urbana (operários e artistas) e que, mesmo sem experiência alguma no trabalho com a terra, teriam sido direcionados para a colonização rural. Se os primeiros tempos em lotes rurais já eram difíceis para aqueles que possuíam o conhecimento na agricultura, os desafios seriam ainda maiores para quem não possuísse o mínimo conhecimento (RELLY, 2017). A estratégia de busca por todos os auxílios possíveis seria uma maneira de sobreviver mais um período sem produção (de possível aprendizagem ao novo cenário), ou vislumbrar, com tais valores, o deslocamento para centros urbanos, onde pudessem praticar sua profissão de origem.

Para o governo, situações como essa eram algo que deveria ser mitigado, de maneira a impedir sua ocorrência. Visto que se buscava diminuir os gastos públicos com imigração, ceder dois benefícios para quem poderia demorar mais tempo a dar retorno, ou utilizar o valor para deixar a terra e migrar para cidades, seria contraproducente.

O mundo da propaganda emigratória, atrativa e criada de modo a convencer europeus a saírem de suas pátrias de origem ou de, já com essa decisão tomada, de se deslocarem para o Brasil/Rio Grande do Sul, poderia render grandes expectativas. Estas, poderiam não estar dissociadas de decepções ao se depararem com uma realidade distinta do que era

²² *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado Cândido José Godoy, em 28 de agosto de 1908-1909.* Porto Alegre, Tipografia da Livraria do Globo – L. P. Barcellos & C. 1908-1909. p. 9.

propagandeado. Diante de um cenário diferente ou mais penoso que o inicialmente esperado, os imigrantes poderiam requerer ressarcimentos ou até um pagamento para que retornassem à pátria de origem.

O caso acima exposto, das famílias holandeses que, em contato com a representação diplomática de seu país, cobra os governos estadual e federal para obter mais recursos, segue uma linha próxima daquela dos imigrantes italianos que entram em contato ou com os governantes de seus povoados – antes do embarque – ou com o consulado, após a chegada ao destino.

Tanto o caso das famílias holandesas quanto os casos apontados por Vendrame demonstra uma “participação ativa das famílias em solicitar aquilo que achavam ser direito, reivindicando junto às instâncias de poder a obtenção de privilégios” (2016, p. 81). Devido ao tamanho que representava a escolha em largar tudo que se possuía no país de origem e tentar melhores condições em um lugar desconhecido (apesar das propagandas e trocas de correspondências), possuir um bom conhecimento sobre as legislações referentes ao status que se adquiriria ao embarcar na jornada migratória, poderia ser muito útil, também para resistir e pleitear ajudas.

Os imigrantes não podem, assim, serem considerados apenas como inocentes ante o novo cenário e legislação. Esse conhecimento legal, seja por estudo próprio do que poderia lhe dizer respeito, ou por conversas com outros imigrantes na mesma situação ou com pessoas mais esclarecidas já no núcleo colonial, poderia resultar em requerimentos para o governo após o assentamento. É o caso, por exemplo,

de um grupo de imigrantes italianos residentes nos núcleos coloniais da Serra Gaúcha, alegando terem sido enganados pelas promessas do governo brasileiro divulgadas em boletim espalhado na Itália, solicitou que fossem liberados do pagamento dos lotes de terras. Caso não fossem atendidos, ameaçavam abandonar o cultivo das terras da região (VENDRAME, 2016, p. 81).

Por mais que houvesse pessoas lesadas com uma propaganda enganosa, ocasionando quebra de expectativas ou algum outro choque, havia aqueles que, manejando a situação, utilizariam o fato de terem sido vítimas de propaganda enganosa para que conseguissem obter outros benefícios que não constavam inicialmente (VENDRAME, 2016). E sendo colonização guiada pelo governo, ou que envolveria principalmente a iniciativa particular, quando dessas problemáticas, recorria-se ao governo estadual. Havia, então, uma participação mais próxima ou mais distante do governo, independente se principal agente dos projetos de colonização, tanto ainda enquanto Província, quanto posteriormente, já como um Estado federativo.

Dito isto, o advento da República, foi acompanhado de várias mudanças em questões legislativas e governamentais. Mudanças que visavam se adequar às perspectivas e posicionamentos daqueles que eram, agora, os legisladores. A situação agrária, a imigração e colonização foram igualmente impactadas, principalmente considerando as especificidades no caso do Rio Grande do Sul, onde o governo tinha por objetivo “legitimar aquelas (posses) provenientes do período imperial como para resolver os problemas que elas causam para a colonização” (RÜCKERT, 1997, p. 111). Estratégico, tal problema complexo, já o considerando isolado, ganhava novas dificuldades por conta da morosidade na realização e burocratização dos processos.

Nesse novo regime político, por mais que novas legislações agrárias tenham surgido, como a Lei de Terras de 1899 (estadual), estas possuíam influência do texto da lei de 1850. A segunda, que preconizava a aquisição de terras devolutas através da compra, possuía artigos que autorizavam a regularização de sesmarias e outras concessões, desde que com princípios de cultura (artigo 4º), e a regularização de posses mansas e pacíficas (artigo 5º). Este último artigo é o que possui a brecha para que pequenos posseiros pudessem regularizar sua situação, caso tivessem o conhecimento da lei e os meios para buscar os serviços.

Na legislação estadual de 1899, seguia a proibição de novos apossamentos, mas possibilitava a regularização de posses realizadas anteriormente à Proclamação da República, num prazo de dois anos, a contar da regulamentação desta lei (05 de outubro de 1899)²³. Apossamentos realizado após 15 de novembro de 1899, não poderiam ser apenas legitimados, mas sim serem comprados, através do pagamento de indenização com valor a ser fixado²⁴.

A legislação em âmbito nacional referente à questão de terras e colonização, visava controlar a apropriação de terras, por parte de estrangeiros, nas regiões produtoras de café, enquanto controlaria a colonização nos demais estados (KLIEMANN, 1986). Nessa legislação, são categorizadas as propriedades particulares e devolutas em três categorias, de maneira a organizar as alterações e novas aquisições de propriedades, além de orientar a necessidade de colocação de infraestrutura básica para o desenvolvimento de novos centros populacionais, núcleos coloniais.

Em terras rio-grandenses, juntamente com a influência da Lei de Terras, as legislações agrárias foram também influenciadas pelo positivismo, ideologia de grande influência no

²³ RIO GRANDE DO SUL. Art. 4º. *Lei N° 28, de 5 de outubro de 1899*. In: *Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1961.

²⁴ RIO GRANDE DO SUL. Art. 17. *Regulamento do Decreto n° 313, de 4 de julho de 1900*. In: *Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1961.

Partido Republicano Rio-grandense (PRR). A ligação entre a ideologia do positivismo e os perrepietas no Rio Grande do Sul, não fora, contudo, estável; os vários tipos de positivismo – religioso, político e o difuso – contribuíram para que o primeiro período republicano nas paragens rio-grandenses não houvesse sido estável e muito menos homogêneo (AXT, 2011).

Dessa forma, o cenário das práticas voltadas para a questão de terras e colonização acaba se tornando mais particular do que se compararmos a ações de outros partidos republicanos que governavam Estados que tratavam de imigração e colonização (SCHMITZ, 2021). Essa variação entre os Estados da Federação era resultante do modelo federalista, que atribuía maiores liberdades para cada governo estadual gerir como melhor entendesse. Junto a essa maior liberdade legislativa, as terras públicas também passavam a ser responsabilidade dos Estados e não mais da União. A adoção desta forma de divisão política, que resultou na descentralização política, além de jogar maiores responsabilidades aos, agora, Estados da União, acabava por jogar “por terra a crença no centralismo monárquico como agente de coesão nacional” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 320).

2.3 Os interesses e as movimentações políticas na Primeira República

No cenário nacional, os primeiros anos de República não foram totalmente tranquilos, e os acontecimentos a nível de país acabavam por impactar de diferentes maneiras o Rio Grande do Sul. Marechal Deodoro da Fonseca, após cometer arbitrariedades, acaba criando dissidências dentro do corpo de militares brasileiros, culminando no fechamento do Congresso Nacional, em 03 de novembro de 1891, ou seja, aplicando um golpe de Estado. O apoio do presidente do Estado, Júlio de Castilhos, ao presidente do Brasil repercute na esfera política estadual e acaba por criar dissidências, também, nos republicanos rio-grandenses, chegando ao ponto em que o governo do Estado renuncia, dando espaço para um governo provisório.

O governo provisório logo se vê envolto a diversos problemas, que acabam por dificultar a sua estadia no poder. No interior do partido há o fortalecimento de duas alas distintas: de um lado o liberalismo federalista e parlamentarista de Gaspar Silveira Martins; e de outro, o republicanismo presidencialista defendido por Assis Brasil (KLIEMANN, 1986). O Governo Provisório toma algumas medidas referentes a terras e colonização, o que demonstra a importância desses temas para a camada política do Estado, visto que independente da ala que estava no poder, lançavam grande atenção para tais pautas.

Ainda que longe do governo, o PRR acompanhava os desenlaces da política nacional e estadual, com as disputas internas no governo entre a ala de Gaspar Silveira Martins e a ala de

Assis Brasil. Cientes de tais querelas, quando ocorre a renúncia de Deodoro da Fonseca, entendem ser esse o momento de voltar à carga pelo poder estadual.

Ao apoiarem o governo de Floriano Peixoto, o PRR reúne importante suporte para o retorno ao governo do Rio Grande do Sul. Reforçando então, um contraste com o Partido Federalista de Silveira Martins e Assis Brasil, que defendiam a Constituição de 1891, suspensa por Floriano Peixoto e defendiam um sistema político centralizado juntamente com a autonomia dos municípios (SCHWARCZ; STARLING, 2018). Tal apoio passa também pela desconfiança do presidente do país para com os federalistas – consequência da Revolta da Armada²⁵. Os castilhistas aproveitando tal situação, agiam de modo a aumentar a desconfiança sobre esse grupo. Como resultado, são recolocados na presidência do Estado. Em 1892, Castilhos é reeleito e a constituição que estava suspensa volta a vigor e, como contrapartida ao governo provisório, o governo perrepista passa a tomar medidas que prejudicariam economicamente boa parte da oposição ao seu governo, e que haviam formado o governo provisório.

Além de diferenças políticas, havia, ainda, a briga por interesses econômicos, envolvidos nas desavenças entre os castilhistas e os grupos de Gaspar Silveira Martins e Assis Brasil. Ainda que houvesse, entre seus apoiadores, fazendeiros e pecuaristas, a política econômica adotada por Júlio de Castilhos era voltada, no discurso principalmente, para o fortalecimento das pequenas propriedades, da agricultura e dos setores industriais, culminando numa diversificação econômica. A maior atenção de Castilhos para as questões coloniais e as regiões surgidas a partir da colonização, pode ser compreendida como uma manobra política para se aproximar de uma nova parcela de eleitores, os colonos (nascidos no Brasil).

As políticas e ações voltadas para as questões de terras e colonização são perpassadas, então, por todo esse cenário, que, como bem assinalou Kliemann, culminam na Revolução Federalista de 1893 – e mesmo na Revolução de 1923. Os problemas e atrasos nos trabalhos de medição e legitimação de terras no Rio Grande do Sul, quer envolvendo colonização ou não, são prejudicados por tais conflitos, uma vez que recursos e atenções eram redirecionados para o conflito.

À parte das discussões político-econômicas envolvendo o governo castilhista, entendia-se que ainda havia muito trabalho a ser realizado no setor rural, oriundo das desordens da época imperial, mas, também, questões que ainda não haviam sido finalizadas, e que eram obras das

²⁵ Esta revolta ocorre, dentre outros motivos, pelo descontentamento da Marinha pelo tratamento recebido do governo republicano, já que se sentia negligenciada por Floriano Peixoto, apesar do histórico de serviços prestados ao país desde o Império (SCHWARCZ; STARLING, 2018). Num mesmo período, então, Floriano teve de lidar tanto com a Revolta da Armada quanto da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, tomando medidas drásticas quanto a primeira e apoiando o Partido Republicano Rio-Grandense na querela sulina.

reformas postas em práticas pelo regime republicano. A oposição ao governo castilhista, por seu turno, entendia que para reconquistar o poder político, se fazia necessário também voltar a ter grande importância econômica, e isso se fazia com a apropriação de terras, para que a agropecuária se desenvolvesse. A oposição, vislumbrando esse como o melhor caminho para poder crescer e enfrentar o governo em igual patamar, acabava por apoiar, ou aceitar, as proposições castilhistas voltadas para a situação agrária, como forma de também crescer e, ao fim, conseguir fazer frente a seus inimigos políticos.

Em meio às disputas entre castilhistas e federalistas pelo poder e apoio dentro das regiões rio-grandenses, a população colonial, não estava isolada, contando inclusive com diferentes posicionamentos quanto a identificação política (republicana ou federalista) (GERTZ, 2011). Atentos aos desenvolvimentos políticos e cientes dos impactos dessa esfera nos espaços coloniais, visavam também vantagens que poderiam barganhar. Logo, a população colonial se adapta e se movimenta ao cenário político, buscando benefícios, como ao argumentar que ao passo que pretendiam a manutenção das tradições vindas da Europa, entendiam que poderiam participar da política rio-grandense, visto ser o lugar escolhido para viver. Por detrás dessa

aparente sinonímia entre etnia e nação implícita na qualificação inicial de uma identidade teuto-brasileira, formalizada através das diferentes publicações e expressando, certamente, o pensamento de uma pequena burguesia e classe média emergente com interesses políticos envolvendo a emancipação das colônias mais importantes com algum desenvolvimento urbano e econômico, deu respaldo ao nacionalismo brasileiro para condenar o modelo de colonização que privilegiou o assentamento de imigrantes (SEYFERTH, 2008, p. 30).

Assim como Tramontini (2003) e Witt (2015) apontam sobre a participação política nos meios coloniais, essa citação de Seyferth, e o que escreveu Gertz, reforçam a ideia de participação política do colono. Dentro de tal participação política, a partir de seus posicionamentos, das disputas e negociações com políticos de diferentes espectros ideológicos, buscavam maneiras de atender seus próprios interesses. Considerando a ideia dos autores citados, de que a participação política dos imigrantes alemães ocorreu desde que chegaram na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1824, e, conseqüentemente, ampliando o entendimento de participação política para além da política partidária, a participação política teria ocorrido

a partir das relações sociais que [os colonos] estabeleceram entre seus pares, mas também com seus vizinhos nacionais, da ocupação de determinados cargos públicos e/ou jurídicos (ligados a burocracia provincial), como de juiz de paz e os diversos níveis da Guarda Nacional, e [por fim] da filiação aos partidos conservador e liberal,

usando-se para isso, das concessões e das brechas da legislação eleitoral (WITT, 2013, p. 7).

Esta perspectiva ampla de participação política surge principalmente a partir da década de 1990, com os estudos inicialmente de Tramontini (2003) e depois o acréscimo de outros autores²⁶, baseados na Nova História Política, que considerava política todas as ações dos sujeitos na sociedade. Assim, dentro das possibilidades e interesses, os imigrantes e colonos foram se movimentando na sociedade de maneira que pudessem alcançar seus objetivos pessoais e de grupo.

Essa participação política passou a significar igualmente a presença teuta na Assembleia Provincial. De início, a ocupação desse espaço contou principalmente com liberais, com o primeiro conservador teuto entrado em 1888 (GERTZ, 2011). Ainda assim, Gertz destaca que a presença teuta no Partido Republicano seria diminuta. Num panorama geral sobre o final do período imperial, Gertz destaca que os dados sobre esse período, ainda que demonstrassem algum contato dos republicanos com a região de colonização alemã,

sua presença e popularidade, principalmente nas colônias do interior, ainda eram relativamente limitadas. Sem qualquer dúvida, a proximidade política maior dos teutos se dava em relação aos liberais, mesmo que os conservadores tivessem uma presença não de todo desprezível. (GERTZ, 2011, p. 142)

Esse fato apontado pelo autor acaba por demonstrar que o governo castilhistas, por não possuir predominância na região colonial, precisou se apoiar em várias negociações com imigrantes e descendentes, de maneira a obterem apoio ou, ao menos, não uma oposição resistente. Tais negociações, juntamente com os discursos proferidos pelo governo – ainda que mais retóricos do que práticos –, contribuíram para as ações governamentais praticadas nas zonas coloniais, tanto mais antigas quanto as mais recentes. A busca por aproximação dos republicanos com os teutos se fortaleceu após a Proclamação da República, principalmente considerando as instabilidades observadas nos primeiros anos da República no Estado.

Em regiões onde não obtinha sucesso em lograr apoio, havia retaliações, como quando teriam utilizado os trabalhos de verificações sobre posses de terras dos colonos para pressionar quem não se alinhasse aos interesses republicanos (GERTZ, 2011). Além da utilização de serviços básicos como maneiras de coerção, Castilhos deixava claro, em todas as mensagens que enviou à Assembleia dos Representantes, a preocupação republicana pela reorganização

²⁶ Dentre os diversos trabalhos que contribuíram para essa nova percepção sobre a atividade política da população colonial, indica-se, para além da obra de Tramontini (2003), os trabalhos de Marcos Antônio Witt (2001; 2015), Caroline von Mühlen (2013) e Miquéias Mügge (2012; 2016).

dos serviços de terra e colonização. Logo, se faz importante realizar ponderações sobre o discurso e a prática dos castilhistas no poder, principalmente considerando espaços onde não possuíam apoio maciço e havia a possibilidade de ser foco de resistências ao governo.

Apesar disso, uma nova “lei de terras, foi implementada apenas no governo de Borges de Medeiros” (KLIEMANN, 1986). Ao mesmo tempo que, ao longo da Primeira República, os governos estaduais rio-grandenses se preocupavam com a questão agrária e trabalhavam para organizá-la, eles enfrentavam os problemas criados por si próprios, muitas vezes resultantes da maneira como resolviam, ou tentavam resolver, as questões que envolviam vários interessados em determinadas áreas. Exemplo disso são as indenizações que o governo pagava a particulares, quando estes fossem lesados – como quando particulares reclamavam junto ao poder público sobre a presença de intrusos em suas terras.

A questão das indenizações pagas a terceiros, por conta da presença de intrusos nas terras privatizadas, é parte de um cenário de readequações legislativas amplas, que englobavam, igualmente, a questão de terras e colonização, permitindo considerar essa questão como uma política de Estado. Com a autonomia para tratar das especificidades de cada Estado, o governo rio-grandense passou a projetar e moldar uma legislação, de acordo com seus ideais, para a organização estadual. Importante desde muito tempo, a colonização foi assunto em diferentes momentos, pois, além do entendimento de que era projeto significativo para o crescimento do Estado, acreditava-se que deveria ser tratada de maneira diferente do que havia sido praticado desde então.

Após os trâmites legais no caminho para a expedição do título de propriedade, quem assinava o documento, e possuía o poder de deferir ou indeferir tal processo, era o presidente do Estado. Assim, acabava sendo constante o contato deste com a pasta da Secretaria de Obras Públicas, que abrigava os órgãos responsáveis pela questão de terras e colonização. Nos Relatórios da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas – produzidos anualmente e apresentados ao presidente do Estado –, é possível acompanhar na seção Terras e no relatório da Diretoria de Terras e Colonização, os trabalhos realizados e os problemas enfrentados.

Entre esses problemas estavam diferenças encontradas nos títulos e plantas de medições produzidas, o que permite considerar que esses documentos tivessem sido produzidos em gabinetes, sem conhecimento do terreno em questão. Sendo produzidos em escritórios, sem a visita do responsável técnico pelo documento à área em questão, podemos deduzir que o trabalho era feito através da descrição da área pelo interessado. Isso abria brechas para que o indivíduo descrevesse a área, seus limites e composição vegetal, da maneira como bem

atendesse seus interesses no momento e futuros. Tais problemas ocasionavam a demora da finalização dos processos em andamento.

O retardo do trabalho de regularização das propriedades atrapalhava, por óbvio, a organização espacial e o desenho das propriedades no cenário estadual. Ao não possuir documento legal, comprovando a posse de determinada área, havia a possibilidade de que houvesse mais que um interessado por tal área. Em 1907, destacam que “há diversos títulos múltiplos sobre a mesma propriedade, dando assim lugar a apresentarem-se, às vezes, dois, três e mais interessados, desejando que sejam reconhecidos documentos diferentes sobre um único imóvel, pretendido por todos simultaneamente”²⁷. Essa sobreposição de documentos ocasionava lacunas não preenchidas e contradições eram encontradas, se transformando em um empecilho para a finalização de tais processos.

Essas lacunas e problemas herdados da administração provincial acabaram tomando tempo do governo perrepista, que procurava saná-los (ainda que possa não ter conseguido alcançar isso e, tampouco, não gerar novos problemas agrários). Assim, as novas instituições republicanas foram se organizando através de leis e decretos que objetivavam ordenar a questão agrária, atentando para as ideias que os componentes do governo estadual acreditavam.

2.4 Novas organizações políticas, novas legislações: as políticas estaduais para a colonização

Com as alterações ocasionadas pela mudança de regime político, e com a autonomia no regimento das questões individuais de cada Estado, garantida por essa mudança, também as legislações referentes às questões de terra e colonização puderam ser moldadas ao entendimento do governo que estava no poder, quando da criação da carta constitucional.

A criação de novas leis e decretos referentes à questão agrária e colonizatória visava o aprimoramento dessas questões, dialogando com as legislações anteriores, notadamente a Lei de Terras de 1850. Nesses documentos, detalhou-se o entendimento de como deveriam ser realizadas as medições de propriedades, as áreas que poderiam ser vendidas, como deveriam ser executados tais pleitos, enfim, diversos detalhes que visavam garantir o bom andamento desses trabalhos. E, embora que nesse período também tenham surgido órgãos públicos

²⁷ *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado José Barbosa Gonçalves em 24 de agosto de 1907.* Livraria do Globo, Porto Alegre. 1907. p. 4.

voltados para realizar ou acompanhar esses serviços, havia a constante presença de particulares interessados em assumir esses trabalhos.

Na busca pelo direcionamento do Rio Grande do Sul ao caminho do desenvolvimento capitalista, as regiões onde se observava a prática da agricultura em pequenas propriedades possuíam “potencialidades para o desenvolvimento do capitalismo” (RÜCKERT, 1997, p. 114). O próprio surgimento de iniciativas particulares de casas de negócios ou manufaturas de diferentes tipos em regiões coloniais corroborava a expectativa que se possuía diante de regiões formadas a partir de pequenas propriedades.

Tal desenvolvimento econômico com diversificação das atividades em regiões coloniais entrava em consonância com as diretrizes que o governo castilhistas traçava, juntamente com o desenvolvimento de redes de transporte e “uma preocupação social, implícita no programa de imigração e na incorporação do proletariado à sociedade” (RÜCKERT, 1997, p. 114). Observar como o governo pensava a imigração e colonização, possibilita entender, ainda que em partes, por qual razão estas áreas eram tão importantes. Compreender essa importância permite analisar a lógica por trás da disposição de tanta atenção e de tantos valores nos trabalhos de terras e colonização, já que seria um investimento a médio/longo prazo para alcançar os objetivos propostos por si próprios ao chegarem ao governo.

Existem alguns pontos mais evidentes na constituição estadual, notadamente, as diretrizes capitalistas. Envolvidas em tais diretrizes estão a diversificação econômica, desenvolvimento de infraestrutura de transporte, além de certa preocupação social, principalmente ao analisar o programa de imigração e incorporação do proletariado à sociedade (KLIEMANN, 1986). Em outra perspectiva, Gunter Axt (2011), destaca que à revelia de tais aspectos como a valorização da classe média, incorporação do proletariado e investimentos para a zona colonial estarem presentes constantemente em discursos governistas, não teria ocorrido políticas sistemáticas que permitissem a aplicação prática dessas retóricas.

Dentro dessas alterações, então, se evidenciariam mudanças concernentes à parte rural do Estado, referentes à introdução de novas técnicas e culturas, resultando em uma diversificação da produção rural passível de ser ofertada, tanto no mercado interno como para outros Estados e países. Outro ponto observado é a constante valorização da terra e o crescimento da presença de pequenas propriedades agrícola, algo que vinha em crescente ainda no período imperial.

Toda essa preocupação com o rural rio-grandense seria reflexo da procura pelo desenvolvimento estadual pela via capitalista, além de com isso, acabar com certas resistências à modernização. Como resultado, Kliemann aponta que “as reformas contribuíram para o

desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul com o aparecimento e florescimento de outras regiões produtoras além da pecuária, bem como salvaguardaram os interesses capitalistas dos estancieiros e fazendeiros do PRR” (1986, p. 49). Os movimentos executados pelos perrepistas estariam alcançando os resultados esperados, ou seja, o Estado estaria se direcionando para um desenvolvimento capitalista almejado, sem deixar de lado os apoiadores pecuaristas do governo. Aplicar seus objetivos desenvolvimentistas sem atritar com os pecuaristas que os apoiavam, não apenas era importante, como permitia espaço para que pudessem aplicar ações que culminassem no desenvolvimento da pequena propriedade da terra por meio da colonização, nicho econômico distinto do que havia sido predominante na economia estadual, até então.

As ações dos perrepistas, enquanto ocupavam o poder estadual, seriam mais voltadas para se manter no poder, ao tentar negociar com várias parcelas da população e da economia, de maneira a não dar brechas para a oposição atacar. Decorrente de reflexão sobre essa situação, Axt (2011) observa descontinuidades e rupturas nas ações do governo, na tentativa de se assegurar no poder, apontando então, a existência de um sistema coronelista de poder no Rio Grande do Sul.

O discurso presente no Relatório apresentado pela Diretoria de Terras e Colonização ao Presidente do Estado, em 1907, dá conta da dificuldade de explorar as férteis terras rio-grandenses, como um dos principais problemas a serem enfrentados pelo governo. Visando o progresso econômico estadual, o secretário de Obras Públicas, Barbosa Gonçalves, destacava que o Estado não poderia se basear, apenas, no crescimento natural e vagaroso da população rural. Por outro lado, “o aumento da população colonial, com o recurso apenas da imigração espontânea é por demais lento e insuficiente para o completo aproveitamento de toda a nossa capacidade produtora”²⁸. Contudo, o governo não conseguiria implementar por si uma maneira mais rápida para o crescimento da população colonial, por conta das altas somas necessárias para levar adiante uma imigração subsidiada.

Nota-se, então, que, em 1907, componentes do governo estadual apontavam dificuldades, caso se optasse apenas pela imigração subsidiada para colonizar as terras estaduais ainda disponíveis. Posteriormente, no Relatório do Presidente da Província apresentado em 20 de setembro de 1910, Carlos Barbosa Gonçalves, ao se dirigir para a Assembleia, apresenta um discurso que aponta para uma outra direção, talvez mais otimista, para defender a ideia de que

²⁸ *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado José Barbosa Gonçalves em 24 de agosto de 1907.* Livraria do Globo, Porto Alegre. 1907. p. 6.

a imigração espontânea seria vantajosa para os planos governamentais. Nesta mensagem, declara que por

motivos de toda ordem, morais e econômicos, cada vez mais nos convencem de que a única imigração realmente conveniente e conservadora é a que vem espontaneamente, certa das garantias de nosso regime político e completamente cônica do papel a desempenhar na nossa sociedade trabalhadora²⁹.

Ao passo que não fala sobre os baixos números dessa iniciativa, principalmente se comparado com o que poderia ser obtido com a imigração subsidiada, foca em destacar a questão positiva da mesma, no sentido de que poderiam ser números pequenos, mas não haveria gastos demasiados com essa entrada de europeus. Na segunda parte da argumentação citada acima, podemos inferir sobre quem teria feito a propaganda para a vinda espontânea de mais famílias; apostava-se, então, que os colonos e imigrantes já instalados no Rio Grande do Sul, ao dirigir-se aos seus, que ficaram nos países de origem, por meio de correspondências, ao passo que seriam um fator decisivo para a opção por migrar, também seriam aqueles que transmitiriam os benefícios do Estado e contribuiriam para que melhor se adequassem ao modo de vida e trabalho do outro lado do Atlântico.

O posicionamento governamental de não se incomodar com os pequenos números que a imigração espontânea apresentaria, mesmo com a expectativa de crescimento da população colonial, pode ter seu motivo. Esse conforto observado quanto ao resultado obtido sem o gasto de grandes somas, com subsídios, pode apontar para a ideia de voltar a atenção para os trabalhadores nacionais que estariam disponíveis para serem incluídos nos trabalhos de povoamento do solo. O presidente da Província comunica que, nesse sentido, procurava atender os nacionais com os mesmos dispositivos que amparavam os imigrantes e que buscava, “em breve, modificar neste sentido o regulamento de terras e colonização”³⁰, indicando a ideia de integrar essa população que não poderia ser ignorada. Com tal integração, compensaria a diminuição na entrada de imigrantes, bem como não precisariam de período de espera para as diversas adaptações tal como o europeu precisaria para que se tornasse produtivo e oferecesse retorno ao Estado.

²⁹ *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Na 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 20 de setembro de 1910. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, p. 30. 1910.*

³⁰ *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Na 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 20 de setembro de 1910. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, p. 30. 1910.*

Logo, a imigração subsidiada poderia ocorrer de diferentes maneiras, e, considerando que se esperava uma estratégia de “boca a boca” daqueles que, residentes em terras rio-grandenses, mantivessem contato com indivíduos e famílias que ainda estavam na Europa, seria mobilizado números menores de imigrantes do que poderia ser reunido com o trabalho de agenciadores, mas possuiriam redes que facilitariam a adaptação. Encontramos, em 1910, um ofício³¹ do chefe da Colônia Erechim, Severiano de Almeida, referente ao pedido dos imigrantes Manoel Sebastião, Mathias Gassner, Michael Leonartervicz, Joaquim Gonçalves e Heinrich Reim, todos já estabelecidos na referida Colônia. Os requerentes afirmavam que haviam deixado na Europa famílias e parentes e pediam “para uns e outros os mesmos favores que lhes foram concedidos pelo Governo da União, isto é, transporte até aqui por conta do Povoamento do Solo”³². Esse caso de imigração espontânea, partindo do contato mantido entre aqueles já estavam instalados no Rio Grande do Sul e quem não havia imigrado, traz um outro aspecto à discussão sobre os subsídios destinado a vinda de imigrantes: por mais que a propaganda sobre ser colono no Estado estivesse sendo gratuita, visto o interesse de potenciais imigrantes a partir do contato daqueles que já aqui estavam instalados, a espontaneidade nos custos da viagem poderiam não ser a cargo dos interessados.

A menção feita ao Povoamento do Solo e os investimentos em imigrantes dali decorrentes, que os próprios requerentes já haviam sido agraciados com tal, embasa o conhecimento para solicitar que o mesmo fosse utilizado para com suas redes de parentesco, que naquele momento demonstravam interesse em imigrar. Além dessa troca de conhecimento sobre possíveis benefícios da administração pública, por terem escolhido migrar para o Brasil/Rio Grande do Sul, a propaganda realizada através das trocas de missivas entre quem havia migrado e quem permanecera na Europa (mas cogitava migrar também), reforçam a importância das redes desde o ponto de decidir ou não pela imigração (TRUZZI, 2008), até o suporte após a instalação em lotes coloniais

Seguido desse ofício constando o pedido de auxílio para a vinda de familiares e parentes, há uma lista³³ dos imigrantes chamados a virem morar na Colônia Erechim, por parentes recém-chegados.

³¹ AHRS. Ofício de Severiano de Souza e Almeida, chefe da Colônia Erechim, para Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização. *Diretoria de Terras e Colonização – Diversos. Colônia Erechim*. Ofício nº 30. 20/03/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113.

³² AHRS. Ofício de Severiano de Souza e Almeida, chefe da Colônia Erechim, para Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização. *Diretoria de Terras e Colonização – Diversos. Colônia Erechim*. Ofício nº 30. 20/03/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113.

³³ AHRS. Lista enviada por José Garcia Gomes, auxiliar de escrita do Escritório da CTC de Erechim. *Diretoria de Terras e Colonização – Diversos. Colônia Erechim*. 23/03/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113.

Tabela 1 – Relação dos imigrantes chamados da Europa para a Colônia Erechim por parentes recém-chegados

NOMES	IDADE	OBSERVAÇÃO
Gertrud Gassner		Requerente Mathias Gassner
Maria		
Josef		
Mathias Weuss		
Agnes		
Suzana		
Mathias		
Maria Reim	35	Requerente Heinrich Riem
Francisco	22	
Maria Rotenfem	16	
Anna	11	
Carlos Leonartervicz	30	Requerente Michael Leonartervicz
Martha	30	
Martha	8	
Eliese	5	
Lucia	2	

Fonte: Lista enviada por José Garcia Gomes, auxiliar de escrita do Escritório da CTC de Erechim, para a Diretoria de Terras e Colonização. 23/03/1910.

A indicação pela opção de imigrar para a Colônia Erechim, traria 16 pessoas para a Colônia, que já possuiriam uma rede de apoio, principalmente para os primeiros momentos, mas também para sociabilidades em um território estranho. Além da constatação de sobrenomes iguais, indicando o pedido ser feito para a vinda de familiares, é possível considerar que os de sobrenome diferente possuiriam alguma ligação com os requerentes, reforçando a existência de laços e comunicação entre os que primeiro emigraram e aqueles que ficaram no país de origem, mas com planos de seguir os passos dos conhecidos. Dos que se têm a informação sobre a idade, cinco possuíam já idade para trabalhar no lote onde seriam instalados, contudo, considerando hipoteticamente que, nos que não constam a idade, não seriam idades tão distintas das registradas, entrariam para a Colônia, pessoas já aptas ao trabalho e, principalmente, jovens.

Voltando a atenção para os nomes indicados, casos como o de Gertrud Gassner, que muito embora não tenha a idade citada, mas em sequência aparecem outros dois nomes, e no caso de Maria Reim, podem indicar que sejam esposas dos requerentes Mathias Gassner e Heinrich Riem. Seriam casos das chamadas viúvas brancas; ou seja, mulheres que ficam na Europa com os filhos, enquanto seu marido emigra – no caso para o Rio Grande do Sul –, e que, após consolidar sua situação no novo espaço, trata para que esposa e filhos, que ficaram na Europa, possam se juntar a ele no novo país. A própria situação de mulheres sendo chamadas

para se juntarem novamente a homens retrata um viés onde o homem é que vai para o novo espaço desconhecido, enquanto a mulher fica com os filhos e o restante da família na Europa, aguardando um chamado para se reunirem novamente.

A presença de pessoas na família capazes de contribuir no trabalho no lote colonial era importante para conseguir vencer as primeiras dificuldades e, a partir daí, buscar uma estabilidade e o pagamento do lote, junto ao governo ou companhia colonizadora. Migrar com uma boa “relação entre bocas para alimentar e braços para trabalhar” (TRUZZI, 2008, p. 204), aumentava as possibilidades de superar ao menos as primeiras dificuldades (NEUMANN, 2019), e, talvez, também por isso, a estratégia dos requerentes tenha sido emigrar sozinhos, e apenas buscar a família após as dificuldades iniciais já terem sido superadas.

Mesmo assim, seriam números longe do projetado para o aumento da Colônia. As cinco famílias/núcleos familiares que se juntariam aos seus em Erechim não teriam grande impacto sozinhos no crescimento e desenvolvimento colonial daquele espaço. Ainda, é possível considerar que os requerentes de tal ajuda para a vinda dessas pessoas teriam um bom comportamento dentro do núcleo colonial, caso contrário, o governo poderia indeferir tal petição. Junto a essa questão, esses imigrantes com contatos na Colônia teriam assegurado um suporte por parte de seus conhecidos já instalados, fato que contribuiria para um maior êxito na instalação naquele novo espaço, diminuindo conseqüentemente, a possibilidade de resultados inesperados e abandono de lote colonial.

Ainda antes desse episódio, o governo já considerava que o processo de imigração espontânea seria mais lento que o necessário, editando, então, o decreto nº 6.455, de 19 de abril de 1907, regulamentava as bases para organizar um plano de colonização vinda do estrangeiro. O referido decreto, ainda, lançava as diretrizes para o suporte da União, para a introdução de imigrantes de acordo com os governos dos Estados.

Ocorria que, no Rio Grande do Sul, a discussão sobre qual seria a melhor forma de colonizar o solo e sobre a vinda de imigrantes para o Estado, principalmente com subsídios públicos, encontrava resistência por parte de Torres Gonçalves³⁴ (SILVA, 2013). Com um posicionamento muito favorável a integrar os nacionais, também, no processo colonizatório, Torres Gonçalves criticava os gastos públicos com a vinda de imigrantes, visto justamente ter

³⁴ Carlos Torres Gonçalves foi diretor da Diretoria de Terras e Colonização entre 1908 e 1928, e caracterizou-se pelas suas ideias de inclusão dos nacionais no projeto colonial do Rio Grande do Sul. Foi um adepto do positivismo religioso, o que acabou por influenciar em seu trabalho público. Apesar de grande defensor da colonização, considerava que este período seria provisório e que, ao passo do desenvolvimento dos núcleos coloniais, se encaminharia para uma industrialização da sociedade. Considerava, ainda, que dada a importância da colonização para o futuro do Estado, este processo deveria ser todo organizado e dirigido pelo poder público, da mesma forma que o serviço de policiamento era papel do Estado (SPONCHIADO, 2005, p. 212-213).

esse grupo (nacionais) capacidade de agregar tanto quanto o elemento estrangeiro. Todavia, Silva destaca que a resistência do diretor da DTC quanto à imigração para terras sul rio-grandenses era apenas para aqueles que usufruíam de dinheiro público para realizar o deslocamento. Os casos de imigração espontânea seriam diferentes, não acarretariam tantos problemas, bem como deveriam ser acolhidos aqueles indivíduos que optassem pelo Estado, de maneira espontânea, para buscar melhores condições de vida (SILVA, 2013).

Dessa forma, ainda que seja possível observar uma forte resistência de Torres Gonçalves contra a imigração, não se pode rotulá-lo como anti-imigrantista. A resistência dele dizia respeito àquela imigração realizada com dinheiro público, que, devido as dificuldades de adaptação e demora para o governo obter retorno, ele considerava um problema. Por seu turno, aqueles imigrantes que viessem por conta própria, sem receber auxílios governamentais, seriam bem-vindos, como Silva destaca. É possível que a forte oposição à imigração subsidiada tenha aumentado de tamanho com o interesse do diretor da DTC, de incorporar os nacionais de maneira mais sistemática à colonização.

Havia, então, um alinhamento entre Estado e União para que “com o mesmo intuito patriótico alcançarão a solução prática da momentosa questão, que afeta interesses vitais da nossa coletividade social”³⁵. Esse acordo realizado entre os governos estadual e federal para o subsídio de entrada de imigrantes, via Serviço de Povoamento do Solo, era duramente criticado por Torres Gonçalves, pelos motivos elencados anteriormente (SILVA, 2013). Para além desse alinhamento entre essas esferas governamentais, ainda havia os trabalhos realizados por particulares na colonização, contando com acordos com o governo e a sua fiscalização.

Exemplo de relação entre governo e particulares no concernente à colonização é o contrato celebrado entre o Estado e o indivíduo João Morganti, para a colonização de terras devolutas encontradas na região entre os rios Jacuí e Camaquã, no nordeste do Rio Grande do Sul. Nesse contrato, consta que a concessão havia sido feita ao preço de 5 mil réis por hectare e impunha ao concessionário “a obrigação de promover variadas culturas, instalar engenhos para beneficiamento de produtos, estabelecer depósitos de máquinas e aparelhos aperfeiçoados para serem vendidos aos colonos”³⁶. O concessionário deveria, ainda, prover auxílio para a criação de sindicatos agrícolas, sociedades de crédito, dentre outras necessidades que poderiam

³⁵ *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário do Estado, José Barbosa Gonçalves, em 24 de agosto de 1907.* Livraria do Globo. 1907. p. 7. 1907.

³⁶ *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário do Estado, José Barbosa Gonçalves, em 24 de agosto de 1907.* Livraria do Globo. 1907. p. 7. 1907.

surgir. Ao concessionário seriam oferecidos favores como isenção de dez anos para pagamento de imposto sobre as terras, isenção para a exportação de produtos e, principalmente, a abertura de estradas e facilidades na medição e discriminação de lotes.

A necessidade de confeccionar as instruções a serem seguidas por Morganti, e serem fiscalizadas pelo governo, contribuiu para uma demora na execução do contrato, numa demonstração do cuidado ou mesmo morosidade do governo ao realizar acordos com a iniciativa particular. Foram constantes as reflexões sobre qual caminho proceder na organização da colonização, a imigração espontânea era cada vez mais citada como a maneira preferencial pela qual imigrantes entrariam no Estado, por mais que houvesse, ainda, os subsídios e propagandas (do governo estadual ou do federal). Para além dessas ações públicas, havia os trabalhos de agentes de imigração, que trabalhavam na Europa para angariar imigrantes para as Colônias particulares no Estado.

Nesse sentido, no Relatório das Obras Públicas, de 1913, discute-se (leia critica-se) esse trabalho, que lançariam aos interessados em emigrar “promessas e engodos dirigidos ao egoísmo”³⁷ (1913, p. 73). Observamos, então, que as críticas ao trabalho de particulares com a colonização, abarcavam, igualmente, a parte do serviço realizado na Europa ainda, e não apenas após a chegada dos contingentes imigrantes às terras rio-grandenses. Na mesma página onde são tecidas críticas ao trabalho dos agenciadores de imigrantes em solo europeu, também os países que incitavam parte de sua população a emigrar eram criticados.

Não obstante, pessoas do governo entendiam que admitir a entrada de imigrantes, como se fossem a solução para as dificuldades materiais enfrentadas, seria um erro; um erro tanto para o indivíduo envolvido quanto para o Estado/país que os receberia (Rio Grande do Sul/Brasil). Argumenta-se que “a verdade é que, salvo os casos de calamidade públicas, tais dificuldades são devidas essencialmente à falta de direção social efetiva”³⁸; uma maior atenção e trabalhos para organizar a sociedade em direção ao desenvolvimento seriam, então, o mínimo necessário para estabelecer uma ordem dentro do Estado, sem a necessidade e os gastos decorrentes de atrair e buscar trabalhadores em outros países. Voltando a discussão para o Rio Grande do Sul, destacava-se que esse erro era ainda mais patente, uma vez que não seriam braços que faltavam para a agricultura estadual aumentar e se desenvolver.

³⁷ *Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913.* Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio – Souza e Barros, Porto Alegre, p. 73.

³⁸ *Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913.* Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio – Souza e Barros, Porto Alegre, p. 73.

De forma a embasar tal posicionamento, João J. Pereira Parobé, destaca os anexos ao relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1913, em que constavam quadros sobre a população colonial, tanto dos núcleos públicos quanto dos núcleos particulares. Ao juntar o número populacional de quaisquer empreendimentos coloniais com a população agrícola não colonial, era mais expressivo ainda esse conjunto populacional. Assim, constatava-se que a produção agrícola estadual estava distante de corresponder à população agrícola.

Isto posto, defendia-se que mais produtivo do que gastos voltados para “abarrotar” o Estado com novos habitantes, era canalizar investimentos para melhorar as condições das Colônias existentes. Melhorar as vias de comunicação seria muito importante, bem como concentrar os esforços industriais do Estado para a região colonial. Isso porque,

o aumento da população traz sem dúvida o da produção. Porém traz também frequentemente desvantagens que não são compensadas, o que se dá ou quando a população é elevada com demasiada velocidade, mediante a admissão de grandes levas de imigrantes, ou quando realizada com elementos de difícil assimilação³⁹.

O aumento relativo da população poderia até maquiagem os números da produção estadual (aumento), mas este seria um aumento artificial, não sendo sustentável a longo prazo. É um trecho que atenta para os problemas que poderiam decorrer da imigração massiva em diferentes aspectos, que deveriam ser considerados ao se cogitar o investimento na imigração para o Estado. Ainda, é interessante destacar a aparente preocupação para com os “elementos de difícil assimilação”, nesse momento de reflexão realizada sobre os prós e os contras da entrada de grande número de imigrantes. Além da preocupação para com a produção colonial e a sua contribuição para o desenvolvimento estadual, não era desligada a preocupação com a formação da unidade populacional rio-grandense.

A contribuição da população colonial à economia estadual ocupava importante lugar, e o aumento da produção pela entrada de imigrantes poderia esconder outros problemas, como a citação acima indica a preocupação. Porém, mesmo que ainda se considerasse a imigração para impulsionar esse aspecto, na Mensagem aos deputados de 1921, é possível observar a reflexão sobre esses problemas. Ainda que observando a entrada de imigrantes e uma natalidade colonial que alcançava 22.000 indivíduos, não haveria o crescimento de produção pleno, visto a migração para os outros Estados do Sul do Brasil. Esta situação seria decorrente das facilidades e favores que as empresas colonizadoras prometiam, tais como

³⁹ *Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913.* Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio – Souza e Barros, Porto Alegre, p. 73.

preços módicos dos lotes coloniais, a forma e prazos de pagamentos a concessão de muitos lotes a um só indivíduo, a inspiração de realizar bons negócios, senão a ambição obsidente de possuir sempre mais terras, são causas exclusivas do fenômeno econômico que alguns erroneamente confundem com o êxodo forçado, quando em verdade ele nada tem de alarmante e prejudicial ao nosso Estado⁴⁰.

A produção mais constante daquela parcela colonial já nascida ou plenamente adaptada às condições encontradas, buscada pelo governo estadual estaria, então, se dirigindo a outros Estados do país. Esta crítica é constante na documentação governamental e, também, é trazida para este trabalho em outros momentos. Contudo, nesta Mensagem, Borges de Medeiros destaca que a “fuga” dos colonos não necessariamente impactaria a produção estadual, considerando que haveria trocas comerciais entre o Rio Grande do Sul e municípios catarinenses. Não deixa de ser perceptível que práticas coloniais distintas das adotadas eram atrativas para os colonos, tanto por poder adquirir maiores áreas de terras, pois mais baratas, quanto por não haver tanta ingerência do governo quanto à conformação étnica colonial.

Este fato é relator da preocupação do governo perrepista para com a possível formação de enquistamentos étnicos e a decorrente dificuldade de assimilação da população colonial à sociedade rio-grandense e brasileira, o que prejudicaria o fortalecimento do nacionalismo, ao longo desse período da Primeira República. Nos possibilita, ainda, fazer uma ligação com a ideia, já posta em prática desde antes de 1913, da criação de núcleos coloniais mistos, formados por colonos de diferentes etnias e por colonos nacionais, que fora pensado de modo a facilitar o processo incorporação da população imigrante/colonial à sociedade brasileira.

No manejo realizado para a colonização, com o direcionamento de colonos/imigrantes para lotes em novas regiões de colonização, os órgãos públicos responsáveis por tais trabalhos se deparavam com a presença de inúmeros posseiros. A presença desses indivíduos, que possuíam cultura efetiva e morada habitual de determinadas áreas, colocava à prova a ideia de que as terras devolutas do governo, ou mesmo áreas que já faziam parte de fazendas, eram vazias, sem a presença de pessoas. Ao contrário, as terras devolutas já eram, em grande medida, ocupadas por famílias de nacionais, ou mesmo de colonos que migravam sem o contato para a aquisição de lote de terra na nova região.

Essa realidade, de demarcar e vender lotes coloniais dentro do processo colonizatório – tanto público quanto particular – que já eram ocupados de forma considerada irregular, acabou por gerar problemas e conflitos entre o governo, possíveis particulares lesados, essa população posseira e os colonos que chegavam à nova região. Esse embate era, por vezes violento,

⁴⁰ Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 1ª sessão ordinária da 9ª legislatura, em 20 de setembro de 1921. p. 91. 1921.

principalmente para os posseiros que não possuíam meios de defender suas posses (legalizando-as). Na busca por uma solução para esse processo de desocupação-ocupação do espaço que assentaria colonos, o governo passou a oferecer, aos posseiros, a possibilidade de aquisição de lotes já regularizados em núcleos públicos. Essa ação reforça o caráter misto das colônias públicas, que poderiam receber os posseiros que optassem por sair pacificamente de seus apossamentos e acessar a propriedade da terra legitimada pelo governo.

A resolução desses problemas em terras particulares era mais complexa. Na maioria dos casos, o governo agia de maneira a indenizar esses particulares lesados com a presença dos intrusos, com terras em outras regiões do Estado, enquanto as terras intrusadas seriam trabalhadas para resolver tal problema. Cabe destacar, porém, que nem sempre os proprietários lesados se interessavam por terras as vezes distantes do local original, o que poderia dificultar a resolução do problema.

O malabarismo praticado pelo governo estadual nem sempre era bem executado. Ainda que se objetivasse uma normalização e regularização das terras rio-grandenses, para que pudessem ser transacionadas de maneira célere e sem problemas futuros, a realidade foi que, “por um lado, o Estado recuperou muitas terras, redistribuiu-as, aumentando a penetração políticas do PRR no interior gaúcho; nem sempre conseguiu, no entanto, assentar colonos e posseiros expulsos dessas áreas verificadas ou entrar em acordo com os proprietários lesados” (KLIEMANN, 1986, p. 60). Essas dificuldades nas resoluções de problemas agrários também podem ser consideradas como herança do século anterior, onde, além de uma legislação importante – mas que não conseguiu alcançar todos os seus objetivos –, o processo de colonização do território estadual foi feito de maneira pouco organizada. Dentro dessa pouca organização, podemos considerar o que (não) foi feito com as populações que já ocupavam tais terras e que foram sendo marginalizadas para o assentamento de imigrantes vindos da Europa e seus descendentes.

Ainda que os conflitos mais aparentes ocorressem principalmente entre o governo e a população de nacionais – maioria dos intrusos – e indígenas, a relação entre os colonos e o governo não era da mais harmoniosa. As tensões surgiam entre os interesses dos colonos e os agentes das comissões, que trabalhavam mais próximos destes, e englobavam não apenas a dívida colonial que tais agentes públicos cobravam, como também assuntos inerentes à trajetória de antes, durante e depois da chegada dos colonos nos núcleos coloniais designados (KLIEMANN, 1986). Tais revoltas de colonos acabavam ganhando corpo e gerando embates contra os funcionários do governo. Por seu turno, de maneira a contornar ou inibir esses conflitos, o governo estadual lançava mão do uso da Brigada Militar.

Ainda que possam ter agido mais com coerção do que propriamente com violência na maioria dos casos, o aparato policial foi utilizado para “atenuar as tensões e esvaziar os conflitos” (KLIEMANN, 1986, p. 67). Os desmandos relativos à colonização, bem como o uso de força policial para controlar reclamações, ao invés de buscar resolver ou chegar a acordos com os colonos, fizeram com que os colonos considerassem tais fatos como desvios administrativos e que o governo não teria maiores culpas pelo que ocorria.

A dívida colonial, além de ser causadora de conflitos contra o governo, que poderiam, até mesmo, necessitar da intervenção da força policial, também era usada como um mecanismo de cooptação por parte do governo de Borges de Medeiros, quando este usa de suas prerrogativas para postergar, ou anular, a necessidade de pagamento da dívida colonial. O governo, ao manipular prazos de pagamento e, principalmente, valores e formas de pagamentos desse imposto, acabava por influenciar os colonos sobre possíveis resistências, mas, também, não chegava a causar prejuízo ao Tesouro Estadual. Esse é um ponto importante, pois a margem de manobra possibilitava com que o governo pudesse transitar e negociar com essa importante parcela da população estadual, conforme seus interesses em determinados momentos de tensão.

O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foram, então, de intensas e constantes alterações na legislação voltada para a questão agrária, visto que uma das principais questões do governo castilhista era, justamente, a reorganização do espaço agrário estadual. Ainda assim, Kliemann destaca que, no último ano do governo de Castilhos, os problemas territoriais não haviam diminuído, pelo contrário, era constatado um crescimento desses problemas. Para tentar solucionar tais problemas, novamente, fora planejada uma nova legislação agrária, que agora “acionava um forte aparato repressivo contra a anexação de terras e a devastação de matas, limitando a legitimação à área cultivada” (KLIEMANN, 1986, p. 70). Ainda que defendessem o princípio de liberdade, seria uma liberdade tutelada, com o governo como sombra, de modo a direcionar a maneira como o desenvolvimento estadual ocorria.

O presidente do Estado possuía, na nova legislação de terras, grandes poderes, podendo, caso julgasse necessário, ou no entendimento de alguma irregularidade em medições realizadas, mandar que novas medições fossem realizadas; caso houvesse pedidos de recursos sobre tais assuntos, o posicionamento final do presidente estadual não seria passível de recurso. O poder decisório do presidente do Estado, portanto, contribuiu para os processos de legitimação em algumas áreas com mais problemas ou contestações. Essa arbitrariedade do presidente estadual, e a maneira como ela foi utilizada, acabou por desgastar e gerar desentendimentos, que foram além da relação entre proprietário e governo, com diversas associações e jornais ligados à

população colonial criticando tais ações e a insegurança que tomou os colonos alemães, por exemplo (KLIEMANN, 1986).

As questões envolvendo terras e colonização possuíam papel tão importante na perspectiva governamental, tanto por conta do aspecto econômico que tal processo confere quanto pela questão social de trabalhar com diferentes grupos étnicos em uma mesma região, já densamente habitada por grupos mais antigos. Considerando talvez principalmente a questão econômica, as ações referentes a tais temas sempre foram entremeadas da procura de balanço entre os interesses públicos e os interesses de particulares, que possuíam suas preferências na forma como esses assuntos se desenrolariam, buscando tanto angariar ou defender seus interesses.

Considerando o tenso período político que era a Primeira República, com as disputas de diferentes grupos políticos pela possibilidade de governar o Estado (a partir de seus interesses), não havia como a colonização ficasse de fora de tais jogos políticos. Logo, ações que envolvesse o processo de colonização, como legitimar e verificar apossamentos/lotes coloniais, e principalmente a questão tributária que envolveria a privatização das áreas colonizadas eram também ingredientes nesse cenário estadual das primeiras décadas do século XX. Houve, nesse período, uma maior participação política de imigrantes e descendentes na política estadual, diferentemente do que ocorria no período anterior, como observado na eleição estadual de 1922, quando concorreram Borges de Medeiros em busca da reeleição e da manutenção do PRR no poder, e Assis Brasil, da oposição. Observando o resultado do pleito, observou-se que Borges de Medeiros obteve votação expressiva nas áreas de colonização alemã, enquanto seu adversário teve a maioria dos votos localizados na Campanha rio-grandense (GERTZ, apud KOTHE, 2007).

Concomitante à longa duração da presença perrepista no governo estadual, ainda que com a interrupção ocasionada pelo governo provisório, a oposição acompanhava as movimentações do governo. Ao perder a eleição estadual para o candidato do PRR, Carlos Barbosa Gonçalves, Assis Brasil, na tentativa de unificar as oposições ao governo situacionista, trabalhou para fundar o Partido Republicano Democrático – PRD. Em suas linhas gerais, se opunha ao autoritarismo positivista praticado pelo PRR, e, com vários pontos de defesa, conseguiu a adesão dos federalistas a seu partido.

Por mais que algumas diretrizes estabelecidas pelo PRD fossem fortemente contrárias ao que era praticado pelo PRR, destacadamente, no que dizia respeito aos interesses e demandas econômicas dos federalistas (pecuaristas), havia pontos de convergência entre as pautas de ambos os partidos (KLIEMANN, 1986). Tal constatação da autora reforça que a oposição

realizada era, principalmente, motivada pelo interesse em retomar o poder perdido, visto as semelhanças encontradas nos programas dos partidos.

A organização fundiária proposta pelo governo perrepista como indispensável ao desenvolvimento estadual desde os primeiros anos da Primeira República, que findaria os conflitos de terras que ocorriam, não foi plenamente posta em prática e, principalmente, não pôs fim aos conflitos que eram observados. Ainda que tivesse conhecimento desses fatos, o governo estadual reiterava, seguidamente, em seus discursos e mensagens, que eram enviadas à Assembleia e nos relatórios do Diretor de Terras e Colonização, que os problemas agrários no Rio Grande do Sul estavam cada vez mais perto do seu fim (KLIEMANN, 1986). Contudo, analisando a documentação das Comissões de Terras e Colonização (CTC), Kliemann aponta que, ao contrário, faltava muito para que tais querelas fossem terminadas, além do constante surgimento de novos conflitos resultantes, justamente, dos posicionamentos e ações do governo quanto ao tema.

Entre os problemas que as CTCs acompanhavam diretamente, estava a intrusão. Problema muito grave em algumas regiões do Estado, como por exemplo, na região da CTC de Santa Rosa, que organizava a colonização da colônia de mesmo nome e que é um dos objetos de análise desta tese⁴¹. As Colônias aqui estudadas, localizam-se na grande região do Planalto rio-grandense, mas ainda, guardam alguma distância entre si.

⁴¹ Na dissertação de mestrado “*Caboclos, indígenas e colonos: a mediação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira no processo de formação da pequena propriedade no norte rio-grandense (1889-1928)*”, analisei as Comissões de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira, que inicialmente abarcavam as regiões de Santa Rosa e Erechim. Na análise da documentação para tal trabalho, é possível observar o surgimento de novos problemas de terras e as tentativas de solucionar os problemas antigos, como observa Kliemann em seu livro (1986).

Imagem 1 - Localização Colônias Erechim e Santa Rosa (1917)



Fonte: Schema (sic) de um plano geral de viação (esboço) na zona Norte do Rio Grande do Sul (zona de colonização atual e futura), organizado por Carlos Torres Gonçalves. 1917. Relatório Secretária das Obras Públicas, 1917.

O mapa acima, um recorte realizado a partir do esquema do plano geral de viação, produzido por Torres Gonçalves em 1917, permite localizar as Colônias de Erechim (em rosa, a direita) e Santa Rosa (em verde, do lado esquerdo do mapa), na região norte do Estado. É um mapa que permite observar, para além da localização geográfica de ambos os núcleos coloniais, os planos de criação/expansão de viação (estradas de rodagem e ferrovia), possibilitando a compreensão sobre as ligações das Colônias com outros núcleos, bem como centros maiores, como Santo Ângelo, Palmeira e Passo Fundo.

A chegada da ferrovia no município de Passo Fundo – tal como em outros municípios –, trouxe maiores possibilidades econômicas e de deslocamentos populacionais. Logo, a estrada de ferro possuiu um importante papel no aumento do volume de colonos que se dirigiam para ali, permitindo a colonização de várias zonas, consideradas devolutas pelo governo. A ferrovia possuía, então, importância central na região norte do Estado, também por propiciar “o incremento dos núcleos de colonização efetiva-se ao longo da estrada de ferro, tornando-se a cidade de Passo Fundo um centro coletor da vida econômica e social da vasta região que compreende não só o Planalto Médio, mas, ainda, o Alto Uruguai e parte das Missões” (RÜCKERT, 1997, p. 119). Essa importância é retratada na Imagem 1, quando se encontra sobrepostas as informações sobre colonização e vias férreas, facilitando a realização de interconexões entre esses assuntos.

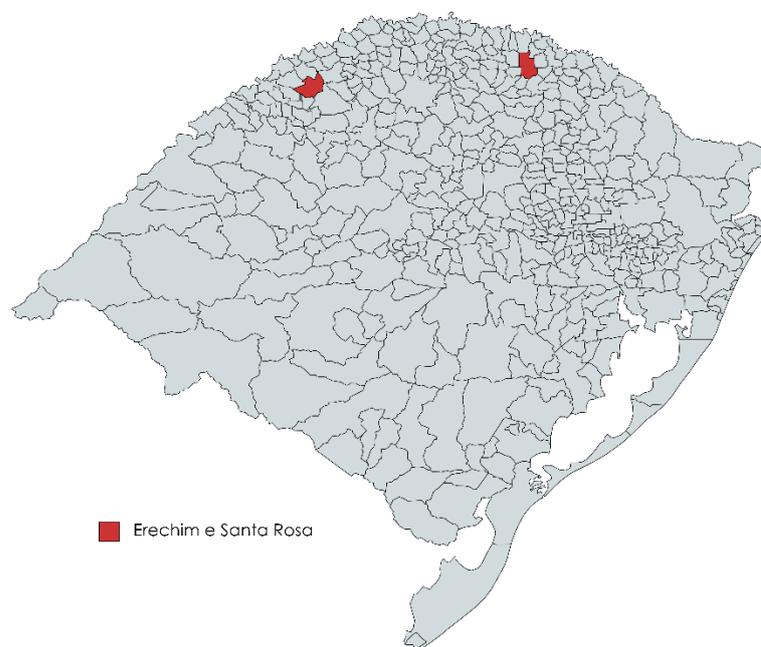
Assim, o mapa permite, ainda, observar, parcialmente, a organização agrária presente em 1917, com as divisões entre os vários núcleos coloniais explicitados e, principalmente, a localização dos núcleos coloniais públicos, criados ao longo da Primeira República (Ijuí, Guarani, Erechim, Santa Rosa e Guarita); e a sua proximidade com os toldos indígenas que surgiram desde meados do século XIX. A colonização estava, então, chegando às proximidades do rio Uruguai e da divisa com Santa Catarina, que seria o Estado para o qual a colonização se dirigiria após saturação da ocupação do espaço colonial no Rio Grande do Sul.

Antes de chegar nesse ponto, porém, grande parte das terras inclusas nos projetos de colonização indicados no mapa, e de tantos outros núcleos coloniais de tamanhos variados, já integravam apossamentos. Esse processo pode ser compreendido, também, como resultado das legislações que vigiam anteriormente (lei sesmarial), ou o hiato entre o fim da vigência desta e a promulgação de uma nova legislação agrária, quando o apossamento de terras acabou sendo uma das principais, se não a principal maneira de se apropriar terras. Junto à população, o apossamento de terras era reconhecido, através dos costumes construídos na tentativa de organizar um cenário sem legislações específicas para tal, numa estratégia próxima daquela estudada por E. P. Thompson no livro *Costumes em Comum* (1998). Eram práticas reconhecidas desde muito tempo que acabaram adquirindo caráter legal.

Desde a criação de ambos os núcleos coloniais, o conseqüente desenvolvimento e crescimento também demográfico, ocasionou a sua fragmentação com a emancipação de novos municípios a partir da área original colonial. Dessa forma, o que hoje são os municípios de Erechim e Santa Rosa são áreas reduzidas do espaço colonial original. No mapa a seguir, podemos observar a localização de cada município, o seu tamanho, bem como a distância entre si, cerca de 340 km⁴².

⁴² No aplicativo Google Maps, há uma opção de 279 km, em um trajeto que possui a necessidade da utilização de uma balsa para transpassar o rio Passo Fundo. No corpo do texto, citamos a distância em que não há essa necessidade, por isso uma distância maior.

Imagem 2 - Municípios de Erechim e Santa Rosa atualmente



Fonte: Mapchart.net. Erechim e Santa Rosa formação atual. Produzido pela autora.

Ao compararmos a Imagem 1 com a Imagem 2, é possível constatar a tendência de fragmentação do território original das Colônias, originando novos municípios ao seu entorno. Tal processo acaba gerando um maior número de municipalidades de menores extensões, se comparados com os municípios de outras regiões do Rio Grande do Sul, como os da região da Campanha. Logo, a constatação que se pode realizar é que a colonização altera a estrutura fundiária do espaço onde ela ocorre, com a fragmentação de outrora grandes propriedades ou de terras tidas como devolutas. Sobre esse cenário de avanço da pequena propriedade, Aldomar Rückert (1997) destaca que, em 1920, quase a metade das propriedades que existiam no município de Passo Fundo possuíam menos de 41 hectares, e por isso, podendo ser considerados como lotes coloniais, portanto, mostras do impacto da colonização no município. E, embora o autor traga dados sobre Passo Fundo anos depois da emancipação de Erechim, e que o núcleo colonial de Santa Rosa seja distante, consideramos que esses dados em outros municípios da mesma região não possuam porcentagens tão distintas dessas apresentadas na obra de 1997 de Rückert.

Outro aspecto visível a partir da visualização deste mapa é a proximidade de Erechim e Santa Rosa das fronteiras estaduais; proximidade que era ainda maior, conforme é demonstrado

no primeiro mapa, com as extensões originais de quando a criação de cada Colônia. Observando as distâncias entre si, e a distância que estavam das regiões coloniais mais antigas e mesmo da capital, Porto Alegre, é facilitada a compreensão do quão importante se fazia a presença de boas vias de transporte.

Para além das discussões legais sobre as questões de terra e colonização, o governo ponderava, em seus documentos, sobre a melhor forma de conduzir tais processos, sopesando seus ideais para o Estado e o que já havia sido feito até então. À parte de menções perpassadas por críticas, pela forma como a colonização havia sido dirigida em alguns momentos durante o império, utilizavam o que havia sido de parâmetro para projetar seus próximos passos. Tal ponderação pode ser visualizada em afirmação de Protásio Alves em relatório de 1916,

se refletirmos que a área já colonizada do Estado (31.100 km²) é aproximadamente igual à que resta, e que bastaram o povoamento daquela menos de 40 anos (a colonização começou em 1825, mas só tomou vulto depois de 1882), compreender-se-á que é preciso que o Estado se utilize com moderação e prudência da área atualmente ainda no seu domínio⁴³.

A partir do trecho acima, é possível observar uma das motivações para que o governo adotasse maior parcimônia quanto à colonização. Em decorrência da constatação sobre o desenvolvimento colonial, e a extensão territorial ainda disponível, o governo ressaltaria a importância do seu papel para seguir com a colonização. A visualização da finitude de terras disponíveis, reforçou o posicionamento de tomar para si o papel de organizar a colonização, para que fosse realizada a partir de sua ideologia, ao invés de terceirizar o processo.

O que se discutia em Porto Alegre, contudo, deveria ser aplicado, principalmente, nas zonas para onde a colonização estava se dirigindo no Estado, ou seja, a região norte, rumo ao rio Uruguai e a divisa com Santa Catarina. Esse espaço, que iria receber levas de colonos em busca de novas terras, já estava, contudo, ocupado; eram áreas onde o cenário agrário possuía grande complexidade, demandando atenção aos trabalhos que o Estado realizaria no campo da colonização, para a equilibrar a ocupação prévia com esse novo momento propiciado pelo avanço da colonização. Assim, foram sendo desenvolvidos trabalhos pelas CTCs de forma a (re)organizar a propriedade da terra, enquadrando-a nos moldes em que se considerava moderno e que contribuiria para o progresso do Rio Grande do Sul, seguindo a influência do pensamento positivista que havia nos membros do governo estadual.

⁴³ *Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916.* Oficinas Gráficas d'A Federação. Porto Alegre, 1916. p. 150.

2.5 O processo de (re)organização agrária e a expansão da colonização para o Norte rio-grandense

A questão de terras e colonização foi tema que recebeu grande atenção por parte do governo rio-grandense e dos órgãos públicos, criados com o intuito de trabalhar tais questões. Ainda que fossem discutidas em Porto Alegre, eram temas que possuíam particularidades em cada região e, por isso, a importância da ação das Comissões de Terras e Colonização junto aos personagens interessados nesses aspectos.

Dada a sua importância para os planos do governo, este possuía uma preferência de que as terras devolutas que seriam utilizadas para a colonização, fossem vendidas diretamente para os colonos, e não para companhias colonizadoras, embora houvesse os casos de pagamento de indenizações a terceiros com terras devolutas (RÜCKERT, 1997). Fazendo por si próprio a venda de terras para a colonização, o governo trabalhava com preços menores daqueles praticados pelas companhias colonizadoras, garantindo que os colonos não seriam prejudicados já no momento de aquisição de um lote, ao pagar além do que valia o pedaço de terra.

Mas para melhor administrar essa situação e poder realizar um planejamento sobre o uso das terras sob suas responsabilidades para a colonização, deveria ser estabelecido a discriminação das terras. A partir desse trabalho, o governo teria pleno conhecimento de quais áreas eram de domínio particular, onde não poderiam atuar, e quais seriam aquelas denominadas devolutas, disponíveis para dispenderem da maneira que melhor considerassem.

Logo, os trabalhos de discriminação de terras e demarcação de novos lotes, atentavam para atender a quem se interessasse fixar na região, considerando que o município de Passo Fundo, com grande presença de posseiros, permitia, muitas vezes, pequenas quantidades de lotes demarcados, sem configurar, necessariamente, um núcleo colonial com linhas e sede, por exemplo. Esse trabalho realizado pelas comissões discriminadoras e posteriormente pelas CTCs, possibilitava um conhecimento sobre o panorama rural existente. Mas tal como outros serviços públicos, poderia sofrer alterações decorrentes da falta de pessoal para a realização dos trabalhos, resultando em atrasos nos cronogramas planejados.

Por mais que fosse um serviço realizado mediante a solicitação do indivíduo posseiro, e as demandas poderiam não ser tão numerosas, destaca-se, em 1915, lentidão nesse serviço, onde “no período do relatório deram entrada na diretoria, para parecer, 7 autos, e saíram,

devidamente examinados 47. Dependem ainda de exame 155”⁴⁴. Neste trecho, retirado do relatório que o secretário das Obras Públicas apresentava ao presidente do Estado anualmente, podemos analisar que, apesar de não haver a entrada de muitos requerimentos de legitimação de posse por ano, 7 no caso citado, a deficiência de pessoal para tais serviços acabava resultando na acumulação de processos a serem examinados, onde, por mais que quase 50 casos haviam sido concluídos, havia o triplo disso ainda esperando na fila.

Ao chegar na região norte do Rio Grande do Sul, o processo colonizatório esbarra, não numa área totalmente livre para nova ocupação, mas sim, em uma região já densamente povoada. Tal fato se torna um desafio a ser superado, para que as demandas por novas áreas de colonos/imigrantes pudessem ser atendidas. Além da população que já vivia originalmente na região, convém destacar que vieram para a região nacionais que migraram internamente, marginalizados pelo avanço sistemático da colonização. E essa população, se dirigia para novas áreas de maneira a seguir trabalhando na terra, a fim de manterem seu estilo de vida.

Dessa forma, durante o primeiro período republicano brasileiro, o governo rio-grandense observou um aumento na invasão de terras, reflexo da expansão da colonização e das mudanças legislativas conduzidas pelo PRR (NEUMANN, 2012). A expansão de invasão/intrusão⁴⁵ de terras no que viriam a ser as novas frentes de colonização pode estar ligada tanto a nacionais, que eram expulsos de outras regiões e se moviam para novas zonas em busca de terras para se assentarem e sobreviveram, quanto aos grupos migrantes, que se anteciparam ao pico de deslocamento para a nova região e a encontraram ainda sem projetos de colonização, tanto público quanto particulares. Sem a oferta de lotes já medidos e demarcados, acabavam intrusando terras, para que depois viessem a regularizar.

Esse era um sério problema a ser resolvido. O governo considerava a intrusão como perturbação da ordem, mas que raramente seria praticada com intenção criminosa. Ainda, seria fruto do abandono a que ficaram relegadas as terras públicas por longo período (crítica aos governantes provinciais), e reforçado pelo período revolucionário, enfrentado na década de 1890. Sendo resultado desse abandono e não sendo resolvida ou evitada, teria a prática se tornado um hábito. A parte da ideia que o governo teria da intrusão, e mesmo ela sendo considerada culposa e não dolosa em vários casos, a diversidade de envolvidos poderia levar a

⁴⁴ *Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João Jos Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915.* Oficina Gráfica d’A Federação. Porto Alegre, p. 13.

⁴⁵ Segundo Tedesco e Gritti, “a intrusão e o intruso no empreendimento colonizador e da reconfiguração da propriedade da terra no norte do estado são processos relacionais complexos, dinâmicos, constantes, conflituosos, com dificuldades de resolução e que ainda respingam em demandas pela terra atual, principalmente junto a indígenas, quilombolas e sem-terra” (2019, p. 96).

conflitos. A intrusão seria praticada por vários sujeitos, até mesmo imigrantes e descendentes, mas os mais atingidos pelas políticas de resolução desse problema seriam os nacionais e os indígenas, permitindo um viés étnico ou racial, principalmente no tocante à forma como o governo/particulares agiriam a depender da origem étnica dos intrusos (TEDESCO; GRITTI, 2019).

Nessa medida, o secretário de Obras Públicas, ao tratar do problema de invasão de terras, destaca que “torna-se necessário regularizar o povoamento dessas terras, não consentindo no estabelecimento nelas senão mediante concessão de lotes previamente demarcados. Nesse sentido começou já esta Diretoria a providenciar”⁴⁶. O descompasso entre a ação do governo, no sentido de providenciar lotes já medidos e demarcados para atender à demanda que começava a surgir, contribuiu para o aumento de tais episódios. O avanço da colonização e da exploração madeireira sobre as áreas consideradas intrusadas acabava iniciando um processo de exclusão de quem não possuía título de propriedade, que se viam impelidos por necessidade a intrusar em outra região, prejudicando a dinâmica organizacional que o governo projetava sobre as questões de terras e colonização (TEDESCO; GRITTI, 2019). Esse desalinho, existente no início de século, acabou contribuindo para que a região de Passo Fundo concentrasse muitos problemas de intrusão que a Comissão de Terras e Colonização, criada em 1907, deveria trabalhar para resolver, concomitante ao surgimento de novos casos de intrusão de terras, dificultando as possibilidades de resolução desse problema.

Após a criação de comissões em regiões que possuíam entraves relativos à propriedade da terra, iniciava a necessidade de resolver problemas anteriores à colonização, e os que surgiam com o avanço dela. Além desses problemas já serem, por si só, complicados, havia a necessidade de demarcar lotes para colonização em curto e médio prazo, o que esbarrava, novamente, nos problemas de intrusão. Uma solução para o acúmulo de problemas agrários, seria a presença antecipada do Estado em áreas que viriam a receber a colonização (como o observado com a CTC de Palmeira, criada em 1917). Dessa forma, quando a colonização iniciasse de fato, já haveria organização prévia do espaço e a disponibilização de lotes prontos para adquirir.

A existência desses posseiros – mais tarde intrusos –, sempre foi elemento complicador nos projetos de colonização, uma vez que, para a disponibilização de lotes a imigrantes e/ou colonos, as respectivas áreas deveriam estar livres. Por boa parte do período de colonização do

⁴⁶ *Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado Cândido José de Godoy, em 28 de agosto de 1908-1909.* Tipografia da Livraria do Globo, Porto Alegre. p. 89.

território rio-grandense, notadamente durante o Império, os posseiros foram sendo empurrados, expulsos de suas posses⁴⁷, para dar espaço a expansão da região colonial, que, cada vez mais, exigia maior número de terras para dar conta da demanda crescente por lotes coloniais.

Nesse processo de expulsão, onde eram obrigados a abandonar, praticamente, a sua vida inteira para recomeçar do zero em alguma outra parte do Estado, o problema da intrusão foi se deslocando para longe da fronteira colonial. Porém, essa marginalização dentro das terras estaduais chegou em seu teto durante a Primeira República. A colonização avançava pelo Planalto rio-grandense, se aproximando das divisas estaduais, e a terra seguia no movimento de valorização observado desde o início da colonização, ainda no século XIX. As terras tidas como devolutas, usadas em boa medida para a colonização, eram, na verdade, já ocupadas, tanto por indígenas quanto pela população livre e pobre que formava o grupo dos intrusos.

Ao pensar a categoria de intruso, contudo, se faz importante considerar que, nos documentos produzidos pela Diretoria de Terras e Colonização, constam, também, grande número de descendentes de imigrantes intrusando terras, tanto públicas quanto particulares. Dessa forma, não é correto considerar que todos os intrusos seriam nacionais. Exemplo disso se encontra no relatório das Obras Públicas para o presidente do Estado, onde se destaca que “os chamados *intrusos* se compõem de indivíduos genuinamente nacionais, e, na sua maioria, de agricultores de origem estrangeira, procedentes das antigas colônias”⁴⁸. A intrusão realizada pelos descendentes de imigrantes traz à tona os problemas decorrentes do grande crescimento populacional da região das colônias velhas, onde não havia mais terras disponíveis para atender a toda a demanda, e a demora no trabalho de medição e demarcação de lotes coloniais em zonas que seriam destino dessa massa populacional, incapaz de atender desde os primeiros que chegavam à nova região.

A intrusão praticada, igualmente, por descendentes de imigrantes e nacionais é observada pela CTC de Passo Fundo, durante todo o seu período de atuação. Quanto mais se estendiam os trabalhos de regularização fundiária, novos casos surgiam. E, destarte a concepção de que imigrantes e descendentes seriam superiores aos nacionais – ideia em declínio a partir

⁴⁷ Os nacionais se deslocavam não apenas por serem expulsos e marginalizados do processo colonizatório. Embora tal situação pudesse formar a maioria dos casos, houve parcelas de posseiros/intrusos que viam no avanço da colonização a possibilidade de lucro, ao venderem suas terras a empresas de colonização ou mesmo para colonos. Após o recebimento do dinheiro da venda, migravam para iniciar o processo de intrusão em novo espaço.

⁴⁸ *Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916.* Oficinas Gráficas d'A Federação. Porto Alegre, 1916. p. 118.

da ação de Torres Gonçalves na Diretoria de Terras e Colonização –, ambos os grupos poderiam ser encontrados intrusando áreas próximas.

Em 19 de julho de 1926, a CTC de Passo Fundo, em relatório onde solicita aumento de verba para a realização de discriminações, citando vários pontos onde se fazia necessário tal trabalho naquele momento, o chefe da comissão aponta

Na também urgência em se demarcar as terras das margens do rio Camargo – divisa entre Soledade e P. Fundo – que estão sendo tomadas por intrusos de origem italiana, e as do lugar denominado Gramado do Xavier em Santa Cruz, onde é constante a dúvida entre intrusos antigos de origem nacional e intrusos modernos de origem estrangeira⁴⁹.

O panorama da intrusão era, então, de complexa resolução e exigiria muitos esforços do governo para que tivesse um fim. Reforçaria igualmente, a posição de Torres Gonçalves de que o governo estadual deveria focar seus recursos na localização dos nacionais e na resolução dos problemas de intrusão, ao invés da introdução de novos imigrantes (SILVA, 2008).

A adoção da estratégia do intrusamento para adquirir terras, por parte de grupos de colonos descendentes de imigrantes, permite alguns questionamentos. Embora casos de colonos descendentes de imigrantes que intrusavam terras possam ser vistos como fracasso, possibilitando conseqüentemente um questionamento quanto o nível de sucesso de partes da população colonial rio-grandense, esta não é a única possibilidade. A intrusão poderia ser parte de uma estratégia de colonos sozinhos ou de grupos de colonos, que viam na intrusão uma maneira de conseguir um título definitivo de lote colonial sem a necessidade de pagar integralmente o mesmo, a partir do uso da legislação a seu favor, e talvez, do conhecimento de outros casos em que intrusos de origem europeia, não teriam um tratamento como o dispendido contra os nacionais.

De qualquer forma, várias poderiam ser as causas dos malogros enfrentados pelos imigrantes e, posteriormente, por seus descendentes. Cláudio Pereira Elmir e Marcos Antônio Witt destacam que esses indivíduos que optaram por atravessar o Atlântico em busca de novas perspectivas de vida, construíram a trajetória possível, individual ou coletiva, “marcada pela tensão entre o que era possível almejar e o que era possível realizar no espaço a eles destinado, mas também que eles mesmos forjaram” (2014, p. 8). Ao chegarem ao destino, deveriam se adaptar ao idioma, costumes, clima e cultivos diferentes do que estavam habituados; ademais,

⁴⁹ AHR/UPF. Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. Livro Ofícios Expedidos 1926. *Relatório da Comissão de Terras*, n. 95, de 19 de julho de 1926, fl. 130-131.

já no período da Primeira República, a alta procura por lotes coloniais no Planalto, fosse por colonos ou por imigrantes, superava a oferta de áreas já demarcadas.

Lotes coloniais poderiam ser ofertados, tanto por indivíduos quanto pelo governo. E, sem que a oferta de lotes conseguisse acompanhar a demanda, aqueles que chegassem a uma nova região que não dispusesse de lotes suficientes, poderia se ver instado a intrusar, de modo a conseguir um espaço para habitar e produzir seu sustento. Mesmo que essa *intrusão moderna* possa ser categorizada como um insucesso, considerando que aqueles vindos para se tornarem proprietários (legais) não tenham alcançado tal objetivo, há de se considerar no insucesso, o papel dos responsáveis por ofertar lotes coloniais. Mas, além dessa possibilidade, a intrusão de colonos pode ter sido uma estratégia escolhida, uma outra maneira de alcançar o objetivo da propriedade da terra.

Esses intrusos “novos”, descendentes de imigrantes, contariam, de acordo com Protásio Alves (1916), com a perspectiva de constituírem com a ocupação ilegal de suas novas terras, algum direito de posse, que lhes facilitaria, posteriormente, a regularização de tal pedaço de terra. Exemplo para esse apontamento realizado por Protásio Alves foi o ocorrido na vila de Marau, em 1914, onde colonos, ao migrarem para essa nova região, ao invés de adquirirem prontamente as áreas em que se assentaram, optaram por se tornarem intrusos – ocupantes sem a aquiescência do governo ou de particular –, para apenas depois entrarem com requerimento de regularização de apossamento, trabalho que foi realizado pela CTC de Passo Fundo, em 1914⁵⁰.

Outra possibilidade para analisarmos essa ação dos colonos na vila de Marau, é considerar a intrusão praticada como uma estratégia do grupo para conquistar novas terras, visando a chegada de outros de suas redes (já com um pedaço de terra garantido), ou ainda, ampliar as propriedades já existentes. Essas opções estratégicas poderiam se beneficiar com o atraso dos trabalhos da CTC, com déficit na demarcação de lotes para assentar quem chegasse à região. De qualquer maneira, ainda que sendo outro grupo social, inserido posteriormente, acabavam por adotar práticas que tanto pequenos quanto grandes posseiros (nacionais) possuíam, desde muito tempo no Rio Grande do Sul. Apenas depois, quando já houvesse a consolidação de sua ocupação, entrariam com um pedido junto ao governo para que tais posses fossem regularizadas. Ou seja, utilizavam da prática de propriedade pré-legislativa, para depois iniciar o processo para regularizar nas formas da lei a sua propriedade.

⁵⁰AHR/UPF. Livro de Correspondências expedidas 1913-1915. *Relatório das atividades de campo*. De Lindolpho A. Rodrigues da Silva, chefe da comissão para Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização. Correspondência 57, fl. 92. Passo Fundo, 1º de junho de 1914.

Outro caso de intrusão praticada por colonos/imigrantes, com conhecimento sobre as possibilidades, pode ser observado na Colônia Erechim. Ali, no mês de outubro de 1910, Severiano de Almeida, chefe da Colônia, escreve um ofício ao diretor da DTC, Carlos Torres Gonçalves, por conta de uma situação que encontrou durante seus deslocamentos dentro do território da Colônia que chefiava. Na altura do quilômetro 170 da Estrada de Ferro, Severiano percebeu que várias pessoas que trabalhavam na construção da referida estrada rumo ao rio Uruguai, estavam invadindo terras do Estado que ainda não haviam sido devidamente demarcadas para se tornarem disponíveis à concessão⁵¹. Nesses lugares, já haviam derrubado partes das matas, utilizando da madeira para a construção de casas, o que causava preocupação por conta do desmatamento, levando ao pedido de que a Secretaria de Obras Públicas para a contratação de um guarda-florestal.

Ainda que a região onde a Colônia foi criada possuísse já uma ocupação de nacionais quando da sua criação, nesse evento “a dita intrusão por indivíduos na maior parte estrangeiros [...] sendo justamente nessa parte onde existem os maiores ervais”⁵². Os intrusos seriam então, em grande medida estrangeiros, conscientes das possibilidades econômicas tanto de possuir áreas próximas à estrada de ferro, quanto da exploração da madeira e da erva-mate. Estaria ocorrendo, então, uma degradação de áreas que seriam posteriormente incorporadas à colonização pública, a partir do momento que se iniciava os trabalhos para que as pessoas ali se instalassem, semelhante ao processo criticado por alguns funcionários do governo, onde os nacionais intrusos seriam prejudiciais ao desenvolvimento da colonização, uma que vez que não tendo a propriedade da terra, não teriam cuidado e devastariam matas e exauririam o solo, pois poderiam se deslocar em busca de novas áreas a intrusar.

A preocupação nesse caso em Erechim, era, contudo, diferente. Severiano de Almeida não fala em expulsar os intrusos das áreas invadidas, ou mesmo a regularização não é citada nesse momento. A principal preocupação seria a situação das matas e dos ervais, e por isso, a contratação de um guarda florestal seria bem-vinda, de modo a fiscalizar e garantir o uso adequado de tais recursos. Em outro ofício, desta vez de Torres Gonçalves para o Secretário de Obras Públicas, Carlos Barbosa, indica que o pedido de Severiano de Almeida deveria ser deferido, para que tal funcionário contribuísse para “evitar-se o estabelecimento irregular em

⁵¹ AHRS. Ofício de Severiano de Sousa e Almeida ao diretor da Diretoria de Terras e Colonização, Carlos Torres Gonçalves. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 4º Trimestre*. Ofício nº 163, 18/10/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 52, maço 112.

⁵² AHRS. Ofício de Severiano de Sousa e Almeida ao diretor da Diretoria de Terras e Colonização, Carlos Torres Gonçalves. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 4º Trimestre*. Ofício nº 163, 18/10/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 52, maço 112. fl. 1.

terras do domínio do Estado”⁵³, dando a entender que as ações seriam para evitar novos casos no futuro, e não necessariamente expulsar esses novos intrusos. A não menção sobre a possibilidade de expulsão desses estrangeiros intrusos, apenas sobre a preservação da flora, levanta questionamentos se tal postura não se daria pelo fato da origem desses invasores, e se o discurso seria diferente caso os intrusos fossem nacionais. Dessa forma, indicaria que não haveria maiores problemas para que se iniciasse em algum momento o processo de regularização dessas áreas intrusadas, resultando em algo próximo ao que foi observado no caso de Marau.

Sendo estrangeiros, esses indivíduos nas margens dos trilhos do trem teriam tido alguma forma de indicação sobre como proceder de forma que conseguissem as terras desejadas, a partir do conhecimento da região que o trabalho na construção da estrada ferro propiciava. Adaptações de grupos para alcançar a sua concepção de propriedade da terra, ou seguir utilizando sua área da maneira como bem entendesse, são observáveis em vários locais e temporalidades, por mais que se deva ter em mente que tais subterfúgios nem sempre poderiam alcançar o sucesso esperado.

Enquanto nos casos de intrusão praticadas por colonos na vila de Marau e na Colônia Erechim, aqueles que, a princípio, vinham para consolidar a propriedade privada da terra, optavam por intrusar, para apenas depois regularizar, invertendo a lógica para atender seus objetivos; Iñaki Goki e José Berasain (2007) no texto *Concurrencia y jerarquización de derechos de apropiación sobre los recursos: bienes comunales en Navarra*, apontam a inserção de sociedades vicinais de Navarra (Espanha) no processo de privatização, como forma de manter em alguma medida seus costumes. No texto, os autores demonstram os impactos que as mudanças e adaptações, que ocorriam quanto à propriedade das terras, até então, comunais, causavam às comunidades que viviam a partir do uso comunitário de terras e recursos livres aos seus.

Em determinada parte do texto, os autores dão conta que, frente ao processo liderado pelo Estado de confisco de terras comuns ou sem proprietário particular, também em um movimento de reorganização agrária, houve “la constitución de sociedades vecinales que adquirieron en subasta sus propios bienes para garantizar la continuidad de sus usos” (BERASAIN; GOKI, 2007, p. 206). Ou seja, para seguirem, em alguma medida, os hábitos que estavam ameaçados, frente à privatização da terra e a consequente proibição de utilização

⁵³ AHRS. Ofício de Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização ao Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 4º Trimestre*. Ofício nº 809, 04/12/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 52, maço 112. fl. 2.

comum dos recursos ali disponíveis, e não serem totalmente prejudicados, acabavam por seguir a maré de mudanças e participar do processo de privatização, exercendo o direito de compra da área. Mas, diferente do que seria se um terceiro (indivíduo ou instituição) adquirisse tal área, a propriedade agora comprada seguiria sendo utilizada como anteriormente, antes das mudanças que ocorriam no cenário agrário espanhol. Teria havido, então, uma sobreposição de direitos, onde o direito comunitário prevalecia sobre o direito privado de que apenas uma pessoa poderia utilizar a terra como bem entendesse.

Assim, sendo no Rio Grande do Sul ou na Espanha, durante os séculos XVIII ou XIX, as mudanças legislativas sobre a propriedade da terra impactavam as pessoas e comunidades agrárias. À parte das devidas diferenças entre espaço e tempo das pesquisas, é possível observar as manobras utilizadas para atingir o objetivo da propriedade da terra, independente se utilizando um meio ilícito para a época (o apossamento de terras por parte dos colonos), ou participando do processo de privatização, ao invés de resistir de outras maneiras (as sociedades vicinais espanholas).

Junto à tais possibilidades adaptativas apresentadas acima, que, de uma forma ou outra, as populações afetadas por mudanças jurídicas na propriedade da terra adotavam, destaca-se que a questão de apossamento/intrusão não era algo exclusivo da realidade rio-grandense; em Santa Catarina, outro espaço colonial no sul do Brasil, também é possível observar a prática de apossamentos como um meio de garantir tanto um pedaço de terra quanto a sua propriedade em médio/longo prazo. Em partes resultados de um cenário de dificuldades na medição dos lotes coloniais, um problema apontado por Tramontini (2003) já nos primórdios da colonização em São Leopoldo, que seguiam existindo em espaço e tempo tão distante como a colonização na região do Vale do Itajaí, discutido por Giralda Seyferth (1996). Esta relação entre a terra e quem a ocupa, que faz com que a intrusão e demais formas de os indivíduos rurais interagirem com o espaço e seu uso/propriedade, tenha uma certa complexidade; em parte também, por não ser possível “separar analiticamente a terra da família a que ela pertence e vice-versa” (DER PLOEG, 2016, p. 33). Há o choque então, dos interesses daqueles que se beneficiariam do avanço da capitalização da terra via colonização, e o próprio viés capitalista de produção da terra a que os imigrantes dariam cabo de executar, por conta do fato de que os indivíduos tidos e categorizados como nacionais, possuíam uma lógica e relações próprias para com o espaço que viviam e trabalhavam.

Em artigo intitulado *Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade*, Seyferth aponta, para além dos problemas de demarcação de lotes que persistiam por mais de cinco décadas na Colônia Itajaí, a documentação acessada pela autora evidenciava que as autoridades não

conseguiam acompanhar e ter uma exatidão do número de intrusos ou posseiros, o que permitia que a prática do apossamento se tornasse “um direito potencial à propriedade” (1996, p. 42); ou seja, por mais que legislações catarinenses também considerassem o apossamento como um crime, quem apossava poderia ter sua situação regularizada desde que comprovassem o uso da terra, possuir benfeitorias junto com as plantações asseguraria o direito de posse, e, encerrando de vez o caso como crime se o posseiro assegurasse que realizaria o pagamento devido pelo pedaço de terra.

Vemos, então, que o governo, fosse do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina, dentro de seu ímpeto de organizar a questão agrária estadual, juntamente com a questão colonial, passou a analisar com mais atenção aqueles que intrusavam, ou permitir outras saídas aos posseiros, de modo que o processo de aquisição de terra passava a ser mais diversos do que apenas a estrita compra da terra antes de assentar-se na própria. Voltando ao caso rio-grandense, observava-se os entraves que os intrusos possuíam para a regularização de suas posses e as possíveis maneiras para contornar isso, de forma que estes sujeitos fossem integrados a lógica desenvolvimentista que desejavam para o Rio Grande do Sul, ou o equivalente na perspectiva do governo catarinense. Além do posseiro “criminoso”, mas que poderia deixar de incorrer em um crime caso optasse pela legalização, havia ainda em Santa Catarina, legislação que buscava cercear e diminuir a existência de indivíduos “ambulantes”, que passariam por várias áreas de terras utilizando-as e não muito tempo depois, a abandonariam e iriam para novas áreas a explorar. Vemos então que a visão legal sobre a população posseira/intrusa poderia ser ampla, com diversas formas de interpretação e resolução para o problema. E a forma de construir o entendimento sobre cada uma, seria influenciada diretamente, como não poderia deixar de ser, pela realidade observada por cada governo estadual.

Dos tipos de intrusão, fosse de nacionais ou de descendentes de imigrantes, se considerava que esse processo em terras públicas ainda seria um mal menor, de mais fácil resolução, enquanto, ao ocorrer em terras particulares seriam problemas mais complexos de se resolver, de resolução mais longa, resultando em indenizações onerosas para o governo pagar, fosse em terras ou em dinheiro.

Por mais que os casos de intrusão em áreas devolutas não fossem complexos como em áreas privadas, acabavam por diminuir as opções de uso de tais terras por parte do governo. Para além da questão agrária, havia toda uma população, famílias, nessa situação, deixando o assunto mais delicado. Protásio Alves, em 1916, pondera que “se o governo realizasse ou consentisse no despejo das 5 ou 6 dezenas de milhar de intrusos espalhados pelo território do Estado, arriscar-se-ia a provocar uma explosão social comparável à que acabam de sofrer os

Estados irmão de Santa Catarina e Paraná”⁵⁴. Cientes do sério conflito da Guerra do Contestado, que envolveu posseiros prejudicados pela construção da estrada de ferro e os interesses colonizatórios decorrentes, o governo rio-grandense ponderava outros caminhos para a resolução do problema da intrusão. Buscavam uma forma que evitasse um conflito que seria prejudicial para seus interesses, mas, também, para que essas famílias fossem encaixadas na sociedade pensada por eles, de maneira a contribuírem tal como os colonos fariam.

Esse novo olhar do governo para com a população nacional, que vivia e ocupava terras nas novas regiões coloniais, é resultado também das novas perspectivas para a ocupação legal do espaço agrário que ainda não estava integrado ao entendimento jurídico de propriedade vigente então. Na década de 1910, período em que as colônias aqui estudadas estão em seu início, ocorre o fim da parceria entre o Estado e a federação para a introdução de novas levas de imigrantes no Rio Grande do Sul. O governo rio-grandense ponderava, então, que, “poderá o Estado contar com a imigração espontânea, que será avolumada pela corrente de agricultores nacionais e descendentes de antigos colonos que já se encaminham para as regiões colonizáveis”⁵⁵. Contando com esses grupos para seu projeto de desenvolvimento agrícola, o governo considerava que poderia ocupar o dinheiro, que antes seria gasto com a vinda de imigrantes subsidiados, com outras questões do desenvolvimento estadual, tal como o fortalecimento das infraestruturas de transporte, vitais para a circulação de mercadorias, pessoas e notícias, e fundamental para o desenvolvimento dos núcleos coloniais mais distantes da capital do Estado.

Resultado da influência do pensamento positivista de Auguste Comte, o governo do PRR entendia que a população nacional presente no Estado poderia contribuir para o crescimento estadual, tanto quanto a população colonial, imigrante ou descendente destes. Assim, ao longo dos primeiros anos do século XX, o governo rio-grandense, através dos trabalhos da Diretoria de Terras e Colonização (DTC), dirigida (por mais tempo) por Carlos Torres Gonçalves, começou a gestar a ideia e a colocar em prática uma proteção aos nacionais. Desse projeto é que iniciam práticas adotadas pelas Comissões de Terras e Colonização (CTCs), de trabalhar e abordar essa população, que possuía o status de intrusa, de forma que não sentissem temor pela aproximação de funcionários públicos.

⁵⁴ *Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916.* Oficinas Gráficas d'A Federação. Porto Alegre, 1916. p. 119.

⁵⁵ *Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João Jos Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915.* Oficina Gráfica d'A Federação. Porto Alegre, p. 13.

O principal fator foi, contudo, uma política de pagamento facilitado pela regularização e expedição do título definitivo da posse ocupada. Os grandes custos que eram exigidos para a regularização da propriedade da terra era um fator que repelia os nacionais de regularizarem suas posses, como já discutimos anteriormente, desde o início da aplicação da Lei de Terras de 1850. De modo a alterar esse cenário que vinha já de muitas décadas, o governo passava a aceitar como parte do pagamento, a prestação de serviço dos nacionais em serviços públicos, principalmente na criação e manutenção de estradas de rodagens, medição de lotes etc. Tal possibilidade acabava sendo uma via de mão dupla: enquanto era uma maneira do nacional (caboclo) abater partes dos custos de regularização de sua propriedade, era, para o governo, uma maneira de cortar custos com a mão de obra para tais obras de infraestruturas, passando a gastar apenas com o material necessário em cada obra.

O serviço de discriminação de terras desenvolvido foi, então, fundamental para as pretensões governamentais. Era a partir de tal serviço que os projetos de colonização, ou de pagamento de indenizações se desenvolvia, visto o mapeamento das terras disponíveis para utilizar como melhor entendessem. No Relatório das Obras Públicas, produzido pelo secretário João J. Pereira Parobé, no ano de 1913, ele destaca a importância desses trabalhos, “separação entre o domínio privado e o público, normalização da situação dos *intrusos*, nacionais e estrangeiros, irregularmente estabelecidos, confiança consequente na propriedade e valorização desta, aumento das transações entre particulares”⁵⁶. Com maior trânsito pelas terras rio-grandenses, os agentes públicos fortaleciam, entre os nacionais, o entendimento do governo sobre a propriedade da terra. Desse trabalho, levava-se os nacionais a incorporarem o entendimento oficial sobre a propriedade da terra. Essa nova concepção de propriedade da terra passava a alcançar, então, de maneira mais contundente, uma parcela da população até então deixada de lado, considerando que os indígenas já haviam tido suas práticas e vivências de uso da terra restringidos, ao sofrerem com as políticas de aldeamento, surgidas desde meados do século XIX.

Os trabalhos de regularização dos apossamentos dos nacionais, realizados de maneira prévia à chegada da colonização, além da construção de rede de infraestrutura, contribuíam para um cenário de maior ordem, num cenário deveras complexo.

Na região Norte/Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, desde meados do século XIX, as autoridades requeriam junto ao poder estadual que fossem criados núcleos coloniais

⁵⁶ *Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913.* Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio – Souza e Barros, Porto Alegre, p. 67.

em seus municípios, de maneira a aproveitar as boas terras e, principalmente, impulsionar a produção de alimentos, já que a oferta era pequena, visto ser realizada apenas pelos nacionais que viviam no município. Ainda durante o período imperial, o governo provincial realizava estudos sobre a viabilidade de criação de Colônias no Planalto rio-grandense, trocando inúmeras missivas para com a Câmara Municipal de Cruz Alta, que respondia com relatórios demonstrativos da disponibilidade de terras para tais empreendimentos. Apesar disso, em seu livro *Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)*, Rosane Neumann argumenta que a falta de uma infraestrutura básica era empecilho para a execução de projetos de colonização; ainda, a falta de mercado consumidor próximo, para além do próprio município, era empecilho para o escoamento da produção (NEUMANN, 2016). Ou seja, ainda que houvesse a disponibilidade de grandes áreas férteis para a implantação de núcleos coloniais, eram necessários o cumprimento de outros aspectos para que a colonização fosse posta em prática.

A falta de redes de transporte e comunicação para a criação de núcleos coloniais distantes de outros centros de maior importância, era um grave empecilho à expansão do projeto colonial. Diante de tais necessidades básicas, para garantir um desenvolvimento satisfatório e levando em consideração o investimento necessário para a criação e manutenção de estradas, a criação de Colônias ocorreu de maneira exponencial, gradativa, partindo dos núcleos já estabelecidos, visto as dificuldades que enfrentariam os núcleos muito distantes.

Nossa compreensão da forma como a colonização se expande no Rio Grande do Sul difere, portanto, do que Gregory escreve em sua dissertação, quando afirma que “a colonização avançava a partir dos extremos, da Colônia Guarani principalmente” (1988, p. 68). Entendemos de maneira distinta do autor, visto que uma malha viária era de grande importância para a criação e desenvolvimento de núcleos coloniais, e que esta não tinha sua construção iniciada de pontos longínquos, mas sim, das zonas já ocupadas e atendidas com malha rodoviária e/ou ferroviária. Houve casos de colonização em lugares distantes de grandes centros e sem uma base mínima de rede de transporte, com a Colônia Militar do Alto Uruguai (1879), que justamente incorreu em problemas também por conta da falta de estradas que a conectasse com outras cidades. Ou a própria Colônia Guarani, citada pelo autor, criada pouco tempo após Ijuí, não teve um ritmo de crescimento próximo a ela, e, quando da criação de Erechim, em 1908, foi esta que passou ao posto de principal núcleo colonial público do Estado. Tudo porque Guarani se ressentia de maiores facilidades de transporte, para o escoamento da produção, mas principalmente de chegada de imigrantes e colonos.

A Colônia Guarani foi, então, beneficiada pela criação da Colônia Santa Rosa, a partir do momento que esta já foi criada em um momento posterior, com maiores projetos de viação, interligando esta Guarani e a outros centros. Mesmo assim, a falta de ligação com um ramal ferroviário impedia que tais núcleos possuíssem um desenvolvimento tal como o observado em Erechim.

Outro ponto que pode ser usado para questionar o escrito por Gregory (1988), é o que escreve Neumann (2016) sobre os pedidos das autoridades municipais de Cruz Alta para a criação de Colônias naquele município ainda durante o período imperial. Dentro da busca por esses objetivos, era necessário estudos sobre a disponibilidade de espaço para o recebimento de empreendimentos coloniais, a partir da discriminação entre terras públicas e terras particulares, de modo a explanar as possibilidades de ações diante das condições e espaços disponíveis. Algo nesse sentido se iniciou em fins do século XIX – já República –, através dos trabalhos de uma Comissão de Verificação de Posses e Discriminação de Terras Públicas (antecessoras das Comissões de Terras e Colonização), que fora instalada em Cruz Alta, e tinha sede na Colônia Ijuí. Durante a execução de seus trabalhos, houve a constatação da “precariedade das medições anteriores e as projeções aproximadas do tamanho da área e os seus limites, de modo geral, imprecisos” (NEUMANN, 2012, p. 4).

Enquanto não eram atendidos com a criação de núcleos coloniais no município do Cruz Alta, a câmara municipal passou a conceder “datas” de terras a pessoas que se comprometiam com a ocupação e produção em tais áreas, bem como contribuir na manutenção de estradas próximas (NEUMANN, 2012; 2016). Podemos considerar tal processo como uma preparação para a futura criação de colônias na região, a partir das contrapartidas voltadas para a manutenção das estradas, que permitiriam a circulação de pessoas e mercadorias. Ao passo em que uma malha rodoviária era criada e ampliada, visando, também, a criação e desenvolvimento de possíveis núcleos coloniais, a construção de uma linha férrea que transpassava Cruz Alta seria, igualmente, fundamental para as pretensões coloniais que existiam e se fortaleciam periodicamente.

Foi após a implantação da malha ferroviária na região norte do Estado, passando por Cruz Alta, que se iniciou o processo de criação de núcleos coloniais na região. Independentemente de quem criasse colônias, fosse iniciativa pública ou iniciativa privada, havia o desejo que colonos fossem instalados ali, para que fosse suprida a necessidade de alimentos. Inicialmente, então, cria-se, em 1890, a Colônia pública de Ijuí, espaço com caráter heterogêneo, que recebeu imigrantes e descendentes de diferentes etnias, além de nacionais. Alguns anos depois, Herrmann Meyer cria, em 1897/1898, o complexo colonial nesse

município, denominado Colônia Neu-Württemberg, que “atendeu plenamente essa antiga reivindicação da municipalidade, suprimindo a demanda de alimentos no mercado cruzaltense, que enfrentava nova carestia e alta de preços” (NEUMANN, 2016, p. 55). Ainda que a colonização propiciasse alterações no cenário agrário do local onde ocorria, o status da área antes do início da colonização acabava por influenciar alguns caminhos desse processo.

Sobre os primeiros impactos da colonização em diferentes cenários, Neumann (2016), destaca que, em regiões onde já havia uma organização da propriedade da terra, com a presença, por exemplo, de latifúndios, como Cruz Alta, e onde o poder público apoiava as iniciativas particulares de colonização, esta foi se desenvolvendo de maneira que valorizava as terras próximas. Por outro lado, no cenário encontrado em Palmeira, devido ao caos observado quanto à propriedade da terra, a colonização primeiro serviu para que ocorresse uma organização desse espaço. Assim, a colonização foi aplicada em zonas ocupadas pelo nacional – caboclo –, pequeno lavrador e ervateiro sem muitas condições financeiras, que apossava áreas para viver e produzir para seu sustento, além de utilizar a extração da erva-mate como complemento de renda e até inserção num mercado maior. Reflexo do cenário complexo naquele município, inserir uma colonização em espaços já ocupados pelos nacionais ervateiros, resultara em conflitos e resistências, situação que afastava o interesse de colonos em se assentarem naqueles espaços (ZARTH, 1997; CHRISTILLINO, 2008; NEUMANN, 2012; 2016).

Essa parcela pobre da população, que ocupava ilegalmente terras que poderiam ser utilizadas para a criação de Colônias, acabava tendo que ser removida, para daí ocorrer a demarcação e venda dos lotes coloniais a imigrantes/colonos interessados. Tal processo de ocupação-desocupação foi, como não poderia deixar de ser, motivo de conflitos entre as partes interessadas. Muito por conta de ser um espaço sem a devida organização fundiária, o processo foi posto em prática através da força e dos usos de redes de influência, que faziam com que a balança pendesse para os grandes interessados na implantação de colônias na região, e em todo o lucro que viria posterior a isso. E mesmo que o discurso do governo da DTC pudesse estabelecer que haveria uma preocupação com o elemento nacional, além do interesse em incorporar essa população nos núcleos coloniais públicos, há de se ponderar tal posicionamento. Ainda que a preocupação anteceda a criação de Santa Rosa, e se intensifique após esta, as mudanças na legislação não acompanharam. Na emissão de vários editais, a partir de outubro de 1918, se colocava a permissão para expulsar intrusos recentes, enquanto os intrusos antigos poderiam regularizar sua situação a partir da compra da terra, pagando o valor de mercado, acrescido em 50% (NEUMANN, 2012).

No ano seguinte, em 1919, um novo decreto fora publicado, onde era posto que em casos de intrusão em terras particulares, o Estado apenas ampararia os ocupantes estabelecidos antes da publicação dos editais contrários à intrusão. Neumann ainda discute que, muito embora a legislação tenha sido clara quanto a expulsão de intrusos a partir de 1910, desde a Lei de Terras de 1850 já amparava a expulsão de intrusos, ao tornar a aquisição de terras apenas por meio da compra ou herança.

Os jornais étnicos criados, e que circulavam dentro do espaço colonial em constante expansão no Rio Grande do Sul, reforçavam as dificuldades que os colonos enfrentavam desde a sua chegada em terras brasileiras e as falhas e desmandos administrativos que prejudicariam estes colonos. A circulação de tais jornais acabavam preocupando as autoridades, visto que além da difusão dos problemas e dificuldades enfrentadas pelos colonos, os jornais eram escritos muitas vezes na língua nativa, exaltando os costumes e tradições do país de origem dos imigrantes.

Além da existência e papel desempenhado pelos jornais étnicos na busca pela manutenção de traços culturais próprios dentro do espaço colonial sul rio-grandense, outro material escrito possuía grande influência nessa organização que o governo perrepista buscava administrar. A troca de cartas entre aqueles imigrantes que já se encontravam instalados no Estado, podia ser entendida como uma faca de dois gumes. Explico: ao passo que a correspondência para com aqueles que haviam ficado em solo europeu poderia contribuir – como de fato ocorreu – no estímulo para que novos grupos se entusiassem e rumassem às terras do Brasil meridional, contribuindo assim para uma imigração espontânea, sem maiores custos ao governo, também poderiam prejudicar a imagem do Estado no exterior, a partir dos relatos de diversos problemas que poderiam ser encontrados nesse mundo colonial.

Mas ao passo que cartas agissem como estimuladores para a vinda de novos contingentes, a confiança existente na apresentação do convite e no aceite do referido, guiava para a preferência de instalação próximas dos remetentes das missivas. A partir do aceite e de completado o planejamento de emigração transatlântica, com a chegada nas novas terras, havia a questão da compra de áreas para a instalação dos recém-chegados.

Ainda que no final do século XIX não houvesse um nível de saturação que seria observado posteriormente, “a escolha do lote não era aleatória, antes o contrário: os imigrantes procuravam se estabelecer próximos daqueles com os quais mantinham alguma afinidade. As relações de solidariedade visavam uma autoproteção diante do desconhecido” (VENDRAME, 2016, p. 75). Dentro do planejamento total – considerando gastos com traslado até a instalação no lote colonial –, havia a discussão sobre onde poderiam ser adquiridas áreas que facilmente

poderiam ser desmembradas posteriormente, já considerando distâncias entre os alvos de compra e os lotes já ocupados pela rede de apoio nos primeiros tempos de colonização.

A compra de áreas maiores para a posterior fragmentação contribuía, ainda, para que melhor fosse desenhada estratégias para o seu cultivo e conseqüente subsistência familiar e pagamento de tal área. E a proximidade com conhecidos facilitava para o acionamento da rede de suporte quando se enfrentasse dificuldades. Com tal organização, é possível inferir que a colonização realizada por particulares (com projeto ou apenas venda de terras), melhor atenderia esses propósitos do que a colonização pública. Principalmente pela maior rapidez com que se poderia adquirir terras já devidamente medidas e demarcadas.

A morosidade nos trabalhos da colonização pública – algo demonstrado já por Tramontini (2003) –, desde a medição de lotes até a construção de infraestrutura básica como estradas e trabalhos iniciais de derrubada da mata – demasiado penoso conforme Relly (2017) destaca – fazia com que terras já num processo mais avançado de ocupação fossem mais bem avaliadas para a compra. Imigrantes italianos que se correspondiam com familiares na Itália expressavam tal vantagem em realizar tal opção de negócio (com particulares) do que esperar por lotes na Colônia de Silveira Martins (VENDRAME, 2016).

A troca de Colônia pública para particulares “representava uma escolha vantajosa, pois não teriam de aguardar a abertura de estradas, a derrubada de mato e a demarcação dos lotes coloniais” (VENDRAME, 2016, p. 75). Ao lançar mão da estratégia de adquirir áreas de particulares que não necessariamente poderiam compor um espaço colonizatório, que se converteria em algo assim com a venda à imigrantes, tomavam para si uma segurança para o grupo em questão, por poderem escolher a localização e qualidade de terras que lhes aprazia e que poderiam pagar. Dessa organização transposta da Itália para a Colônia Silveira Martins – estudado por Vendrame – permitiu-se que vínculos de segurança e reciprocidade fossem “reforçados no momento de ocupação e organização dos lotes coloniais, favoreceram a coesão entre algumas famílias e a reprodução de um modo de vida camponês” (VENDRAME, 2016, p. 77). Um facilitador, sem dúvidas, para que as dificuldades iniciais pudessem ser superadas com ajudas nos trabalhos na roça ou ainda no conforto de saber que não se estava sozinho enfrentando as adversidades que poderiam ter soado menores até que se colocassem frente a frente.

De qualquer maneira, ainda que em um fluxo imigratório que variava – e havia por parte do governo a percepção que aumentaria – de tamanho no decorrer dos anos, e principalmente pelo resultado da expansão populacional observada na região colonial rio-grandense, a procura por lotes coloniais no Planalto do Estado de maneira crescente gerava um esgotamento nos lotes

disponíveis nos núcleos coloniais públicos. Era então necessário a criação de novos núcleos, uma vez que as Colônias públicas, criadas nos últimos anos do século XIX e na primeira década do século XX (Ijuí, Guarani e Erechim) já não possuíam condições de absorver novos imigrantes/colonos.

Contudo,

o local para o estabelecimento de uma colônia deve satisfazer a várias condições e cuja principal é a de ser próxima de uma via férrea ou de um rio navegável, e a infração deste preceito teve como consequência as dificuldades que assoberbaram a maioria das nossas colônias, cuja lentidão no seu desenvolvimento só pode ser atribuída a essa causa⁵⁷.

A existência consolidada de redes de transporte, sejam boas estradas, ferrovias ou ainda o transporte fluvial, era de fato vital para o núcleo colonial se manter e ser expandido. Cabe destacar que essa preocupação constante do governo rio-grandense, durante o primeiro período republicano, sobre a importância dessas possibilidades já podia ser observada desde os primeiros núcleos coloniais no Estado. Logo, se desde muito tempo, do período em que houve colonização no Rio Grande do Sul, já havia a consciência de que, para o pleno crescimento e desenvolvimento de núcleos coloniais, era vital uma rede de infraestrutura básica de transporte e comunicação, após casos como o de Erechim, isso ficou ainda mais evidente. Essa Colônia, criada próxima da linha de ferro Santa Maria – Uruguai, teve crescimento exponencial, notado em uma população de 18.000 pessoas nos primeiros cinco anos desde sua criação, evidenciando a importância de redes de transporte para o sucesso de futuros empreendimentos coloniais.

Usufruindo das facilidades da expansão da ferrovia, Erechim possuía os aspectos que possibilitariam o bom crescimento que foi observado. O grande número de habitantes logo em seus cinco primeiros anos foi a conjunção de uma grande massa populacional colonial já existente no Estado, os nacionais que embora em menor número também se inseriam em tal espaço colonial; mas também a chegada de levas de imigrantes contribuiu com o aumento desse número, como será observado e discutido em tabela no capítulo 3.

Estes números eram do período em que vigia o acordo celebrado entre o Estado e a União para a entrada de imigrantes. Na mesma página onde se mencionam esses números, destacava-se que antes do acordo, os números registrados de imigrantes espontâneos, anualmente, eram de 700 pessoas. O parecer quanto aos resultados do acordo era positivo naquele momento, visto a disparidade apontada entre a diferença de volume de entradas sem e

⁵⁷ *Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913.* Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio – Souza e Barros, Porto Alegre, p. 12.

com o acordo. Por outro lado, em contraste com esses números de 1912, na Mensagem de 1916, Salvador Ayres Pinheiro Machado destaca aos deputados que entre 1908 e 1915, o período em que vigorou o acordo entre Estado e União, o serviço de imigração apresentara um déficit de aproximadamente 3.000 contos de réis, muito embora no segundo semestre de 1915 houve pouca diferença entre a despesa e a receita desse processo⁵⁸. Havia, então, diferentes perspectivas para analisar a estratégia de trabalhar a imigração com a ajuda de um acordo com a União ou depender apenas da imigração espontânea, pois tão importante quanto o número de entradas de europeus no Estado era a questão financeira dessa movimentação.

O subsídio, ao passo que atraía maior número de interessados na busca por um novo começo na América, ocupava dinheiro que poderia estar sendo utilizado em outras esferas do processo colonizatório, que cada vez mais se distanciava da capital, necessitando, assim, maiores investimentos.

Tendo isso em consideração, talvez a principal diferença ao considerar os primeiros núcleos coloniais no Rio Grande do Sul e aqueles posteriores, tanto no centro do Estado quanto os da região das colônias novas, seja a natureza do tipo de transporte. Partindo do denso trabalho realizado por Witt (2015) sobre as famílias exponencias do eixo São Leopoldo-Litoral Norte do Rio Grande do Sul (mega espaço SL-LNRS), o qual demonstra o largo uso tanto de transporte terrestre quanto fluvial para consolidar e expandir seus negócios, observamos a utilização do recurso natural das águas como um eficiente transporte de mercadorias, visto a sua utilização pela Colônia de São Leopoldo, utilizando do rio dos Sinos, quanto das Colônias de Torres e das Três Forquilhas, dos rios e lagos próximos, como uma “estrada” mais rápida e de manutenção menos onerosa do que as vias terrestres. A navegação teria, então, contribuído para o desenvolvimento econômico e expansão colonial, além de ser uma ferramenta para a ampliação de relações com outras regiões, que ligado ao comércio, derruba a ideia de isolamento dos primeiros núcleos coloniais.

Um espaço colonial, isolado em si, teria dificuldades de se desenvolver, tal como o observado na Colônia Guarani, que obteve um salto de crescimento após a criação de Santa Rosa e a extensão da via-férrea até a sua proximidade. Além da facilidade/dificuldade de colonos se dirigirem até núcleos com problemas de transporte, o comércio seria prejudicado; buscar clientes ou produtos em outros espaços diversificava sua renda e redes, retornando ao núcleo de origem.

⁵⁸ Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo vice-presidente, em exercício, General Salvador Ayres Pinheiro Machado. Na 4ª sessão ordinária da 7ª legislatura, em 20 de setembro de 1916. Oficinas Gráficas d'A Federação. 1916.

Dito isso, a atenção que o PRR dispense às redes de transporte vai ao encontro ao desenvolvimento observado em projetos coloniais do período imperial. O que diferencia a atuação do governo nas colônias novas e os primeiros núcleos públicos imperial é a origem do transporte. Sobre essa situação, Witt afirma que “a excepcional localização de São Leopoldo à beira do rio dos Sinos, bem como dos outros núcleos que foram se formando à medida que a Colônia-Mãe estendia seus tentáculos, parece ter interferido diretamente no crescimento da Colônia” (2015, p. 280). Por seu turno, não havendo tantas possibilidades de utilização de vias naturais como rios e afins para transporte, as Colônias novas foram muito mais dependentes da engenharia, por assim dizer, ou seja, da construção e melhorias constantes de estradas de rodagem e ferrovias para dispor à região colonial as possibilidades de desenvolvimentos.

Considerando isso como resultado do conhecimento prévio, o Diretor de Terras ponderava dois pontos como os mais promissores para a criação de novos núcleos públicos; um era Santa Rosa, no município de Santo Ângelo, e o outro era Fortaleza, no município da Palmeira. Esses pontos eram sugeridos por já existir “uma corrente espontânea de colonos de diversos pontos do Estado, o que mostra a conveniência de preferi-los, não só para regularizar a situação desses intrusos, como por ser isso um indício da excelência da região”⁵⁹. Os projetos de colonização se tornam, igualmente, formas de organizar a massa populacional que já circulava pelo Estado e se assentava livremente em terras devolutas, à revelia de haver na área algum projeto de colonização público/particular. Se inteirando desse movimento populacional, e tomando as rédeas do processo de ocupação que, até então, ocorria livremente, o governo poderia manobrar esse processo como melhor entendesse para os seus objetivos.

Ambas as Colônias que são objetos de estudo neste trabalho são citadas na parte do relatório anual da Secretaria das Obras Públicas de onde o trecho acima foi extraído. Em que pese Erechim já ser naquele momento um projeto consolidado e exemplar em certa medida, vemos que a possibilidade de uma colônia em Santa Rosa estava nos radares da Diretoria de Terras e Colonização, o que acabou saindo do papel pouco tempo depois.

Pensando a partir desse relatório de 1913, há o reforço da ideia de serem modelos de um projeto público de colonização mista. Isto por terem sido dois núcleos pensados, estrategicamente, desde a escolha do lugar onde seriam localizados, considerando o conhecimento prévio adquirido dos fatores positivos que deveriam cercar projetos de colonização. Desde o referido ano, para a criação de novos núcleos coloniais, se determinava

⁵⁹ *Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913.* Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio – Souza e Barros, Porto Alegre, p. 12.

que era necessário realizar, previamente, projetos que deveriam ser aprovados, onde estariam previstas “todas as conveniências e necessidades presentes e futuras”⁶⁰. Partindo desse ponto, os primeiros núcleos a serem criados seguindo tais preceitos seriam os de Santa Rosa e da estância de águas em Iraí. Essa nova diretriz dialoga com o entendimento, cada vez maior, da importância de os núcleos coloniais serem devidamente projetados e imbuídos de infraestrutura desde antes da chegada efetiva de colonos, de maneira que seu crescimento não fosse prejudicado pela falta de alguma estrutura.

Por mais que tal discussão ganhasse relativa atenção nos documentos produzidos pelo governo, cabe destacar que a própria Colônia Santa Rosa foi criada (sua sede) a cerca de 50 km da ferrovia Cruz Alta – Ijuí, fator que pode ter contribuído para que seu crescimento, apesar de relevante, não tenha alcançado o nível observado na Colônia Erechim, que desfrutou da proximidade da linha férrea desde o seu início. Esta distância entre o centro da colônia e a linha férrea é destaque em coluna do jornal *Staffeta Rio-Grandense*, onde se destaca que tanto a Colônia Santa Rosa quanto a Colônia Guarani, ainda não haviam entrado em grande fase de desenvolvimento por não possuírem acesso direto por via-férrea, complementando que o governo estadual estaria entrando com pedido para que o ramal ferroviário em questão passasse a ligar, também, ambos os núcleos⁶¹.

O desenvolvimento de Santa Rosa, então, é passível de diferentes interpretações. O primeiro, sobre o desenvolvimento geral do núcleo, principalmente se comparado com Erechim, o último núcleo criado antes de Santa Rosa, onde se observou um desenvolvimento em grande escala. Por ter contado com grande procura por parte de colonos e imigrantes, e onde o comércio floresceu rapidamente pelo baixo preço de frete para a Porto Alegre, principalmente se comparado com regiões mais próximas da capital, como Guaporé. Essa economia no frete só era possível por conta da presença da linha férrea que facilitava o deslocamento de pessoas e principalmente, de produtos.

Outro ponto possível de interpretação é aquele que leva em consideração o trabalho ali realizado na proteção aos nacionais, que teve em Santa Rosa seu primeiro ponto de aplicação, para depois ser expandido para outras regiões. Nesse aspecto, é inegável o bom desenvolvimento diante do que foi proposto. Sendo realizado um trabalho próximo aos nacionais da região, antes do início da procura de lotes no novo núcleo por parte de imigrantes e seus descendentes, deixou-se de observar a saída dessa população frente à chegada da

⁶⁰ Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura, em 29 de novembro de 1923. p. 48.

⁶¹ Jornal *Staffeta Rio-Grandense*. 16/08/1917, nº 20, p. 2.

colonização. Em mensagem enviada à Assembleia dos Representantes, em 1917, Borges de Medeiros destaca que

até então a maioria deles [nacionais] preferia abandonar as terras, à simples aproximação do colono estrangeiro, e seguir os azares de uma vida errante e aventureira. [...] No intuito de estimular e favorecer os colonos nacionais, se lhes tem concedido os seguintes favores: a) redução de 20% no preço das terras; b) pagamentos em trabalhos públicos; c) assistência de mestres na construção de habitações, etc⁶².

Podemos, então, considerar que, guardadas as devidas características específicas de cada núcleo colonial ora estudados, ambos possuíam grande importância frente ao que o governo rio-grandense projetava para o desenvolvimento estadual, e para cada uma dessas Colônias, fato que será mais bem analisado ao longo do trabalho.

Da mesma forma que a proximidade com uma linha férrea ou outra via de circulação, a presença de um núcleo colonial bem amparado e com boa infraestrutura inclusa, tal como observado nos núcleos públicos, contribuiria para a valorização das áreas circunvizinhas. Assim, a presença de projetos públicos pode ser compreendida como instância propulsora de desenvolvimento na área próxima, desde a movimentação do mercado de terra, como outros aspectos influenciados pela presença dessa ação do governo; principalmente, pelo seu papel na organização da população rural presente no interior do Estado, fosse ela colona descendente de imigrantes ou a população de nacionais que por boa parte do processo colonizatório haviam sido marginalizados.

As possibilidades de negócios e/ou aproveitamento de serviços oferecidos nas Colônias públicas poderia atrair tanto colonos quanto também envolvidos administrativamente em projetos particulares. Fosse pela infraestrutura encontrada nos núcleos públicos, quanto pelas possibilidades naturais de serem exploradas em algum negócio. Essa porosidade de ações que interligavam projetos públicos e particulares tem um exemplo envolvendo a Colônia Guarani; este caso, embora não envolva Erechim ou Santa Rosa, exemplifica as relações entre o universo de colonização pública e particular.

Em abril de 1910, Clarimundo de Almeida Santos, chefe da Comissão em Guarani, escreve um ofício para Torres Gonçalves informando sobre um requerimento de Hellmuth Jacob Smidt [sic], para a compra dos lotes rústicos nº 1 e nº 3, da linha Marquez de Paranaguá, na 4ª

⁶² Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1917. Oficinas Gráficas d'A Federação, p. 32-33.

seção do núcleo Comandaí, e com localização próxima ao rio de mesmo nome⁶³. A justificativa para tal requisição era o interesse em montar em tais lotes, por conta da passagem do rio pelo lote nº 1, um moinho e serraria.

Seguindo no ofício, Clarimundo argumenta que desde que observadas as “bases e cláusulas especiais”, o deferimento do pedido de compra dos referidos lotes, a venda poderia “ser benéfica para o Estado e o peticionário”. Dentro dos beneficiados, se tal negócio ocorresse, estariam também os produtores de milho e trigo e os consumidores de farinha; após apresentar esses pontos positivos, Clarimundo informa que Hellmuth Smidt era o encarregado da Colônia particular de Serro Azul, onde já havia montado um moinho e serraria. Com a informação que o peticionário já possuía as mesmas instalações em Serro Azul, poderia indicar que estava interessado em expandir esse negócio para outros espaços da região, aproveitando lacunas de serviços nas Colônias próximas.

É justamente a ausência desse serviço em Guarani, ou ao menos uma cobertura apenas parcial, que fazia com que Clarimundo de Almeida acenasse positivamente ao pedido de compra de lotes para a instalação do referido negócio. Atentava para a necessidade de que com o negócio concluído, o moinho deveria ser montado num prazo máximo de 18 meses, além de ser posto um preço especial para a moagem, que não poderia exceder 20 réis por kg no 1º ano, além de não poder o preço ser aumentado, mas sim diminuído a partir do segundo ano, chegando no preço de 18 réis, o que daria “para o 1º caso 1\$200 por saco e no 2º, 1\$080”⁶⁴, numa tentativa de proteger os colonos quanto aos preços que seriam praticados, de modo que não fossem prejudicados com preços abusivos.

Havia, então, diversos pontos de contato entre colonização particular e pública, com a segunda podendo ser considerada ponto de apoio e/ou oportunidade de investimento a partir da instalação de serviços, para além da já citada valorização das terras em seu entorno. Núcleos como Guarani e, talvez, principalmente Santa Rosa e Erechim, pelo papel que essas duas últimas Colônias representavam dentro do cenário regional de cada uma e pela posição que ocupavam no projeto de reorganização agrária que o governo rio-grandense objetivava, são exemplos disto.

⁶³ AHRS. Ofício de Clarimundo de Almeida Santos, chefe da Comissão de Terras e Colonização de Guarani, para Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização. *Diretoria de Terras e Colonização – Comissão de Terras e Colonização de Guarani*. nº 23. 08/04/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113.

⁶⁴ AHRS. Ofício de Clarimundo de Almeida Santos, chefe da Comissão de Terras e Colonização de Guarani, para Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização. *Diretoria de Terras e Colonização – Comissão de Terras e Colonização de Guarani*. nº 23, fl. 1v. 08/04/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113.

Esse processo, que o governo procurava administrar da forma que lhe convinha, envolvia então o encontro da população colonial com a grande população de nacionais que ocupavam o espaço que agora era direcionado para a colonização. Como dois corpos (e dois títulos de propriedades) não ocupam o mesmo espaço, problemas dessa natureza seriam inerentes; para que o assentamento de colonos ocorresse com a menor possibilidade de percalços possíveis, não havia como não encarar a presença dos nacionais e o problema da intrusão. Com as Comissões de Terras e Colonização já trabalhando para organizar o espaço e administrar o processo de colonização público (e fiscalizar o particular), a DTC, chefiada por Torres Gonçalves, cria o Serviço de Proteção aos Nacionais para tratar especificamente de uma nova abordagem com o elemento nacional dentro de projetos de colonização.

3 A COLONIZAÇÃO PÚBLICA NA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DAS TERRAS DEVOLUTAS E POPULAÇÃO RURAL/COLONIAL

Possuindo uma postura crítica à forma como a colonização era realizada por empreendedores particulares, o governo rio-grandense na Primeira República, buscou ser ele próprio agente da colonização. Assim, o protagonismo do PRR ocorre, principalmente, na última região disponível para o processo, em que ainda havia grandes extensões de terras devolutas e assim, disponíveis para a sua privatização. Para alcançar seus objetivos, o governo dispunha das terras devolutas tanto por meio de colonização própria, quanto através da venda de áreas para particulares criarem seus próprios empreendimentos coloniais, ou entregando áreas através de processos de indenizações.

Para além de gerenciar diretamente o processo de privatização das terras até então públicas, a DTC possuía, entre suas várias obrigações, a fiscalização da ação particular no que tangia aos negócios de colonização. Com informações constantes em diversos relatórios, e de conhecimento decorrente de visitas a regiões do Rio Grande do Sul onde a atenção colonial crescia, o governo passou a encarar de forma mais direta a intrusão. Não poderia mais ser ignorado, ao contrário, considerando que a administração das terras públicas era intrínseca à questão da intrusão e situação irregular de enorme população nacional, que deveria culminar na inserção dessa população na colonização e sociedade estadual.

É nesse complexo cenário, sobre como lidar com o problema da intrusão e gerenciamento das últimas parcelas de terras públicas disponíveis, que a Diretoria de Terras e Colonização projeta a criação de um serviço que fosse capaz de atender os nacionais. Era visado oportunizar que essa população conseguisse meios para buscarem a regularização de seus apossamentos ou aquisição de terras já devidamente regularizadas, inclusive dentro de núcleos coloniais, para que ocorresse o contato dessa população com imigrantes e seus descendentes.

3.1 O Serviço de Proteção aos Nacionais

Os nacionais eram a população rural colona que não era descendente de imigrantes⁶⁵, ou seja, já habitavam vastas zonas territoriais do Rio Grande do Sul antes do início do projeto de imigração e colonização com imigrantes europeus não ibéricos. Logo, as terras

⁶⁵ Como leitura sobre caboclos, sugerimos o autor Marcio Antônio Both da Silva que faz uma discussão profunda através da análise de literatura acerca do termo, sobre as especificidades históricas do uso do termo caboclo, bem como dos seus diferentes usos, ver: SILVA, 2016.

disponibilizadas para a colonização não eram vazias, como o governo e empresas particulares afirmavam para os imigrantes. Ao contrário, eram ocupadas desde muito tempo por uma grande população.

A população de nacionais/cabocla foi, desde o início da colonização, marginalizada e preterida pelos imigrantes europeus. Com práticas e costumes diferentes daquilo que o Estado entendia como sendo o correto, contrapondo-se com a chegada de indivíduos que se encaixariam nos interesses do governo na questão da ocupação da terra, os nacionais viram-se obrigados a se retirarem – não sem violência – e a darem espaço para colonos imigrantes. Nesse abandono forçado das terras ocupadas até então, buscavam regiões ainda distantes da colonização, de maneira a poderem seguir com seus hábitos, mas que igualmente já eram habitadas por grupos de nacionais. Assim, sobem a serra e chegam ao Planalto rio-grandense, que ainda não possuía o interesse imediato da colonização estadual. Contudo, o aumento no volume da população colonial, bem como a consequente escassez de lotes coloniais nas primeiras zonas de colonização, resultou no avanço da colonização para o Planalto, iniciando o que foi categorizado por Jean Roche (1969) como a segunda fase da colonização no Rio Grande do Sul.

A presença dessa população, independentemente do tamanho de suas posses, desde o início do processo colonizatório acabava gerando inúmeros problemas e conflitos com aqueles que chegavam para colonizar terras propagandeadas como livres de ocupação anterior. Logo, essas querelas envolvendo a questão de terra e os interesses de nacionais e imigrantes/colonos não são eventos exclusivos da colonização no Planalto rio-grandense. Marcos Tramontini (2003) é enfático quanto a isso em seu trabalho, ao colocar a questão da terra como um importante aspecto ao analisar a dinâmica de organização social na Colônia São Leopoldo, em seus primeiros anos.

A perspectiva apresentada por Tramontini (2003) se faz muito importante para refletir a colonização das terras rio-grandense, a partir da inserção do elemento europeu não ibérico. Além da possibilidade de desentendimentos por conta das diferenças culturais existentes entre aqueles que já viviam no Estado e aqueles que estavam chegando a partir do ano de 1824, a ideia/concepção de propriedade da terra foi fortemente impactada, desde o início desse processo de longa duração. A chegada dos imigrantes trouxe consigo outro entendimento sobre a posse e o uso da terra, independentemente de ser alinhado ou não com a legislação, mas que era mais próximo do que o governo imperial desejava implantar. Esse entendimento contrastava com a ideia de propriedade e uso da terra que os pequenos posseiros nacionais ou os indígenas

possuíam. Uma perspectiva distinta e sem relação com a legitimação contida no papel que transferia a posse da terra a quem o possuísse.

Os nacionais, categorizados como intrusos, eram marginalizados considerando os diferentes entendimentos acerca da propriedade da terra, distinta do idealizado pelo governo e por aqueles que organizariam projetos de colonização. Mas o eram também por conta do fator étnico, visto não possuírem as características genéticas que quem planejava a imigração e colonização entendia ser o ideal; eram, então, duplamente marginalizados (NEUMANN, 2016).

Nesse processo de ressignificação da propriedade da terra, aqueles grupos que possuíam um entendimento diferente sobre a propriedade da terra, acabaram sendo marginalizados do processo de reorganização agrária que passou a ocorrer – e que se intensificou nas últimas décadas do século XIX. Essa marginalização seguiu até chegar ao poder estadual pessoas influenciadas pelo pensamento positivista, que compreendiam que os nacionais possuíam a capacidade de se integrarem ao regime colonial – numa perspectiva puramente econômica e desenvolvimentista.

Com a entrada, desde muitas décadas, de milhares de pessoas de diferentes etnias, que se juntavam em um espaço já ocupado por uma diversidade de grupos, ainda que sob a identificação de brasileiros, esse aspecto estava em pauta, também para pensar o que fazer com aqueles que não entravam na categoria colonos/imigrantes. Acresce-se a isso o fato de a questão da formação da identidade nacional ser presente em decorrência dos poucos anos da instauração do regime republicano. A própria ideia do governo estadual de criar e fortalecer o caráter misto da colonização pública é parte disso, embora considerando todo espaço colonial, havia diferentes conformações étnicas nos espaços coloniais.

Para Carlos Barbosa Gonçalves, isso não era algo com o que o governo precisava se preocupar, visto que “como se infere dos elementos que naturalmente a compõem, está ela [a colonização] ainda muito longe de tornar-se nacionalizada, o que, aliás, não acarreta prejuízo apreciável”⁶⁶. Apoiava essa sua opinião no fato de que os nacionais e os colonos descendentes de imigrantes já eram totalmente adaptados às condições do território, e principalmente “identificados com os nossos costumes”, enquanto os imigrantes que viriam seriam “facilmente adaptáveis” às leis estaduais e à sociedade. Considerando que a maior parte dos envolvidos na colonização àquela época seriam já residentes do Estado, não parecia haver grande preocupação

⁶⁶ Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Carlos Barbosa Gonçalves. Na 4ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 20 de setembro de 1912. Oficinas Gráficas Da Livraria do Globo, p. 41. 1912.

quanto aos nichos étnicos, muito embora se seguia com a ideia de procurar integrar imigrantes e colonos de diferentes origens em cada espaço colonial.

Ao mesmo tempo que citava as levas de imigrantes oriundas do acordo realizado em 1908 com a União, demonstrava-se que as áreas que restavam a serem colonizadas poderiam ser ocupadas de maneira organizada a partir daqueles que já residiam no Rio Grande do Sul e estariam integrados na busca por novas terras agricultáveis dentro da ideia de enxamagem de Jean Roche (2022). Haveria, ainda, os trabalhos de regularização dos intrusos e/ou inclusão destes em núcleos, ou projetos administrados pela DTC. Em todo caso, essa atenção voltada aos nacionais que já ocupavam as terras e não possuíam a propriedade legalizada, seja por falta de conhecimento ou de condições financeiras para dar andamento ao trabalho, não pode ser vista, simplesmente, como algo bondoso ou caritativo. Ao lado da suposta preocupação com o bem-estar, envolvido em viver sem o risco de ser expulso de suas terras, havia o interesse de que essa população contribuísse para o desenvolvimento pretendido do Estado e planejado por eles, e parecem de causar problemas.

Visava-se que tais pessoas se desenvolvessem socialmente e se tornassem produtivos, tais como os colonos descendentes de imigrantes. Em trecho de relatório produzido por Leopoldo Villanova à Frederico Westphalen, em 1917, é possível observar um olhar imbuído de certo menosprezo aos nacionais, que seriam

em geral, ignorantes, pouco trabalhadores e muito desconfiados. – Penso que podíamos educa-los um pouco, criando escolas regionais e um campo experimental de agricultura, para que eles aprendam alguma coisa e tomem conhecimento com os processos elementares de cultivar a terra e aproveitar o trabalho⁶⁷.

Este trecho demonstra qual era a percepção sobre os nacionais, que estariam, em alguns aspectos, não tão distantes do estágio (na escala positivista da sociedade) em que se encontrariam os indígenas. Tendo isso em mente, a incorporação dos nacionais ao processo colonizatório era, para o governo, de acordo com Sponchiado, “condição *sine qua non* do sucesso de todo o conjunto da organização e execução dos trabalhos de colonização” (2005, p. 137). Já não havia grande espaço disponível para que continuasse a marginalização dos nacionais, o que também refletia na improdutividade de parcela da população rio-grandense.

⁶⁷ Relatório de Reconhecimento da Travessia do Sertão da estrada Palmeira – Mel, apresentado ao Chefe Dr. Frederico Westphalen por Leopoldo Villanova. Palmeira, 24.09.1917. datilografado, p. 5. APUD. SPONCHIADO, Breno. *O positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul*. Editora da URI. Frederico Westphalen, 2005. p. 142.

Os nacionais podem ser considerados, naquele período, como integrantes da economia, em alguma medida. Isto pois, poderia haver certo comércio de alimentos produzidos por eles, num volume que poderia não ser registrado, ou ainda, o papel desempenhado no mercado nacional e internacional da erva-mate que, este sim, seria mais vultuoso (CHRISTILLINO, 2008). Havia, ainda, a possibilidade de prestação de diversos serviços sazonais a grandes proprietários, atendendo uma demanda por mão de obra.

Não seria correto, então, visualizar essa parcela da população como totalmente alheia às engrenagens econômicas do Estado, por mais que fosse em esferas locais. Paulo Zarth (2002) defende a hipótese de que o lavrador nacional teria sido um importante elemento para o estabelecimento do trabalho livre, num momento histórico onde o trabalho escravo estava em decrescente. Em âmbito nacional, em virtude dos resultados que estavam sendo alcançados com a imigração germânica e italiana, as opiniões quanto aos negros e caboclos/nacionais se fortaleciam negativamente, como explica Zarth. Ocorre que não se considerava a execução de várias atividades por negros e nacionais, enquanto os imigrantes haviam sido deslocados, principalmente, para trabalhar nas fazendas de café do Sudeste e nas pequenas lavouras no Sul.

No Rio Grande do Sul, ainda que considerados como isolados dos acontecimentos e economia estadual, seriam, de acordo com Zarth (2002), os nacionais, aqueles que forneciam a mão de obra para estâncias (peões) e para trabalhos de derrubada de mata nos períodos iniciais de Colônias públicas ou particulares. Tal integração dos nacionais, nesses espaços coloniais, principalmente, é um fato interessante, pois ocorria desde antes da integração efetiva destes nas políticas de colonização, iniciadas, oficialmente, como política com o serviço de proteção aos nacionais, já no século XX.

Longo foi o tempo até que passaram a possuir a possibilidade real de obter ou regularizar seus apossamentos dentro de núcleos coloniais; até então, os nacionais não eram pensados como proprietários. Por mais que, desde há muito tempo, fossem utilizados em trabalhos como a derrubada de mato dentro dos lotes coloniais, trocas de saberes agrícolas (RELLY, 2017), e para a abertura de estradas, recorrentes em períodos iniciais de colonização, ou que contribuíssem, em alguma medida, para a adaptação dos colonos imigrantes em seu novo espaço, não eram considerados para comporem a colonização, juntamente com o elemento estrangeiro ou seus descendentes.

Ainda que não fosse inserida no processo de colonização da região, essa população ocupava terras que poderiam ser utilizadas para a medição de lotes coloniais, utilizando-as até esgotarem os recursos. Após esse esgotamento, poderiam migrar em busca de novas terras, e repetir esse ciclo, já que não haveria uma ligação de obrigatoriedade de fixação nas terras

apossadas. Assim, quando optavam por partir em busca de novas terras para cultivar, esses nacionais abandonariam terras já esgotadas, não atraentes para colonos e imigrantes que visassem se estabelecer em tais regiões, ocasionando um problema para o governo estadual resolver.

O desgaste do solo e dos recursos disponíveis, oriundos da ocupação de posseiros pobres, desvalorizaria tais áreas, prejudicando sua inserção em futuros projetos de colonização. Esse fato, juntamente com a noção que o governo tomava, da aproximação da finitude de terras devolutas sob seu domínio, acarretou uma maior preocupação sobre a ocupação desse espaço e como o governo deveria administrar essa questão.

Fixar os nacionais nas posses já ocupadas, por meio da facilitação de pagamento para a concessão dos títulos de propriedade, foi uma das medidas tomadas. Limitar os deslocamentos internos dessa população, facilitaria a discriminação das terras, de fato, disponíveis para a venda de lotes a colonos. Enfrentaria diretamente os problemas de intrusão (também em terras particulares), que foi algo complexo em vários pontos do norte do Rio Grande do Sul, a exemplo do observado e descrito pelos funcionários da Comissão de Terras e Colonização com sede em Passo Fundo. Esses intrusos – criminalização do apossamento – causavam preocupação pela devastação que causavam em zonas de mata (ocasionando desvalorização de tais áreas), como o observado nas matas à margem da colônia Guarani, que estariam sendo devastadas por intrusos, e com essas madeiras sendo escoadas pelo rio Uruguai (ROCHE, 2022).

Entre a percepção de que os intrusos apenas devastariam as terras ocupadas, sem responsabilidade com o futuro, por não ter nada que os prendesse naquela área, estava, ainda, imbuída de uma visão depreciativa sobre essa parte da população estadual, bem com uma ligação obrigatória entre responsabilidade sobre a terra ocupada e o aparato legal de propriedade da terra. Por mais que o governo positivista rio-grandense houvesse efetivado uma política de integração dos nacionais no complexo colonial, ainda estavam imbuídos de ideais que consideravam os nacionais como inferiores aos imigrantes e descendentes destes.

Ao ter contato com essas discussões sobre a integração do *colono nacional*, e as suas possibilidades de evolução (visão evolutiva positivista), entremeadas pelos pré-conceitos para com esse grupo, não podemos nos esquecer que, ainda que visassem a integração efetiva destes na sociedade rio-grandense, os homens por trás dessas discussões ainda eram filhos de seu tempo. Junto a isso, é um período em que há o contato entre um modo de ocupação da terra mais antigo, com outra relação sobre a posse da terra, representado pelos nacionais (os indígenas são, ainda, outra percepção mais ancestral de relação com a terra e território), e uma ocupação e uso mais moderno e capitalista, representado pelos imigrantes/colonos, vistos como

superiores por aqueles com o poder de criar, executar e fiscalizar as legislações referentes à terra e sua propriedade, embora tenham ocorrido casos como o supracitado intrusamento de colonos na vila de Marau e em terras ainda não demarcadas na Colônia Erechim. Refletindo sobre os casos supramencionados e toda a questão da intrusão que perpassa pelo período estudado, é possível considerar uma racialização da intrusão e da expulsão dos intrusos. Os intrusos passíveis de criminalização, expulsão e outros tipos de violências seriam os nacionais, negros, os não-brancos; caso os envolvidos na intrusão fossem imigrantes ou descendentes, a postura adotada para a resolução da situação seria mais amena.

Essas diferenças de visões sobre o uso da terra, e as diferentes mentalidades envolvidas, podem ser observadas no Brasil em diferentes períodos de sua história. Seja no período colonial português, de expansão e conquista do interior do continente e o embate com os indígenas ali encontrados, no recorte temporal de nossa pesquisa, ou, ainda, nas décadas finais do século XX, como o estudado por José de Souza Martins (1994). Em seu texto, Martins destaca as diferenças observadas entre os costumes que ditavam a vida particular e social das comunidades fronteiriças, como eram diferentes das leis e instituições em vigência nas regiões mais desenvolvidas do país, e como o choque proporcionado pela expansão destas últimas para as zonas de fronteira geravam diferentes violências para as comunidades, até então distantes, espacial e juridicamente, do que se encontrava em vigor no momento.

Por mais que esse texto de Martins seja referente às comunidades na fronteira de expansão interna do Brasil, na região centro-oeste/norte, e as mudanças que se intensificaram a partir dos governos militares, são questões que contribuem para pensarmos as questões encontradas em nossa pesquisa, no norte rio-grandense, durante a Primeira República.

Guardadas as especificidades de cada recorte (de Martins e do nosso recorte), são casos de expansão para uma fronteira, até então, habitada por indígenas e posseiros pobres, que veem suas terras sendo apropriadas, de maneira capitalista, para atender às demandas por terras. No nosso caso, a demanda também de uma crescente população colonial, que deveria ser assentada nessas terras “não ocupadas” e torná-las produtivas e contribuintes – de maneira visível – para a economia estadual. Nessa fronteira, a concepção sobre a propriedade era outra, considerada obsoleta e que deveria ser deixada de lado para que a terra pudesse produzir, devidamente, através do trabalho dos colonos e imigrantes. O fato de não considerarem a propriedade dos nacionais sobre as terras que ocupavam desde muito tempo, simplesmente por seguirem um entendimento diferente do entendimento jurídico vigente no período, simplesmente os excluía do processo de ocupação territorial. Isso apenas foi se alterar quando se considerou necessária a incorporação desse grupo na colonização, de maneira a melhor administrar as terras públicas,

como dito anteriormente. Para tal incorporação, criou-se condições para que os nacionais pudessem atender aos requisitos e se tornarem proprietários legais de suas terras, sendo incorporados, por fim, à lógica capitalista da propriedade da terra.

A ação, criada a partir do Serviço de Proteção aos Nacionais, de integração dos nacionais na colonização estadual difere, contudo, do que o autor observa em sua pesquisa de campo. No observado e discutido por Martins (1994), os posseiros pobres, ao invés de serem incorporados econômica e socialmente na nova ordem que se instituía nos rincões até então isolados, eram apenas expulsos da área, se tornando resíduos do processo de privatização da terra. Ainda que a situação dos nacionais fosse similar por boa parte do período de colonização no Rio Grande do Sul, o estudado neste trabalho diz respeito a um momento de mudança de ação, indo em direção contrária ao que ocorria, até então, e o que o autor observou em suas pesquisas, décadas mais tarde em outra região do país.

A principal alteração, no caso do Rio Grande do Sul, foi a percepção de que uma das principais causas do êxodo dos nacionais para outras zonas era, justamente, a questão da possibilidade de pagamento das propriedades que ocupavam. Sem poder pagar pela terra onde viviam e não querendo opor resistência mais severa, optavam por abandonar suas terras e se dirigir para novas zonas, onde poderiam viver conforme seus costumes. Quem realizou tal constatação foi Torres Gonçalves, que, nas palavras de Sponchiado, teria sido “perspicaz – ou no mínimo, menos obtuso que seus colegas” (2005, p. 147). Dessa constatação é que surge a proposta de possibilitar que ao menos parte do pagamento do lote colonial fosse na forma de prestação de serviços para o Estado. O diretor da DTC era um defensor de que o dinheiro utilizado para trazer novos imigrantes seria mais bem empregado na organização e melhoramento daqueles núcleos coloniais já existentes, ou com a sedentarização dos nacionais e resolução do problema de intrusão, dentre outros trabalhos que deveriam ser realizados pelo governo (SILVA, 2013).

Com o tempo e discussões empreendidas e defendidas por Torres Gonçalves, perceberam-se as vantagens de integrar os nacionais efetivamente nos projetos públicos de colonização, principalmente se comparado com os gastos que ainda ocorriam com a chegada eventual de grupos de imigrantes. Posteriormente, já com os bons resultados observados na Colônia Santa Rosa, essa percepção é expressa por João Parobé, em 1915⁶⁸, quando, na seção

⁶⁸ *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, Engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915.* Porto Alegre, Oficinas Gráficas d’A Federação. 1915.

referente à Colônia Erechim, afirma que esta poderia ter um desenvolvimento agrícola mais seguro, com menos ônus, se, ao invés de investir no assentamento de quase 15.000 imigrantes, houvesse focado a venda de terras aos colonos descendentes de imigrantes, e à instalação dos nacionais mais cedo, coisa que estavam fazendo somente recentemente.

Sobre tal constatação, cabe lembrar toda a aclimatação necessária para os imigrantes em um ambiente totalmente diverso daquele a que estavam acostumados – inclusive nos aspectos agrícolas –, bem como aspectos como o idioma e cultura no geral. Quanto aos aspectos referentes às práticas agrícolas, Relly (2017), destaca que, por mais que os imigrantes teutos que chegaram ao Rio Grande do Sul possuísem a experiência agrícola da região da floresta centro-europeia, em território brasileiro, encararam novos desafios. As grandes diferenças existentes entre os imigrantes e o novo ambiente apenas diminuiria a partir das gerações já nascidas no Brasil, criadas e ensinadas desde seu nascimento ao ambiente colonial rio-grandense.

O processo lento de adaptação acabava por impactar nos trabalhos agrícolas que esses novos habitantes praticariam; esse hiato não ocorreria com os colonos e os nacionais, visto não precisarem se adaptar a um ambiente novo, e apreender novos conhecimentos; chegariam em novas terras e já colocariam em prática todo o seu saber adquirido. Com essa mudança de postura, ao se “libertarem” dos gastos com a chegada de imigrantes, acreditava-se que a Colônia passaria a conseguir cobrir as despesas com a receita própria arrecadada.

A partir de tais considerações, é que se foi fortalecendo o trabalho de proteção aos nacionais, com viés civilizador, como também de induzir a uma ideal fusão deste grupo para com a população de origem estrangeira. Por mais que os trabalhos de colonização reunissem vários outros aspectos, consideravam que caso falhassem no serviço de fixação dos nacionais, teriam falhado no principal aspecto da colonização estadual daquele momento⁶⁹. Essas considerações foram expressas após o início da colonização em Santa Rosa, primeiro polo de aplicação do serviço de proteção aos nacionais, e demonstram, então, resultados considerados animadores, que fortaleciam o ideal de proteção ao nacional e de integração deste na sociedade rio-grandense.

Tanto foram positivos os resultados em Santa Rosa, que vimos há pouco, que Erechim também passou a dar mais atenção a fixação de nacionais, com a imigração perdendo o grande

⁶⁹ Relatório apresentado ao Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas em 14 de setembro de 1917. Porto Alegre, Tipografia da Empresa Gráfica Rio-Grandense, editora d'O Diário. 1917.

foco. Contudo, até essa constatação na Colônia criada em 1908, grande foi a entrada de imigrantes de diferentes etnias, bem como de colonos descendentes de vários grupos étnicos.

O início do trabalho em Santa Rosa, que consistiu na regularização das propriedades de nacionais que havia na região, foi entremeado por algum retraimento dessa população, pois sabendo que a presença dos funcionários do Estado ali, para mediar lotes, significava que a colonização avançaria por aquelas terras, e isso poderia resultar na necessidade de migrar em busca de novas áreas para viverem. Os funcionários públicos tiveram, então, que trabalhar de maneira a vencer a desconfiança da população ali localizada, o que foi conseguido após as famílias de nacionais terem a percepção de que aqueles funcionários públicos não estavam ali para expulsá-los, mas para garantir a regularização de suas posses (SCHMITZ, 2019).

Vencidas as desconfianças iniciais, teria sido “extraordinária a procura por serviços por parte dos nacionais que querem pagar suas terras”⁷⁰, e como a forma de pagamento era por prestação de serviço em obras públicas, num cenário onde o governo observava a falta de trabalhadores para conseguir atender a demanda de obras necessárias, ali na região de Santa Rosa constatava-se uma abundância de braços disponíveis para trabalhos⁷¹, não tendo trabalho suficiente para empregar todos os que queriam trabalhar para pagar seu lote.

Esse cenário que se formava comprovaria, segundo Ildefonso Pinto, que os nacionais em nada seriam insuficientes se comparados com os imigrantes ou seus descendentes, no que se referia à capacidade de trabalho. Uma maior prestatividade dos nacionais, junto com a prestatividade dos agentes do governo em atender as demandas que chegavam, tornavam Santa Rosa um polo de atração de nacionais, que buscavam meios para se estabelecerem definitivamente em uma área.

Iniciado, oficialmente, em 1915, o Serviço de Proteção aos Nacionais, seria primeiro testado em Santa Rosa, e a depender dos resultados, expandido para as demais Comissões de Terras e Colonização. Através da leitura da documentação produzida pela Diretoria de Terras e Colonização, e dos números apresentados, é possível inferir que tal serviço começou a render bons resultados aos olhos do governo desde o seu início, praticamente, visto não haver sido

⁷⁰ *Relatório apresentado ao Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919.* Porto Alegre. Oficinas Gráficas d'A Federação. 1919. p. 432.

⁷¹ A abundância de mão de obra de origem nacional é possível de ser percebida nas folhas de pessoal empregado pela CTC de Santa Rosa para trabalhos como construção/preservação de estradas e pontes, medição de lotes urbanos e rurais, concerto de ferramentas. Em tais documentos, constata-se a grande predominância de sobrenomes de origem ibérica (em contraste com sobrenomes de imigrantes da Europa Central). É possível, ainda, acompanhar os pagamentos e a divisão entre o pagamento em dinheiro e o abatimento do valor de lotes. Tais documentações serão mais bem exploradas em capítulos posteriores.

observada saídas dessa colônia, apenas a chegada de novas famílias de nacionais. Logo, em 1920, todas as CTCs já estavam aplicando esse serviço.

Imagem 3 - Tipo de habitação para colono nacional – Projeto Engenheiro S. Barbedo



Fonte: Relatório da Secretaria de Obras Públicas. 1919.

O Serviço de Proteção ao Nacional, fazia parte da ideia do governo estadual de organização da situação fundiária dos sujeitos envolvidos em tal processo. Dentro da busca por oferecer condições para que o nacional pudesse se tornar produtivo, tal como um colono descendente de imigrantes, além da segurança, a partir de facilidades no pagamento da legitimação de seus apossamentos, a atenção também chegava na questão habitacional. É possível considerar que, dado o caráter indefinido do ato de apossar e a insegurança decorrente da possibilidade de ter que se deslocar, ou ser forçado a migrar para um novo espaço, as habitações dessa população fossem precárias (juntamente com a condição financeira, que poderia ser problemática).

O relatório da Secretaria de Obras Públicas, publicado anualmente, dentro do espaço destinado para a apresentação dos trabalhos realizados no programa iniciado na Colônia Santa Rosa, apresentava um modelo de habitação para os nacionais. O mesmo podia ser encontrado para o indígena, onde um modelo diferente era atribuído. A imagem 3, portanto, ainda que indicada como da Comissão de Lagoa Vermelha, possibilita a visualização de mais uma esfera sob a qual o governo pretendia gerir essa população de nacionais.

Por mais que a fixação dos nacionais levasse à conseqüente resolução dos problemas de intrusão na região de Santa Rosa, outros locais que passaram a aplicar sistematicamente o serviço de proteção aos nacionais enfrentaram maiores dificuldades para resolver esses problemas. Nas regiões onde havia maior dificuldade para resolver a intrusão estava

Erechim, que devido à grande população em Passo Fundo e região, requeria mais tempo e negociação para que a intrusão pudesse ser resolvida, principalmente se considerarmos que esse trabalho era realizado concomitante à medição de lotes e assentamento de colonos que se dirigiam para ali.

O caráter misto da colonização empreendida pelo governo perrepista rio-grandense é, ele próprio, diverso. Por mais que todas as Colônias criadas no período republicano não fossem homogêneas étnica e religiosamente, foi com o Serviço de Proteção aos Nacionais em Santa Rosa que o caráter misto tomou outra dimensão, ao incluir paulatinamente os nacionais dentro de tais projetos. Erechim, por seu turno, também possuiu a presença de nacionais, mas se destaca pela presença de imigrantes e colonos de diferentes etnias.

Ainda que tal diferenciação possa ser traçada, e apareça nos relatórios oficiais as vantagens que seriam obtidas com a aplicação do Serviço de Proteção aos Nacionais em Erechim, após a análise da aplicabilidade constatada em Santa Rosa, convém destacar que este processo aumentou a intensidade da interação dos nacionais nos núcleos coloniais. Tal como já destacado anteriormente, o contato de nacionais com colonos e imigrantes ocorre desde o início do processo colonizatório com europeus em 1824; é lógico observar as folhas de pagamento de turmas de trabalhos de Comissões de Terras e Colonização, como objeto testemunho que o espaço colonial não era exclusivo daqueles grupos migrantes pós-São Leopoldo.

Ocupantes antigos das regiões que estavam sendo incorporados ao projeto colonial, encontravam nas necessidades de infraestruturas coloniais oportunidades de trabalho e renda extra. Esses trabalhos permitiriam, ainda, a possibilidade de inserção na sociedade que estaria sendo formada, tanto por vínculos possíveis criados durante o trabalho, ou, ainda, garantir a aquisição ou permanência na terra (sem necessariamente possuir uma ligação com o Serviço de Proteção aos Nacionais). Consideramos que pode ser entendido como uma espécie de antecipação do objetivo esperado com a implantação do projeto em Santa Rosa alguns anos depois.

Abaixo segue alguns exemplos de trabalhos realizados cerca de cinco anos antes da criação da Colônia Santa Rosa, no, até então, mais recente núcleo colonial do Estado, a Colônia Erechim. Lembrando que essa Colônia fora criada, também, em um espaço que já possuía densa ocupação prévia, no município de Passo Fundo, tanto por projetos coloniais diversos, ou por parcialidades indígenas e famílias de nacionais. Não pretendemos trazer inúmeras folhas de pagamento como exemplo, para não deixar a leitura cansativa e por entendermos que não houve mudança significativa nesse padrão de prestadores de serviço, a ponto de estender demasiadamente a apresentação de documentação, com esses exemplos sendo úteis para refletir

sobre as interações e movimentações de nacionais e colonos, no que se refere aos trabalhos de infraestrutura necessários ao funcionamento de um núcleo colonial.

Isto posto, ao analisar as folhas de pagamentos de turmas de trabalhos em serviços como medição de lotes coloniais em Erechim, durante o mês de janeiro de 1910, observamos que dos oito trabalhadores listados, sete possuíam sobrenome de origem não imigrante.

Tabela 2 – Folha de pagamento dos trabalhadores na medição de lotes na Colônia Erechim no mês de janeiro de 1910⁷²

NOMES	CATEGORIA (função)	DIAS	JORNAIS
José Lopes da Silva	Ajudante	16	6.000
Eugenio Carvalho	Trabalhador	16	3.000
Alcides Pereiro	Trabalhador	16	3.000
Francisco Camargo	Trabalhador	16	3.000
Antonio Vicente	Trabalhador	16	3.000
Doralicio Carvalho	Trabalhador	16	3.000
João Forzoni	Trabalhador	16	3.000
Antonio Marafigo	Cozinheiro	16	3.000

Adaptado pela autora.

Com a coluna *jornais* se referindo ao valor da jornada de trabalho de cada sujeito, temos a informação de que o Ajudante, aquele que seria o responsável pela referida turma de trabalho, ganharia, ao fim dos 16 dias de serviço, 96\$000; os outros sete trabalhadores, teriam seus rendimentos em 48\$000. Porquanto os trabalhadores e o cozinheiro receberiam por esses dezesseis dias de medição de lotes, a quantia de 48\$000, conforme recibos e contratos, um agrimensor receberia 50\$000 por cada lote demarcado.

Ao considerar que trabalhadores regulares do órgão público responsável pela execução desse serviço trabalhariam todos os dias úteis do mês, observar que todos os listados na tabela acima prestaram dezesseis dias de trabalho, cerca de metade de um mês, pode indicar que não se tratava de funcionários públicos, mas sim, de trabalhadores pontuais contratados para a realização de referida tarefa – a medição de lotes coloniais. Este padrão de jornadas de trabalho junto ao poder público será visto novamente no quarto capítulo, quando se discutirá os dias de prestação de serviço obrigatórios e a aplicação do Serviço de Proteção aos Nacionais. De qualquer forma, a prestação apenas de alguns dias de serviço, permitiria ao trabalhador administrar o trabalho agrícola em seu apossamento/lote colonial, com os dias necessários para

⁷² AHRS. Folha para pagamento do pessoal empregado na medição de lotes coloniais na Colônia Erechim durante o mês de janeiro de 1910. Tabela nº 2. 03/02/1910. Seção Colônia Erechim – 1910. Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113.

a atender ao acordo de trabalho feito junto a uma CTC ou da diretoria da Colônia. Assim, o seu trabalho em duas frentes diferentes não causaria prejuízos no trabalho agrícola, por exemplo.

A possibilidade de diversificação na fonte de renda, tal como o observado por Christillino (2008) ao estudar os nacionais extrativistas de erva-mate, e com o trabalho junto ao poder público em núcleos coloniais poderia permitir uma movimentação financeira na região afim. Esse fluxo econômico, gerado pelos nacionais, contribuiria para o desenvolvimento econômico, embora de menor expressão do que o impacto causado pela larga entrada de imigrantes e colonos nesse novo núcleo colonial. Nesse sentido, havia trabalhos necessários para a instalação do núcleo colonial que demandavam um maior número de funcionários, devido às difíceis condições (geográficas, vegetal e de equipagem) como a construção de estradas, algo de grande importância para o desenvolvimento do espaço em construção. Em janeiro de 1910, além das medições de lotes envolvendo agrimensores e turmas de trabalhos, estava ocorrendo a construção de estradas de rodagem na sede da Colônia Erechim. Esse trabalho, embora talvez não chame tanta atenção como os trabalhos de medição de lotes, pelos significados decorrentes da demarcação, procura e venda dessas propriedades, possui grande importância. Posto que era através dele que os deslocamentos de pessoas e produtos ocorriam, e a falta de estradas ou de sua conservação, poderia comprometer ou retardar o assentamento de colonos (nacionais e (i)migrantes), e em um grau mais profundo, a ocupação e desenvolvimento dos núcleos coloniais.

Desse modo, na folha de pagamento de trabalhadores alocados na construção de estradas na sede de Erechim, no início de 1910, há mais uma mostra sobre a relação de nacionais trabalhando em obras públicas em espaços coloniais.

Tabela 3 – Folha de pagamento dos trabalhadores da construção da estrada de rodagem da Sede da Colônia Erechim⁷³

NOMES	CATEGORIA (função)	DIAS	JORNAIS
Amandio Rosa	Capataz	19	4.000
José Coradassi	Trabalhador	18	3.000
Antonio Manduca	Trabalhador	18	3.000
Juvencio Ribeiro da Silva	Trabalhador	18	3.000
Venancio Ribeiro da Silva	Trabalhador	18	3.000
Luis Ribeiro da Silva	Trabalhador	18	3.000
Zeferino Weiss	Trabalhador	18	3.000
Virgilio Manduca	Trabalhador	18	3.000

⁷³ AHRS. Folha para pagamento do pessoal empregado na construção da estrada de rodagem da Sede da Colônia Erechim – lugar destinado à Estação da Estrada de Ferro, durante o mês de janeiro de 1910. Tabela nº 2. 03/02/1910. Seção Colônia Erechim – 1910. Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113.

Olympio M. Felipe d'Oliveira	Trabalhador	18	3.000
Campolim Felipe d'Oliveira	Trabalhador	18	3.000
Oliverio Vieiro	Trabalhador	18	3.000
Chripim Antunes	Trabalhador	18	3.000
João Evangelista	Trabalhador	18	3.000
Theodoro Soares	Trabalhador	18	3.000
Virgilio Nogueira	Trabalhador	18	3.000
Eduardo Figueiró	Trabalhador	11	3.000
Marco Baptista	Trabalhador	10	3.000
Florencio Antunes	Trabalhador	10	3.000
Emilio Antunes	Trabalhador	10	3.000
Affonso Antunes	Trabalhador	10	3.000

Adaptado pela autora.

De modo geral, boas estradas de rodagem e caminhos vicinais estavam ligados a uma facilitação na evolução das Colônias. E, considerando que a proximidade com a ferrovia poderia maximizar este progresso, a intrínseca ligação que havia entre o crescimento da Colônia Erechim e a presença da ferrovia em sua área, pode ser interessante para a reflexão trazer esta tabela, a fim de melhor visualizar os trabalhos que culminariam na ligação da Colônia com essa eficiente forma de transporte. O serviço pelo qual estas pessoas estavam sendo pagas, conforme o documento, teria, então, importante papel para que a situação se desenhasse da forma como ocorreu o desenvolvimento dessa Colônia.

Nessa tabela de pagamentos por construção de estradas é possível observar algumas questões diferentes do que constava na tabela anterior. Talvez a principal seja a variação de dias de trabalho prestados; enquanto a maioria (quatorze) dos vinte indivíduos trabalhou na abertura de ruas por 18 dias no mês – com ganhos de 54\$000 –, houve quatro casos de 10 dias de serviço – por 30\$000 –, um sujeito trabalhou por 11 dias – 33\$000 – e apenas o capataz recebeu por 19 dias – 57\$000 –. Isso pode indicar uma liberdade nos acordos individuais de trabalho junto ao responsável pela organização desses grupos de trabalhos de jornaleiros.

Surge, também, indivíduos com o mesmo sobrenome, apontando possível parentesco entre si, o que poderia indicar uma estratégia familiar de conseguir uma renda extra, com a presença de mais de um integrante seu. Aproveitar-se-ia, talvez, da proximidade de seu assentamento para com o local de trabalho, ou poderia ser resultado de uma migração ciente da oferta desses serviços em um espaço onde havia a perspectiva de crescimento de uma zona colonial e conseqüentemente de suas necessidades de mão de obra. Considerando a hipótese de que seriam intrusos, visto a grande presença desse grupo na região, mais de uma pessoa do mesmo núcleo familiar (apossada ilegalmente), poderia haver a reunião dos pagamentos para buscar sair dessa condição ilegal.

Em conjunto com os trabalhos de construção de estradas que ligariam os espaços da Colônia à Estação da Estrada de Ferro, projetavam-se também núcleos coloniais próximos ao ponto de parada do trem. A oferta de lotes urbanos nessas proximidades estratégicas estaria dentro da lógica de tornar as paradas da ferrovia em centros urbanos e comerciais, com a oferta de diversos serviços para atender aqueles que trabalhavam ou se deslocavam via ferrovia. Nesse sentido, enquanto vimos a folha de pagamento de uma turma de trabalho na abertura de estradas que levariam até a estação, encontramos a folha de pagamento referente a trabalhos de medições de lotes urbanos na Estação de Capoeirê, em Erechim, ocorrido no mês de setembro de 1910.

Tabela 4 – Folha de pagamento dos trabalhadores empregados na medição e divisão de lotes urbanos de Capoeirê na Estrada de Ferro Passo Fundo ao Uruguai⁷⁴

NOMES	CATEGORIAS (funções)	DIAS	JORNAIS
Acacio José da Rosa	Ajudante	30	6.000
Ulysse Castellar	Trabalhador	22	3.000
Godofredo da Costa	Trabalhador	22	3.000
Daniel Flores	Trabalhador	22	3.000
Altivo Cotta	Trabalhador	30	3.000
Hyppolito de Almeida	Trabalhador	23	3.000
Julião Gonçalves	Trabalhador	23	3.000
Fidencio de Lima	Trabalhador	24 ½	3.000

Adaptado pela autora.

Tal como a tabela 2 dos pagamentos dos trabalhos de medição de lotes em Erechim no primeiro mês de 1910, esta última apresenta igualmente oito trabalhadores, o que leva a crer que seria a métrica de funcionários para este tipo de serviço, contrastando com o maior número nos envolvidos na abertura de estradas. As diferenças, que podem estar ligadas às exigências de cada serviço, são mostradas da mesma forma na quantidade dos dias de serviço prestados; nesta folha de serviços realizados em setembro, permite pensar que tais indivíduos não necessariamente possuiriam uma ocupação agrícola a conciliar com o serviço para a Direção da Colônia/CTC de Passo Fundo. Sem a obrigação dos trabalhos cotidianos em um pedaço de terra, faria sentido dedicar mais dias do mês ao serviço de medição de lotes, além de ser uma mostra das várias dinâmicas de trabalho que ocorriam no município de Passo Fundo e na Colônia Erechim.

⁷⁴ AHRS. Folha para pagamento do pessoal empregado na medição e divisão de lotes urbanos na Estação de Capoeirê na Estrada de Ferro de Passo Fundo ao Uruguai, durante o mês de setembro de 1910. Tabela nº 2. 04/10/1910. Seção Colônia Erechim – 1910. Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113.

Com os exemplos trazidos, dentre as diversas informações constantes nos referidos documentos, tem-se a variedade de dias de trabalhos efetuados pelos trabalhadores de cada demanda, indo de pouco mais de dez dias até o mês inteiro. Havia então um cenário de alterações nos acordos para com cada trabalhador, que permitiria diferentes períodos de trabalho dentro de cada turma de serviço. Essa situação poderia permitir tanto que nacionais que moravam e trabalhavam no interior, na terra, quanto nacionais que compunham a parte pobre de centros urbanos se utilizassem desses serviços para obter alguma renda. A instalação de um novo núcleo colonial possibilitaria ou contribuiria para migrações internas tanto do município receptor da Colônia quanto da região, como polo atrativo pela oferta de serviço, tornando o impacto da presença desses projetos para muito além do que apenas a recepção de milhares de colonos/imigrantes e o desenvolvimento econômico oriundo dos produtos e serviços ofertados por eles.

A inclusão dos nacionais dentro do espaço colonial sul rio-grandense não pode ser, então, restringida ou considerada apenas a partir da implantação do Serviço de Proteção aos Nacionais em Santa Rosa. Diversos aspectos, como a possibilidade de trabalho e/ou aquisição de terras, contribuíram para a inclusão desse grupo na onda migratória para diferentes espaços das *colônias novas*, somando-se assim, aos seus pares que já densamente ocupavam essa região que passava a receber com maior intensidade levas de colonos e mesmo imigrantes em menor medida. Muito embora essas tabelas permitam considerar uma permeabilidade das relações interétnicas, principalmente a partir do trabalho em um mesmo serviço, como a construção de estradas, é necessária ponderação. Esses contatos internos, tanto em núcleos homogêneos quanto nas Colônias mistas, poderiam não ocorrer ou ocorrer em uma escala muito pequena; afora em casos como as prestações de serviços, em todo o restante da vida social dos colonos ou imigrantes, seria possível manejar relações sociais e contatos, de modo a focar em redes e relações com os pares e não com pessoas de outros grupos étnicos.

3.2 “Povoar é governar”: Erechim e Santa Rosa no tabuleiro da (re)organização territorial no Norte do Rio Grande do Sul

A colonização pública, que é estudada neste trabalho a partir dos projetos das Colônias de Erechim e de Santa Rosa, já na Primeira República, com o governo perrepeista, tem início, como se sabe, com a Colônia São Leopoldo em 1824, no início do Império brasileiro. Desde esse primeiro núcleo colonial público, as ações públicas foram se adaptando a partir do conhecimento e experiências adquiridas, mesmo o governo estadual na República tecendo

críticas às formas como a questão de terras e colonização haviam sido administradas durante o período imperial.

Sem experiências prévias de como realizar os trabalhos de colonização com imigrantes, foi um processo que enfrentou diversos problemas desde seu início. Na Colônia São Leopoldo, muito embora tenha sido pensada previamente, vários foram os problemas enfrentados nos primeiros anos; tanto problemas envolvendo erros e demoras na medição e distribuição de lotes, quanto aspectos envolvendo o pagamento de auxílios às famílias imigrantes (TRAMONTINI, 2003). Marcos Justo Tramontini realiza um profundo estudo sobre a primeira fase da colonização de São Leopoldo, e demonstra com grande fundo documental como tais problemas com os quais os imigrantes se deparam, contribuíram para que estes se organizassem socialmente para defender os direitos que lhes haviam sido prometidos.

A ideia de um suposto isolamento dos imigrantes alemães, defendido pela historiografia até certo período, não se mostrou realidade com o trabalho de Tramontini. O autor, a partir da apresentação e discussão sobre os problemas decorrentes e envolvendo o atraso no direcionamento das famílias imigrantes para seus respectivos lotes coloniais, bem como a falta de assistência religiosa adequada/sistematizada⁷⁵ e desinteresse político pela administração da Colônia na resolução de tais problemas, demonstra o contrário. Essas situações teriam contribuído para que os imigrantes acabassem se organizando social e politicamente em busca da defesa de seus interesses (TRAMONTINI, 2003), saindo assim, do suposto isolamento.

Ao falar sobre o contexto brasileiro, Tramontini destaca que “as estruturas burocrático-administrativas do Império brasileiro, assim como as instituições como as Igrejas, católica romana e luterana, não tinham uma presença significativa no mundo colonial, possibilitando e exigindo o incremento de associações comunitárias escolares e religiosas” (2003, p. 13). Ainda que houvesse o interesse e que tivesse sido posto em prática com a criação de São Leopoldo, não houve maiores preocupações, até por conta das questões da política imperial. Uma maior presença do Estado ocorreria apenas quando a então Colônia fora elevada à categoria de Vila, no ano de 1846.

A ausência do Estado de maneira mais constante, além de um cenário prévio complexo – a questão da propriedade da terra na região da Real Feitoria do Linho Cânhamo –, contribuiu

⁷⁵ Há a presença de pastores luteranos, nas figuras dos pastores Ehlers, Voges e Klingelhoefter na Colônia de São Leopoldo e na Colônia Três Forquilhas, primeiros núcleos coloniais criados pelo governo. Do interesse em permanecer como pastor na Colônia-mãe e os usos socioeconômicos de uma circulação no espaço categorizado por Witt como “mega-espaço SL-LNRS” (2015, p. 28) em um contexto de consolidação desses espaços coloniais, mudanças nas políticas de subsídios e o fato de a religião evangélico-luterano não estar inserida em um Império com outra religião oficial, a questão religiosa fora mais um fator que resultou na organização e manifestação políticas dos imigrantes alemães. Ver mais: Tramontini (2003) e Witt (2015).

para o cenário estudado por Tramontini. Logo, um serviço de demarcação de lotes coloniais para assentamento de imigrantes no início do processo colonizatório do Estado – e com o acréscimo de colonos e nacionais durante o período aqui estudado – era parte vital para um núcleo colonial. Além de importante, a sua demora poderia resultar em problemas e tumultos por parte daqueles que demoravam a serem instalados em lotes e se viam obrigados a morar meses nos barracões para recém-chegado em cada Colônia. A questão dos subsídios prometidos – e muitas vezes não cumpridos – muito por conta da propaganda na Europa ser feita além da conta (de condições oferecidas) e principalmente pela situação fiscal provincial e imperial, e a instabilidade política observada, resultava, já em solo brasileiro, de mais desgaste entre a população imigrante e a administração colonial e provincial (TRAMONTINI, 2003).

Importantes para relembrar que a colonização com imigrantes no Rio Grande do Sul não foi um processo conciso e sem dificuldades. Os problemas analisados por Tramontini seguem sendo observados nos projetos coloniais posteriores, ainda que em menor medida. A colonização pública, que em 1824 se preocupava “apenas” com a instalação de um grupo étnico de imigrantes, no final daquele século, já no primeiro período republicano, recebia a entrada de imigrantes de diferentes etnias; junto a essa maior diversidade étnica da população imigrante, havia ainda a necessidade de absorver nas Colônias públicas na região Norte, das gerações posteriores aos imigrantes do século XIX, bem como um novo passo para a inserção e inclusão da população de nacionais.

No caso das Colônias de Erechim e de Santa Rosa, é possível observar que há uma preocupação com a medição de lotes e a realização de estudos e trabalhos de medição prévios à chegada de maior fluxo colonizatório. De tal modo que se consta nas informações sobre os lotes medidos anualmente e os que ainda seguiam devolutos, como um indicativo de que a chegada de levas de interessados em adquirir lotes em ambas as Colônias, encontrariam já lotes demarcados, ou ao menos, em vias de conclusão de tais serviços, sem tanta demora. Nesse aspecto, Isabel Gritti afirma, sobre Erechim, que “o fato de ter sido uma colônia planejada evitou que se repetissem aqui os problemas apresentados e vivenciados pelos imigrantes nos demais núcleos coloniais do Estado do Rio Grande do Sul” (2020, p. 533); o planejamento e trabalho prévio, fruto possivelmente tanto da observação de trabalhos coloniais anteriores, como também da formação positivista presente nas ações de Torres Gonçalves enquanto diretor da DTC e pessoa à frente do projeto de Erechim.

Convém destacar, contudo, que os trabalhos de medição de lotes em tais núcleos coloniais não sofreram cortes de investimento público, podendo ser realizados sem tantos percalços, diferentemente do observado na Colônia São Leopoldo (TRAMONTINI, 2003). A

forma como o governo estadual conduziu a criação desta Colônia (Erechim), desde sua projeção e depois, a partir da chegada de imigrantes contribuiu, para que não fossem observados

conflitos entre imigrantes e funcionários do Estado responsáveis pela administração dos núcleos coloniais, conflitos estes decorrentes da falta de moradia e da consequente demora dos mesmos nos barracões à espera de assentamento, da lentidão na demarcação do lote, condições estas radicalmente opostas às propaladas pelos agentes das companhias imigratórias, no continente europeu com o objetivo de recrutar imigrantes para o trabalho agrícola no Brasil (Gritti, 2020, p. 533).

A Colônia Erechim, então, não sofreu dos mesmos problemas que a primeira Colônia de imigração alemã sofreu, resultado, talvez, do exemplo vindo da referida Colônia, e de projetos posteriores. No excerto acima, vemos que por mais que a autora não tenha citado o trabalho de Tramontini (2003), aponta aspectos que contribuíram para os problemas estudados pelo autor. No núcleo colonial de 1908, a maior organização permitiu que não houvesse elementos desgastantes que pudessem gerar atrito entre imigrantes e o Estado, de modo que a colonização ocorreu, nesse aspecto, de maneira mais pacífica. E em Santa Rosa, o cenário prévio à colonização não foi diferente ao de Erechim, com todo um trabalho prévio, para a organização dos nacionais e a medição de lotes, de modo que desde os primeiros imigrantes e colonos que para lá se dirigissem, já seriam prontamente instalados em seus lotes, sem precisar passar por um grande período em algum barracão.

Observa-se ainda, na São Leopoldo da fase pioneira, as dificuldades para cumprir com os acordos de subsídios, ora em espécie ora em bilhetes, com um jogo de interesses envolvendo os imigrantes e, também, as casas de comércio existentes na Colônia, que poderiam influenciar em reclamações e na reivindicação por parte da comunidade imigrante daquilo que lhes fora prometido. É importante destacar que esses problemas enfrentados pelos imigrantes nas primeiras fases da colonização, e as respostas que estes articulam contra, são indicativos para Tramontini (2003) do não isolamento e passividade do núcleo imigrante ante a sociedade provincial. Ao se organizarem e reivindicarem maior atenção e zelo na administração colonial, demonstram um protagonismo que, até esta obra do autor, não era devidamente posto na historiografia sobre a imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul.

Enquanto os subsídios foram também gatilhos para a inconformidade dos imigrantes em enfrentarem as dificuldades de adaptação ao novo espaço em que se inseriram, a sua diminuição paulatina, contribuiu para que se tornasse um problema menos premente em descontentamentos entre a população imigrante nas primeiras décadas do século XX. Embora possa ser observado alguns problemas surgirem, como o discutido no primeiro capítulo, envolvendo alguns subsídios que ainda existiam, não foram questões que alcançaram o âmbito do discutido por

Tramontini (2003). Além de mudanças pelo alegado problema fiscal/financeiro do Estado, a diminuição dos subsídios estava na esteira da diminuição de gastos com a entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul, e a mudança de recursos destas ações para outros trabalhos e necessidades dentro dos trabalhos da Diretoria de Terras e Colonização.

Logo, os problemas enfrentados em São Leopoldo na fase pioneira, não são observados na mesma medida e/ou proporção nas Colônias Erechim e Santa Rosa. Muito por conta de alterações na forma de conduzir os trabalhos de imigração e colonização, advindos da observação crítica do que havia sido realizado durante o período imperial, mas por reajustes financeiros. Isso não significa, contudo, que a colonização no período republicano não tenha sofrido com outros problemas; se por um lado não há o mesmo nível de problemas envolvendo medição de lotes ou pagamento de subsídios, se depara com problemas não centrais outrora, como o fortalecimento de questões interétnicas entre imigrantes e/ou descendentes e o contato destes com os nacionais/caboclos.

O novo cenário, com a presença multiétnica no espaço colonial, ainda que não tenha resultado em questões de grande escala, impactaram a aplicação dos projetos públicos de colonização mista, com a rejeição de uma parcela da população colonial a este modelo. Rejeitando se instalar em Colônias onde, idealmente, não poderiam se agrupar com seus congêneres e teriam que coexistir com diferentes credos e origens, passaram a buscar empreendimentos particulares de colonização, que, cientes desse desejo dos colonos e visando apenas o lucro, realizavam uma colonização mais homogênea (quando não heterogênea, vendendo lotes a quem pudesse pagar, sem distinção). Dentro da busca e das possibilidades ofertadas em núcleos homogêneos de colonização particulares é que se inicia a saída de famílias colonas para a nova zona de colonização – particular – que se iniciava na região oeste de Santa Catarina⁷⁶.

De larga existência no Rio Grande do Sul, a colonização passou por diferentes projetos e diretrizes para sua execução. Fosse por divergências políticas com antecessores na organização desse serviço, fosse pela necessidade de ir adequando as ações ao que se confrontava, em 1914, novas mudanças aconteceram. Logo, pode-se localizar as Colônias de Erechim e Santa Rosa em dois momentos de diferentes reflexões sobre a ação governamental de colonizar/povoar o solo rio-grandense, ainda que suas datas de criação não fossem tão

⁷⁶ Sobre empreendimentos coloniais homogêneos criados e desenvolvidos em Santa Catarina, que receberam colonos oriundos do Rio Grande do Sul, indicamos a leitura da dissertação de mestrado de Carlise Schneiders, *Trabalho e reprodutividade: as mulheres no projeto colonizador Porto Novo (1926-1965)* (2022).

distantes, e fossem polos receptores de imigrantes e descendentes, além daquela população que já habitava a região de criação desses núcleos coloniais.

Nesse período em questão, Torres Gonçalves, diretor da DTC, refletia sobre a necessidade de mudanças na forma que o governo realizava a colonização, que resultaria em um serviço mais sistemático de Colonização do Estado (SPONCHIADO, 2005). O diretor da DTC chegava a tal conclusão após constatar que existiria ainda nessa época, uma grande área ainda que poderia ser utilizada para a agricultura, principal nicho econômico ocupado pela colonização; e a importância de o Estado utilizar a mesma de maneira produtiva, ainda que fosse através da transferência de áreas para particulares.

A conexão existente entre colonização e a questão da terra e sua reorganização decorrente do assentamento de levas de imigrantes ou colonos, fez com que fosse muito difícil que tais assuntos não fossem tratados de maneira muito próxima pelo governo. Quanto mais fosse resolvido a questão da terra, sempre com diversos questionamentos e disputas, ocupações não reconhecidas pelo governo, melhor decorreria o processo de colonização, tanto de terras particulares – com muitos processos indenizatórios por conta da intrusão – e principalmente de terras devolutas, como as que foram utilizadas para a criação da Colônia Erechim em 1908 e de Santa Rosa em 1915. Ponderar e considerar esses diversos aspectos ao criarem projetos coloniais e legislações demonstraria, como afirma Gregory (1988), uma complexidade do serviço de colonização, e a diversidade de interessados, não poderia ser tratado como simples povoamento do território ainda disponível no Estado, mas também possuiria um caráter social a ser observado nos espaços em que agora eram responsáveis pela colonização. Talvez seja sensato considerar que, por mais que seja possível vislumbrar essa preocupação mais social do governo nos serviços de colonização, conforme o autor aponta, não seria esse o objetivo principal dos trabalhos públicos.

Isso não significa que não houve um cuidado, ainda que pequeno, desse aspecto. Apenas que esse caráter social seria um fruto secundário dos trabalhos realizados a partir das ideias positivistas que guiavam o governo. Outro fator que poderia reforçar essa percepção era a contraposição dos trabalhos governamentais e dos trabalhos particulares; junto ao discurso observado nas documentações, ao buscar um caráter misto de colonização, a regularização de intrusos (nacionais ou não), e seguir mais próximo dos núcleos mesmo após a venda dos lotes, diferente do observado em projetos particulares, parece ser mais preocupado com os indivíduos do que a contraparte particular.

Consciente da necessidade de organização agrária para melhor conduzir a colonização, Torres Gonçalves, ao se tornar diretor da DTC, voltou-se para a resolução dos problemas de

terras; assim, seus primeiros anos à frente da Diretoria foi muito mais focado na resolução de problemas envolvendo terras do que propriamente para a colonização (SPONCHIADO, 2005). Resolver problemas de terras que já existiam entre o governo estadual e particulares, com realização da discriminação entre terras públicas e privadas, garantiria certa tranquilidade para a sua diretoria organizar a colonização das áreas ainda disponíveis.

Juntamente com esses aspectos econômicos, havia ainda o grupo populacional que buscava novas áreas agricultáveis, originários das antigas zonas coloniais, frutos do crescimento natural da população em áreas de assentamento de imigrantes. Junto a essa população já nascida no Estado, com conhecimentos e adaptados às condições geoclimáticas rio-grandenses, continuava havendo a entrada de levas de imigrantes; a região do Planalto passava a receber então tanto gerações posteriores àquelas que haviam se instalado décadas antes, mas também como indivíduos recém-chegados às terras brasileiras e com toda a necessidade de se adequar às novas condições encontradas.

Criadas nesse espaço de recepção de diferentes grupos populacionais, Erechim e Santa Rosa acabavam também de alguma maneira representando a demografia diversa, e as diferentes abordagens de colonização privilegiada pelo governo estadual. Erechim, criada em 1908, ainda nos primeiros anos de Torres Gonçalves à frente da Diretoria de Terras e Colonização, possuía uma população formada principalmente por imigrantes e colonos descendentes destes. No relatório da Secretaria de Obras Públicas, na seção referente à Diretoria de Terras e Colonização, no ano de 1917, consta que a população preponderante na Colônia Erechim é a brasileira, polonesa e alemã – num número aproximado de 29.000 habitantes –, enquanto na Colônia Santa Rosa predominaria a população brasileira – dentro de uma população de 4.000 habitantes⁷⁷.

A divisão dos lotes em Erechim ainda era realizada da maneira antiga, em retângulos, sem levar em consideração aspectos como acesso à água e qualidade das terras. Santa Rosa, por seu turno, é criada após novas diretrizes para a constituição de núcleos coloniais, constantes no Plano Geral da Viação. No Relatório do Presidente do Estado daquele ano, constava que “obedecendo ao plano geral da viação, estão estudadas e fixadas as sedes de novas colônias cuja fundação não convém retardar, pela necessidade de regularizar a situação de milhares de

⁷⁷ GONÇALVES, Carlos Torres. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Vargas, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas em 14 de setembro de 1917*. Porto Alegre. Tipográfica da Empresa Gráfica Rio-Grandense. Editora d'O Diário. 1917.

ocupantes”⁷⁸ e um dos dois núcleos⁷⁹ que logo seriam instalados está justamente Santa Rosa, no município de Santo Ângelo, distante 50 km da ferrovia que ligava Cruz Alta à foz do Ijuí.

Ainda que houvesse planos desde o projeto de Santa Rosa, de interligá-la com a ferrovia existente em Santo Ângelo, foi algo que só tardiamente ocorreu; apenas no ano de 1940 que a ferrovia chegou em Santa Rosa (Gregory, 1988). Gregory destaca, ainda, que a resposta do governo para a demora em estender a via-férrea até a Colônia de 1915, estava baseada nas dificuldades e consequências da Primeira Guerra Mundial, que assolava a Europa no período, e que impactava o resto do mundo também. O autor, contudo, afirma que a Colônia Santa Rosa, mesmo sem a ligação férrea direta até 1940, possuiria um significativo desenvolvimento, pelo fato de que suas estradas de rodagem direcionavam para Santo Ângelo, onde havia uma estação; logo, mesmo que não alcançando tudo que poderia com uma ligação direta, contribuía para que esse núcleo colonial, possuísse, diferentemente de outros, uma forma de compensar a sua distância para com centros como Porto Alegre. Desse modo, ainda que a ferrovia tardasse a chegar na região de Santa Rosa, os trabalhos de colonização seguiram com grande atenção, a partir de novas diretrizes para a forma como os lotes teriam e a sua composição interna.

Buscava-se uma atenção ao medir e demarcar os lotes coloniais, de maneira que todos possuíssem acesso à fonte de água e à estrada de rodagem, para que não houvesse prejuízos a nenhum colono. Durante boa parte do período colonizatório no Rio Grande do Sul os lotes coloniais seguiram uma regularidade geométrica na sua demarcação, resultando em uma disposição em fitas (ROCHE, 2022), independente das características encontradas nas terras utilizadas. Essa forma de medição, que resultou nas representações tão características dos núcleos coloniais divididos num formato com porções de terras em traçados simétricos, permitiria a existência de casos de lotes sem acesso a uma fonte de água, ou com boa parte de sua área imprópria para a agricultura – terreno pantanoso ou pedregoso –, acabando por prejudicar o colono que fosse para ali direcionado.

A discussão sobre o melhor formato nas medições de lotes tomou maior proporção após a criação de Erechim. Dessa forma, ela ainda possui os traços característicos dos núcleos

⁷⁸ MEDEIROS, Antonio A. Borges de. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura em 20 de setembro de 1914*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d’A Federação. 1914. p. 24.

⁷⁹ A saber, o outro núcleo seria o de Fortaleza, localizado no município da Palmeira. Este, por seu turno, estava distante 60km da ferrovia de Cruz Alta a Passo Fundo. Em: MEDEIROS, Antonio A. Borges de. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura em 20 de setembro de 1914*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d’A Federação. 1914. p. 25.

espaço colonial, a sua presença de ponta a ponta permite visualização da proximidade (ainda que relativa), que permitiu o rápido desenvolvimento tão discutido.

Outros espaços dignos de mencionar que estão presentes na imagem acima, são, em primeiro lugar, o Toldo de Ventarra; incrustado no território da Colônia pública, acaba por se tornar uma representação da relação entre a administração das zonas coloniais e das áreas que haviam sido delimitadas para os indígenas, justamente na busca por liberar espaço e atender a demanda crescente por lotes coloniais. O avanço da presença de colonos nas proximidades de toldos indígenas acabou resultando, em casos de intrusão de colonos dentro do espaço que deveria ser exclusivo para os indígenas, resultando em conflitos que deveriam ser tratados/resolvidos pelo governo estadual (SCHMITZ, 2019).

Em um segundo momento de observação, estão as zonas em verde, que são áreas de florestas protetoras; por mais que diminutas, considerando seu espaço reservado e o restando da Colônia, se faz interessante notar a existência de tais áreas dentro do espaço colonial. Podendo ser entendida como uma reserva de madeira que se poderia fazer uso, conforme as necessidades que se apresentassem, ainda há o fato de que a ferrovia perpassava por dentro dessas zonas florestais. Esses interesses poderiam, então, se entrecruzar, uma vez que à empresa concessionária da ferrovia era concedido uma extensão de áreas no entorno dos trilhos, tornando uma possibilidade a exploração da madeira, além de, em outros trechos, tais áreas serem utilizadas para a colonização.

Dessa forma, o plano geral de viação, criado durante a atuação de Torres Gonçalves na direção da DTC, previa também uma mudança na forma como os lotes eram medidos, de modo que qualquer lote ofereceria boas condições para o colono se estabelecer e progredir. A partir de então, “os lotes são agora traçados de tal maneira que cada um possui, pelo menos, acesso a um caminho vicinal e abastecimento de água e, se possível, terras de qualidades diversas” (ROCHE, 2022, p. 323). Essa nova preocupação em oferecer condições similares a todos os colonos acabou, conseqüentemente, alterando os formatos de lotes coloniais, deixaram de ser invariáveis, por mais que a forma retangular teria mantido alguma preferência, para buscar atender as novas determinações.

Tal forma de demarcar lotes, por conta de quando foi pensado, foi aplicado apenas nas últimas Colônias, criadas próximas do Alto Uruguai (Gregory, 1988; Roche, 2022). Com as novas diretrizes e pontos a serem atendidos,

a demarcação é precedida do estudo do terreno, decomposto este em pequenos polígonos, e os lotes orientais segundo os cursos d'água e as estradas ou caminhos, de modo a terem todos aguadas e saídas. E desde então, as formas e áreas dos lotes ficam

dependentes das imposições do terreno, posto que se procure as formas mais simples, de preferência retângulos de 30 hectares, em média⁸⁰.

O cuidado prévio realizado com o estudo do terreno e a demarcação dos lotes, estava no conjunto de preocupações para oferecer condições não tão desiguais aos adquirentes de lotes coloniais. Possuindo acesso similar a pontos-chave, como fonte de água e bom acesso viário, era também um ponto a mais no possível desenvolvimento, que ocorreria de maneira mais uniforme.

Havia para o governo, a necessidade de agir com cuidado ao realizar a colonização e a consequente administração das terras públicas, uma vez que se considerava que este cenário colonial não seria infundo, mas sim, um passo rumo à industrialização e capitalização do Rio Grande do Sul (SPONCHIADO, 2005; SILVA, 2013). Por conta disso, entendiam que “colonizar não é somente povoar o solo. A colonização de nossas terras de matos é serviço complexo e que implica vários outros, não menos relevantes”⁸¹; a complexidade trazida neste trecho do discurso de Borges de Medeiros à Assembleia dos Representantes, abarcava a presença de indígenas e nacionais e a consequente necessidade de organizar essa população para abrir espaço para o assentamento de colonos, e garantir que houvesse condições para um crescimento natural dos núcleos.

Cientes disso, o plano geral de viação, criado em 1913, permanecia sendo discutido anos depois, visto ainda estar em voga. Em relatório prestado à Assembleia dos Representantes, Borges de Medeiros aponta que

de 1913 em diante, a fundação de povoados coloniais é precedida sempre da organização e aprovação dos respectivos projetos, nos quais são previstos todas as conveniências e necessidades presentes e futuras, inclusive a instalação de redes hidráulicas e de esgoto. [...] Em obediência a esse critério, estão sendo completados os projetos urbanos do povoado de Santa Rosa e da estância das águas de Iraí⁸².

Essas novas diretrizes eram pautadas na observação do espaço colonial existente até então. Isso poderia ser alterado, de modo que permitisse um melhor retorno para os colonos, sem que houvesse grandes beneficiados ou prejudicados pelo lote adquirido, a partir da antiga

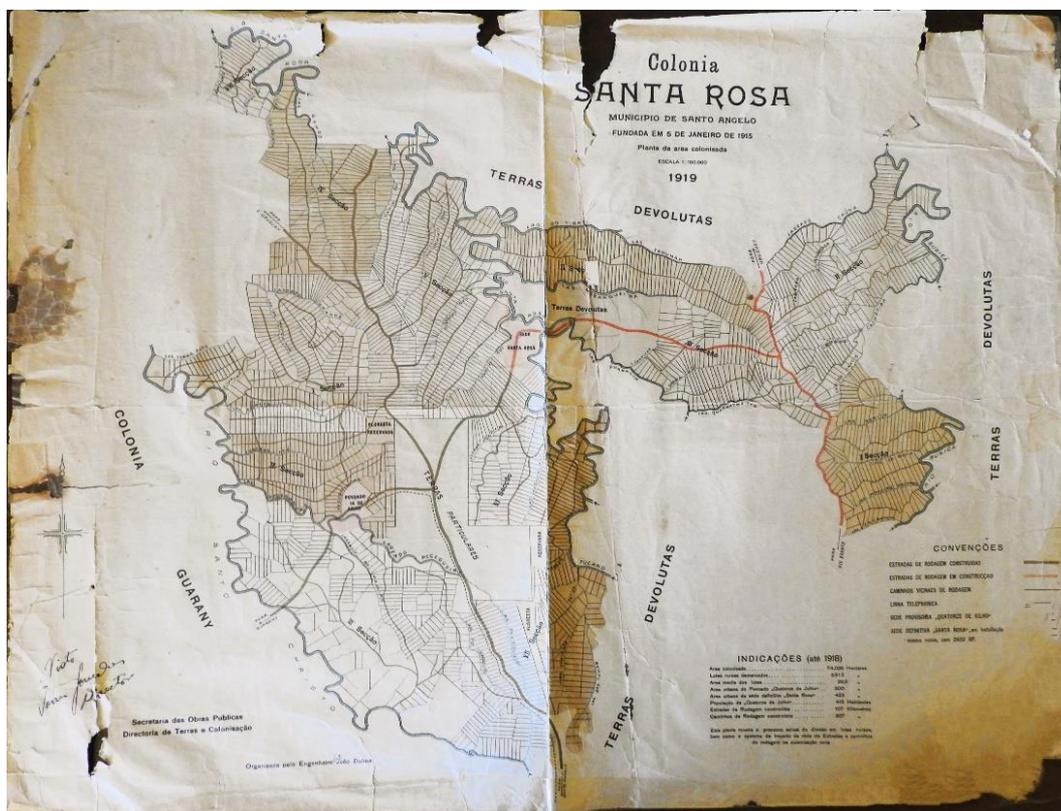
⁸⁰ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas em 27 de agosto de 1919*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1919. p. 287.

⁸¹ MEDEIROS, Antonio A. Borges de. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura em 20 de setembro de 1914*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação. 1914. p. 23.

⁸² MEDEIROS, A. A. Borges de. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representante do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros na 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura, em 29 de novembro de 1923*. p. 48.

forma de demarcar os loteamentos coloniais. Buscava-se, assim, uma maior equidade na divisão de recursos dentro dos núcleos coloniais, visando um desenvolvimento mais uniforme das propriedades que compunham as Colônias.

Imagem 5 – Planta da Colônia Santa Rosa



Fonte: Museu Municipal de Santa Rosa - RS. Planta da área colonizada da Colônia Santa Rosa. Org. pelo Engenheiro João Dahne. 1919. Fotografado pela autora.

Mesmo sem demonstrar mudanças significativas, observa-se diferenças nas larguras e comprimentos de vários grupos de lotes, nas diferentes seções da Colônia Santa Rosa. A não inserção na planta da Colônia, de menções a recursos como água – a menção a matas existe, embora menor do que o observado em Erechim – ou ainda as características geográficas como declividades e pedregosidade, ou seja, as características citadas nas discussões governamentais sobre o direcionamento das medições de lotes, não permite uma categorização definitiva sobre os traçados observados. Dentre a diversidade de formatos das propriedades observadas, destaca-se dentre as centenas de lotes, a existência de lotes/propriedades maiores, que fogem ainda mais de um padrão esperado, em várias seções internas, e a presença de terras particulares e devolutas incrustadas em Santa Rosa.

Quanto aos lotes de dimensão mais extensa, observados também em vários pontos, é válido supor que sejam aposseamentos/propriedades de nacionais, que acabaram regularizando

a situação jurídica da propriedade através de facilitações no pagamento das mesmas, via Serviço de Proteção aos Nacionais. A representação desses lotes mais extensos, por mais que sejam demonstrativos da inclusão de nacionais/posseiros dentro do projeto colonial, referendando talvez a maior motivação para a criação de Santa Rosa, não podem ser considerados como os únicos espaços ocupados por posseiros.

O sujeito era considerado posseiro pelo fato de não possuir o título da propriedade da terra em que vivia e produzia; deste modo, é possível a existência de posseiros de diferentes extensões territoriais, desde menos do que era compreendido um lote colonial – 25 hectares –, até áreas mais extensas. Na planta de Santa Rosa, portanto, embora chame a atenção as áreas maiores, nas seções II e III principalmente – mas presentes em várias outras seções igualmente –, que contrastam com o restante, e considerando a população de nacionais ali existente, os nacionais naquele espaço possuíam áreas muito mais variadas de extensão do que os colonos poderiam adquirir (exceto se adquirissem lotes contíguos).

Por fim, considerando que a planta fora criada no ano de 1919, o traçado em vermelho direcionado para o leste da Colônia, é referente ao trecho da estrada de rodagem que estava em construção naquele momento, se juntando com a estrada que já havia sido finalizada, perto do que se pretendia a sede definitiva, denominada de “Santa Rosa”. Diferentemente de Erechim, não havia, ainda, a presença de estrada de ferro, que tinha seu final em Santo Ângelo; e as estradas de rodagem perpassavam as terras particulares já mencionadas, contribuindo para a ideia de aproveitamento, por parte de particulares, das infraestruturas públicas que seriam criadas para os núcleos coloniais.

Ao observar os mapas, tanto de Erechim quanto de Santa Rosa, ao passo que os traçados se diferenciam e trazem as especificidades sob as quais cada uma fora criada, permitem a visualização de diversos aspectos interessantes. Refletindo para além dos referidos projetos, é possível notar a complexidade do cenário da colonização no Planalto e da consequente (re)organização agrária trabalhada pelo governo estadual. Fosse a presença do toldo indígena encravado junto à Erechim, ou as grandes áreas de particulares em mesma situação em Santa Rosa, fato é que essas áreas servem para lembrar que as áreas utilizadas para a colonização não eram vazias como a propaganda poderia afirmar. Se deslocando para áreas já ocupadas, a colonização poderia causar problemas, como intrusão de colonos em áreas indígenas, bem como permitiria meios de particulares usufruírem de serviços que, não fosse a presença de uma Colônia nas proximidades, seria mais distante e, portanto, de difícil acesso. Ou ainda, considerando particulares próximos delas, a busca por alguma forma de vantagem por tal

localização, pela valorização de sua área, intermediando possíveis compras de áreas fora dos limites dos núcleos, ou oportunidade de instalar algum negócio e prosperar economicamente.

Todo esse cuidado para com os projetos coloniais que viriam a ser executados, observando características que proporcionassem o sucesso do empreendimento, ocorria concomitante aos apossamentos de terras que não atendiam aos requisitos postos pela legislação vigente. Estando à margem da concepção de propriedade em uso naquele período, a intrusão talvez fosse o maior entrave enfrentado pelo governo em seus trabalhos de colonização e organização agrária, uma vez que terras consideradas devolutas por não constarem como propriedade legal de nenhum indivíduo, poderia estar sendo apossada sem o conhecimento do poder público.

Isto posto, organizando os trabalhos de medições de lotes e organizações de núcleos coloniais nos gabinetes em Porto Alegre ou nas sedes das CTCs, ao iniciarem a execução dos trabalhos, os funcionários públicos encontravam terras que consideravam devolutas já devidamente ocupadas. Diante dessa situação, os trabalhos atrasavam pela demanda de resolução desse problema, reposicionando ideias e ações pensadas para espaços sem ocupação prévia. Junto a uma considerável densidade desses casos, com o pequeno número de funcionários que essas extensões da DTC dispunham, a formação geográfica e vegetal da região, vê-se um problema de alta complexidade na sua origem e, principalmente, em sua resolução, a intrusão acabava ocupando, então, espaço nos relatórios e ofícios das comissões de terras e colonização.

A CTC de Palmeira, a mais próxima de Santa Rosa (até a criação da comissão de mesmo nome da Colônia) dava conta, em 1917, de que na região de Campo Novo, a intrusão não teria fácil resolução, principalmente por conta da grande extensão pela qual a comissão era responsável, e por sofrer a região com falta ou precariedade de estradas e caminhos vicinais para o deslocamento de seus funcionários⁸³. No mesmo documento, Frederico Westphalen, chefe da referida comissão, reflete sobre as vantagens que haveria ali em aplicar a legislação, trabalhando para legitimar as “terras requeridas a que tem direito os ocupantes anteriores a 89 [sic]”; para ele, evitar a intrusão, feita entre posseiros que possuíam em alguns casos mais de 1.000 hectares e pessoas de fora que para ali se dirigiam, e ao realizarem tal negócio, não buscavam a regularização junto ao Estado.

Ao passo que Santa Rosa estava aplicando o Serviço de Proteção aos Nacionais e tendo relativo sucesso no caráter misto proposto, vemos então que em regiões de Palmeira, ainda era

⁸³ CEDOPH. *Cópia n° 2*. Comissão de Terras e Colonização da Palmeira. Relatório de Colonização. 1917.

um assunto urgente, que apenas se resolveria quando fosse realizada a “discriminação e demarcação de lotes [que] favorecerá a localização, facilitando a compra de lotes e terminará a desordem reinante”⁸⁴. Ainda que houvesse tal situação em algumas regiões sob a jurisdição da CTC de Palmeira, o panorama geral era considerado positivo, com boa porcentagem de resolução da intrusão, chegando à constatação de que “no ano de 1918, segundo ano de ação dessa comissão, era relatado que não havia novas intrusões, visto a comissão ter indicado lugares para nacionais que chegavam de outros lugares do Estado” (SCHMITZ, 2019, p. 163). Criada em 1917, esta comissão iniciou seus trabalhos em um contexto diferente do enfrentado pela CTC de Passo Fundo. E, ao passo em que nos documentos pudesse haver menções sobre a não existência de intrusos após os trabalhos realizados pela comissão, é possível questionar ainda de maneira breve, considerando principalmente as informações dadas por eles próprios das dificuldades enfrentadas, como vasta extensão territorial a cobrir e dentro disso, a existência de densas matas que dificultavam o deslocamento.

Criada em 1907, a comissão em Passo Fundo abrangia uma região de ocupação mais antiga e densa, com o governo acabando por lotear pequenos grupos de lotes, visto não haver grandes áreas devolutas contíguas, e com fatores como a ferrovia (que depois influenciaria em Erechim), acabavam contribuindo tanto para um grande cenário de intrusões quanto de interesses em receber indenizações de terras naquele espaço. Já em Palmeira, ainda que criada uma década depois, acompanhando o avanço da colonização por novas áreas do Rio Grande do Sul, foi instalada de modo que houvesse uma margem relativa de tempo para realizar trabalhos de demarcação, medição de lotes e regularização de maneira prévia à chegada mais intensa de colonos na região. Dessa forma, não houve um trabalho intenso de resolução do problema de intrusão concomitante com medição de lote e instalação de colonos, tal como em Passo Fundo. A busca pela resolução da intrusão além de refletir nas possibilidades de colonização, ainda refletia em áreas que, após a discriminação e a agregação ao erário público, poderiam ser utilizadas para a resolução de outro problema também presente constantemente no departamento de terras e colonização: as indenizações pagas com terras.

O governo lançava mão das áreas devolutas sob sua guarda e de áreas já demarcadas na colonização pública para o pagamento de indenizações quando não utilizava dinheiro. Dessa forma, na Colônia Erechim havia margem para o pagamento de lotes como indenização; com o contato e troca de informações entre ele e o chefe da Colônia, Torres Gonçalves escreve ao secretário (que concorda),

⁸⁴ CEDOPH. *Cópia n° 2*. Comissão de Terras e Colonização da Palmeira. Relatório de Colonização. 1917. p. 2.

Devolvendo-vos, a inclusa petição de Millano Marcello [sic], sou de parecer, à vista dos documentos exibidos pelo requerente e da informação prestada em ofício nº 14 de 04 de fevereiro corrente pelo chefe da Colônia Erechim, que é de inteira justiça o que pede o requerente. Ele não pode porém, ser indenizado das terras que comprou ao Estado (66.500m²) por outras no mesmo distrito onde reside, no município de Santa Maria, por não possuir aí terras o Estado. E pensa, esta Diretoria que seria equitativo dar-se em troca daquela área, ao requerente, um lote de 250.000m² na Colônia Erechim⁸⁵.

Localizado em área com ocupação ampla e efetiva já há décadas, quando de sua petição, Marcello Millano teria sua petição deferida, mas com o pagamento em terras localizadas na última Colônia pública criada até então. Podemos considerar que, não obstante as possíveis dificuldades de receber a indenização tão distante de onde residia, a decisão governamental tenha sido positiva. Isto, pois o indenizado passaria a ser proprietário de um lote de terra que poderia dispor da maneira como melhor entendesse, em um espaço de grande desenvolvimento e conseqüentemente, de constante valorização do metro quadrado da terra.

A colonização pública, para além de procurar atender a demanda crescente por lotes de terra por parte de colonos e imigrantes, possuía então algumas outras possibilidades. Eram importantes para o pagamento de indenizações, como vimos no documento citado anteriormente, e na resolução de problemas de intrusão e assentamento de nacionais, como seguirá sendo observado também em Santa Rosa. A atenção que o governo do Estado dispndia para a região colonial e principalmente para Erechim, pode ser observada a partir do entendimento de que seriam espaços de desenvolvimento industrial – como a banha/suínos, vinho e manufaturas –, mas também seria por meio desses espaços é que se ordenaria a situação agrária estadual. Mesmo que se possa inferir que a colonização pública poderia exercer um papel social ao ser utilizado para atender aqueles que não possuíam meios de acessar ou regularizar os seus apossamentos, esta poderia não ser a realidade em muitos casos. Com o entendimento de que a venda de terras a quem pudesse pagar e produzir no lote colonial poderia contribuir para a diminuição de intrusão, se demarca ainda mais a diferença que teria posteriormente com as ações em Santa Rosa. O cenário, contudo, não era idílico como os relatórios poderiam mostrar,

Não obstante o reconhecido progresso na Colônia Erechim, os conflitos não foram poucos, bem como os regramentos e pagamentos nem tão eficazes assim. Fraudes, abusos de companhias colonizadoras de múltiplas ordens, discordâncias entre diretrizes da DTC e as ações da CTC, autos de legitimação pendentes e que não se

⁸⁵ AHRS. Ofício de Carlos Torres Gonçalves, diretor DTC para o Secretário OP. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 126, fl. 1-2. 28/02/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

resolviam, problemas de divisas e de medições mal realizadas ou reclamadas em juízo, intrusões que passaram a ser lugar comum (Tedesco, Gritti, 2019, p. 95).

Embora o discurso seja o de uma colonização organizada, e mesmo com uma margem entre lotes demarcados e ocupados, que poderia levar à consideração de que não haveria problemas, há estudos que apontam para o contrário. Dada a variedade de atores envolvidos/interessados na questão da posse e propriedade da terra, várias são as possibilidades de problemas e violências dali decorrentes.

O discurso de preocupação social do governo/Torres Gonçalves no que tangia ao universo da colonização é, então, passível senão de questionamentos, ao menos de desconfianças. Ainda que como a citação acima coloca, o pautado e esperado pela DTC em Porto Alegre nem sempre seria o que as CTCs praticariam, tanto por terem conhecimentos sobre a melhor maneira de agir em sua jurisdição, quanto também possíveis interesses particulares. Os interesses do governo poderiam, então, contrastar com aqueles dos funcionários das comissões, visto serem indicados aos cargos por laços políticos/confiança. De todo modo, o discurso e entendimento do governo, antes mesmo do empreendimento colonial de Santa Rosa, era que a colonização possuiria um grande caráter social, não podendo ser resumido apenas para uma questão financeira. Caron (2009) destaca o interesse por um posterior avanço industrial que seria decorrente do desenvolvimento das regiões coloniais; assim, tal como o caráter misto da colonização pública foi se alterando até incluir de maneira mais certa os nacionais a partir da criação de Santa Rosa, aspectos do interesse social por trás da colonização foram se adaptando ao desenvolvimento dos projetos públicos e do que se observava no cenário colonial no geral (considerando a colonização particular).

Logo, isto não significa que as ações do governo nesse sentido seriam resumidas apenas a uma preocupação social; por trás da oferta de possibilidades de assentamento e regularização estava o interesse em que a população atendida deixasse de ocupar e depreciar possíveis áreas de colonização, ou que poderia causar problemas junto a particulares. Possibilitar a fixação no solo era, ainda, a aposta de que em algum tempo haveria o retorno financeiro de tais ações, por meio dos resultados da produção nessas propriedades, e participação no mercado interno estadual.

A valorização da terra e a questão de indenizações pagas com áreas, ao mesmo tempo que eram resultados da expansão da colonização, também serviam para aumentar o número de interessados em participar desse negócio. Assim, áreas para onde a colonização se direcionava e aumentaria consequentemente o valor da terra, eram visadas nos pedidos indenizatórios. A região de Passo Fundo então, onde Erechim se localizava, por conta da ferrovia, era visada nos

pedidos de indenização, como observado por Carlos Barbosa Gonçalves, que declarou em 1911, apontando aos deputados que “o feraz município de Passo Fundo, usufruindo já as vantagens de uma via-férrea que lhe decuplica a natural riqueza, tem naturalmente atraído a preferência dos reclamantes, para as indenizações respectivas”⁸⁶. Podendo ser solicitada a indenização por intrusão em suas terras ou por alguma ação do Estado que tivesse porventura prejudicado o particular, poderia se transformar em possibilidade lucrativa de negócio. Um exemplo disso é o caso de Timotheo Pereira da Rosa, da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda, que usando de seu capital social por ter sido presidente da Assembleia dos Representantes do Estado, e assim, circulando e estreitando relações com o governo, teve a sua solicitação de indenização na região do Alto Uruguai atendida pelo governo (CARON, 2009).

Além de demonstrar os resultados que uma boa rede de relações poderia ocasionar, é interessante observar que a solicitação de indenização era para áreas na região onde a Colônia Erechim se localizava. O que, para Caron, significava que Timotheo Pereira da Rosa

conhecia o potencial de desenvolvimento que a região poderia atingir a partir da construção da estrada de ferro, o que justifica que a Empresa Colonizador Luce, Rosa & Cia Ltda tenha permutado terras às quais tinham direito em outras partes do estado por terras na região da Colônia Erechim (2009, p. 185).

Timotheo Pereira da Rosa não foi o único a circular no meio político e ser beneficiado em alguma medida por conta disso. Tampouco o único que utilizou de tal meio para ter facilidades na inserção no mercado de terras e colonização. Por isso é um exemplo interessante sobre observações e ações que utilizaram estruturas e favores públicos para enriquecer com a colonização. Ao criar empreendimentos coloniais na região de Erechim, fazia com que seu lucro fosse maior, por aproveitar-se das instalações que havia próximas decorrentes da referida Colônia, sem precisar tirar do lucro da venda de terras para atender demandas básicas dos seus clientes, os colonos.

Andavam lado a lado, então, o uso de indenizações⁸⁷ e a criação de núcleos coloniais, localizados de maneira que os colonos pudessem usufruir daquilo que havia na Colônia pública próxima. O lucro era garantido por não precisar dispor de infraestruturas que encontravam nos espaços públicos – ação duramente criticada por Torres Gonçalves – e nem dispor de gastos

⁸⁶ *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Na 3ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 20 de setembro de 1911.* Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, p. 29. 1911.

⁸⁷ A atuação da empresa Luce, Rosa & Cia Ltda. no Rio Grande do Sul se restringiu justamente às terras que haviam ganhado mediante indenização. Foi apenas quando expandiram suas ações para Santa Catarina que adquiriram terras via compra para loteá-las (CARON, 2009).

para adquirir mais terras para demarcar lotes, desde que conseguissem direcionar o pedido de indenização para onde considerassem potencial de crescimento. A ação particular desses interessados impactava nos trabalhos públicos, por conta das terras devolutas que o governo possuía e deveriam ser direcionados para esses processos.

Assim, tal como esse processo de indenização, a DTC possuía diversos processos indenizatórios com o qual deveriam resolver. E isso fazia parte da questão agrária complexa com a qual se defrontou Torres Gonçalves ao assumir a diretoria. A atenção dispendida para realizar a distinção entre terras públicas e privadas, era também para que o Estado soubesse quais áreas estavam sob sua responsabilidade para a colonização ou para pagar indenização, sem invadir partes de áreas particulares. Essa última possibilidade foi alegada em petição de Leopoldina Xavier Padilha⁸⁸, pois ela se declarava lesada pela ação do governo, que teria reivindicado áreas que ela reclama como suas. Contudo, foi uma petição indeferida, pois após considerar informações prestadas pelo chefe da Colônia Erechim, houve o indeferimento do pedido de indenização, pois não haveria provas que o Estado havia feito o que Leopoldina Xavier Padilha estava alegando.

Casos assim justificariam a importância dos trabalhos do governo estadual quanto à discriminação de terras públicas e particulares, também para constatar sem tanta demora pedidos de indenizações que poderiam ser apenas pretexto a fim de terceiros obterem vantagens do processo colonizatório.

Tanto pelos interesses que esses particulares poderiam ter em conseguir áreas próximas a zonas colonizatórias, o direcionamento das indenizações pagas pelo governo para regiões onde a colonização avançava poderia ser resultado de alguns fatores. O primeiro ponto a se considerar é que eram as zonas onde a colonização avançava que possuía conseqüentemente a maior parte das terras devolutas e agricultáveis do Estado, que poderiam ser cedidas como pagamentos de indenizações, com a proximidade da zona colonial, uma espécie de bônus ao indenizado. O segundo ponto pode ser considerado uma extensão ou consequência do primeiro; a região do Planalto onde a colonização ocorre durante a Primeira República é também onde os trabalhos de medições e discriminações ocorrem, e onde o governo possuía maior área sob sua responsabilidade, tendo conhecimento e entendimento de como poderiam dispor de tais áreas.

Logo, mesmo os processos de indenizações pagos com terras no Norte do Estado eram também uma ação do governo no processo de privatizar áreas devolutas. Fosse privatizando pequenas áreas em formas de lotes coloniais vendidos a colonos ou nacionais, fosse entregando

⁸⁸ AHRS. Ofício de Carlos Torres Gonçalves, diretor DTC para Secretário OP. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 196. 16/03/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

áreas maiores para particulares lesados em outras regiões, era o Estado que comandava a maioria das ações na reorganização agrária e consequente privatização das terras rio-grandenses no período em questão.

Do mesmo modo que havia pedidos de indenizações próximos à Colônia Erechim, no município de Passo Fundo, que consideramos ocorrer justamente pela presença do empreendimento público, como foi a ação da Luce, Rosa & Ltda. demonstra (CARON, 2009), é observado indenizações na região da Colônia Santa Rosa. No Relatório apresentado ao presidente Borges de Medeiros em 1924, constam que houve três despachos presidenciais que davam conta de áreas a serem indenizadas no município de Santo Ângelo, na zona da Comissão de Terras e Colonização de Santa Rosa.

O primeiro desses casos, uma petição de indivíduos lesados pela ação governamental, foram atendidos em despacho de 31 de maio de 1923, era resultante da colonização estadual ter ocupado terras do Sítio Anta Gorda, no município de Encantado (2.516,8ha), e assim, os dezessete coproprietários deveriam receber por permuta a mesma extensão na região da CTC de Santa Rosa⁸⁹. Chama a atenção que dentre aqueles que receberam terras nesse processo, havia uma empresa, a Reiniger, Schmitt & Cia. Chama mais atenção ainda quando se observa que a área que deveria receber em nova zona, não era expressiva se comparada a algumas outras do mesmo processo, apenas 48,4ha - há quem devesse receber 484ha.

No segundo caso, em despacho de 16 de setembro de 1923, respondendo a petições dos coproprietários considerados lesados do “Sítio Ruivo”, também de Encantado, envolvia a “expropriação amigável” de 1.524,6ha, também na região da CTC de Santa Rosa, para 16 pessoas, com áreas indenizáveis entre 24,2ha (quase a extensão padrão de lote colonial) e 411,4ha⁹⁰. Por fim, o terceiro despacho presidencial, de 25 de outubro de 1923, a partir de petições realizadas por Carlos Trein & Cia e outros proprietários do “Sítio Barra Funda”, localizado em Guaporé. Neste despacho, resolvido a partir de expropriação amigável de 2.165,3ha, que haviam sido incorporados em colonização estadual, seriam permutados por igual área na região da CTC de Santa Rosa. Neste caso, seis coproprietários receberiam na mesma região das petições anteriores, de 36,3ha a 923,202ha⁹¹.

⁸⁹ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924. p. 484.

⁹⁰ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924. p. 485.

⁹¹ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924.

Vemos uma grande variedade de áreas que acabarem sendo indenizadas em outras regiões do Rio Grande do Sul, indo de 24 hectares, 1 hectare a menos do que o padrão convencionado para um lote colonial no período, a mais de 2 mil hectares. A extensão recebida também poderia demonstrar as possibilidades econômicas para o indenizado, seja para o próprio estabelecer-se na nova propriedade, ou instalar-se em uma área e lotear o restante, além de constituir toda uma grande propriedade com diversificação econômica (a depender da composição vegetal das terras). É possível observar, ainda, que os trabalhos das CTCs eram amplos, incluindo a demarcação de áreas indenizatórias dentro de um grande espaço de colonização. Logo, as vantagens que poderiam ser conquistadas com a aquisição de terras nas proximidades de núcleos coloniais estavam ligadas, tanto à questão básica da valorização do preço da terra e o aumento da procura por lotes coloniais na região, quanto a possibilidade de usufruir de toda a infraestrutura básica que Colônias já consolidadas possuíam, poupando assim, de maiores gastos para além da medição dos lotes.

No período histórico em que esse trabalho se localiza, é válido destacar as dificuldades e tempo desde o início da construção de uma estrada, até a sua conclusão, e mesmo as necessidades básicas de manutenção exigidas. Era um trabalho que exigia esforço e um número razoável de braços para a sua execução em um tempo não além do esperado.

Ainda no primeiro capítulo já foi mencionado as alegações do governo em conseguir braços para a realização de tais construções, e como o Serviço de Proteção aos Nacionais alterou esse cenário onde estava sendo aplicado. Esta foi uma forma tanto de aqueles que não possuíam meios para a quitação do preço do lote, pudessem realizá-lo, quanto do governo de conseguir executar e até mesmo finalizar obras que poderiam demorar mais tempo, não fosse a oferta de mão de obra a partir de tal dispositivo.

Tamanha foi a procura por essa possibilidade de abatimento do valor do lote, que a falta de jornaleiros para trabalhos do governo já deixava de ser um problema. Houve o ponto em que, em 1919, a comissão de Santa Rosa já não conseguia aproveitar em serviços todos os trabalhadores que se ofereciam para tal, visto não haver demandas de serviços que necessitassem elevada mão de obra. Decorrente do bom retorno que essa iniciativa apresentava, as perspectivas se mantinham, com Torres Gonçalves acreditando que Guarita, uma Colônia pública criada após Santa Rosa, em pouco tempo teria uma situação similar, de excedente de mão de obra disponível para os trabalhos ali coordenados⁹².

⁹² CEDOPH/URI. *Inspeção dos trabalhos da Comissão de Terras e Colonização da PALMEIRA* do Eng^o Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Secretário das Obras Públicas. Ofício nº 514. 22 de setembro de 1919.

Enquanto no Serviço de Proteção aos Nacionais não houvesse a limitação de dias que o colono poderia trabalhar em obras do Estado, comumente os colonos deveriam prestar seis dias anuais de trabalho, conforme é expresso por Torres Gonçalves em ofício a Frederico Westphalen em 26 de junho de 1917⁹³ e que seguia vigendo ainda anos mais tarde⁹⁴. Nele o diretor da DTC recomendava que fosse exigido dos colonos 6 dias de serviço anual, “de preferência na construção e conservação dos caminhos vicinais dos seus lotes rurais”; fragmentando a execução de trabalhos para próximo dos lotes respectivos, poderia facilitar para que os colonos realizassem esse serviço para o governo. Contudo, na sequência de tal ofício, observa-se que poderia não ser algo observado pelos colonos, a partir do momento em que o chefe da DTC dispunha de como agir caso o colono negasse a prestação desses seis dias de serviço – outra pessoa faria o trabalho, e o valor seria debitado do preço do lote de quem não foi trabalhar.

O serviço que deveria ser prestado, não seria restrito apenas durante o período em que o colono ainda não havia pagado a integralidade do valor de suas terras. Caso o colono em questão já houvesse concluído o pagamento de seu lote

não lhe deve ser expedido título antes da prestação dos seis dias de serviço. E se o lote tiver título expedido, deve o concessionário em falta de cumprimento desta condição, ficar privado da vantagem da concessão de outras terras, em lotes rurais ou urbanos, da realização de qualquer trabalho para a Comissão, ou outras medidas que o possam estimular, até que seja dado caráter legal à prestação dos seis dias, conforme é projeto⁹⁵.

Vemos, então, que a ideia de aplicação de tal obrigatoriedade chegava ao ponto de que, se tal não fosse cumprida, haveria dificuldades para o colono em outras frentes. Assim, tanto para receberem o título definitivo da propriedade do lote colonial quanto para expandir as suas propriedades, caso houvesse condições, não realizar os seis dias de serviço impediria essas questões. Nos projetos públicos de colonização, por mais que houvesse a concessão do lote a quem se interessasse e cumprisse com o pagamento do mesmo, a expedição do título definitivo era uma outra questão, vinculada à essa prestação de serviço. Em 1923, os números de envolvidos nessa questão são expressos na seguinte tabela, apresentada em relatório do ano posterior.

⁹³ CEDOPH/URI. *Ofício sem título* do Engº Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Engº Frederico Westphalen, chefe da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira. 26 de junho de 1917.

⁹⁴ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924. p. 494.

⁹⁵ CEDOPH/URI. *Ofício sem título* do Engº Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Engº Frederico Westphalen, chefe da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira. 26 de junho de 1917.

Tabela 5 – Prestação dos 6 dias de serviços em trabalhos de viação pelos concessionários de lotes rurais – Ano 1923⁹⁶

COMISSÕES	Nº LOTES CONCEDIDOS	Nº CONCESSIONÁRIOS	DIAS DE SERVIÇOS		
			Prestados	Por prestar	Totais
Erechim	8.309	6.333	2.097	47.757	49.854
Guarany	6.614	5.762	17.000	2.392	19.392
Santa Rosa	4.551	3.302	22.242	2.333	24.575
TOTAL	19.474	15.397	41.339	52.482	93.821

Fonte: Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1924.

Juntamente ao acompanhamento referente à execução e pendências dos dias de serviços em trabalhos de viação, esta tabela informa a quantidade de lotes coloniais que já haviam sido demarcados e vendidos/entregues a colonos, bem como a relação entre o número de concessionários de lotes e de propriedades, visto a existência de mais lotes concedidos do que de pessoas que os estavam adquirindo. Em consequência, aqueles que possuíam mais de um lote colonial, deveriam prestar os seis dias de serviço para cada lote, visto isto estar atrelado com a expedição dos títulos definitivos.

O principal, porém, dos números apresentados acima, são os referentes justamente aos dias de prestação de serviço, divididos ali entre o número de dias já prestados, e os que dias ainda em vias de serem pagos. A perspectiva dos números totais de dias que o governo receberia em suas obras, permite considerar que seriam de grande importância para o que se propunham, ou seja, usar da grande população que iria para a região Norte colonizar e dinamizar a economia estadual, também para o fortalecimento das obras de infraestrutura que permitiriam tal desenvolvimento. Um adendo a ser feito, é que as Comissões ali citadas – bem como as demais que existiram – abarcavam outras áreas para além daquelas ocupadas pelas Colônias públicas que as denominavam, e que tivessem sido criadas para melhor atender e gerir os núcleos coloniais conforme os mesmos requeressem uma atenção mais detida. Era também uma maneira de ter a estrutura pública próxima e com áreas para atender a expansão das Colônias, ao não se limitarem à área original para dar conta das demandas crescentes.

Dito isso, Erechim possuía neste período em que já estava emancipado como município, o dobro de lotes e de concessionários se comparado com Santa Rosa, ainda Colônia nesse ano em questão. A preponderância dos números do primeiro em relação ao segundo, pode ainda ser

⁹⁶ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924. p. 523.

reflexo do grande volume de famílias que se dirigiam para Erechim e o crescimento natural da população que ali vivia, e a alta demanda por novas medições de lotes, que movimentava vários agrimensores a fim de atender a procura. Santa Rosa, mesmo sendo um núcleo que atendesse as ideias de sucesso que Torres Gonçalves havia estipulado, era mais distante do restante do Estado do que Erechim, além de possuir uma proximidade territorial com a Colônia Guarani, não se descartando migrações entre essas duas Colônias, visto Guarani ser mais antiga, e usufruir das redes reforçadas a partir da criação de Santa Rosa.

Por mais que a comissão de Erechim possuísse um número maior de lotes e concessionários em relação à Santa Rosa, era também aquela em que havia uma maior discrepância entre os dias de trabalhos já prestados e que ainda deveriam ser pagos. Logo, ainda que a ocupação de lotes coloniais na região da segunda Colônia era menor, esta foi ocorrendo de maneira que os colonos logo prestavam os serviços a que eram instados via governamental. Esta situação poderia ocorrer, talvez, por uma ligação que os próprios concessionários poderiam fazer entre esse serviço e o Serviço de Proteção ao Nacional, fazendo com que talvez não houvesse resistência em realizar tal demanda para a conquista do título que lhe demarcava como proprietário de seu lote colonial.

De qualquer maneira, e em diferentes níveis de conclusão desses serviços, o uso da mão de obra da população colonial que se deslocava para a região norte em busca de terras para aquisição, em obras públicas, acabava por servir como motor para que o governo realizasse obras de infraestruturas básicas, fundamentais para os núcleos coloniais e, ao fim, para o desenvolvimento estadual. Também poderia ser uma aplicação localizada da ideia central, que tinha iniciado na Colônia de Santa Rosa anos antes. Possuindo uma obrigatoriedade, ainda que com a delimitação de jornadas de trabalhos despendidos para tal, mas, ainda assim, se tornando uma frente de diminuição de gastos do governo, questão citada direta, ou indiretamente, em diferentes ofícios, entre os níveis do funcionalismo público voltados para a questão de terras e colonização.

Redes de estradas de rodagens e caminhos vicinais eram, então, de extrema importância para conectar as diferentes linhas que compunham os núcleos coloniais, e estes com outras Colônias e centros maiores. Nas “pontas” ou margens das vias de circulação estavam os lotes coloniais; a partir de sua ocupação, se construía as sociabilidades da Colônia, e os centros produtores de alimentos e outros produtos produzidos a partir de um trabalho familiar, que, num movimento considerado natural, cresceria e em algum tempo buscaria novos lotes ou na mesma Colônia ou em outras frentes que se abriam com preço mais competitivo da terra.

Isto posto, tal como a criação de núcleos coloniais públicos, que ocorria de maneira a atender a demanda sempre crescente da população colonial, internamente, a medição de lotes seguia a mesma lógica. Ao criar-se uma Colônia, não se demarcava todos os lotes imediatamente, mas ia-se realizando conforme a ocupação ia atingindo o teto e havia a necessidade de novas demarcações. A demarcação de lotes coloniais era, ainda, um trabalho lento e complicado, visto a tecnologia que havia para tal trabalho, e as grandes áreas que cada agrimensor abrangia em seus serviços.

Contando diversos fatores, incluindo a procura ou a qualidade das terras, os preços de lotes coloniais poderiam sofrer variações. O que impactava na distribuição interna dos colonos, com aqueles que possuíam condições adquirindo lotes melhores e mais bem localizados, muitas vezes, enquanto aqueles que não tivessem tantas condições, poderiam apenas requerer e comprar lotes de qualidade inferiores e nas periferias dos núcleos coloniais.

Na organização de uma Colônia, esta poderia possuir diversos povoados, ampliando as estruturas básicas, e diminuindo distâncias ao se tornar uma opção mais próxima do que muitas vezes a sede colonial se apresentava. Esta importância é observada quando o secretário das Obras Públicas destaca que

É de toda a conveniência também multiplicar os povoados sempre que sejam encontrados lugares convenientes, pois constituem eles os centros de convergência da atividade local, onde se estabelecem os negociantes e industrialistas; bem como de convergência social, onde os agricultores erigem as suas igrejas, as suas associações, etc. Aliás constitui isto tendencia natural, os próprios agricultores fundando-as, embora arbitrariamente, quando o Poder Público não o faz⁹⁷.

Ainda que destacasse a iniciativa dos colonos para que os próprios atendessem necessidades religiosas e sociais, o que também permitia que mantivessem traços identitários e culturais, a partir tanto da religião quanto da participação em associações, que agiam como aglutinadores e suporte no espaço colonial – principalmente, considerando os projetos de caráter heterogêneo. A religião, tal como outros aspectos ali citados, era de grande importância para a organização social dos imigrantes ou de seus descendentes, tal como Tramontini (2003) destaca em seu livro. Agindo no espaço que o Estado deveria ocupar, a construção de igrejas (prédios) na Primeira República, ou a existência de pastores não ordenados antes da criação do Sínodo Rio-grandense, os imigrantes/colonos, permitia tanto o conforto espiritual na falta de

⁹⁷ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 103.

espaço ou pastor, como também ascensão social dos envolvidos, com a aproximação dos interesses religiosos e comerciais, como o ocorrido no litoral norte, na Colônia Três Forquilhas (WITT, 2015).

Tramontini, aliás, afirma que “a religião foi forte elemento no ordenamento das práticas sociais, de organização do grupo para suprir demandas religiosas e sociais, desde o conforto espiritual à estruturação de coros e festas” (2003, p. 163), este papel, então, da religião como elemento integrador entre os pares, discutido pelo autor na Colônia de São Leopoldo em 1824, pode ser observado em processos posteriores de colonização, independente da etnia ou do caráter público ou particular das Colônias. Chegando inclusive nos processos colonizatórios ocorridos durante a Primeira República, que, por mais que o fluxo imigratório tenha diminuído, esses elementos se mantinham através dos colonos que buscavam a conservação de seus costumes. Esta manutenção de práticas culturais que permaneceram à parte da ação governamental de caráter misto, faz com que seja possível traçar continuidades, como a preocupação com a presença de igreja e outras associações para manter elos e sociabilidades. Ou talvez, enraizada e disseminada na população colonial rio-grandense, estas práticas organizativas servissem também para outras etnias, para além da alemã, visto ser algo que pudesse fortalecer o sentimento de grupo, muito embora suas origens nos países europeus pudessem ser distintas.

Os colonos tomarem a frente na construção de tais espaços, além de mostrar uma ação aquém do que o governo deveria fazer, impedia justamente que estivessem próximos da população colonial na tentativa de coibir enquistamentos étnicos que prejudicasse a inserção e consolidação da população colonial na sociedade brasileira, a partir do contato com outros grupos étnicos que viviam próximos. A presença do governo, a partir do mote *ordem e progresso*, e a preocupação com a situação viária estadual, de grande importância para o desenvolvimento do Estado a partir das zonas coloniais, era então, por esses e outros motivos, menores do que o discurso deixava aparentar, ou no mínimo, não tão expressiva quanto a imagem que procuravam passar.



O Rio Grande do Sul, ao longo da Primeira República, ainda se via envolto em um complexo cenário de (re)organização agrária, com diversos sujeitos que buscavam alcançar seus objetivos. É um período onde a ideia de colonização toma uma nova proporção, se tornando distinta do que havia sido praticado, até então, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Embora, como discutido no presente capítulo, os caboclos/nacionais não fossem alheios ao

espaço colonial durante o Império, a partir dos primeiros anos do século XX, tal situação se modifica dentro de aplicações e adaptações do caráter misto da colonização públicas, e essa população passa a integrar a política colonizatória. Nesse cenário, as Colônias de Erechim e Santa Rosa desempenharam importante papel, tanto na administração das terras devolutas quanto no desenho da população desses novos projetos.

Dito isso, no próximo capítulo discutiremos, então, a criação dos referidos núcleos, dentro do escopo da colonização pública mista, e quais eram as características que compartiam e, ainda, as particularidades observadas em cada uma, considerando que, por mais que possam ser colocadas em uma mesma categoria, ou que não poderiam deixar de ter proximidades, visto suas origens, as adaptações a cada cenário permitem o surgimento de especificidades.

4 A APLICAÇÃO DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO MISTA: ERECHIM E SANTA ROSA SÃO CRIADAS

A consolidação do controle governamental sob as terras ainda consideradas devolutas no Rio Grande do Sul, era realizada a partir do trabalho realizado pela Diretoria de Terras e Colonização e suas Comissões de Terras e Colonização. Para alcançar tal objetivo, e agregando com os interesses desenvolvimentistas que possuíam para o Rio Grande do Sul, a criação e desenvolvimento de Colônias públicas foi uma saída que atendeu uma demanda que seguia crescente por novos lotes coloniais, bem como permitiu que se aplicasse os preceitos que consideravam mais adequados para tais empreendimentos.

Junto a isso, as Colônias públicas eram espaços que o governo poderia utilizar para resolver os empecilhos que intrusos causavam a terras particulares ou em outras áreas de terras devolutas. A partir da disponibilidade de lotes vagos em algum núcleo colonial público, o governo trabalhava de modo a direcionar para ali aqueles que intrusavam áreas; gerava-se, assim, um fluxo entre núcleos públicos, de pessoas que eram direcionadas ao novo lote, a fim de terem um espaço regularizado para viverem. Esse manejo com quem praticasse a intrusão, de assentá-los em Colônias, contribuía para conferir à colonização pública uma característica mista, embora tenha atingido outro patamar de oficialidade com o Serviço de Proteção aos Nacionais.

Este capítulo, portanto, objetiva discutir e analisar as Colônias de Erechim e Santa Rosa. A discussão, amparada pela História Comparada, será sobre como ocorreu a aplicação e o desenvolvimento da ideia de colonização pública nesses dois espaços, visto que mesmo sendo originárias de uma ideia de colonização pública mista, possuíram, cada uma, particularidades na execução do projeto. Para tal, realizaremos reflexões a partir de aspectos administrativos e práticos de cada Colônia; os trabalhos de medições e regularização de lotes. Por fim, mas não menos importante, versaremos sobre o crescimento colonial e consequente desenvolvimento econômico.

De modo a praticar as propostas para esse capítulo, serão utilizados documentos produzidos por diferentes esferas do governo rio-grandense, considerando que eram os administradores e interessados nas Colônias, desde a sua concepção e tudo que decorresse disso. Dessa maneira, visto os interesses que permeavam a produção de relatórios e afins, se faz necessário um cuidado e distanciamento para a utilização do material burocrático, de modo manter criticidade ao observar as informações narradas.

A organização do espaço agrário rio-grandense, sempre atentando para os espaços públicos e os particulares, bem como a privatização de pequenos lotes de terras públicas para colonos, dividia a atenção governamental com a busca de melhor organizar a população colonial e a sua inserção na sociedade brasileira. Nesse ponto, entrava em choque com o desejo de parte da população colonial (imigrantes e descendentes), de se agruparem próximos daqueles de suas origens. Além de um caráter assistencial entre um grupo diante de um espaço complexo e de difícil adaptação, havia ainda preconceitos oriundos, desde o início da colonização, de que esse elemento de origem europeia seria mais desenvolvido que os indígenas e caboclos/nacionais, que levou também à formação de um preconceito entre colonos/imigrantes e os outros grupos.

Logo, a construção (realizada por eles e pelos governos por boa parte do período de colonização) do imaginário de que seriam o “pioneiro, colonizador e civilizador” – presente até os dias atuais –, desencadeou a determinação de que aqueles que já habitavam as terras agora disponibilizadas para essa população, seriam selvagens e incultos (SANTOS, 2017). A construção do ideal sobre qual espaço era destinado a cada grupo, considerando a suposta superioridade e importância, é mais um aspecto que pode ter contribuído para a resistência destes grupos oriundos da imigração europeia em se instalarem em Colônias públicas, e preferirem buscar, quando possível, projetos étnicos e confessionais.

É a partir de aspectos como esse que a iniciativa pública na colonização se desenvolve tentando seguir alguma ordenação, com a criação de novos núcleos apenas quando os já existentes não possuíam mais capacidade de atender novas demandas por lotes coloniais, e congregando diferentes grupos étnicos em seus espaços. Assim, em 1908 é criada o primeiro dos dois núcleos ora estudados; Erechim, após a Colônia Ijuí apresentar saturação, e Guarani ainda enfrentar problemas quanto à rede de transportes que se mostrava deficitária para fazer com que colonos e imigrantes chegassem lá e, também, no escoamento da produção.

O segundo núcleo, Santa Rosa, segue a mesma linha, embora se observe algumas especificidades quando comparada com a Colônia Erechim. Muito embora fosse observado um bom ritmo de desenvolvimento, Santa Rosa não estaria em sua capacidade plena, pelo mesmo fato que a Colônia Guarani: as dificuldades enfrentadas na questão de transportes até tais núcleos. A diferença é que o crescimento de Santa Rosa ocorria também pela regularização e assentamento de nacionais que já ali habitavam ou que se dirigiam para lá, contribuindo no aumento dos números de lotes medidos – com a inclusão das medições dos apossamentos – e a incorporação das famílias regularizadas ao número geral da população de tal núcleo.

Um aspecto importante a se considerar e refletir são as questões interétnicas que permeavam ambos os projetos de colonização, principalmente por serem heterogêneos na

conformação social de seus habitantes. Ademais da fricção entre imigrantes/colonos com indivíduos de outras origens étnicas, que seria reforçado nos espaços coloniais categorizados como mistos, o contraste entre colonos de gerações já nascidas no Brasil de determinada etnia e imigrantes da mesma origem, gerava igualmente estranhamentos (NEUMANN, 2014). Esse estranhamento entre aqueles que mantinham uma determinada maneira de preservar a cultura e tradições do país europeu, adaptados à realidade colonial sul-brasileira, acabava se chocando com as práticas dos imigrantes recentes; outro complicador na relação entre imigrantes/colonos com uma mesma bandeira no passaporte, era que a despeito de tal fato, poderiam ser oriundos de regiões distintas entre si, que guardavam diferenças e estranhamentos ainda em solo europeu.

Estudando esse processo na Colônia Neu-Württemberg, Neumann aponta que “embora os imigrantes alemães fossem originários do território da Alemanha, a diferenciação sobressaía-se entre uma leva e a seguinte, provocando conflitos e um distanciamento cultural a ser transposto” (2014, p. 96). Partindo dessa discussão levantada pela autora a partir do estudo de uma colonização étnica alemã, é possível considerar que algo similar ocorreria com outros grupos étnicos, justamente pelo fato de que ao se instalar e se adaptar à nova pátria, o imigrante (agora colono), por mais que procurasse manter sua bagagem cultural, não havia como evitar adaptações à realidade que os cercava, por mais que pequenas. Logo, com o passar do tempo, modificações iam se consolidando e se tornando permanentes; por seu turno, o imigrante recém-chegado, ainda com sua bagagem cultural “fresca” do país de origem, sem interferências e necessidades adaptativas, poderiam olhar com desconfiança aos seus conterrâneos adaptados e com sua própria leitura dos costumes. Outro aspecto relevante é a construção da identidade do grupo; a população colonial descendente de imigrantes estava imbuída de uma identidade hifenizada – teuto-brasileiro, ítalo-brasileiro, por exemplo –, que combinava em si tanto o interesse pela preservação de sua origem e tradição europeia, quanto também possuiria o interesse em ser cidadão brasileiro; ou seja, possuindo um discurso étnico definido, em que buscavam integrar para si tanto uma identidade da origem europeia quanto da nova pátria. Essa compleição identitária, em contraste com os novos imigrantes, contribuiria para uma complexificação das relações (NEUMANN, 2014) nos núcleos coloniais que combinavam colonos e imigrantes.

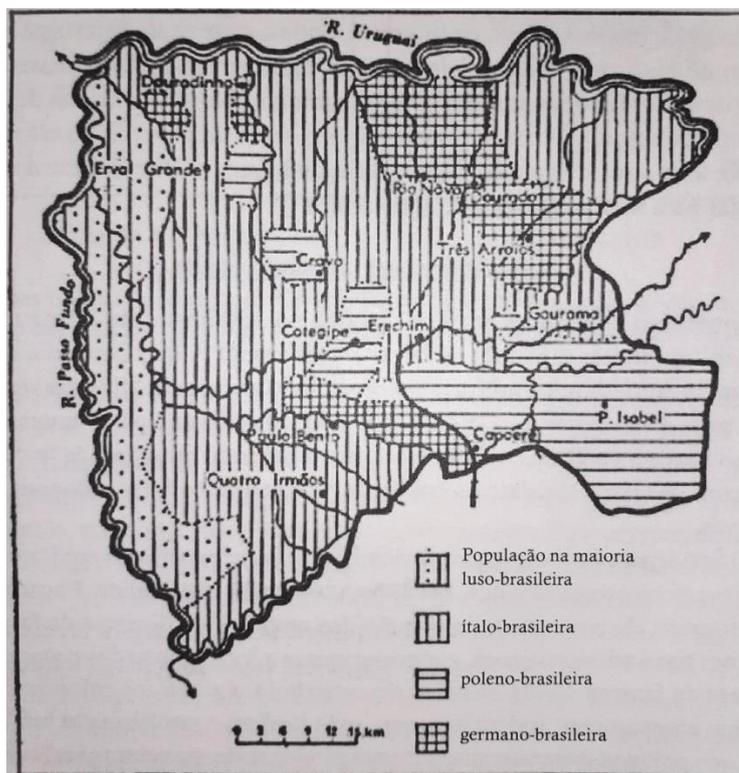
O espaço colonial era, então, complexo por diversos fatores, e poderiam ser observados independente do caráter administrativo das Colônias – públicas ou particulares –. Em Ijuí, primeira Colônia a ser criada pelo governo no primeiro período republicano, a população colonial era formada por brasileiros, poloneses, russos, alemães, italianos em maior porcentagem, além de outros grupos étnicos em menor expressão (ADAM, 2015). Ao tratar da

disposição interna na Colônia, das famílias de diferentes etnias, Paulo Adam escreve que havia a predominância de alguma etnia em determinadas linhas; apesar do fato de que Augusto Pestana possuísse a preocupação em fazer uma distribuição de lotes de maneira que os vários grupos étnicos pudessem ter contato com outras etnias e também manter proximidade com os seus. Esse posicionamento de Pestana objetivava que houvesse uma rede de apoio a recorrer nas dificuldades enfrentadas; mesmo assim, ainda ocorreria uma movimentação interna de mudanças de lotes, em busca tanto de melhores terras, quanto para reforçar a proximidade com sua comunidade étnica.

Esse cuidado de Augusto Pestana em manter alguma proximidade entre as comunidades étnicas, mas de uma forma que buscava diluir enquistamentos étnicos, sua ação “foi um complicador a mais para os grupos com origens estrangeiras e que cultivavam, eventualmente, o desejo de uma convivência cultural mais delineada” (ADAM, 2015, p. 59). Desse modo, a partir das obras utilizadas em sua análise, e o modo organizacional adotado pelo chefe da Colônia, Adam considera que pode ter ocorrido uma “agrupação” ou “reagrupação” dos grupos étnicos conforme seus interesses e à revelia do pretendido pelo governo, para formarem em alguma medida, territorialidades étnicas onde fosse possível reproduzir e manter suas características culturais (PEREIRA, 2000). A resistência a uma maior integração entre diferentes etnias, então, é perceptível desde a primeira Colônia criada no período republicano no Rio Grande do Sul até a contribuição disto para a saída de parte da população colonial rumo ao oeste catarinense, décadas depois.

Também Jean Roche (2022) aponta para um movimento dos colonos de se reagruparem por afinidades étnicas, “mesmo nas colônias do estado”, a despeito então, dos objetivos que o governo possuía para determinados núcleos. Utilizando como exemplo a Colônia Erechim, o autor aponta como mesmo em uma Colônia pretendida mista, poderia ocorrer uma segregação voluntária.

Imagem 6 – Distribuição das principais etnias na Colônia Erechim



Fonte: Roche, 2022, p. 149.

A partir dessa projeção da distribuição étnica, percebe-se que os nacionais/caboclos se localizavam predominantemente em uma pequena faixa em uma das bordas do espaço colonial identificado como Erechim. Falamos identificado justamente por ser um espaço que abarca áreas além do que seria o limite original dessa Colônia; isto porque na imagem acima, observa-se a inclusão de Quatro Irmãos como parte do espaço colonial de Erechim, ao passo que é um projeto particular. Por mais que tal junção permita pensar os espaços públicos e particulares como relacionais e não isolados em si – para usufruir de estruturas públicas e econômicas que haveriam entre si –, é importante destacar que é o espaço colonial na região de Erechim, talvez a região de abrangência da Comissão de Terras e Colonização de Erechim, e não apenas a Colônia criada especificamente em 1908.

Como consequência da predominância existentes, as populações de origem italiana e polonesa são colocadas como maioria em diversos setores da Colônia, com os italianos com grandes áreas ininterruptas de predominância, enquanto poloneses apresentariam espaços menores, delimitados, com exceção dos Povoados Capoerê e Isabel.

Vemos, então, que, ao mesmo tempo que o caráter misto da colonização esteja presente desde o primeiro núcleo colonial criado pelo governo rio-grandense, os processos de alteridades e resistências entre os diferentes grupos étnicos também se faz notar, inclusive sendo uma das

causas de movimentos de remigração em busca de outros núcleos, talvez de caráter heterogêneo. Manter seus costumes e tradições, além de ser uma maneira de manter na memória o seu país natal, era uma forma de consolo dentro da nova condição em que se encontravam, e das dificuldades enfrentadas.

Sobre as estratégias adotadas pelos imigrantes e seus objetivos em relação a isso, Pereira (2000), destaca que a “preservação” étnica em grupos que participaram dos movimentos migratórios para o Brasil, fosse no espaço urbano ou no rural, era possível a partir de fatores como a concentração de famílias em espaços próximos (na mesma linha colonial, por exemplo), a prática de uma migração familiar, que propiciou a transposição de unidades domésticas para um novo local – ainda que ocorrendo adaptações às condições encontradas –. Pereira acrescenta ainda, a importância de um equilíbrio entre grupos de sexo e idades, de modo que fosse facilitada a formação de novas famílias, sem a necessidade de casamentos com indivíduos de outros grupos étnicos e, assim, não correr o risco de diluição de costumes e tradições e nem das propriedades e bens das famílias⁹⁸.

Ao discutir o capital das famílias camponesas, der Ploeg (2016) escreve que, por mais que as unidades camponesas não estivessem sob regência do mercado de trabalho, considerando que a base do trabalho seria a mão de obra familiar, o campesinato representaria o capital. O conceito de capital não seria o mesmo empregado pelo marxismo. O capital dos camponeses seria composto pelas benfeitorias, maquinários/ferramentas, sementes e material genético de animais, ou seja, tudo que envolvesse a sua propriedade e os meios de gerar a produtividade que se esperaria de tal espaço. Junto a esses capitais, que podem ser considerados como tangíveis, o autor traz para a discussão a ideia de que a memória mantida, as diversas redes que seriam produzidas e mantidas pelas famílias, seriam, igualmente, capitais importantes para o universo camponês.

A manutenção dos costumes e tradições da terra natal, ao passo que poderia servir como suporte na empreitada migrante, resultaria em dificuldades tanto na relação da população migrante com a sociedade receptora, quanto o contrário também ocorria. Seyferth escreve que “a alteridade assim construída passa por uma concepção de nacionalidade articulada, primeiramente, ao **jus soli**, mas também à conformidade com os padrões culturais e históricos da sociedade brasileira latina ou lusa e católica” (2008, p. 28). É nesses diferentes pleitos envolvendo imigrantes e população brasileira que a colonização ocorre, propiciando contatos e

⁹⁸ Para ver mais sobre redes familiares/matrimoniais e econômicas, ver: MARINA, Marinilse. *Casar bem: estratégias matrimoniais e econômicas na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul (1906-1970)*. Passo Fundo: Ed. UPF. 2019.

trocas, cotejando uma manutenção cultural e uma inserção no país de destino; desde os contatos interétnicos nas Colônias do Império, até a aplicação sistemática de um modo heterogêneo na colonização na Primeira República, onde estão inseridas as Colônias de Erechim e Santa Rosa.

As regiões onde ambas as Colônias se localizavam, possuíam, de maneira prévia à instalação desses núcleos e a chegada de famílias oriundas das *Colônias velhas* e de imigrantes europeus, uma ocupação antiga. A Colônia Erechim, que recebera diferentes etnias de imigrantes, contava, no que viria a ser seu território, com uma forte presença indígena⁹⁹, inclusive com a presença de toldos indígenas na região próxima, os quais seriam o Toldo de Ventarra e o Toldo de Votouro, que além de abrigar as parciais indígenas da região, poderiam ainda, receber parciais de outros locais, a partir do que fosse determinado pelo governo, que desconsiderava relações amistosas ou rivalidades para tal designação a toldos (SCHMITZ, 2019).

Junto a essa forte presença indígena, há ainda a presença de nacionais naquele espaço. E muito embora fosse em uma proporção menor do que o observado na região de Santa Rosa, sendo um fator para escolher aquele espaço para a criação de uma Colônia e iniciar o Serviço de Proteção ao Nacional. Santa Rosa, por seu turno, teve marcada presença de nacionais, o que era expresso também na proporção que este grupo ocupava nos números totais da população colonial, principalmente em seus primeiros anos.

4.1 A Colônia Erechim

A região do Alto Uruguai, onde se localiza a Colônia Erechim¹⁰⁰, era formada por densas áreas de mata, bem como intensa ocupação indígena e de nacionais, antes da chegada de levas de colonos e de imigrantes. Compunha, à época, o município de Passo Fundo, que em 21 de outubro de 1902, criou com sede em Capoeirê, o sétimo distrito municipal (GIARETTA, 2008).

⁹⁹ A ação do governamental no Rio Grande do Sul junto aos indígenas tem início em 1845, quando da criação do Toldo de Nonoai. A redução das parciais indígenas em toldos, além de visar redução dos ataques destes contra os “brancos”, coincidiu, no final do século XIX e até mesmo após o nosso recorte temporal, com o avanço da colonização por terras até então ocupadas apenas por esses indígenas e pelos nacionais. Logo, o aldeamento foi usado também para abrir espaço para a instalação de núcleos coloniais no norte do Estado. Sobre o processo de reorganização agrária organizada/fiscalizada pelo governo na região norte rio-grandense envolvendo indígenas, nacionais e colonos, ver: SCHMITZ, Kalinka de Oliveira. *Caboclos, indígenas e colonos: a mediação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira no processo de formação da pequena propriedade no norte rio-grandense (1889-1928)*. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo. 2019.

¹⁰⁰ A Colônia Erechim era formada principalmente pelos seguintes povoados: Sede, Estação Erechim, Povoado Erebangó, Povoado Capoeirê, Paiol Grande (que deveria ser a sede geral) e o Povoado Barro. Ainda, havia outros povoados menores, mas que, segundo Relatório da Secretaria das Obras Públicas, também registravam algum movimento comercial.

Afora essa diversidade populacional encontrada, com a colonização, se tornou um espaço diverso também em iniciativas de colonização, tanto públicas quanto de particulares (GIARETTA, 2008). Caron (2009) destaca que a atividade colonizatória começou a ocorrer de maneira mais efetiva nessa região, principalmente a partir dos primeiros anos do século XX, principalmente mediados pela ação do Estado em seu projeto público, a Colônia Erechim, desenvolvida para ser o modelo de colonização pública.

Erechim, pode ser considerada como o sonho de Torres Gonçalves, a sua “menina dos olhos”. Ao projetá-la diretamente, o diretor da DTC implementou as características e questões que julgava importante para a composição de um núcleo colonial. Também por ter sido o primeiro núcleo criado em seu período à frente da Diretoria de Terras, possuía vários aspectos que a tornavam especial para si e para a sua ideia de colonização estadual. A área da Colônia era de 462.162ha – conforme o Relatório das Obras Públicas de 1919 –, que iria demarcando conjuntos de lotes coloniais à medida que fosse necessário suprir a constante demanda por novos lotes coloniais.

Na mesma região do empreendimento público, surgiram projetos particulares de colonização, como a Colônia Quatro Irmãos – imigração judaica – promovida pela Jewish Colonization Association¹⁰¹ (GRITTI, 1997) e a ação da Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda., envolvida na comercialização de áreas de terras em diversos povoados próximos da Colônia Erechim (CARON, 2009). A atuação da empresa Luce, Rosa & Cia Ltda., estudada por Márcia Caron, é um bom exemplo do aproveitamento de estruturas prévias fornecidas pelo governo pela presença da ferrovia, e do uso de indenizações, para a instalação de empreendimentos particulares na região. A partir do conhecimento sobre as possibilidades de uso do que já havia, e do bom trânsito no governo positivista, Timótheo Pereira da Rosa (um dos sócios da colonizadora) possuía os meios para entrar no mercado de terras provenientes da colonização (CARON, 2009).

Sendo assim, é possível considerar que a região onde a Colônia pública de Erechim foi instalada, era densamente ocupada e com diferentes propostas de colonização, que possuíam ligação entre si dada sua proximidade, e serve para demonstrar a complexidade do cenário colonial no município de Passo Fundo no início do século XX. Havia, ainda, glebas de terras

¹⁰¹ Esta empresa colonizadora se distingue das demais empresas envolvidas na colonização de terras do Rio Grande do Sul com imigrantes europeus por conta de seu caráter. O seu objetivo, nas palavras de Isabel Gritti, seria “promover a emigração dos judeus, vítimas de discriminações e perseguições no leste europeu e Ásia, e transferi-los para países cuja legislação lhes assegurasse uma existência livre de discriminações” (1997, p. 15). Ver mais em: GRITTI, Isabel Rosa. A imigração judaica no Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization e a colonização de Quatro Irmãos. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor. 1997.

de particulares que haviam dividido em lotes para vender a colonos, e que com o tempo, passaram a ser integradas à territorialidade de Erechim (GIARETTA, 2008). A concomitância desses diferentes projetos particulares, com o acréscimo da iniciativa pública intensificada a partir de 1908 com Erechim, faz com que, ao mesmo tempo em que seja difícil estudar algum núcleo e ao menos não citar essa situação, compreender que tal fato contribuiu para a dinamicidade econômica de Erechim, que muito provavelmente atendia a necessidades de colonos desses projetos particulares próximos.

Considerando a preocupação positivista presente no governo estadual, referente ao lema *ordem e progresso*, questões referentes à colonização, questões de terras, e as estruturas de viação (estradas, ferrovias), eram centrais para direcionar o Estado para o desenvolvimento almejado. E Erechim se tornou o grande exemplo disso, com o seu crescimento totalmente associado à proximidade com uma linha férrea. No relatório do presidente do Estado de 1909, ao citar a criação desse novo núcleo colonial, considerava-se que, “atendendo à bela situação em que está colocada, a fecundidade estupenda de suas terras e a facilidade de comunicações e transportes, se lhe pode vaticinar, em próximo futuro, extraordinário desenvolvimento e riqueza”¹⁰². A expectativa sobre o novo projeto que se iniciava era, então, muito visível. Cabe aqui destacar o relatório de onde retiramos tal citação é a apresentação dos trabalhos realizados pelo governo para a Assembleia dos Representantes, logo, o discurso é moldado para enaltecer e defender os projetos já executados ou por executar.

Mas frente às expectativas do momento da criação desse empreendimento, e do que se verá ao longo deste trabalho, é inegável que a então jovem Colônia possuía grande margem para seu desenvolvimento. Diante disso, procuraremos discutir o processo pelo qual passou, e que desencadeou o rápido crescimento populacional e econômico, se tornando importante centro para a região onde fora instalada, e para o Estado como um todo, considerando que Giaretta afirma que

foi um dos grandes méritos dos administradores rio-grandenses o êxito da colonização em Erechim, visto que o Estado beneficiou-se com dois grandes grupos de colônia: as Colônias Velhas eram mais povoadas e nelas era mais desenvolvido o setor industrial, ao passo que as Colônias Novas caracterizaram-se como mais rurais e com a atividade mais agrícola (2008, p. 61).

¹⁰² GONÇALVES, Carlos Barbosa. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Carlos Barbosa Gonçalves na 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura em 20 de setembro de 1909*. Porto Alegre. Oficinas Gráficas da Livraria Globo. 1909. p. 31.

Ter o governo do Estado se beneficiado com dois diferentes grupos de espaços coloniais é também, obra do tempo, visto que as colônias velhas possuíam décadas a mais de desenvolvimento de sua economia e indústria. E as colônias novas, por seu turno, possuíam na agricultura o seu ponto inicial de inserção na economia estadual, muito embora seja perceptível tanto em Erechim quanto em Santa Rosa, a presença de moinhos e outras fábricas de produtos que indicam a possibilidade futura de desenvolvimento industrial, conforme crescessem em número de habitantes e capacidade econômica. De qualquer maneira, esse cenário gerava um ponto de equilíbrio entre o que cada região colonial poderia ofertar num cenário estadual.

Erechim, então, logo nos primeiros três anos após a sua criação, quando era o mais recente projeto público, não estaria passando pelas dificuldades inerentes a qualquer projeto colonial. Nesse período, sua população chegou em 18.000 habitantes, composta por 10.000 imigrantes e os 8.000 restantes seriam divididos entre brasileiros que já habitavam a região antes da criação de Erechim – mostrando que a grande presença de nacionais/brasileiros era intensa não apenas onde foi criada Santa Rosa posteriormente – ou que para ali se dirigiram após 1908, e indivíduos oriundos da região das antigas Colônias, “velhos agricultores”¹⁰³. Em 1912, no segundo semestre, 1.112 imigrantes haviam sido direcionados para Erechim, divididos em 217 famílias e 100 solteiros, e no primeiro semestre de 1913, 314 famílias e 135 solteiros, contabilizando 1.553 imigrantes que tomaram esse mesmo destino.

Ao voltar a atenção para a origem desses 2.665 imigrantes, havia a seguinte divisão, “preponderaram as nacionalidades russo-polaca e alemã, em proporção mais ou menos igual, representando as duas, cerca de 80%. Vem depois os austríacos, italianos, etc”¹⁰⁴. Junto ao expressivo número de imigrantes direcionados para ali, a preponderância de determinadas etnias em relação às demais, ao mesmo tempo que demonstra uma visão parcial do caráter heterogêneo da colonização ali empreendida, pode ser explicada por uma possível relação das etnias que entravam no Rio Grande do Sul, sendo proporcional os registros de entradas no Estado para com as entradas registradas em Erechim.

A entrada de imigrantes em Erechim segue em patamar próximo nos anos seguintes, com 1.771 imigrantes – 350 famílias e 195 solteiros – ingressando em 1914. Em 1915, por mais

¹⁰³ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913*. Porto Alegre. Oficinas gráficas da Livraria do Comércio – Souza & Barros. 1913.

¹⁰⁴ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913*. Porto Alegre. Oficinas gráficas da Livraria do Comércio – Souza & Barros. 1913. p. 94.

que no primeiro semestre não tenha sido registrada a entrada de imigrantes, a Colônia acabou recebendo, após liberação do Governo, 1.834 “proletários privados de trabalho”¹⁰⁵. A população neste período estava em 27.000 habitantes aproximadamente, dividida em 14.600 imigrantes novos e o restante formado por “brasileiros descendentes de antigos colonos de outros pontos do Estado”¹⁰⁶, chamando atenção para o termo usado para se referir da população colonial deslocada espontaneamente no processo de enxamagem.

Os resultados positivos de uma boa localização e bom crescimento acabava servindo como estímulo aos colonos ali instalados, o que, para o secretário das Obras Públicas, João Parobé, era observável nas habitações da população. Na Sede da Colônia, a população já estava em número de 2.200 habitantes, e um total de 269 casas.

Imagem 7 – Vista leste da Sede da Colônia Erechim em 1913



Fonte: Relatório Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1913.

Reflexo do desenvolvimento da Colônia como um todo, a sede de Erechim acompanhou esse crescimento. A população de 2.200 pessoas, citadas anteriormente, estavam distribuídas

¹⁰⁵ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 15.

¹⁰⁶ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 15.

em 449 lotes ocupados, e ainda havia outros 400 lotes vagos, demonstrando uma preparação para atender a possível demanda por lotes no que então era a sede da Colônia, que possuía uma área total de 612 hectares¹⁰⁷.

A foto acima, encontrada no relatório apresentado por João Parobé em 1913, tirada da sede de Erechim, permite observar a disposição e o tamanho da sede alguns anos após a criação da Colônia. Os prédios que compõem a fotografia, preenchendo o espaço, com a mata – destacadamente os pinheiros ao fundo – dariam mostra do bom desenvolvimento da Colônia, e consequentemente do trabalho que era realizado pela Secretaria de Obras Públicas através da DTC, e a visão de um espaço ainda em construção, com os imigrantes e colonos moldando a natureza para o progresso pretendido ali.

Talvez por isso a Colônia Erechim possuísse tanta importância para o governo desde a sua criação, no ano de 1908, no município de Passo Fundo. À parte de ter sido projetado diretamente por Carlos Torres Gonçalves, e surgir num cenário onde as Colônias públicas mais antigas já não possuíam espaço para atender à crescente demanda por novos lotes coloniais, seu crescimento exponencial se deve, em grande medida, à proximidade deste núcleo para com a linha férrea que transpassava seu território. Erechim pode ser tomado, então, como exemplo de como a colonização, associada a uma boa infraestrutura¹⁰⁸ de transporte, poderia render bons resultados, embasando a visão governamental de que todos os tópicos citados no parágrafo anterior contribuiriam para um desenvolvimento.

Ainda que o grande trunfo da Colônia fosse a proximidade com a ferrovia e todos os benefícios que isso trazia para o núcleo e a atratividade decorrente, havia ainda a preocupação com a oferta e investimento em redes de estradas de rodagem e caminhos vicinais, tanto para interligar toda a extensão da Colônia. Obras de infraestrutura foram constantes desde o início da colonização, como não poderia deixar de ser, e ainda nos primeiros dias de 1910, Carlos Torres Gonçalves repassa ao secretário de Obras Públicas, um pedido do chefe da Colônia Erechim – Severiano de Souza e Almeida¹⁰⁹ –, de recursos para a atender medidas necessárias

¹⁰⁷ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidentes do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913*. Porto Alegre. Oficinas gráficas da Livraria do Comércio – Souza & Barros. 1913.

¹⁰⁸ No Relatório apresentado junto ao presidente Borges de Medeiros em 1924, Ildefonso Soares Pinto reforça a importância chave das vias nos serviços de colonização. As estradas de rodagem para a circulação interna da produção e a viação férrea para a exportação.

¹⁰⁹ Até então chefe da Colônia/comissão de Jaguari, Severiano de Almeida é remanejado para ser diretor da nova Colônia Erechim, por conta de sua experiência. Fica no cargo de diretor da Colônia até ter que se retirar por motivos de saúde.

para a admissão de novas levas de imigrantes na Colônia¹¹⁰. Nesse ofício nº 3, para além da verba de 1.000 contos para gastos com médicos, enfermeiras, intérprete, colocadores de imigrantes¹¹¹, medicamentos, construção de caminhos vicinais, medições de lotes e outros, estava ocorrendo a necessidade da construção de mais dois barracões e casa para enfermaria¹¹².

A DTC era a favor que tais pedidos fossem atendidos, calculando que haveria um gasto de 16:640\$000 réis, a partir do que entendia ser gasto com cada uma das necessidades citadas acima. Em seguida, no mesmo ofício, o chefe da Colônia pedia autorização para contratar 3 agrimensores para realizar o serviço de medição de lotes, decorrente da necessidade de ter disponíveis lotes para atender à crescente demanda. Dessa forma, sugeria-se que fossem contratados com as mesmas condições em que o serviço era feito em Ijuí (50\$000 por lote), com contrato fechado para 100 lotes cada agrimensor, havendo a possibilidade de renovar o quanto fosse necessário¹¹³.

Desse ofício, além de constatar-se a transposição de práticas aprovadas em Colônias mais antigas, como Ijuí, dois anos após a criação de Erechim, havia ainda a necessidade de aumentar os serviços básicos ofertados aos imigrantes e colonos, como no caso das questões de saúde. Se colocava como necessário o aumento no volume de medição de lotes coloniais, observado a partir do pedido para contratação de 3 agrimensores, para, no mínimo, demarcarem 100 lotes cada, uma mostra da alta demanda naquele período inicial, e a projeção futura era que essa demanda apenas aumentasse, o que acaba se confirmando, dado as informações demográficas de crescimento.

¹¹⁰ AHRS. Ofício de Carlos Torres Gonçalves ao Secretário de Obras Públicas. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 3, fl. 1, 06/01/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

¹¹¹ Enquanto no ofício nº 3 de 06/01/1910 apresenta-se a necessidade da contratação de colocadores de imigrantes na Colônia Erechim, algum tempo depois, no ofício nº 37 de 28/03/1910, o chefe da Colônia, Severiano de Almeida, reclama junto a Torres Gonçalves sobre a dificuldade de encontrar interessados em trabalhar como colocadores de imigrantes; essa dificuldade era decorrente da defasagem de encontrar indivíduos que falassem vários idiomas. Logo, ao mesmo tempo que há dificuldade de colocador de imigrantes, o cargo de intérprete permanecia aberto. AHRS. Ofício de Severiano de Souza e Almeida, chefe da Colônia Erechim, para Carlos Torres Gonçalves, diretor da DTC. *Diretoria de Terras e Colonização – Comprovantes de despesa; Correspondência recebida; Memorandos Expedidos; Folhas de pagamento; Diversos*. Ofício nº 37, 28/03/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113.

¹¹² Em 1913, no Relatório que a Secretaria das Obras Públicas enviava para o presidente do Estado, João Parobé, secretário, dava conta de que havia de prédios públicos na então Colônia: o escritório da Comissão com dependências, a enfermaria e 6 barracões de imigrantes. PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidentes do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913*. Porto Alegre. Oficinas gráficas da Livraria do Comércio – Souza & Barros. 1913. p. 94.

¹¹³ AHRS. Ofício de Carlos Torres Gonçalves ao Secretário de Obras Públicas. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 3, fl. 1 verso, 06/01/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

4.1.1 A atenção aos trabalhos de medição e demarcação de lotes

A partir da constatação da necessidade de contar com serviços de agrimensores para atender à crescente demanda, houve o deferimento da solicitação de Severiano de Almeida. Logo, no quadro dos funcionários das Comissões do relatório da secretaria de Negócios das Obras Públicas, consta que a Comissão de Erechim contava com sete funcionários – incluso o diretor – e desse total, três eram os agrimensores solicitados, sendo eles: Almiro Pinto Bandeira, contratado desde 1912; Julio Werminghoff, o mais antigo, nomeado em 1909; e Valpirio dos Santos Farias, também ligado à tal Comissão desde 1912¹¹⁴. Funcionários aparentemente fixos dentro do quadro funcional, a comissão poderia ainda contar com algum agrimensor contratado apenas para a medição de determinado número de lotes coloniais.

Severiano de Almeida, então, possuiria grande preocupação com os diversos aspectos que envolviam o possível desenvolvimento do núcleo colonial que administrava, e possuía o retorno e investimento do governo por conta de Erechim ser, então, o principal núcleo colonial estadual, recebendo imigrantes, com possibilidades de expansão.

Efetuada as medidas propostas, conjuntamente com a construção de um trecho de 30 km de estrada entre a sede de Erechim até o rio do Peixe, “nenhuma Colônia do Estado oferecerá mais vantagens que a Colônia Erechim, uma vez aparelhada para receber os colonos”¹¹⁵. Tais trocas de correspondências com as demandas e arguições sobre o quão proveitosas seriam se fossem aceitas pelo secretário de Obras Públicas, reforçam a ideia de passo seguinte da colonização pública, com a Colônia Erechim se tornando o centro de ações governamentais nesse sentido, lugar até então ocupado pela Colônia Ijuí, que nesse período já contava com menos lotes disponíveis para seguir atendendo a demanda, e que pouco tempo depois seria emancipada.

Tal desencadeamento de ações, visando fortalecer Erechim como a principal Colônia do governo estadual, ainda que estivesse no horizonte dos envolvidos no governo e na DTC, e pela linha cronológica de criação de novos núcleos públicos, ganhava respaldo com decisões também da esfera federal, do Ministério da Agricultura. A partir do aviso nº 41 de 09/12/1909, o Ministério declarava que a dita Colônia Erechim, criada no município de Passo Fundo,

¹¹⁴ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidentes do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913*. Quadro do pessoal das Comissões. Porto Alegre. Oficinas gráficas da Livraria do Comércio – Souza & Barros. 1913. Quadro 2.

¹¹⁵ AHRS. Ofício de Carlos Torres Gonçalves ao Secretário de Obras Públicas. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 3, fl. 3-4, 06/01/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

“começasse a contar de 11 de janeiro de 1910, a gozar dos mesmos favores concedidos aos núcleos ‘Ijuí’ e ‘Guarani’”¹¹⁶; isso significava que seria “de toda conveniência que os imigrantes que devem chegar no ano próximo vindouro sejam em sua quase totalidade encaminhados para a nova Colônia limitando-se a irem para ‘Ijuí’ e ‘Guarani’ os imigrantes que disso fizerem questão”¹¹⁷.

Na prática, resolvia-se a questão de demanda por lotes coloniais em núcleos em estágio avançado de ocupação e sem grande margem para expansão, limitando-se, aparentemente, a direcionar para tais núcleos, quem fizesse questão, ou seja, muito provavelmente casos em que a imigração era espontânea e travada a partir de contato e referência com conhecidos ou familiares já instalados em Ijuí ou Guarani. E Erechim, com o fluxo que passaria a receber, teria um bom crescimento populacional, até mesmo sem considerar a ferrovia, visto que passaria a ser a principal opção para onde seriam direcionados os europeus que imigravam para o Rio Grande do Sul.

É um período, então, de rearranjos do espaço colonial público, com o direcionamento de atenção, recursos e imigrantes para a Colônia Erechim, e alguns anos depois, também para Santa Rosa.

A chegada de colonos e imigrantes para essa nova Colônia pública, além do desenvolvimento da agricultura e circulação de produtos agrícolas, movimentava igualmente outros setores econômicos, como bem pretendia Torres Gonçalves e o seu plano para o desenvolvimento do Estado, onde o aspecto rural da colonização seria uma ponte para o desenvolvimento industrial. O próprio cuidado do governo em realizar uma colonização mista, com a paulatina inserção do elemento nacional na colonização, juntamente com imigrantes e descendentes destes, tinha por objetivo final a incorporação de todos esses grupos ao que entendiam ser a *sociedade moderna* (SILVA, 2013).

Os trabalhos de medição e demarcação de lotes em núcleos coloniais, além de importantes, eram demorados e poderiam gerar disputas, tanto por limites quanto por atrasos e afins, tal como demonstra Marcos Tramontini (2003) ao estudar a Colônia de São Leopoldo na fase pioneira. É um assunto que demandava atenção por parte do governo, visto que quanto antes assentassem aqueles (i)migrantes que para ali se dirigiam, melhor seria e evitaria uma

¹¹⁶ AHRS. Ofício do Inspetor C. Lila da Silveira ao Presidente do Estado. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 91, 29/12/1909. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

¹¹⁷ AHRS. Ofício do Inspetor C. Lila da Silveira ao Presidente do Estado. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 91, fl. 1. 29/12/1909. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

superlotação nos barracões preparados para receber os imigrantes antes de serem direcionados para seus lotes.

A medição de lotes coloniais – urbanos ou rurais – poderia ser realizado tanto pelo pessoal técnico da Comissão responsável pela Colônia ou a partir da contratação de agrimensores, com contratos fechados de determinado número de lotes – que poderia ser expandido –, como observado no ofício nº 3, de 06 de janeiro de 1910, citado anteriormente. Em 1913, haviam sido medidos e demarcados pela própria Comissão, 1.160 lotes (30.982ha), e 340 lotes rústicos (9.134ha) medidos pelos agrimensores Paulo Talbert, Ludovico Della Mèa e João Alberto Witte Neetzov¹¹⁸. Nos documentos, encontram-se ainda menções a outros agrimensores, como Candido Ney Passos, Julio Werminghoff, Francisco Otto Holmer e Hjalmen Tufvesson, com trabalhos no ano de 1910, onde juntos, demarcaram aproximadamente 243 lotes coloniais, dentre outros serviços¹¹⁹.

Tabela 6 – Trabalhos de demarcação de lotes (rurais e urbanos) em Erechim

LOTES		1913	1915	1916	1917	1918	1919
LOTES RURAIS							
Lotes Demarcados		1.500	1.357	1.228	1.158 ¹²⁰	268	963
Lotes Concedidos		4.763	820	409	490	42	197
Lotes Devolutos		299	537	819	668	-	766
TOTAL		5.062	8.047	9.275	10.433	-	-
LOTES URBANOS							
Lotes Demarcados		1.360	-	-	159	22	2.014
Lotes Concedidos		593	-	-	109	101	204
Lotes Devolutos		757	-	-	112	33	1.810

Fontes: Relatórios da Secretaria de Obras Públicas. 1915; 1916; 1917; 1917; 1918; 1919; 1920.
Organizado pela autora.

O trabalho de medição e demarcação de lotes coloniais na Colônia Erechim possuía um ritmo constante, se analisarmos o número total de unidades nos anos compilados na tabela 6; nos documentos acessados, não há dados sobre o ano de 1914, por isso não consta informações

¹¹⁸ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidentes do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913*. Porto Alegre. Oficinas gráficas da Livraria do Comércio – Souza & Barros. 1913. p. 93.

¹¹⁹ AHRS. *Memorandos de pagamento a agrimensores*. Fundo Obras Públicas. Caixa 53, Maço 113. Memorandos nº 64, 67, 83, 92, 112, 117, 145, 146, 158, 185, 193, 196, 197, 199. Nesta documentação, encontra-se, ainda, os memorandos para pagamentos dos agrimensores citados antes, como João Alberto Witte Neetzov.

¹²⁰ A partir de 1917, em alguns Relatórios, tanto para Erechim quanto para Santa Rosa, o número de lotes demarcados será a soma de lotes demarcados anteriormente com lotes demarcados no referido ano.

do período entre 1913 e 1915. Contudo, é possível inferir que não teria ocorrido uma mudança significativa em 1914, que seguiria, assim, um padrão similar ao observado até 1917; é somente a partir de 1918 que se observa uma queda nos números envolvendo a demarcação, concessão e disponibilidade.

Os lotes possuíam em média de 25 a 26 hectares, considerando que os 809 lotes rústicos que o governo demarcou, representavam 21.080ha. Com o acréscimo do que os agrimensores contratados realizaram, os 1.357 lotes medidos em 1915 representaram a divisão de 35.360ha de terras da Colônia Erechim¹²¹. O valor dispendido para realizar esses serviços foram de 78:637\$725, somando os custos das medições realizadas pelo próprio governo e o que foi pago para os agrimensores.

Em 1916, pouco antes da emancipação de Erechim a município, as medições de lotes seguiam um ritmo similar ao observado anteriormente; é interessante notar que neste referido ano, o engenheiro João de Abreu Dahne fora contratado para a medição de lotes em Erechim, e não muito tempo depois seria contratado/promovido para chefe da Colônia Santa Rosa; há ainda o acréscimo de José Slonczewski e a manutenção de João A. Witte Neetzov e Julio Werminghoff. Ainda que o similar seja ligeiramente abaixo dos números anteriores, isso pode ser explicado por conta da menção de discriminação de cinco posses com área de 1.035,1ha, e da medição de lotes urbanos nos povoados de Marcelino Ramos e Rio do Peixe, totalizando nessa medição, 32.6726ha; estes trabalhos somam-se à área de 32.480,0856ha¹²² medidos pelo governo e contratados.

A tabela permite, então, perceber o ritmo dos trabalhos de demarcação de lotes, e, conseqüentemente, refletir sobre o fluxo de imigrantes que eram direcionados para Erechim. Isto pois, ao passo que se observa um crescimento de lotes disponíveis para assentamento, o número de lotes que se mantinham desocupados permanecia com uma certa margem, de modo que não houvesse problemas entre a demanda e a oferta de lotes. Este cenário de um alto volume de medição de lotes, decorrente de uma demanda crescente, passa a desacelerar a partir de 1918, que embora indique um número muito abaixo (268) se comparado com os anos anteriores, indicando talvez uma tendência, já que em 1919 o número de lotes aumentou, mas não voltou

¹²¹ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 128.

¹²² ALMEIDA, Severiano de Souza e. *Relatório da Comissão de Terras e Colonização de Erechim, 1916*. In: ALVES, Protásio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado pelo Dr. Protásio Alves, secretário interino dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1916. p. 235.

aos mais de 1.100 lotes anteriores. Com tal mudança no número de medição de lotes, a partir de 1915 ocorre uma diminuição nos números de concessões, uma amostra quanto a possível diminuição de fluxo de colonos para ali; e uma maior oscilação no número de lotes devolutos de ano a ano, numa reação à relação entre demarcação e procura por lotes.

Tal curva, de aumento e posteriormente de diminuição na medição de lotes, acaba coincidindo com etapas do desenvolvimento de Erechim. Ou seja, num período de crescimento populacional via chegada de colonos e imigrantes, e quando era o principal núcleo colonial público disponível, pelo fácil transporte, é condizente o grande volume de demarcação de lotes coloniais. O primeiro ano que apresenta uma retração neste serviço é 1918, justamente o ano em que, no mês de abril, Erechim deixa de ser Colônia e é elevada a município; logo, já possuía um crescimento estável, sem a necessidade de ter alta taxa de demarcação de lotes – com os lotes devolutos atendendo a demanda –, a ponto de precisar contratar agrimensores para além da dos trabalhos da própria comissão, tal como ocorria em anos anteriores, como em 1916.

No que se refere aos trabalhos de medição em lotes urbanos, o maior número de medições ocorre em 1913, ainda dentro dos 5 anos iniciais, em um período de expansão das estruturas ofertadas aos colonos, e ainda de organização dos povoados que compunham a Colônia. Após esse primeiro período, e de um hiato nas informações, notam-se números menores, provavelmente em um cenário de finalização desse tipo de trabalho, considerando que a delimitação do espaço urbano causava um limite para o número possível de lotes e chácaras.

O relatório produzido pelo chefe da Colônia e da Comissão de Terras e Colonização de Erechim de 1916 apresenta também os números de outro trabalho realizado pela Comissão, e tão importante para a colonização quanto a demarcação de lotes, a legitimação de posses. Ainda que não apresentasse números tão altos, eram de vital importância pelo seu papel na organização da expansão dos trabalhos de medição e demarcação de lotes coloniais, a fim de evitar a inclusão de terras já ocupadas em lotes a serem vendidos a colonos, e acabar com novo processo indenizatório. Era apresentado, então, que haviam sido “encaminhados 10 processos de legitimação de posses, com a área total de 9.913.276 m² [99.132,76ha]”¹²³.

Os números acima apresentados são uma mostra do ritmo de desenvolvimento de Erechim, a partir da grande procura por lotes, fossem rurais ou urbanos, e refletindo no constante aumento da população. Essa maioria da população que se assentava na Colônia,

¹²³ ALMEIDA, Severiano de Souza e. Relatório da Comissão de Terras e Colonização de Erechim, 1916. In: ALVES, Protásio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado pelo Dr. Protásio Alves, secretário interino dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d’A Federação. 1916. p. 235.

porém, requeria grandes somas de recursos, via auxílios governamentais concedidos, enquanto a população nacional ou de colonos de regiões mais antigas de colonização, não havia essa demanda, sendo apenas necessário oportunizar vias para o seu deslocamento e o deslocamento de sua produção.

Reflexões a partir dos valores dispendidos em Colônias que focavam na chegada e instalação de imigrantes vindos da Europa, e o retorno ou prazo para o retorno, ficam mais evidentes após a criação de Santa Rosa. Há assim, passagens nos documentos oficiais, sobre o quanto poderia ser poupado com a vinda e auxílio a imigrantes¹²⁴ e ser investido em outras áreas importantes da própria Colônia ou região onde estava inserida. No relatório de 1915, João P. Parobé destaca que havia de se pagar ao Estado (dívida colonial), 3.349:853\$739; desse montante, os imigrantes deviam 1.459:894\$218, divididos em 892:744\$218 referente às terras/lotes adquiridos, e 567:150\$000 dos auxílios que haviam recebidos nos primeiros anos de sua estadia na Colônia. Referente aos agricultores estabelecidos e dos “numerosos” nacionais, a dívida girava em 1.889:959\$521¹²⁵.

O ponto que se aproximaria de indignação, seria o fato de que tais imigrantes, além de um prazo de cinco anos para o pagamento do lote e retorno de uma parte dos auxílios, que já havia expirado para uma parcela daqueles, era o fato de estarem instalados naquela que era considerada a “melhor região que o Estado podia oferecer-lhes”. Considerava-se, então, que não havia um empenho produtivo a fim de aproveitar as condições ofertadas, fazendo com que os pagamentos desses débitos fossem de uma porcentagem anual de apenas 0,5%. Mesmo com tais resultados observados no pagamento da dívida colonial, e questionando a capacidade produtiva dos imigrantes, que mesmo estando em boas terras, não davam o retorno esperado, não se questionava a índole de tais indivíduos.

Por seu turno, da outra parcela da população, era contabilizada para o mesmo período, o pagamento de cerca de 30% do total do débito. A discrepância entre a porcentagem de quitação das dívidas junto ao Governo, era um ingrediente a mais para o grupo no governo que defendia dispendir uma maior atenção para a população colonial e de nacionais que já

¹²⁴ Entre os auxílios direcionados para os imigrantes, estava a construção de casas para aqueles recém-chegados. No 2º semestre de 1914, por exemplo, teria havido a construção de 91 casas pelos próprios imigrantes, com o adiantamento de 250\$, totalizando 11:750\$00. PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 129.

¹²⁵ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 124.

habitavam o Estado, ao invés de ainda dispor de grandes somas para imigrantes que poderiam demorar a oferecer o retorno esperado.

Observa-se então uma crítica aos imigrantes instalados na Colônia, que seriam “elementos agrícolas inferiores, na generalidade, e que só lentamente irão melhorando. Porém como simples trabalhadores, podem eles ser úteis”¹²⁶. A falta de desempenho na produção agrícola, acabava por impactar os pagamentos da dívida colonial, representado no pagamento de apenas ½%, embora em 1916 a situação já teria apresentado uma leve melhora apontada por Protásio Alves, com pagamento de 34:760\$937, ou 1,5% do total. Essas pequenas alterações no pagamento da dívida colonial em Erechim, estavam localizadas dentro de um universo de 2.400:000\$000, ou 40% do total desse valor, que eram de imigrantes estabelecidos entre 1908 e 1914, nas Colônias Erechim e Guarani.

Havia, então, uma indignação com a inadimplência dos colonos e imigrantes da Colônia Erechim referente à dívida colonial. Principalmente quando apresentavam em comparação com os pagamentos realizados pelos nacionais. Estar assentado em terras de boa qualidade não seria, então, sinônimo de boa produtividade, além de ser necessário considerar que, no caso dos imigrantes, havia ainda toda uma adaptação aos cultivares e ao clima do novo país. Somados a isso, a produção só começaria após a derrubada de parte da mata, para o espaço destinado à roça, um trabalho árduo e demorado, considerando as ferramentas e tecnologias disponíveis no período.

¹²⁶ ALVES, Protásio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado pelo Dr. Protásio Alves, secretário interino dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d’A Federação. 1916. p. 169.

Imagem 8 – Estabelecimento de um colono. Colônia Erechim, 1915



Fonte: Relatório Secretaria dos Negócios das Obras Públicas, 1915.

Na Imagem 8, constante no relatório da DTC que compunha um todo maior da Secretaria de Obras Públicas, é possível observar as benfeitorias construídas em um lote colonial, bem como o trabalho que já havia sido realizado na limpeza da primeira parte do lote ocupado. Embora não seja possível observar a roça no enquadramento escolhido pelo fotógrafo, se tem certa dimensão quanto aos problemas e dificuldades iniciais, ainda mais considerando que, como agricultores, os colonos ficavam à mercê das condições climáticas – chuvas, períodos de seca – ou, ainda, pragas como gafanhotos. Vários eram os fatores que poderiam contribuir para a inadimplência praticada pelos colonos, aí incluídos problemas de adaptação entre outros.

Para resolver o problema da quitação dos lotes, era proposto no relatório que o pagamento dos débitos pudesse ser realizado com a prestação de serviços na construção de estradas, que além de retornar algo importante ao Estado, ainda que não em dinheiro, seria uma tentativa de desenvolver nesses imigrantes inadimplentes, um apego ao solo e de contato destes com os funcionários da comissão e mesmo com outros colonos. Esta proposta, pensada então para combater o problema da inadimplência dos colonos, bem como os aspectos que seriam desenvolvidos a partir da prestação de serviço desses indivíduos, se aproxima do que era argumentado e esperado para o caso dos nacionais através da criação do Serviço de Proteção.

É algo que fica claro quando se esperava que houvesse um apego ao solo após a necessidade de trabalhar em obras públicas para o seu pagamento. No caso do nacional, em 1915, isso serviria para que deixasse de vender por pouco valor ou que abandonasse suas terras

para migrar e intrusar outras áreas; para o imigrante, serviria para que se valorizasse a terra a que havia sido destinado, e passasse a trabalhar para obter boa produção, uma vez que estavam em terras consideradas as mais férteis do Estado. Pode ser considerado, também, como uma mostra da forma como o governo observa os imigrantes e os nacionais, não havendo mais uma predileção ampla aos imigrantes, considerando os altos custos que acompanham esse processo, além do longo período necessário para uma adaptação e possível retorno no investimento inicial.

4.1.2 A economia na Colônia Erechim

O sucesso de uma Colônia era medido, principalmente, com o seu crescimento populacional que era, em alguma medida, influenciado pelo crescimento econômico e as possibilidades que ali eram ofertadas. Em Erechim não era diferente, e a sua sede abrigava centenas de prédios, e uma diversidade de atividades industriais. Em relatório de 1913, constava que a referida sede possuiria

alfaiataria, 3; açougues, 2; barbearias, 2; bilhares, 2; casas comerciais, 17; cervejaria, 2; curtumes, 2; engenhos a vapor, 2; engenhos hidráulicos, 1; ferrarias, 3; funilarias, 2; fábricas de gasosa, 1; fábricas de chapéu de palha, 1; fábricas de cadeira, 1; hotéis, 3; marcenarias, 2; moinhos a vapor, 2; moinho hidráulico, 1; olaria, 1; farmácia, 1; padarias, 2; fotografias, 2; restaurante, 1; relojarias, 3; sapatarias, 2; talabartaria¹²⁷,
1¹²⁸.

A partir dessa relação apresentada das atividades que eram registradas na Colônia Erechim, poucos anos após a sua criação, dá-se conta tanto da importância regional que estaria ocupando, se considerarmos que as indústrias ali instaladas atendiam não apenas os seus, mas também toda a região, visto que núcleos coloniais não eram pontos isolados em si (WITT, 2015). A interação interna e externa dessas indústrias, além de importante para a sua manutenção, era também parte da atração do interesse de particulares de criarem pequenos núcleos coloniais nas proximidades, de modo a conseguir usufruir dessa rede de comércio.

Essa diversidade de atividades econômicas contribuiu para o crescimento econômico de Erechim, juntamente com a agricultura praticada de diversos gêneros que abasteceriam igualmente não apenas a Colônia, como poderiam chegar a outros mercados, facilitados pelas

¹²⁷ Ou selaria. Refere-se ao trabalho de diversas peças em couro.

¹²⁸ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidentes do Rio Grande do Sul, pelo secretario de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913*. Porto Alegre. Oficinas gráficas da Livraria do Comércio – Souza & Barros. 1913. p. 92.

vias de transporte. Por este motivo é que Jane Giaretta (2008) destaca que a ferrovia, na região do Alto Uruguai, teve papel importante na dinamicidade econômica e alterações paisagísticas, tanto pela sua construção quanto pela estrutura que a acompanhava e as Colônias que poderiam surgir próximas. A Colônia contava então, no ano de 1913, com cinco estações ao longo de seu território, e próximo a estas se desenvolveram povoados, que possuíam de 80 a 300 habitantes, e além das moradias, com comércio. Movimentou igualmente o mercado de trabalho, com a sua necessidade de diferentes trabalhadores que se instalaram na região, bem como áreas de hotelaria e alimentação.

Considerando a produção de gêneros alimentícios, havia diferenças entre o ciclo da agricultura que seria observado nas colônias novas em detrimento ao que havia ocorrido na antiga região colonial. É o que destaca Giaretta ao afirmar que “a colônia Erechim ocupou o primeiro lugar quanto à produção dos principais gêneros e foi um dos municípios mais dinâmicos em todos os setores” (2008, p. 57). Além de uma abordagem diferente desde a sua concepção, passando ainda pela evolução de técnicas agrícolas nas diferentes fases da colonização no Rio Grande do Sul, a adaptabilidade tanto de imigrantes quanto das gerações nascidas no Estado, permitiriam para esses colonos buscarem novos equilíbrios dentro da produção em sua propriedade. Junto a esses aspectos, convém destacar elementos favoráveis para além do que estava sob controle direto dos colonos/imigrantes, contribuíram para um equilíbrio e desenvolvimento das unidades coloniais, e conseqüentemente, importantes para o crescimento da Colônia.

Ao analisar o ritmo de desenvolvimento econômico da Colônia Erechim, Jean Roche afirma que o primeiro período, denominado de *impulso inicial*, teria sido breve, da criação da Colônia até 1913. Tal período teria sido caracterizado por “colheitas suficientes para assegurar sua subsistência e mesmo a exportação de madeira, erva-mate, feijão, batata inglesa, etc” (2022, p. 294). Por seu turno, “a *segunda fase* inicia, pois, quase imediatamente. A produção agrícola teve com efeito um aumento mais do que proporcional às áreas apropriadas, o que patenteia a intensidade de sua exploração” (2022, p. 294), sendo que entre 1910 e 1914 o número de lotes ocupados teria praticamente dobrado, indo de 3.397 lotes para 6.135, além do volume e valor ter quadruplicado. A produção de alimentos, então, não apenas daria conta de abastecer o crescente núcleo colonial, como também estava rendendo valores ao ser exportado, juntamente com outros produtos oriundos de atividades extrativistas.

Uma das primeiras indústrias que surgia juntamente com o início da colonização era o setor madeireiro. Sendo a colonização realizada principalmente em áreas cobertas por matas, a exploração de madeiras sempre pode ser observada de maneira próxima à colonização; derrubar

áreas de matas era a única forma de abrir lavoura, e havia a necessidade da madeira para a construção de casas e benfeitorias, além de móveis. Em Erechim esse cenário econômico¹²⁹ não foi diferente; a atividade extrativista em conjunto com a produção agrícola fez com que

poucos anos após sua fundação, a Colônia Erechim gozava de grande prestígio no cenário estadual. Os lucros advindos da produção agrícola e da exploração da madeira, coadunados à facilidade de escoamento dessas produções, através da via ferroviária, em muito auxiliou a dinamização econômica da colônia (TEDESCO; CARON, 2013, p. 154).

Ainda que fossem empreendimentos particulares em sua maioria, as serrarias tinham importante função para o governo, visto que as CTCs necessitavam desse material para atender diversas demandas. Assim, encontram-se petições de particulares interessados nesse nicho de negócio, ao passo que como contrapartida da licença governamental, haveria preço especial para o governo adquirir madeiras.

É o caso da petição de Guilherme Fransmann, que junto à informação do chefe da Colônia Erechim constante no ofício nº 1 de 03/01/1910¹³⁰, chegava para Torres Gonçalves – e este repassava para o secretário de OP no ofício nº 8 –, do interesse em utilizar pelo período de seis anos a cachoeira do lajeado dos Índios, próximo à sede de Erechim, como força motriz para estabelecer um engenho de serras¹³¹.

Aliás, no ofício nº 1 citado, Severiano de Almeida argumentava dos benefícios de deferir a petição, visto que ela beneficiaria o desenvolvimento inicial da Sede da Colônia, como na construção dos estabelecimentos que seriam utilizados para receber os imigrantes até que estes fossem direcionados para os respectivos lotes coloniais. Do mesmo modo, as madeiras para a subsequente construção das casas dos imigrantes poderiam ser adquiridas junto ao engenho de serras que Guilherme Fransmann instalaria, considerando que seria aprovado o referido pedido.

¹²⁹ No ano de 1915, a exportação de madeira de Erechim era de 20% do total, a maior porcentagem dentre os produtos exportados. Era seguido por: produtos suínos 18%, milho 17%. Erva-mate 11% e feijão 9%. PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 132.

¹³⁰ AHRS. Ofício de Severiano de Souza e Almeida, chefe da Colônia Erechim, para Carlos Torres Gonçalves, diretor da DTC. *Diretoria de Terras e Colonização – Comprovantes de despesa; Correspondência recebida; Memorandos Expedidos; Folhas de pagamento; Diversos*. Ofício nº 1, 03/01/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113.

¹³¹ AHRS. Ofício Carlos Torres Gonçalves, diretor DTC para Secretário OP. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 5, fl. 1. 11/01/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

Em petições junto ao governo, era praxe uma arguição sobre os motivos pelos quais o presidente ou secretário deveriam atender o peticionário; em busca do deferimento de tal petição, Fransmann havia proposto que venderia ao governo a madeira com valor 30% menor em relação ao preço para a localidade¹³². Torres Gonçalves, por seu turno, no ofício apresentado para o Secretário de OP, ressalta que a proposta de redução que Fransmann faz, não deveria ser fixa e que “a redução deve ser feita sobre os preços de venda dos engenhos de serras do Carazinho, cabendo ao chefe da Colônia a fiscalização dos preços”¹³³. Esse cuidado quanto ao preço que o governo poderia pagar sobre a madeira adquirida, antes de cuidado da verba pública, é a representação da oferta e da procura. Por mais que tal preço poderia ser interessante, a existência de engenhos de serra em Carazinho, na região, poderia encontrar preços menores do que o que seria praticado pelo peticionário em Erechim, resultando em um preço ainda menor para pautar os 30% de desconto na venda para o governo.

Além da iniciativa particular em negócios como engenhos de serra, esses espaços de negócios e investimentos poderiam ser ocupados pela administração pública. Novamente em Erechim, na sede Paiol Grande, o governo possuía uma serraria, que ocupava grande área, aproximadamente entre 6 a 8 lotes coloniais de 25 hectares, e com grande presença de pinheiros¹³⁴. O ofício em questão, do ano de 1916, tratava justamente do edital para venda da referida serraria; nessa correspondência, José Luis Esteves, agente comissário do Estado, apresentou os interessados na compra, e as propostas e preços que cada um colocou na mesa para análise. No momento, não nos interessa o conteúdo das propostas, mas sim, considerar os indivíduos envolvidos em tal hasta pública.

As duas últimas propostas dentro do prazo foram a da firma de Otto Rocha e Atilio Assoni, de Guaporé, e Alberto Schmitt. As propostas em primeira concorrência foram de João Cauduro; Luis Piovesan e um nome ilegível de sobrenome Silveira; José Pigosso; Luis Piovesan; Alberto Schmitt; Otto Rocha e Atilio Assoni; em segunda concorrência, as propostas foram de Otto Rocha e Atilio Assoni, além de Alberto Schmitt. Após apresentar e discutir todas as propostas, José Luis Esteves aponta que considera as melhores opções as de João Cauduro e a dos proponentes de Guaporé, Otto Rocha e Atilio Assoni.

¹³² AHRS. Ofício Carlos Torres Gonçalves, diretor DTC para Secretário OP. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 5, fl. 1. 11/01/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

¹³³ AHRS. Ofício Carlos Torres Gonçalves, diretor DTC para Secretário OP. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 5, fl. 1 verso. 11/01/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

¹³⁴ AHRS. Ofício de José Luis Esteves, agente comissário do Estado, para Protásio Alves, Secretário das Obras Públicas. *Secretário das Obras Públicas – Correspondências recebidas*. Ofício nº 2. fl. 4. 04/02/1916. Fundo Obras Públicas, caixa 54, maço 116.

Adentrar aos meandros de tal processo público dirigido pelo agente comissário do Estado não é nosso objetivo. Todavia, trouxeamos esse processo – para além do fato de ocorrer na Colônia Erechim – por conta de alguns dos envolvidos. Rapidamente, podemos observar uma predominância de sobrenomes possivelmente oriundos da colonização com imigrantes europeus, e o interesse geral em adquirir um negócio lucrativo em local com boas perspectivas de crescimento, e, portanto, de retorno financeiro para além de cobrir os gastos com a aquisição da serraria. Tal fato demonstraria que a colonização, ao chegar na região Norte do Rio Grande do Sul, movimentava não apenas colonos interessados em se manter na agricultura, como também descendentes de imigrantes com bom capital financeiro, que observavam as movimentações e oportunidades de negócios surgidos nesse avanço, sem necessariamente se envolver com o mercado de terras.

Contudo, tal consideração não se aplica a um dos envolvidos, Alberto Schmitt¹³⁵. Alberto Schmitt foi um indivíduo envolvido em diversos projetos de colonização, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina, e a sua presença em tal hasta pública demonstra o seu envolvimento e busca por investimentos em diferentes nichos dentro do espaço colonizatório. A Colônia Erechim então, por mais que fosse um espaço de projeto público de privatização de pequenas áreas de terra, abria para o capital privado também a exploração de alguns recursos, para além da iniciativa dos próprios colonos residentes no núcleo colonial.

Por mais que o governo entendesse que seria mais bem desenvolvida a colonização se fosse administrada por si próprio, isso não significava que não houvesse o interesse em trabalhar em conjunto ou abrir espaço para a iniciativa privada dentro de seus núcleos. A colonização ainda seria administrada pelo poder público e da maneira entendida como correta, ao passo que investimentos particulares na indústria contribuiriam para o desenvolvimento da Colônia e a sua emancipação assim que houvesse as mínimas condições. Esse direcionamento que o governo realizava visando o desenvolvimento industrial da Colônia, com os benefícios inerentes de geração de empregos e crescimento econômicos e a grande disponibilidade de lotes, além das vantagens decorrentes de sua proximidade com a ferrovia e com a cidade de Passo Fundo – maior cidade da região –, grande era a quantidade de requerimentos de lotes em Erechim. Assim, juntamente com o direcionamento de imigrantes que chegavam ao Rio Grande do Sul para ali, havia a procura de colonos por lotes na Colônia.

¹³⁵ No Rio Grande do Sul, Alberto Schmitt, através da Empresa Colonizadora Alberto Schmitt & Cia, esteve envolvido na venda de lotes coloniais da Colônia General Osório (Sand, 2021), atual município de Ibirubá. Com a empresa Schmitt & Optiz, fundou a Colônia Alto Jacuhy, em 1897, no município de Passo Fundo, composta pelas áreas territoriais de Não-me-Toque e Tapera (Massmann, 2014). Massmann ainda destaca que a partir de 1920, Alberto Schmitt decide expandir suas ações colonizatórias para a região do Contestado, em Santa Catarina.

Utilizar os documentos burocráticos produzidos pelas esferas governamentais envolvidas no serviço de povoamento do solo, permite observar diversas petições com tal pauta. As petições consistiam na solicitação dos indivíduos de x número de lotes, e quanto poderiam pagar pelo mesmo; ao chefe/diretor da Colônia, cabia enviar para o diretor da DTC um parecer sobre a possibilidade de deferir ou indeferir as mesmas, e este último se dirigia ao secretário de OP. É uma documentação que permite observar sobrenomes, preços e argumentos para conseguir a posse da terra, bem como a preocupação do governo em como e onde – quando não se indica lote – assentar os peticionários em caso de deferimento.

Esses requerimentos por lotes são recorrentes nos ofícios que o chefe da Colônia remete ao diretor da Diretoria de Terras e Colonização, e possibilitam uma perspectiva das buscas por lotes para se assentarem em núcleos públicos, bem como vislumbrar sobre questões de formação e localização dos lotes requeridos ou destinados, a partir dos preços que deveriam ser pagos. No ano de 1909, em questão de poucos dias – 30 de novembro e 07 de dezembro¹³⁶ –, Torres Gonçalves retorna a Severiano de Almeida com os despachos e ordens referentes a 40 pedidos de lotes, realizados por diferentes pessoas, e considerando seus sobrenomes, todos colonos ou imigrantes chegados a Colônia. Dos preços variantes entre 1,5 real o m² e 2 réis o m², apenas seis peticionários pagariam 2 réis o m²; por termos tido acesso apenas às respostas de Torres Gonçalves e não aos memorandos dirigidos a ele pelo chefe da Colônia, não foi possível recolher as informações que poderiam explicar os motivos das precificações de lotes coloniais. O cenário mais plausível para a precificação realizada sobre quanto cada um deveria pagar, é o que considera a localização e qualidades dos referidos lotes coloniais, de modo a sopesar distância do centro e uma qualidade inferior da terra ou das condições geográficas e naturais.

Ao longo de 1910 é enviado então para o secretário de OP, diversas petições por lotes. As primeiras são ainda de janeiro, de Paulo Delacosta e Raul Conty respectivamente¹³⁷. Considerando o parecer de Severiano de Almeida, Torres Gonçalves concordava em conceder dois lotes de 25 hectares a cada peticionário, ao preço de 2 réis por m², com pagamento imediato. Em resposta anotada no documento, o secretário também afirma concordar com o parecer.

¹³⁶ Respectivamente os seguintes ofícios:

AHRS. Ofício Carlos Torres Gonçalves, diretor DTC para Chefe da Comissão de Terras de Erechim. *Diretoria de Terras e Colonização – Dívida Colonial 1909*. Ofício nº 181, fl. 395. 30/11/1909. Fundo Imigração, livro Sa 092. AHRS. Ofício Carlos Torres Gonçalves, diretor DTC para Chefe da Comissão de Terras de Erechim. *Diretoria de Terras e Colonização – Dívida Colonial 1909*. Ofício nº 195, fl. 409. 07/12/1909. Fundo Imigração, livro Sa 092.

¹³⁷ AHRS. Ofício Carlos Torres Gonçalves, diretor DTC para Secretário OP. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 32. 14/02/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

Ainda nesse ano, um conjunto de requerimentos de lotes coloniais em Erechim nos chama atenção. Dos quinze requerentes, havia um de sobrenome Stramare, dez de sobrenome Zanatta e quatro com o último sobrenome Demarchi¹³⁸. A partir do que havia sido posto pelo chefe da Colônia Erechim no ofício nº 39 de 14 de dezembro de 1909, Torres Gonçalves (Diretoria) dava parecer favorável aos requerentes; assim, seria concedido ao primeiro peticionário dois lotes de 25 hectares, e para os demais, conceder-se-ia 1 (um) lote para cada. O preço de todos os lotes seria de 1.5 real o m² e deveria ser realizado o pagamento imediatamente.

De caráter misto, a colonização pública, idealmente, deveria se ocupar de garantir que não houvesse nichos étnicos ou uma separação entre colonos – já ambientados com a agricultura no RS – e imigrantes – ainda por se aclimatarem às condições encontradas. Logo, na sequência do ofício nº 164, Torres Gonçalves afirma que seria “de vantagem que fiquem misturados aos imigrantes que se destinaram à Colônia Erechim, não só com o pessoal nacional como também antigos colonos”¹³⁹, quem sabe numa preocupação em seguir o ideal de colonização, tal como Augusto Pestana observava em Ijuí (ADAM, 2015). Misturar esses peticionários atendidos com outras famílias de diferentes origens contribuiria para que eles próprios não ficassem tão próximos uns dos outros, mais voltados para suas relações familiares, como sugere a repetição de sobrenomes.

Embora tenha sido reunidos os 15 peticionários nesse ofício, é possível que tenha sido pedido separados, ou ao menos uma petição para os de sobrenome Zanatta e um para os Demarchi. É possível também que fossem colonos oriundos das antigas zonas de colonização, e tenham se organizado para migrar juntos para essa nova Colônia, onde esperavam que pudessem se assentar próximos e ser o suporte uns dos outros. A aplicação dessa ideia – de comprarem lotes contíguos – seria mais facilmente realizada em um núcleo colonial particular, pois não haveria a preocupação de tentar agir para que famílias de diferentes origens compusessem as picadas coloniais. Tal como Vendrame observara na região colonial de Silveira Martins, através da análise de transações realizadas pelo imigrante Bortoluzzi, que realiza diversas manobras para se tornar figura importante dentro do referido espaço colonial, principalmente como negociante, com ele intermediando a venda de terras para pessoas de uma mesma família e lotes contíguos a grupos de irmãos (2017). Logo, aqui se observa uma possível

¹³⁸ AHRS. Ofício Carlos Torres Gonçalves, diretor DTC para Secretário OP. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 164. 09/03/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

¹³⁹ AHRS. Ofício de Carlos Torres Gonçalves, diretor DTC para o Secretário OP. *Diretoria de Terras e Colonização – Correspondência Expedida 1º Trimestre*. Ofício nº 164. fl. 2. 09/03/1910. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

rede entre famílias com duas possibilidades de surgimento: formadas ainda na Europa, antes da emigração, ou relações formadas já no Rio Grande do Sul, por terem sido alocados em lotes próximos e a origem tenha sido o primeiro elo, que se fortaleceu posteriormente através do reconhecimento de origens e problemas enfrentados (TRUZZI, 2008).

Mas, sendo Erechim um projeto público, a preocupação aparece já na comunicação sobre o caso e como seria aplicado; nada impede, contudo, que posteriormente não realizassem um rearranjo para se agruparem novamente. De qualquer maneira, ressaltava-se no documento, que o aceite em vender lotes coloniais aos peticionários não prejudicaria o estabelecimento de imigrantes que fossem sendo direcionados para Erechim, visto a grande área ainda por demarcar lotes.

Considerando essa alta demanda por lotes coloniais em Erechim, em conjunto com as movimentações decorrentes da presença de projetos particulares nas proximidades, e talvez, principalmente, o caráter misto da colonização realizada sob a chefia de Severiano de Almeida, é evidente a importância de ponderar a questão étnica e os conflitos decorrentes desses contatos. Essa questão é também importante ao considerar a proposta desta tese, ao utilizar a História Comparada para trabalhar com Erechim e Santa Rosa; projetos de caráter misto, mas com diferenças entre si, e que, independentemente de ser possível considerar talvez alguns aspectos desse contato com o outro, suas particularidades enriquecem os estudos sobre colonização no Rio Grande do Sul para além de questões puramente econômicas. Tedesco e Caron (2013) destacam que, diante das ações e reações decorrentes do avanço da colonização sobre a região do Alto Uruguai – o que também é um fenômeno encontrado em outros espaços de colonização, talvez em menor medida – é o surgimento de um entrelugar em meio às coletividades, e a consequente produção de alteridades, visto o contato de diferentes grupos étnicos e culturais.

Considerando que eram áreas já densamente povoadas tanto por parcialidades indígenas que por ali circulavam e/ou estabeleciam assentamentos, e por um grande número de famílias de nacionais, enquadrados como posseiros/intrusos, o que ocorre, para além desse entrelugar étnico que os autores escrevem, um processo de desterritorialização (TEDESCO; CARON, 2013) ou ainda, de desocupação-ocupação (CARON, 2009).

A desocupação-ocupação nada mais é do que o processo de retirar aqueles que já habitavam as áreas que seriam destinadas para a colonização, por não estarem seguindo as legislações agrárias que os garantiriam o status de proprietários da terra perante o Estado. Sem o reconhecimento de sua propriedade sobre a terra, eram levados, em sua maior parte, a se retirarem e buscarem outro espaço para viverem. A partir da desocupação, abria-se espaço para que as terras fossem demarcadas em lotes coloniais e devidamente vendidas a colonos e

imigrantes interessados em ocupar tal espaço. Esse processo de troca de ocupantes da terra, a substituição de uma lógica proprietária por outra, alinhada à lógica capitalista governamental, pode ter sido mais branda, talvez, dentro da colonização pública de terras devolutas, do que poderia ser observado em cenários de colonização particular. A possível diferença de postura deve-se aos fins esperados de uma ou outra perspectiva colonizatória; mais branda nos espaços administrados pelo governo, pelo fato deste utilizar das terras públicas para resolver problemas de intrusagens em terras particulares, manejando intrusos para que se instalassem em lotes de Colônias públicas.

Por mais que em alguma medida o processo de resolução da intrusão em espaço de colonização pública não fosse tão violento quanto quando ocorria em espaços particulares, ainda havia tensão. Na Colônia Erechim não foi diferente esse cenário; “filha de seu tempo”, possuiu influências do governo se adequando ao ritmo das (i)migrações e as diversas pressões sobre a propriedade da terra (TEDESCO; GRITTI, 2019). O lugar de atenção que Erechim acabou ocupando possibilitava tanto o manuseio de sua área para também resolver problemas agrários quanto como cenário de grande desenvolvimento econômico.

4.1.3 O caldeirão étnico de Erechim

Essa possibilidade de resolução do problema de intrusão, utilizando da colonização pública para assentar e regularizar nacionais antes intrusos, é anterior à Santa Rosa, e acaba, de uma maneira ou outra, sendo aperfeiçoado com o Serviço de Proteção aos Nacionais. Colocando à disposição mais possibilidades para a regularização dos apossamentos, o governo, ao mesmo tempo em que garantia o fim de deslocamentos internos de intrusos, ocupando e esgotando terras que perderam valor ante os colonos interessados em comprá-las, pretendia utilizar essa população como “guardião da nacionalidade brasileira” (TEDESCO; CARON, 2013) em ambientes, via de regra, predominantemente formado por estrangeiros ou seus descendentes, com o intuito de incorporar tal população à sociedade brasileira.

Por mais que a colonização pública atendesse, em maior ou menor medida, esses nacionais intrusos, era já um processo desgastante e junto a isso o encontro com o outro, que trazia consigo diferentes costumes e tradições. A estranheza decorrente desses encontros entre antigos e novos habitantes gerava desconfortos e conflitos (ELIAS; SCOTSON, 2000). Surgia neste espaço de colonização uma fronteira entre antigos e novos costumes e tradições, oportunizando embates e reforçando as diferenças, demarcando o outro, num processo muitas vezes conflituoso. Inclusive, apesar da preocupação recorrente de grupos étnicos que

participavam da colonização, sobre possíveis prejuízos decorrentes da colonização mista, pode não ter ocorrido uma diluição significativa de modos e costumes; isso, pois, de acordo com Frederik Barth na obra de Poutignat e Streiff-Fenart, “fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam” (2011, p. 188). Ou seja, mesmo em uma Colônia mista, onde ocorria a circulação de indivíduos de diferentes etnias e costumes, isso não significa a inexistência de fronteiras delineadoras da cultura de cada grupo, tal como o autor destaca adiante, quando diz que “as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos” (2011, p. 188).

Esse contato, como uma ação de reforço ao senso de pertencimento a determinada origem, é também discutido por Miriam de Oliveira Santos (2017), quando a autora, baseada no conceito de etnicidade de Max Weber, escreve que a etnicidade se fortalece com a sensação de “solidariedade étnica”, nos embates entre grupos de diferentes origens, reforçando os demarcadores sociais da unidade daquele grupo. Quanto a tais elementos constitutivos da identidade étnica formada e reforçada sempre que em contraste com o outro, e considerando que o século XIX foi marcado pelos movimentos nacionalista e pelos Estado-nação, aspectos como a língua e o folclore, bem como a etnicidade dos sujeitos, eram pilares de um particularismo tanto nacional quanto étnico (SEYFERTH, 2000; 2008). Mas ainda que importantes, tais características fixas não devem ser os únicos aspectos para considerar a etnicidade de um grupo; esta deve “ser procurada antes na produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cuja objetividade não pode ser avaliada independente do significado que os indivíduos lhe atribuem no decorrer de suas relações sociais” (SANTOS, 2017, p. 232-233).

Com um grande número de entrada de imigrantes por semestre em Erechim, em 1915 apresentava-se a seguinte proporção de etnias, conforme o relatório da Secretaria das Obras Públicas: “russo-polaca (55%) e alemã (35%), os demais imigrantes sendo austríacos, italianos, etc”¹⁴⁰. Em relatório posterior, de 1916, Severiano de Souza e Almeida, ao apresentar os números referentes à população da Colônia que dirigia, aponta que a porcentagem de russos-polacos seria de aproximadamente 25% da população e o grupo de habitantes alemães seria de cerca de 15%, com o restante da população sendo composta por italianos, austríacos, franceses,

¹⁴⁰ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 129.

suecos, portugueses, espanhóis e diversos¹⁴¹ (provavelmente nacionais e pequenos grupos ou indivíduos de etnias menos presentes no total de imigração). Assim, observamos que no período entre a produção de ambos os relatórios, pode ter aumentado a entrada de imigrantes de nacionalidades/etnias diversas, de forma a diminuir em alguma medida o percentual da presença total daquelas (ainda) preponderantes. Se destaca a menção pela primeira vez de suecos, espanhóis e portugueses, demonstrando uma ampliação do quadro étnico que compunha a Colônia Erechim até 1916.

Sobre a localização dos grupos étnicos dentro da Colônia, Giaretta escreve que os poloneses foram assentados em terrenos acidentados e distantes da sede colonial. Teriam sido instalados nas zonas do “Barro (Gaurama), Floresta (Barão do Cotegipe), Nova Polônia (Carlos Gomes), Treze de Maio (Áurea) e Centenário. Estes, migrados de São Marcos, Caxias e outros, em busca de melhores condições de vida, não receberam locais com melhores condições, o que dificultou o seu progresso” (2008, p. 56); destas localidades, a que concentrava a maior porcentagem de imigrantes poloneses seria Carlos Gomes, com aproximadamente 90% da população sendo composta por tal grupo. Vemos então, a partir da autora, que a busca por melhor condição, e da propaganda governamental das boas terras em Erechim, poderia não se traduzir na realidade para todos que para ali migrassem; o motivo para terem sido direcionados aos terrenos acidentados seria então por conta de ainda serem considerados como pouco dados ao trabalho, um estigma que os teria acompanhado da terra natal para a nova pátria (GIARETTA, 2008).

Os poloneses enfrentavam, então, problemas e estigmas nos espaços para onde se dirigiam, gerando problemas de adaptações, que poderiam também estar envolvidos na reimigração para outros espaços, rurais e urbanos. Ao refletir sobre tal situação, é necessário considerar que da totalidade de imigrantes poloneses que se dirigiam ao Estado, uma parcela poderia ser oriunda de centros urbanos, levando a uma maior dificuldade de adaptação à colonização que aqui ocorria. Sendo trabalhadores urbanos, tanto poderiam ter dificuldades nos trabalhos agrícolas, como inclusive poderiam aspirar migrar para centros urbanos, onde teriam maiores condições de exercerem a profissão que possuíam na Polônia. Seria uma situação similar ao que pode ter sido a motivação dos imigrantes holandeses, na busca por mais subsídios, discutido no capítulo 2.

¹⁴¹ ALMEIDA, Severiano de Souza e. Relatório da Comissão de Terras e Colonização de Erechim, 1916. In: ALVES, Protásio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado pelo Dr. Protásio Alves, secretário interino dos Negócios das Obras Públicas em 9 de setembro de 1916*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1916. p. 242.

Dessa forma, montamos o seguinte quadro da população colonial de Erechim, ainda que parcialmente, com dados desde sua criação em 1908 até 1920, pouco após sua emancipação; este quadro, por mais que amplo e heterogêneo, aponta para uma preponderância de imigrantes, indo ao encontro do que afirmamos, de que o caráter misto de Erechim e Santa Rosa seriam distintos. Enquanto Santa Rosa tem uma superioridade numérica de nacionais, Erechim aparece com uma diversidade étnica oriunda em algum nível (geração) da Europa. Acompanhando os dados apresentados nos Relatórios de Presidente de Província, se obtém a seguinte evolução – numérica e originária.

Tabela 7 – Entrada/Crescimento populacional e diversidade étnica da Colônia Erechim

ANO	IMIGRANTES	COLONOS/NACIONAIS	TOTAL
1908	4.117	-	-
1909	6.046	-	-
1910	3.583	-	-
1911	7.790	-	-
1912	5.687	9.000	14.500
1913	10.000	8.000	18.000
1914	14.600	12.400	27.000
1915	24.071	1.834	25.905
1916	13.700	13.600	27.300
1917	28.800	-	-
1918	-	-	35.000
1919	-	-	37.000
1920	-	-	32.000

Fontes: Relatórios da Secretaria de Obras Públicas. 1915; 1916; 1917; 1917; 1918; 1919; 1920. Gonçalves, Carlos Barbosa. Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes. 1912. Organizado pela autora.

Nesta tabela podemos observar um dos principais diferenciais entre Erechim e Santa Rosa, que era a presença muito mais marcante de imigrantes. Nos primeiros anos de sua criação, não há dados sobre a presença dos nacionais; talvez essa diferença seja que as informações até 1911 tenham sido retiradas da mensagem do presidente da província aos deputados da Assembleia, enquanto os demais anos são informações retiradas dos relatórios da Secretaria de Obras Públicas. O maior pico de entrada de imigrantes é então, o ano de 1917, que ultrapassa 1915 em mais de 4.000 pessoas; o menor pico é 1910, quando apenas 3.583 imigrantes se dirigiram para o referido núcleo. Ocorre então, com maior ou menor oscilação, um aumento no número total de imigrantes para lá direcionados, coincidindo com o maior desenvolvimento do espaço colonial, e conseqüentemente com a atratividade que havia.

É um período ainda, onde Erechim era o principal núcleo colonial público do Estado, considerando que Ijuí estava próximo da saturação e dificilmente direcionariam para lá

imigrantes que não possuíssem familiares e/ou conhecidos, enquanto a Colônia Guarani enfrentava dificuldades pela sua distância de centros como Porto Alegre e Santa Maria, mas principalmente pela dificuldade de locomoção para lá. Logo, são números condizentes, a nosso ver, com o papel que Erechim possuía no cenário colonial estadual, considerando que também havia núcleos e projetos particulares de colonização, que poderiam absorver parte dos contingentes europeus que entravam no Rio Grande do Sul.

Quanto aos números de nacionais e colonos, a junção dessas duas categorias não permite uma maior clareza quanto ao percentual da presença de nacionais/caboclos ali, tampouco o quão “atrativo” seria Erechim para as famílias colonas que compunham o processo de enxameamento para a região das colônias novas, considerando o caráter misto. Há, ainda, mais lacunas não preenchidas, sem informações nos documentos analisados; de todo modo, analisando as entradas das duas colunas, vê-se o único ano em que o volume de entrada de não imigrantes é maior do que daqueles que vieram da Europa, após 1912, a gangorra se inverte e os números de imigrantes suplanta o de nacionais e colonos. Enquanto a maior entrada de imigrantes ocorre em 1917, o equivalente da outra categoria ocorre um ano antes, em 1916, quando 13.600 pessoas ingressam na Colônia.

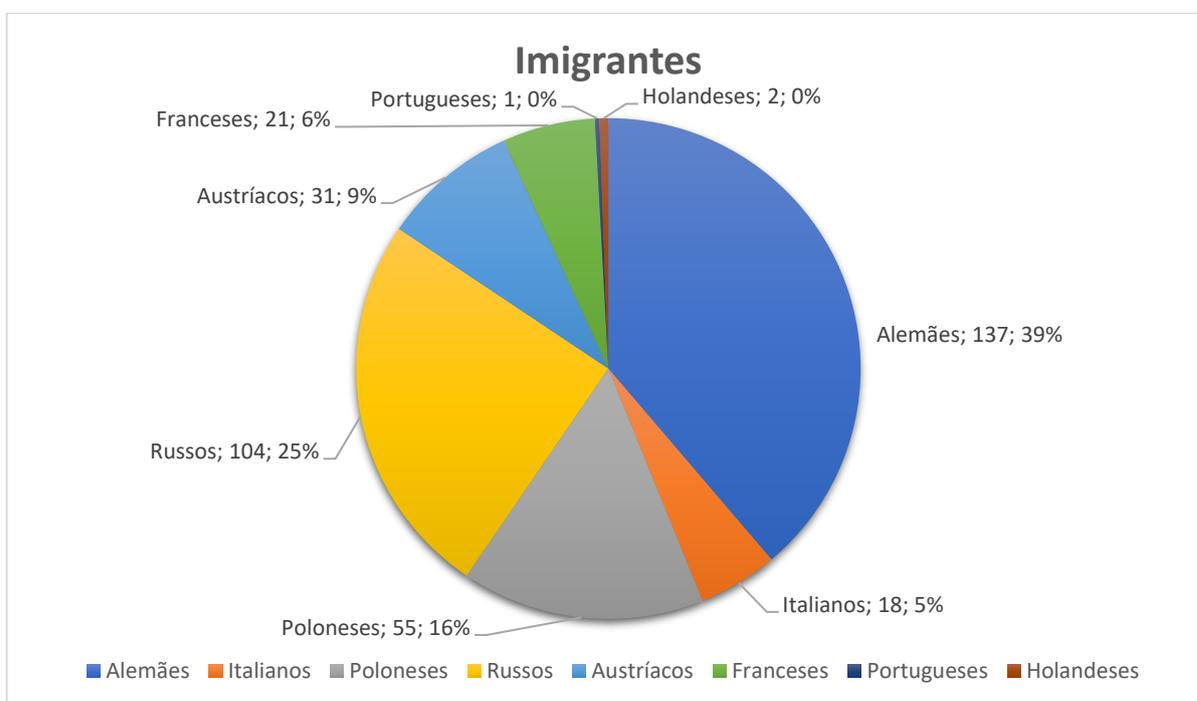
No ano de 1915 há o menor número de nacionais/colonos na sequência, que, dada a grande diferença, permite considerar que tenha havido algum equívoco na transmissão dos dados entre a administração colonial e o governo em Porto Alegre. Pensando para além dos números ali presentes, poderia indicar que houvesse uma diminuição da população brasileira (e descendentes de imigrantes nascidos no Brasil); isso ocorre no ano em que Santa Rosa é criada, possibilitando a interpretação de que alguma quantidade dessa população tenha visto uma oportunidade, ao vender seu lote em uma Colônia valorizada, para adquirir mais lotes em um projeto recém-iniciado.

Nesse mesmo ano, que apresenta uma brusca diminuição na população nascida no Brasil, a população total de Erechim apresenta igualmente um decréscimo. Mesmo não sendo algo tão notável, chama a atenção por conta do nível constante de crescimento que a Colônia apresentava nos demais anos. Nos nove últimos anos de dados, a população cresceu em torno de 17.500 habitantes; realizando um novo recorte, de cinco anos – ainda no período de Colônia –, de 1912 até, provavelmente, 1917, a população dobrou de número.

Desde sua criação até o ano de 1912, o crescimento chegou a 14.500 habitantes no referido ano. E por mais que conste o número de entrada de imigrantes, até logo antes do ano em que se torna município, não há especificações enquanto a proporcionalidade étnica desses novos habitantes de terras rio-grandenses.

Através de falas gerais em ofícios e alguns outros documentos, juntamente com estudos de diversos historiadores, têm-se uma ideia de quais etnias compunham o quadro de imigrantes. Em 1910, conforme observamos na tabela acima, houve a entrada de 3.583 imigrantes; a partir de uma documentação produzida pela seção da Diretoria de Terras e Colonização em Santa Maria – RS, foi possível produzir o gráfico abaixo, no período entre agosto e dezembro, com tabelas onde se registrava os destinos de imigrantes que chegavam em Santa Maria para posterior redirecionamento para Colônias públicas. Desse modo, tal documentação permite observar informações sobre etnia e idade dos imigrantes que se dirigiam para Ijuí, Guarani, e principalmente para nosso trabalho, Erechim. A distribuição étnica dos grupos imigrantes que se dirigiam para Erechim ocorreria da seguinte maneira:

Gráfico 1 – Entrada de imigrantes no 2º semestre de 1910 em Erechim¹⁴²



Fonte: Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113. Produzido pela autora.

No segundo semestre de 1910 então, entram em Erechim oito grupos étnicos europeus, em diferentes volumes. Com destaque para alemães, russos e poloneses que foram as três com maiores ingressos – 39%, 25% e 16% em ordem –, enquanto, por outro lado, houve a entrada de apenas 1 português e dois holandeses. Completando o gráfico, estão austríacos, franceses e italianos com uma porcentagem de 9%, 6% e 5% respectivamente. O objetivo do gráfico, muito

¹⁴² AHRS. 1910 *Diretoria de Terras e Colonização – Santa Maria*. Relação nominal dos imigrantes que seguiam viagem de Porto Alegre para Santa Maria. Fls. s/n; 27a; 27b; 27c; 27d; 27e; 27f; 27h; 27i; 27j; 26b; 26c; 30; 30a; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 39. Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113.

mais do que os números de cada grupo, é justamente observar os grupos envolvidos, considerando que antes ou depois desse período, pode ter ou não ocorrido mudança significativa no quadro de etnias que tenha optado por se dirigir a Erechim.

De toda forma, desse conjunto de 353 imigrantes, a faixa etária vai de 1 ano de idade a 68 anos – idade mínima e máxima encontrada nas relações nominais –, demonstrando a vinda de famílias com componentes de diversas idades, ou ainda, de parentes que encontrariam familiares naquele núcleo¹⁴³.

Embora os nacionais estivessem presentes na constituição populacional da Colônia Erechim, e em número considerável, foram perdendo preponderância conforme ocorria o desenvolvimento daquele empreendimento. Eram maioria até que a constante chegada de novas levas de imigrantes aumentava a porcentagem da população colonial imigrante, enquanto não se observava a chegada de novas famílias de nacionais, ocorrendo até um ano em que se registra a diminuição de nacionais, para apenas no ano seguinte voltar ao patamar de antes.

Há então, nessa Colônia, o que ocorria em outras administradas pelo governo estadual, a presença de nacionais juntamente a grupos de diferentes etnias. Não era, contudo, números que conseguiram competir em igualdade com a parcela da população imigrante ou descendente destes; não havia uma expulsão dos nacionais das terras que seriam destinadas à colonização pública, mas também não haveria nenhum projeto mais incisivo para incluir novas famílias de origem não europeia. Sem alguma medida atrativa para que servisse de chamariz para famílias de outras regiões se dirigirem para ali, os números que havia seriam daqueles indivíduos já instalados na região.

Em Erechim, a presença de nacionais se dava muito mais a partir de quem ali já se encontrava, e em menor medida de casos em que eram direcionados para ali, como para a resolução de problemas de intrusão em terras particulares. Como veremos a seguir, para o caso de Santa Rosa, além da integração dos habitantes da região dentro do projeto colonial, observou-se a formação de uma política estadual que visava também a atração de famílias de outras regiões para ali. Essa mudança de postura buscava coibir os deslocamentos internos dessa população, que deixaria para trás, de acordo com o governo, apenas áreas já utilizadas e desvalorizadas para a sua inserção no mercado colonial.

¹⁴³ Não será explorado neste trabalho, mas cabe citar o fato de que, por se tratar de relações nominais, seria possível, juntamente com outros conjuntos de fontes, estudar os sobrenomes e grupos familiares que constam em tal documentação, de forma a conseguir rastrear suas ações dentro da Colônia Erechim, ou, ainda, se acabaram porventura migrando internamente para outro núcleo colonial ou algum centro urbano.

4.2 A Colônia Santa Rosa

A década de 1910, além de ser o período de criação de Santa Rosa – e desenvolvimento de Erechim –, foi também a década que ocorreu a Primeira Guerra Mundial. Este conflito bélico, ocorrido na Europa de 1914 a 1918, impactou o mundo em diversas áreas, e com o Rio Grande do Sul não foi diferente. A Colônia Santa Rosa, criada em 1915, teria, para Valdir Gregory (1988), sofrido impactos que direcionaram ou ao menos contribuíram para a colonização ali empreendida. O autor argumenta que ao passo que a Europa se volta para si e para esse conflito bélico, mercados importadores de produtos europeus passaram a ter que procurar novas possibilidades para sanar suas necessidades, para além de projetos que demandavam maquinários europeus, como na expansão ferroviária, que teriam sido deveras prejudicados.

O mercado interno brasileiro, então, se ressentiria e precisaria se reinventar. Passaria a “se voltar para a produção própria e diversificada, especialmente, a diversificação da produção agrícola. Isso aumentaria o poder aquisitivo da população dinamizando o comércio interno” (GREGORY, 1988, p. 90). Dentro deste cenário, o crescimento da agricultura em zonas coloniais seria ponto importante para mercado e economia interna, e a Colônia Santa Rosa cumpriria importante papel nesse cenário.

Previamente à criação oficial da Colônia, a DTC, que já há alguns anos observava a região para a criação de uma Colônia pública, estava a incursão do ajudante da DTC, o engenheiro Octávio de Campos Monteiro¹⁴⁴ pela região, no município de Santo Ângelo, e obtendo em 31 de outubro, aprovação e instruções para conduzir os trabalhos preliminares da instalação da nova Colônia governamental¹⁴⁵.

Pouco tempo depois da aprovação, em 05 de janeiro de 1915, iniciou-se a colonização¹⁴⁶. Possuindo inicialmente dois núcleos – Santa Rosa e Santo Cristo –, possuiria importante papel regional. Ao território da nova Colônia, também foi anexado uma parte do

¹⁴⁴ O engenheiro Octávio de Campos Monteiro ficou como chefe da Colônia Santa Rosa até maio de 1916, quando deu lugar ao engenheiro João Dahne.

¹⁴⁵ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d’A Federação. 1915. p. 97.

¹⁴⁶ A colonização ali, então, estendeu-se ainda para Porto Lucena, Tucunduva e Laranjeira, prolongado por conta de um contrato firmado entre o governo e a firma Dahne e Conceição, que concluiu a colonização no rio Uruguai em 1943 (ROCHE, 2022). Têm-se, então, a visualização de uma possível maleabilidade do projeto colonial de Santa Rosa, contribuindo para o processo de diferenciação ao observado em Erechim; outro ponto que chama a atenção é a empresa com a qual é realizado contrato para seguir a colonização daquela zona. Infere-se que, ou seja, o próprio João Dahne, chefe de Santa Rosa, o envolvido no negócio, ou menos provável, algum familiar, usufruindo daí do conhecimento do mesmo.

território de florestas, à margem da Colônia Guarani, que estava sendo devastado por nacionais, dentro da ideia de Santa Rosa se tornar um ponto de regularização do problema da intrusão.

Foi o primeiro ponto de aplicação do Serviço de Proteção aos Nacionais e a consolidação da possibilidade de pagamento do lote a partir da prestação de serviço em obras públicas, oferecendo uma segunda possibilidade de regularização de apossamentos para aqueles que não saberiam como ou se poderiam arcar com as despesas de tal processo. Para além do trabalho que seria realizado junto a essa população de nacionais, a criação desse núcleo colonial teria como propósito o impedimento de que colonos – frutos da pressão demográfica das antigas regiões coloniais – se dirigissem para aquele espaço ainda sem o efetivo trabalho público, e sem a organização agrária, praticassem a intrusão de terras, sem o devido pagamento ao Estado (GREGORY, 1988), tal como se buscava resolver junto aos nacionais.

A demarcação de lotes coloniais e a regularização daqueles que tinham suas posses não reconhecidas pelo governo pela falta de título comprobatório, apesar de reconhecimento de seus pares, era basilar para a instalação e primeiros momentos de núcleos coloniais. Organizar esse espaço garantiria um melhor atendimento para aqueles que se dirigiam para ali em busca de lotes de terras. Este trabalho era considerado como o mais importante, por conta da proteção e fixação dos “patrícios” assentados em terras particulares; enquanto tal serviço não se efetivava, destacava-se que os nacionais se sentiam desprotegidos, esquivos quanto à presença dos funcionários do governo. A partir de tal trabalho e das perspectivas que acompanhavam o projeto colonial e a expansão da estrutura viária, considerava-se que a partir do segundo semestre de 1915, também a venda de lotes observaria um aumento, considerando as viagens de observação que alguns colonos haviam realizado no primeiro semestre¹⁴⁷.

4.2.1 A conformação étnica de Santa Rosa

O trabalho prévio realizado em 1914 pelo engenheiro da DTC, permitiu a identificação das famílias de posseiros em condição de regularizar seus apossamentos ou de realizar a compra de suas posses com um preço distinto do que seria praticado com interessados que para ali se dirigiriam posteriormente. Nessa primeira ação realizada no espaço da Colônia Santa Rosa, houve a regulamentação da situação de mais de 300 famílias de nacionais.

¹⁴⁷ CEDOPH/URI. *Inspecção dos trabalhos da Comissão de Terras e Colonização da Palmeira* do Engº Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Sr. Secretário das Obras Públicas. Ofício 302. 30 de maio de 1918.

O crescimento populacional da Colônia Santa Rosa ocorre de maneira distinta do que o observado na Colônia Erechim. No núcleo localizado no município de Santo Ângelo, rapidamente a população chega ao milhar, pela incorporação dos nacionais que habitavam a região na Colônia e, portanto, nos seus dados estatísticos.

Tabela 8 – Crescimento populacional e diversidade étnica da Colônia Santa Rosa

ANO	IMIGRANTE	NACIONAIS/COLONOS	TOTAL
1915 ¹⁴⁸	-	3.000	3.000
1916 ¹⁴⁹	-	-	4.340
1917	-	-	4.000
1918	-	-	6.058
1919	-	-	8.000
1920	-	-	12.500

Fontes: Relatórios da Secretaria de Obras Públicas. 1915; 1916; 1917; 1917; 1918; 1919; 1920.
Organizado pela autora.

Da parcela de população composta por esses nacionais da região, entrando na estatística oficial, havia inúmeros casos de pessoas que requereram a legitimação de suas terras e estavam aguardando os trabalhos que lhes oficializariam como proprietários legítimos¹⁵⁰. A organização do Quadro das Colônias no Rio Grande do Sul, que compunha os anexos dos Relatórios da Secretaria de Obras Públicas, era atualizado a partir das informações repassadas pelos responsáveis administrativos de cada núcleos. Nesse sentido, as informações sobre Santa Rosa não possuem significativas atualizações sobre o crescimento populacional e a diversidade étnica.

Enquanto os números presentes nos Relatórios da Secretaria de Obras Públicas e, portanto, na tabela acima, deem conta de a população ser algo em torno de 3.000 a 4.000 habitantes nos primeiros anos, em outros documentos, os números são diferentes. Ao confrontar

¹⁴⁸ Neste mesmo ano, o Relatório da Secretaria de Obras Públicas dá conta que 1.900 pessoas foram transferidas da Colônia Guarani para a recém-criada Colônia Santa Rosa. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, Engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação. 1915. p. 15.

¹⁴⁹ No Relatório da Secretaria de Obras Públicas, consta a divisão étnica a partir do número de famílias. Dessa forma temos, em número total de população: 707 famílias nacionais de origem, 35 italianas, 16 alemãs e 15 de diversas nacionalidades. DAHNE, João. *Relatório da Comissão de Terras e Colonização de Santa Rosa 1916*. Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916. Oficinas Gráficas d'A Federação. Porto Alegre, 1916.

¹⁵⁰ *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado, Engenheiro João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação. 1915.

com dados apresentados por Borges de Medeiros à Assembleia dos Representantes em 1917 (portanto, do primeiro semestre de 1917 e segundo de 1916), este informa que a população de Santa Rosa era de 5.300 habitantes¹⁵¹, sendo esse número superior em mais de mil pessoas do que consta nos Relatórios de Obras Públicas. Mais próximo dos números do ano de 1918, que eram 6.058 pessoas vivendo em Santa Rosa. Enquanto nos relatórios não há divisão étnica desse número, na Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes em 1918, a informação é de que em Santa Rosa a população atingiria “6.058 habitantes, sendo 5.100 brasileiros”¹⁵². Temos então a informação sobre a divisão étnica daquele momento; categorizando como brasileiros, entendemos tratar-se tanto dos nacionais quanto de colonos já nascidos no Brasil, ou seja, provenientes das colônias velhas.

Para tal constatação, partimos do fato que no mesmo parágrafo onde trata da presença dos 5.100 brasileiros em Santa Rosa, Borges de Medeiros utiliza o termo colonos nacionais e ainda antes, trata indiretamente sobre os nacionais que se beneficiariam dos benefícios que teriam estes, mesmo estando no mesmo regime geral de colonização. Isto, em conjunto com a DTC tratar em tabelas de imigrantes em uma coluna e colonos/nacionais em outra (o que foi reproduzido nas tabelas deste capítulo), indica que ao falar dos brasileiros, englobava aí os descendentes de imigrantes.

Logo, considerando informações em outras partes dessa documentação e em outros documentos burocráticos, sobre a chegada de levas de imigrantes e deslocamentos de famílias de nacionais de outras regiões para lá, aponta-se para uma defasagem nos números presentes no Quadro das Colônias do Estado, constantes nos anexos dos Relatórios da Secretaria de Obras Públicas. Com pequena modificação nos três primeiros anos, a partir de 1918 observa-se um aumento constante da população total, com o número populacional duplicando entre este ano e 1920. Tal aumento pode levantar um questionamento sobre os dados constantes nos quadros sobre o cenário colonial no Estado, aventando possibilidades como a entrada de um elevado número de imigrantes/colonos/nacionais, de modo que levasse a essa elevação populacional, ou se apenas se tratava de informação repesada que foi atualizada tardiamente.

A segunda opção é a que faria mais sentido, em nosso entendimento, considerando que além dos pedidos de regularização solicitados por aqueles nacionais intrusos que lá viviam,

¹⁵¹ MEDEIROS, Antonio A. Borges de. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1917.* Oficinas Gráficas d'A Federação, p. 31.

¹⁵² MEDEIROS, Antonio A. Borges de. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1918.* Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1918. p. 33.

documentos das CTCs de Palmeira e depois de Santa Rosa davam conta do deslocamento de nacionais de outras regiões para lá, por conta das facilidades de pagamento que havia (SCHMITZ, 2019). Um posicionamento não conflitivo dos funcionários do governo perante os intrusos, e as já citadas facilidades para que se procurasse a regularização dos apossamentos, se tornavam, por si, um atrativo para quem vivia da agricultura e não possuía condições de regularizar de outro modo seus apossamentos. Esses fatores se tornaram um convite, e a possibilidade de que não seriam expulsos de forma violenta do espaço que habitavam e cultivavam, ou de conseguirem uma propriedade enfim reconhecida pelo governo, mesmo tendo que migrar de espaço¹⁵³.

Um questionamento parecido pode ser feito quanto a questão étnica. Uma identificação efetiva é realizada apenas no primeiro ano da Colônia, quando se contabiliza a população que estava sendo regularizada e aqueles que foram transferidos da Colônia Guarani para a sua vizinha, sem, contudo, especificar igualmente se eram apenas nacionais ou se haveria alguma família de colonos nesse grupo transferido. A ressalva ocorre no Relatório de 1916, quando o diretor da Colônia, João Dahne, escreve que houve a chegada de famílias italianas, alemãs, e de outras etnias, mas acaba não especificando os números desses grupos, e em 1918, conforme o discutido em parágrafo anterior.

No trabalho precedente realizado no espaço que viria a ser a Colônia Santa Rosa, não há menção na documentação acessada, se haveria algum filtro de tempo de assentamento na área, ou algum outro aspecto que poderia desqualificar a regularização. Diferentemente do que foi observado por Seyferth para Santa Catarina, na Colônia Itajaí, onde, ao passo que por mais que a prática de apossamentos fosse categorizada como crime, o “posseiro criminoso” poderia se tornar apto a regularizar as terras apossadas, havia, ainda, outra categoria que desqualificaria o posseiro da possibilidade de alcançar o título definitivo de sua área. Em seu estudo, a autora apresenta a categoria de *intruso ambulante*, que desclassificaria “aqueles que se deslocaram com mais frequência de um lote para outro” (1996, p. 43); criticava-se e tentava-se punir aqueles que teriam como prática exaurir rapidamente a terra que ocupava, passando logo a outra e seguindo esse modo de operação, que abandonaria diversas áreas já em processo de exaurimento, o que levaria a uma “completa desvalorização de uma linha inteira” (Ofício n. 42 de 16/07/1909 apud SEYFERTH, 1996, p. 43).

¹⁵³ CEDOPH/URI. *Inspecção dos trabalhos da Comissão de Terras e Colonização da Palmeira* do Engº Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Sr. Secretário das Obras Públicas. Ofício 302. 30 de maio de 1918.

Por mais que tais “intrusos ambulantes” reivindicassem a compra das áreas utilizadas, essas petições não eram reconhecidas pelos agentes governamentais. Seyferth afirma que a separação entre posseiro criminoso e intruso ambulante era feita de forma arbitrária pelos agentes da lei, utilizando, por exemplo, a distância das roças para as moradas; onde os posseiros fariam seus roçados próximos ao local da moradia, enquanto aquele de vida mais itinerante possuiria roças em diferentes lugares. Sobre os aspectos do segundo grupo, a autora destaca que o relevo da região (acidentado) explicaria de forma suficiente a escolha ou necessidade de realizar roçados em diferentes lugares.

Embora na documentação governamental dos órgãos envolvidos na administração colonial conste a preponderância da presença de nacionais, e a conseqüente importância quantitativa desse grupo, Gregory (1988) apresenta uma outra perspectiva. Mesmo considerando que a partir da regulamentação dos apossamentos os nacionais passavam a fazer parte oficialmente da Colônia, o referido autor oferece um maior destaque para a chegada das primeiras famílias de origem europeia, imigrantes ou colonos, trazendo em determinado momento uma lista dos chefes de família com sobrenome europeu.

Sobre os nacionais, escreve que “dos elementos nacionais não descendentes dos imigrantes da Europa Central se tem notícias que os primeiros a se estabelecerem nos arredores da povoação que se formava” (GREGORY, 1988, p. 102). Não fica claro se o autor se refere especificamente apenas à sede provisória 14 de Julho, ou à Colônia Santa Rosa como um todo. De qualquer maneira, convém destacar que, a partir dos números apresentados nos relatórios utilizados neste trabalho, com a população de nacionais compondo a maior parte da população colonial naquele espaço, não nos parece que tenha ocorrido da forma como ali relatado.

Embora seja natural que com a criação e desenvolvimento do povoado, este tenha se tornado atrativo (e lugar da sede da administração), e logo, ponto de chegada de famílias de nacionais de outros pontos do Estado e mesmo da própria Colônia, entendemos que os nacionais, por já estarem ocupando espaços que formariam Santa Rosa, já estariam naquele espaço, talvez de maneira ainda irregular no momento.

4.2.2 A regularização de propriedades e a medição de lotes em Santa Rosa

A atratividade para os nacionais ia, então, além do desenvolvimento de povoados próximos a sua localização, e envolvia as condições de pagamento ofertadas para que pudessem sair de um sistema de propriedade que não era reconhecida pelas instituições legais. Assim,

outra linha de ação que o governo adotava, era a prática de preços distintos, integrando igualmente a questão da proteção para essa população. Ocorria que

para os que não são legitimantes, o Estado restabeleceu o preço das terras na razão de 300\$000 por lote de 25 hectares, ao passo que, para os novos agricultores que desejam estabelecer-se, o preço corrente é de 500\$, ou de 750\$ quando os lotes são situados à margem das estradas e nas vizinhanças dos povoados¹⁵⁴.

Várias eram então as estratégias para atender de alguma maneira a população intrusa da região. Atentando para a legislação então vigente¹⁵⁵, que discorria no artigo 12, inciso 2º que os apossamentos anteriores à 15 de novembro de 1889, desde que constituídas de boa-fé, com cultura efetiva e morada habitual – nada novo, considerando o texto da Lei de 1850 – estariam sujeitas à legitimação. Contanto que atendessem ao prazo de dois anos da promulgação do regulamento em questão (o que, considerando as ações do governo quanto aos apossamentos, foi prorrogado tal período).

Para aqueles que deveriam pagar o processo de regularização de seus apossamentos, estavam embasados no artigo nº 17, que discorria sobre a legitimação de apossamentos realizados após a Proclamação da República, que “poderiam ser adquirida, mediante indenização do valor que se arbitrar, pelos próprios ocupantes e seus sucessores”¹⁵⁶. Havia, então, a circulação dos projetos do governo, sobre as possibilidades contidas na legislação de terras vigente no período, tanto para a letra da lei, quanto para os espaços de interpretação a partir dos artigos ali contidos.

Nesse aspecto, a Primeira República foi um período em que o Rio Grande do Sul teve várias legislações e decretos, visando o aprimoramento da lei e uma maior abrangência a situações e sujeitos envolvidos. Dessa legislação que o governo se guiava para a execução do serviço de proteção aos nacionais, foi proposta uma reforma no regulamento de terras, realizado pela Secretaria das Obras Públicas, que, acreditariam, traria benefícios efetivos. As mudanças seriam referentes à

instituição de concessões de proteção aos nacionais e outros agricultores carentes de amparo, a preço reduzido, sem entrada inicial, facilitando o pagamento em serviços; porém, com a restrição de só poderem alienar as terras 5 anos após a ultimação do

¹⁵⁴ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 103.

¹⁵⁵ RIO GRANDE DO SUL. Art. 12º § 2. *Regulamento a que se refere o Decreto nº 313 de 4 de julho de 1900*. In: *Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1961. p. 30.

¹⁵⁶ RIO GRANDE DO SUL. Art. 17º. *Regulamento a que se refere o Decreto nº 313 de 4 de julho de 1900*. In: *Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1961. p. 30.

pagamento das mesmas. Os que porventura quiserem gozar do pleno direito de propriedade, poderão consegui-lo, porém, pagando pelas terras o valor venal estabelecido para os casos correntes. O fim da medida é duplo: facilitar a aquisição da terra, por um lado; por outro, dar tempo aos nacionais de sentirem a proteção do Estado, sob todos os seus aspectos, de verificarem as vantagens de se conservarem nas terras que ocupam, radicando-se ao solo. Por esta forma irão perdendo a vontade de as transferirem ao primeiro colono estrangeiro que lhes apareça, oferecendo qualquer pequeno lucro, para estabelecer-se em seguida em outras, longe da ação dos funcionários do Estado¹⁵⁷.

Essa proposta, como é possível perceber, seria mais detalhada que a legislação então vigente, e possuía uma clara aproximação com o que era praticado via Serviço de Proteção aos Nacionais – e outros agricultores pobres –. Do mesmo modo, aponta para a preocupação de que os posseiros em situação ilegal não se desfizessem de suas terras por qualquer preço, e principalmente, acabassem se deslocando para outras regiões iniciar uma nova intrusão. Esperava-se oferecer uma segurança obrigatória via lei – embora o texto de lei e sua aplicação muitas vezes não estivessem no mesmo compasso –, de modo que não seria dependente de quem no momento ocupasse os cargos administrativos no governo.

Tal discussão ocorreria no ano seguinte à criação de Santa Rosa, já possuindo o conhecimento dos primeiros resultados ali obtidos dos trabalhos junto aos nacionais, e o que poderia ser adaptado já num primeiro momento. A Colônia de Santa Rosa pode então ter tido um impacto para além do observado em sua região, ao ser palco para a aplicação da proposta de proteção aos nacionais. A partir de tal núcleo colonial é que se iniciou ações práticas das discussões teóricas sobre a necessidade de adaptações na legislação, de forma a incluir de maneira sistemática essa parte da população.

Tabela 9 – Trabalho de demarcação de lotes (rurais e urbanos) em Santa Rosa

LOTES	1915	1916	1917	1918	1919
LOTES RURAIS					
Lotes demarcados	857	634	1.321	440	832
Lotes concedidos	419	750	646	503	820
Lotes devolutos	438	583	675	-	12
LOTES URBANOS					
Lotes demarcados	-	320	593	474	353
Lotes concedidos	-	70	53	79	82
Lotes devolutos	-	250	421	395	271

¹⁵⁷ ALVES, Protásio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado pelo Dr. Protásio Alves secretário, interino, dos Negócios das Obras Públicas em 9 de setembro de 1916*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1916. p. 164.

Fontes: Relatórios da Secretaria de Obras Públicas. 1915; 1916; 1917; 1917; 1918; 1919; 1920.
Organizado pela autora.

O que caracteriza Santa Rosa é o seu trabalho prévio de demarcação de lotes e a regularização dos intrusos que lá viviam. Além da demarcação de novos lotes, as demarcações dos apossamentos também poderiam ser inclusas dentro de tal categoria, uma vez que tornavam oficial a ocupação das referidas áreas. Considerando que em 1919, João Dahne informava que da população existente, havia cerca de 547 famílias nacionais (2/3 da população total)¹⁵⁸, boa parte da demanda de trabalho das turmas de medição da administração colonial era voltada para a regularização de apossamentos e instalação de famílias de nacionais em busca de terra regularizada. Nisso, a preponderância nesse núcleo não era a população imigrante ou descendente de imigrantes, como o caso da Colônia Erechim.

Ao observar os números dos primeiros anos, a relação entre lotes medidos e concedidos ocorre de maneira próxima, indicando um grande volume de procura em um afluxo de colonos, nacionais e imigrantes, juntamente com a regularização de terras que possuíam naquele momento status de apossamentos. O menor número de lotes demarcados é observado em 1918, logo depois do ano em que houve o maior número de demarcações, 1.321, talvez uma diminuição decorrente desse alto fluxo anterior, com ainda 675 lotes disponíveis. Contudo, não há informações sobre os lotes desocupados em 1918, impedindo maiores reflexões acerca da demanda de lotes ocorridas em tal ano, considerando os lotes que haviam sido em 1917 e ainda estavam devolutos, em conjunto com os demarcados naquele mesmo ano. O ano de 1919 chama atenção, então, pela proximidade de seus dados; enquanto anos anteriores se observa certa distância entre demarcações, concessões e lotes disponíveis, no último presente na tabela dá conta de que do total de lotes demarcados, apenas 12 não haviam sido concedidos, resultado tanto de uma grande procura por lotes naquela Colônia, quanto da expansão das famílias que já viviam lá, ao adquirir lotes para as gerações mais novas, possibilidade primeira antes de considerar talvez uma migração para o oeste catarinense.

Já os lotes urbanos, por sua vez, iniciam os dados no ano seguinte à criação da Colônia e chama a atenção o fato de que embora a demarcação fosse na casa das centenas de lotes, a concessão era sempre inferior a cem lotes por ano, com o menor número em 1917 com apenas 53 lotes urbanos concedidos, enquanto dois anos depois atingiu-se 82 concessões. O trabalho de demarcação dessas propriedades urbanas ocorria, então, também com antecedência à

¹⁵⁸ PINTO, Ildelfonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo engenheiro Ildelfonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1920.

demanda, diminuindo a possibilidade de espera demasiada daqueles interessados em estabelecerem-se na parte urbana da Colônia. O número estável de concessões de lotes urbanos, em relação aos números de demarcações, poderia estar relacionado com certo pragmatismo; ou seja, potenciais adquiridores de lotes urbanos, poderiam estar observando primeiro qual seria o andamento do processo de ocupação e possibilidades econômicas nesses espaços urbanos. O alto número também pode ser resultado do fato de o governo organizar inicialmente uma sede provisória, 14 de Julho, enquanto organizava uma sede que seria definitiva, Santa Rosa. Possuindo duas sedes, haveria a medição de lotes urbanos em dois espaços, possibilitando uma duplicação dos números, diferente do que se houvesse apenas uma sede.

Na documentação produzida anualmente pelos chefes das Colônias, nos é, então, possível acompanhar dados referentes à evolução da Colônia, questões de superfície colonizada e o total de área ainda disponível para o assentamento de colonos: sendo para o primeiro aspecto, uma área de 74.036ha de um total de 694.036ha, conforme consta no Relatório das Obras Públicas de 1919; as movimentações econômicas, aspectos da viação, educação e afins. Produzidos a partir dos dados das prestações de contas dos órgãos diretamente envolvidos com a organização e administração do que envolvesse terras e colonização, trazia pareceres aos deputados sobre os trabalhos executados pelo governo no ano anterior, e defender a forma como se desenvolvia os trabalhos públicos.

Os povoados criados, até então, recebiam diversos trabalhos da CTC e DTC, buscando organizar os espaços públicos e garantir um espaço sólido para fazer parte do desenvolvimento da Colônia Santa Rosa. A escolha de uma sede provisória nos primeiros tempos após a criação da Colônia atendeu uma linha de pensamento próxima do que foi realizado na Colônia Erechim. Observar-se-ia que fosse instalada próxima das “terras a serem colonizadas, onde houvesse maior número de intrusos e contiguamente à colonização já existente em Guarani, de modo a ficar estabelecida a continuidade com os trabalhos desta, especialmente de viação”¹⁵⁹. Assim é que fica determinado que a sede provisória seria o povoado 14 de julho, a partir da consideração de sua localização estratégica para os primeiros trabalhos que se realizavam no novo núcleo colonial público.

¹⁵⁹ ALVES, Protásio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado pelo Dr. Protásio Alves, secretário interino dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d’A Federação. 1916. p. 184.

Imagem 9 – Povoado 14 de Julho – sede provisória - 1920



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Rosa - RS. Fotografado pela autora.

Cinco anos após a criação da Colônia e de sua existência como sede “provisória”, o povoado de 14 de Julho pode ser observado na fotografia acima como um povoado organizado, mas que ainda demonstrava espaço para o seu desenvolvimento, considerando diversos lotes urbanos sem construção e o que parece ser um andaime no canto inferior esquerdo da foto, próximo à anotação feita a mão sobre a localização da foto. Não há, ainda, registro na fotografia de matas ou árvores, que reforçaria o aspecto de espaço em construção, diferente do que foi registrado na imagem 7 da sede da Colônia Erechim, anteriormente observada neste trabalho.

No período da imagem acima, Gregory (1988) afirma que já havia sido realizado o desmatamento das ruas, tal como é possível observar no registro realizado em 1920. O povoado, em 30 de junho 1919, já possuiria “58 casas de madeira, 2 engenhos de serra a vapor, 2 a força hidráulica, 2 olarias, 2 hotéis, 1 cinema e a Igreja Católica em construção. Havia luz elétrica estabelecida por um particular. A população era de 415 habitantes” (Gregory, 1988, p. 100). Havia então, poucos anos após a sua criação, não apenas prédios industriais basilares para a economia e a própria subsistência do povoado, mas também um cinema. Com existência possível a partir da instalação da eletricidade pela iniciativa particular, o fato de possuir no povoado uma sala de cinema possibilita visualizar um negócio, é claro, mas também um novo espaço de sociabilidade e lazer para a população da jovem Colônia.

Outro aspecto interessante a se observar na fotografia do povoado 14 de Julho é a avenida, ampla, exemplificando a preocupação com a construção de boas ruas e avenidas nos centros urbanos coloniais, considerando o crescimento do centro e aumento de fluxo de trânsito. É também, uma das construções públicas que se utilizava da mão de obra de colonos e nacionais, envolvidos na facilitação de pagamento de lotes via prestação de serviço. Sem considerar os trabalhos de ligação entre o povoado de 14 de julho com outras localidades da Colônia e regiões vizinhas como a Colônia Guarita e Santo Ângelo – há folhas de pagamento sobre isso em todos os meses praticamente –, é possível observar os seguintes dados nos serviços prestados para a viação pública, envolvendo a então sede da Colônia. Nas folhas de pagamento onde está citado o serviço executado, constam meses em que além dos trabalhos na construção das ruas na sede 14 de Julho especificamente, há também o trabalho de desmatamento a ser realizado por onde passaria o trajeto desenhado das ruas. Assim, é possível observar os seguintes dados nos serviços prestados para a viação pública no referido povoado.

Tabela 10 – Folhas de pagamento para construção de ruas no povoado 14 de Julho¹⁶⁰

MÊS/ANO	Nº JORNALEIROS	CRÉDITO DO LOTE/TERRAS	PAGO EM DINHEIRO	VALOR TOTAL
Janeiro/1918	20 pessoas	331\$915	218\$985	550\$900
Janeiro/1918	57 pessoas	2:180\$100	227\$125	2:407\$225
Fevereiro/1918	32 pessoas	1:121\$350	112\$000	1:233\$350
Fevereiro/1918	21 pessoas	252\$815	213\$560	466\$375
Março/1918	42 pessoas	1:972\$767	124\$000	2:096\$767
Março/1918	23 pessoas	263\$847	263\$853	527\$700
Abril/1918	43 pessoas	1:877\$050	323\$400	2:200\$450
Abril/1918	18 pessoas	218\$125	244\$125	462\$250
Maião/1918	43 pessoas	1:210\$025	387\$050	1:597\$075
Maião/1918	18 pessoas	558\$625	149\$125	707\$750
Junho/1918	70 pessoas	1:690\$037	999\$838	2:689\$875
Julho/1918	52 pessoas	2:204\$350	214\$650	2:419\$000
Agosto/1918	46 pessoas	2:440\$625	301\$000	2:741\$625
Setembro/1918	45 pessoas	3:738\$250	125\$000	3:863\$250
Outubro/1918	44 pessoas	2:372\$950	115\$000	2:487\$950
Novembro/1918	39 pessoas	1:628\$200	130\$100	1:758\$300
Janeiro/1917	91 pessoas	2:110\$761	2:036\$289	4:147\$050
Fevereiro/1917	81 pessoas	1:781\$397	1:673\$228	3:454\$625
Março/1917	52 pessoas	1:106\$950	946\$250	2:053\$200
Abril/1917	-	1:135\$150	849\$150	1:984\$300
Maião/1917	46 pessoas	1:669\$125	1:103\$350	2:772\$475
Julho/1917	53 pessoas	1:371\$450	684\$250	2:055\$700
Junho/1917	51 pessoas	970\$136	1:194\$964	2:165\$100

¹⁶⁰ AHRS. DAHNE, João. *Diversas folhas de pagamento do pessoal empregado na construção/desmatamento de ruas na sede 14 de Julho*. Comissão de Terras e Colonização de Santa Rosa. Fundo Obras Públicas, caixa 55, maço 118. O ordenamento dos meses na tabela segue a disposição encontrada no maço no AHRS.

Julho/1917	8 pessoas	1:424\$350	1:051\$900	2:476\$250
Agosto/1917	44 pessoas	1:198\$575	828\$550	2:027\$125
Outubro/1917	50 pessoas	2:249\$250	195\$000	2:444\$250
Novembro/1917	1 pessoa	2:540\$775	172\$500	2:721\$275
Novembro/1917	56 pessoas	2:547\$775	97.500	2:645\$275
Dezembro/1917	52 pessoas	2:134\$600	264\$750	2:399\$350

Fonte: Comissão de Terras e Colonização de Santa Rosa – Folhas de pagamento (diversas). Produzido pela autora.

Na folha de pagamento do mês de julho de 1918, onde 52 pessoas prestaram o serviço, aparece pela primeira vez na parte de observações do documento, a prestação de serviço para terceiros. Dos 52 prestadores de serviço naquele mês, dez estavam trabalhando em nome de outrem; e desses dez casos, dois eram para mulheres. Havia, ainda, mais de um jornaleiro trabalhando para um mesmo indivíduo. Havia 4 pessoas trabalhando para João Francisco Corrêa (Luis Buchmann e 1 cavalo; Cypriano Rodrigues; João Marcelino Gomes e Anastacio Marques); um para Maria Mentsel (Laurentino Marques); dois para Sophia Pilz (João Maria e 1 cavalo e João Amordivinho e 1 cavalo); e apenas um para João Aquino (Laurentino Pires), Paulino Alves (Eduardo Alves) e para Luis Felcker (Hermogenes Pinto e 1 cavalo). Constam, ainda, pagamentos de serviços até um valor fixo de 100\$000 para Juvenal de Sousa, de 69\$000 para Caetano Vanzan e de 23\$500 para Osvaldo Velasques¹⁶¹.

Das 29 folhas de pagamento presentes na tabela acima, observamos que em apenas dois constam menos de 10 pessoas trabalhando, e em uma não consta tal informação. Esses jornaleiros, via de regra, ganhavam o valor dos seus dias de trabalho, que podia variar de menos de cinco dias até quase o mês completo, dividido de maneira igual entre o valor recebido em dinheiro e o valor pago da terra¹⁶². Aqueles que porventura utilizassem um cavalo, recebiam uma quantia a mais. A jornada de trabalho, nesta folha de pagamento, como em outras, de outros serviços, variavam entre *2\$000 e 4\$000 réis*.

Ainda, na quase totalidade do pessoal empregado nos mais diversos serviços supervisionados pelos funcionários da CTC de Santa Rosa, observam-se várias ocorrências de sobrenomes de origem europeia, ou seja, oriundo do processo colonizatório iniciado em 1824, que congregou diversas outras etnias ao longo de todo o período. Como exemplo, ainda tomando as folhas de pagamento utilizadas na tabela 10, na linha de maio de 1918, onde constam quarenta e três pessoas, e desse total, sete possuíam sobrenome estrangeiro.

¹⁶¹ AHRS. DAHNE, João. *Folha do pessoal empregado na construção de ruas da Sede Quatorze de Julho durante o mês de julho de 1918*. Para Diretoria de Terras e Colonização. 1ª via doc. nº 12. Fundo Obras Públicas, caixa 55, maço 118.

¹⁶² Infelizmente, são poucas as folhas de pagamento em que constam as informações sobre a seção e o lote dos jornaleiros, para que se pudesse, dispondo de mais tempo, realizar um cruzamento destas informações com os sobrenomes dos envolvidos e a ocupação dos lotes em Santa Rosa.

Ao observar a folha de pagamento do pessoal empregado na construção de ruas da Sede “Quatorze de Julho”, no mês de maio de 1918, observamos os seguintes colonos presentes no referido documento: Patrício Cappellari, que trabalhou trinta e um dias ao preço diário de 4\$000 num total de 124\$000 recebido integralmente em dinheiro; João Buchmann trabalhou trinta e um dias, mas com uma diária de 3\$500, totalizando 108\$500, mas diferente do primeiro jornaleiro, recebeu 54\$250 em crédito do lote e a mesma importância em dinheiro; já Luis Buchmann trabalhou com um cavalo por dez dias no mês recebendo 4\$000 a diária, e no total 40\$000, tudo em crédito do lote; Querino Massolini trabalhou 3 ¼ de diárias, por 3\$900, totalizando 12\$675, divididos em 8\$775 no crédito do lote e 3\$900 em espécie; Bortolo (?)¹⁶³ Tossim trabalhou por 8 ½ dias, recebendo 4\$000 por dia, totalizando 34\$000, dividido em 30\$000 no crédito do lote e 4\$000 em dinheiro. Henrique Lindström também se apresentou ao trabalho com um cavalo, para trabalhar por 2 ½ dias e diária de 4\$000, totalizando 10\$000 e recebendo todo o valor em crédito do lote; por fim, Luis Darose trabalhou 25 dias ao preço de 3\$000, resultando em 75\$000 recebido na integralidade no crédito do lote¹⁶⁴.

Havia, então, tanto nesses casos trazidos ao texto quanto em folhas de pagamento de outros meses e serviços, uma variedade de dias de serviço prestados, com uma possível flexibilidade de modo a não atrapalhar a produção agrícola de cada lote colonial, como também as formas de pagamento. Das três opções possíveis, se escolheria a que melhor se encaixasse em seu interesse, mas permitindo o questionamento sobre se algum indivíduo que estivesse recebendo apenas em dinheiro, não poderia estar realizando essa atividade já como um trabalho – embora contabilizado em jornadas –, paralelo ao trabalho em seu lote já devidamente quitado. Uma vez que não foi encontrada menção sobre a proibição de prestação de serviço a quem já tivesse quitado seu lote colonial.

Trazer este exemplo, sobre os sobrenomes de origem europeia, não significa uma maior atenção dispensada ao elemento colonial em detrimento do nacional, que seria, em primeira instância, o principal elemento da Colônia Santa Rosa. Estes eram, justamente, a maior porcentagem total do pessoal empregado nos serviços públicos, podendo ser considerado como uma evidência do possível sucesso de tal abordagem e política iniciada justamente em tal núcleo colonial. Chamamos a atenção para os sobrenomes estrangeiros, que na folha de pagamento usada como exemplo eram em sete – mas havia casos de mais de dez ocorrências –, por entender que tais episódios contribuiriam aqui para a reflexão sobre o discurso e a prática do Serviço de

¹⁶³ No documento, não é possível ter clareza quanto ao nome.

¹⁶⁴ AHRS. DAHNE, João. *Folha do pessoal empregado na construção de ruas da Sede Quatorze de Julho durante o mês de maio de 1918*. Para Diretoria de Terras e Colonização. nº 14. Fundo Obras Públicas, caixa 55, maço 118.

Proteção ao Nacional. Pois, pensado para atender os nacionais na facilitação do pagamento de suas terras, acaba abarcando igualmente os colonos; e ainda que se possa argumentar ou refletir sobre os dias de serviço obrigatórios a serem prestados, e que já foram discutidos neste capítulo, não há menção sobre ele nas folhas de pagamento, ou distinção entre os nomes, que pudesse indicar a prestação de serviço por conta de diferentes políticas públicas.

Dessa forma, é possível considerar que apesar de bom número de nacionais procurarem tal forma de pagamento do lote, passou-se a permitir que colonos participassem do trabalho, visto que o lote seria pago de qualquer maneira. Seguiria, ainda, sendo um auxílio para aqueles que, migrados para Santa Rosa, tivessem dificuldade em pagar o lote no tempo contratual com o dinheiro conseguido de seu trabalho na lavoura, e ainda seria um seguro para o caso de intempéries e outros problemas que viessem a prejudicar a produtividade e conseqüentemente o pagamento do lote, aumentando sua dívida colonial.

A construção da viação urbana no povoado 14 de Julho (bem como em outros povoados) reunia, então, um grande número de indivíduos para a realização destes serviços. Ocorrendo pequenas mudanças nos números entre um mês e outro, praticamente se mantinham as turmas de trabalho, numa constância em busca de concluir os trabalhos sem postergação, algo observável nas folhas de pagamento de pessoal empregado em outros trabalhos. Valdir Gregory afirma que no projeto para a sede definitiva da Colônia, que seria no povoado Santa Rosa, havia a preocupação para que este se tornasse um “centro regional de comércio, de administração e sede do futuro município” (1988, p. 97). Idealizava-se que a sede definitiva da Colônia poderia absorver parte da população excedente da região, com possibilidades de proletarização para os indivíduos que não se interessassem em migrar para novas zonas coloniais. Mesmo com todo o projeto para a sede definitiva, esta nunca saiu do papel, com a sede provisória tornando-se definitiva (GREGORY, 1988).

Um dos primeiros passos necessários para atingir os objetivos projetados para a Colônia Santa Rosa, era, então, vencer a desconfiança da população de nacionais que já habitavam tal região, e que seriam incorporados ao novo projeto colonial do governo. Esse sentimento dos nacionais para os agentes públicos que tentavam se aproximar, pode ser entendido como reflexo de décadas de relação conflituosa, onde os nacionais, fosse por venda ou por receio, migravam de suas posses ao constatarem o avanço da colonização para aquele espaço, por não serem devidamente incorporados no processo. Logo, o governo considerava necessário superar essa memória, demonstrando que os funcionários não iriam expulsá-los, mas ao contrário, estariam ajudando no processo de regularização dos apossamentos.

Com ação junto aos nacionais iniciada de maneira prévia à chegada de maiores fluxos de colonos na região, em Santa Rosa “fácil foi a administração da colônia (apesar dos vaticínios em contrário) auxiliada por outras medidas simultâneas de proteção, chamar os nossos patrícios aos diversos trabalhos, especialmente de construção de estradas e caminhos”¹⁶⁵. Dirigia-se uma organização espacial da propriedade da terra, alinhando os apossamentos com os meios jurídicos de reconhecimento pelo governo estadual – expedição do título definitivo de propriedade –. Este trabalho preliminar serviria para conhecer as possibilidades de expansão da colonização nas áreas não ocupadas por nacionais, e direcionando essa população para trabalhos junto da CTC, como forma de encaminhar e adaptar esse grupo à sociedade moderna capitalista com a sua prestação de serviço.

Em parte, como consequência dessa política, e por conta dos posicionamentos de Torres Gonçalves, a aproximação e consolidação de um trabalho junto aos nacionais, foi uma Colônia que, em seus primeiros anos, contava com a maioria de sua população de origem nacional. Grande parte desse grupo já habitaria a região e optara por não se deslocar frente ao avanço da colonização e da presença de funcionários do governo. Com a nova possibilidade de pagamento do lote, a opção de vender seu lote a colonos e recomeçar a vida em outro lugar, poderia deixar de ser a melhor ação.

Diante desse novo cenário e da manutenção dos posseiros em suas áreas, a medição de lotes e polígonos nessa Colônia contou com os processos de regularização quando se apresentavam os números dos trabalhos da comissão ali instalada. Dito isso, no relatório da Comissão de Santa Rosa, constante no relatório da Secretaria de Obras Públicas de 1916, João Dahne¹⁶⁶, recentemente empossado como chefe dessa Colônia, relatava que “pelo contratante da medição de lotes rústicos nesta Colônia, foram fechados 5 polígonos com a área total de 15.126,2ha, todos situados na vertente esquerda do rio Santa Rosa e compreendidos entre a borda do campo e o local escolhido para sede”¹⁶⁷. Com o projeto ainda em seus primeiros

¹⁶⁵ CEDOPH/URI. *Inspeção dos trabalhos da Comissão de Terras e Colonização da Palmeira* do Engº Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Sr. Secretário das Obras Públicas. Ofício 302. 30 de maio de 1918.

¹⁶⁶ O engenheiro João Dahne é o segundo chefe da Colônia Santa Rosa, empossado em 15 de maio de 1916. Antes de assumir tal cargo, trabalhou no reconhecimento para a exploração da Estrada de Ferro S. Pedro – S. Luiz até Santa Rosa. Já possuía, assim, conhecimento sobre a região da Colônia que passava a administrar a partir daquela data. DAHNE, João. Relatório da Comissão de Terras e Colonização de Santa Rosa. In: ALVES, Protásio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado pelo Dr. Protásio Alves, secretário interino dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d’A Federação. 1916. p. 279.

¹⁶⁷ DAHNE, João. Relatório da Comissão de Terras e Colonização de Santa Rosa. In: ALVES, Protásio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado pelo Dr. Protásio Alves, secretário interino dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d’A Federação. 1916. p. 280.

momentos, a demarcação em polígonos para a posterior fragmentação em lotes coloniais era já uma organização prévia, para a formação de grupos de lotes e a disposição destes para a venda a colonos/nacionais e imigrantes. Dos cinco polígonos demarcados, três já haviam sido divididos em lotes, se tornando 376 lotes.

O chefe da Colônia projetava que, em não tanto tempo, os trabalhos seriam direcionados de maneira que chegassem à margem direita do Rio Santa Rosa e entre esse e o arroio Buricá, pois esperava com ele “normalizar a situação de cerca de 470 famílias lá estabelecidas, pertencentes a antigos posseiros e em parte a intrusos”¹⁶⁸. Considerando todos estes trabalhos, a área demarcada na Colônia, constava já com 45.887,0127m², sendo composta por um total de 1.233 lotes, além de algumas áreas particulares a indivíduo e a empresa. O trabalho de verificação de posses, responsabilidade do chefe da Colônia, estaria sendo retomado com o empossamento de João Dahne, que acreditava poder concluir o serviço nas zonas já divididas até o fim de 1916, e para isso, apontava que já haviam sido “verificadas 28 posses das quais 17 tiveram despachos favoráveis e 11 estão pendentes desse despacho”¹⁶⁹. A parte do despacho, iniciado após o trabalho de medição, poderia demorar, visto o fato de que era o presidente/secretário de Obras Públicas que deveria deferir (ou não) cada despacho; este fato contribuía para uma morosidade na conclusão dos processos e expedição dos títulos definitivos de propriedade da terra no Estado.

Em mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul em 1918, Borges de Medeiros destacava que o governo agia não mais para a expulsão daqueles que intrusavam áreas públicas, por mais que fossem ilegais e não cumprissem o apontado nas legislações estaduais. Estariam, naquele momento, agindo para oferecer melhores condições na aquisição legal das áreas ocupadas até então ilegalmente. Ou em outra perspectiva, invertendo o ponto de ação que havia sido utilizado até então, para, muito mais do que o social defendido, pudessem obter os resultados esperados de uma maneira menos dispendiosa. Quaisquer que fossem as reais intenções para com a mudança de postura, no resultado dessas ações, a população de Santa Rosa estaria sendo formada majoritariamente por brasileiros e não por imigrantes. Diante dos números apresentados pelo presidente do Estado, é possível concluir

¹⁶⁸ DAHNE, João. Relatório da Comissão de Terras e Colonização de Santa Rosa. In: ALVES, Protásio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado pelo Dr. Protásio Alves, secretário interino dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d’A Federação. 1916. p. 281.

¹⁶⁹ DAHNE, João. Relatório da Comissão de Terras e Colonização de Santa Rosa. In: ALVES, Protásio. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado pelo Dr. Protásio Alves, secretário interino dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d’A Federação. 1916. p. 285.

alguns aspectos; principalmente sobre o grande número de nacionais que habitavam irregularmente a região e que optaram/foram regularizados, expressados pela predominância na população total da Colônia nos primeiros anos de existência.

A proteção aos nacionais se tornava atrativa quando os nacionais, considerados agricultores tão capazes quanto os de origem europeia, eram beneficiados com um trabalho integrativo dos funcionários da CTC e a conseqüente regularização de apossamentos antigos, alguns com mais de 30 anos, da facilidade no pagamento, a redução de 20% no preço dos lotes, além de não afastar aqueles que já estavam na região. De uma população total da Colônia em seus primeiros tempos, de 3.000 pessoas de origem não europeia, em 1926, haveria 9.000 nacionais, “vindos, na maior parte, de outros Estados e em razão das medidas de proteção adotadas”¹⁷⁰. A constatação que Santa Rosa se colocava como destino de nacionais de outras regiões, não só de colonos via processo de enxameamento, demonstra que a aposta de Torres Gonçalves em ser grande defensor dessa política, estava rendendo resultados satisfatórios.

Havia então, um cenário positivo quanto ao trabalho junto aos nacionais, onde não havia sido registrada saída de famílias desde a chegada dos funcionários do governo, ao contrário, constatou-se que famílias de nacionais, de outras regiões, estavam se deslocando para lá e procurando a CTC para já adquirir um lote regularizado. Diante disso, em 24 de fevereiro de 1918, a CTC de Torres Gonçalves organizara uma festa como forma de comemorar os bons resultados e números da aplicação do Serviço de Proteção aos Nacionais na Colônia Santa Rosa.

¹⁷⁰ MEDEIROS, Antonio Augusto Borges de. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura, em 23 de setembro de 1926*. Porto Alegre. fl. 35.

Imagem 10 – Festa oferecida pelo Governo do Estado aos Nacionais – 1918



Fonte: Relatório da Diretoria de Terras e Colonização de 1918.

Esta festa, que serviu também para a inauguração da ligação da Colônia à ferrovia na Vila de Santo Ângelo, foi organizada para o dia 24 de fevereiro por se tratar da data de promulgação da Constituição da República. Foi um evento com grandes referências ao positivismo seguido pelo governo perrepista, representado ali por Torres Gonçalves, igualmente um grande seguidor. A edição de 05 de março de 1918 do jornal *A Federação* – órgão do governo perrepista – traz um relato sobre o evento ocorrido no mês anterior, informando tanto o discurso proferido pelo diretor da DTC, quanto as atividades ocorridas e participação da população presente. Nesta festa, além de citar Benjamin Constant e invocar os princípios do Positivismo – O Amar por princípio, e a Ordem por base; o Progresso por fim –, houve ainda a execução da Marselhesa, hino nacional francês. Em seu discurso, Torres Gonçalves afirma que,

a escolha, pois, desta data para a festa que neste momento nos congrega, permite melhor compreender o seu caráter cívico. Inerente à natureza própria da data, este caráter torna-se mais patente pelo objetivo especial da festa, que é a comemoração do concurso decisivo dos nossos patrícios em todos os trabalhos de organização da novel colônia Santa Rosa¹⁷¹.

A comemoração organizada serviria para dois propósitos, então. Focaremos na parte referente à comemoração quanto às respostas que os nacionais davam, ao estarem, aos olhos do governo, desenvolvendo uma índole trabalhadora, ao mesmo tempo, se distanciando do que seria sua natureza e se aproximando da produtividade que seria própria dos colonos. O cuidado

¹⁷¹ Jornal *A Federação*. *Colônia Santa Rosa – Festa aos nacionais*. Nº 54. Folha 1. 05 de março de 1918.

governamental para com os nacionais, era então, como já posto, muito mais por conta dos resultados, da inserção econômica que trariam para o Estado, do que por simples boas ações e intenções dos governantes para com uma população até então sistematicamente excluída de políticas públicas. Acompanhando essa perspectiva, considerava-se que para tornar esta parcela da população rio-grandense produtiva, era necessário considerar que

tal atraso é menos individual do que social, como essencialmente resultante das deficiências do meio em que vivem os nossos patrícios, estes não tardam em modificar-se, à medida dos melhoramentos introduzidos nas regiões onde residem, sobretudo quando o poder público, com a sua autoridade é servindo-se de funcionários capazes de conquistarem a confiança deles, os ampara e guia na sua evolução¹⁷².

Do mesmo modo que entendiam que a intrusão era resultante muito mais da falta de políticas e atenção para essa população do que por má índole dos então intrusos, o governo compreendia que além de uma questão de fraternidade/assistencialista, “é também aconselhada por motivos de ordem política, como dever cívico, para a fixação ao solo e a elevação dos elementos mais aptos a ajudarem a formar do Estado uma organização social cada vez mais homogênea”¹⁷³. Esperava-se estimular o trabalho e evitar possíveis problemas sociais que fossem desencadeados por essa população, caso não inserida na sociedade rio-grandense. Embora tenha se organizado uma comemoração quanto ao sucesso obtido em Santa Rosa, e que tal fato fosse repetido constantemente nos relatórios produzidos, consideramos que isso indica também uma surpresa, ou por dar certo, ou pelo nível de retorno que estavam obtendo em tal proposta de trabalho.

Esta Colônia, então, possuiria, de acordo com o governo, um rápido desenvolvimento, muito embora não dispusesse “do precioso fator de progresso que Erechim possui, na linha férrea que atravessa esta, de sul a norte, a Colônia Santa Rosa não marcha menos rapidamente. E cumpre ponderar ainda que cerca de 70% da população de Santa Rosa é constituída de nacionais”¹⁷⁴. Estando localizada em região de forte presença de nacionais, tal como aponta a percentagem da citação de um relatório de 1919 apresentado por Torres Gonçalves ao Secretário de Obras Públicas, referendaria a ação e o modo como tal estava sendo direcionada.

¹⁷² PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d’A Federação. 1918. p. 308.

¹⁷³ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d’A Federação. 1918. p. 309.

¹⁷⁴ CEDOPH/URI. *Relatório sobre a inspeção dos trabalhos das Comissões de Terras e Colonização de Palmeira, Santa Rosa e Guarani*. Engº Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Secretário Obras Públicas. 10 de março de 1919. fl. 9.

Muito embora seja possível considerar que de uma maneira ou outra teria sido imposta a ação governamental em região com alta ocupação de pessoas em situação irregular, ao passo que era visada para a expansão da zona colonial estadual, as influências ideológicas que guiaram aqueles à frente dos órgãos responsáveis, e a mudança de posicionamento sobre o valor de grupos sociais para o Estado, contribuíram para que os resultados fossem mais positivos do que talvez o esperado inicialmente. Eram estas influências ideológicas observadas no governo estadual que faziam com que houvesse uma “postura oficial” como escreve Gregory (1988) contra uma colonização homogênea. É importante, porém, destacar que o intuito da colonização mista, ou seja, a assimilação dos grupos étnicos oriundos da imigração na sociedade brasileira, era algo discutido a nível nacional, e não apenas estadual – esfera de ação do governo perrepista.

Outro fator que embasava o argumento sobre o desenvolvimento colonial de Santa Rosa estava a venda de terras e a arrecadação da dívida colonial. No ano anterior (1918), e considerando os quatro anos de existência do projeto, o valor girava em torno de 453:758\$705, demonstrando que tanto a venda de lotes coloniais estaria ocorrendo em bom ritmo – tal como no número pouco expressivo de lotes disponíveis que constam em relatórios posteriores – quanto a arrecadação da dívida colonial não apresentava problemas, visto não ser observado em documentação citações sobre possível inadimplência.

Nos quatro anos de criação da referida Colônia, constata-se que a sistematização dos trabalhos, principalmente os referentes à viação e organização urbana, era maior do que o observado em Erechim, e apenas inferior ao que se constatava no núcleo público mais recente, a Colônia Guarita¹⁷⁵. Tal apontamento, primeiro, demonstra como Erechim era ponto de referência para os núcleos coloniais geridos pelo governo e criados posteriormente; e em segundo lugar, a possível influência do plano geral de viação de 1913, onde se colocava novas disposições a serem cumpridas quando da criação de novos núcleos coloniais públicos. Nesse ponto, a Colônia Guarita ainda guardava outro ponto a somar nesse aspecto, que era a presença das fontes termais do Mel em sua área – a Colônia foi criada objetivando a exploração medicinal e turística de tais recursos¹⁷⁶.

Alguns anos depois, em 1924, Ildefonso Soares Pinto, no Relatório apresentado a Borges de Medeiros, destaca os números de demarcação de lotes no Rio Grande do Sul nos

¹⁷⁵ CEDOPH/URI. *Relatório sobre a inspeção dos trabalhos das Comissões de Terras e Colonização de Palmeira, Santa Rosa e Guarani*. Engº Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Secretário Obras Públicas. 10 de março de 1919.

¹⁷⁶ As fontes termais do Mel, que culminaram na criação da Colônia Guarita, despertaram grande interesse no governo, para a sua exploração turística e medicinal, ocupando parte dos relatórios burocráticos e resultando estudos comparativos de sua composição química e usos médicos, com fontes termais em outros países inclusive.

anos anteriores, que haviam sido prejudicados por conta da guerra civil dos anos anteriores, onde diversos serviços foram prejudicados com a atenção e os esforços voltados para a disputa pelo poder estadual. Por conta disso, em 1922, teria sido demarcada uma área de 2.2374ha, divididos em 815 lotes rurais¹⁷⁷; desse total, a comissão que havia demarcado a maior parte havia sido a de Santa Rosa, com 682 lotes. Seguindo na prestação de contas sobre os trabalhos da DTC, aparece a informação de que na Colônia em questão, houve a concessão de 460 lotes, o que possibilita considerar o fato de que os números de lotes demarcados incluíam os apossamentos dos nacionais que eram regularizados concomitante com a medição de lotes para a venda a quem para ali se dirigisse. Esse crescimento demonstra como foi importante que a colonização nessa região abarcasse também a população que ali já residia, contribuindo de maneira expressiva para os números de medições de lotes, que o governo avaliava para o crescimento dos núcleos coloniais públicos, e acabando por reforçar o defendido por Torres Gonçalves na ideia de colonização mista.

Com uma presença significativa da população até então intrusa, nos números apresentados tanto na questão de população quanto de lotes rurais demarcados, ia superando a ideia de que não daria retorno a incorporação mais efetiva do elemento não colonial/imigrante em núcleos do governo. Ao passo que ainda em 1924 se apresentava números positivos e que destacaria o crescimento colonial também com os nacionais envolvidos, podemos considerar que desde a sua criação, Santa Rosa possuía um bom desenvolvimento. Estaria, então, acompanhando a reorganização do espaço agrário da região, com a regularização da população nacional e dando conta da chegada à Colônia de levas de imigrantes, colonos e nacionais de outras regiões do Estado. Embasaria, assim, a ideia de um projeto colonial que não precisaria contar principalmente com imigrantes – embora presentes na colonização em Santa Rosa, os outros grupos também eram representativos quantitativamente.

Isto posto, a Colônia Santa Rosa contribuiria como argumento para o discurso do governo acerca da defesa do fim de subsídios para a imigração. Estaria atrelado, para além da questão de cortar tais custos, a uma população colonial com crescimento natural que buscava novas áreas para fixar-se, compondo o processo de enxamagem, e principalmente da ideia corrente sobre a inserção da população nacional também no processo colonizatório. Contando com ambos os grupos, já aclimatados às condições geoclimáticas rio-grandenses, como Borges de Medeiros destaca quanto a “essa descendência de antigos colonos é superior em tudo ao

¹⁷⁷ PINTO, Ildelfonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engenheiro Ildelfonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924.

imigrante estrangeiro e especialmente o ponto de vista social e industrial”¹⁷⁸, haveria população suficiente para a colonização das terras ainda não colonizadas. O dinheiro outrora utilizado para a vinda de imigrantes europeus, poderia ser alocado em outras ações públicas, necessárias para o desenvolvimento das regiões coloniais e o que mais se achasse necessário.

Ao utilizar a população colonial nascida e criada no Rio Grande do Sul para as novas Colônias no norte do Estado, o governo contava com toda a experiência e conhecimento adquiridos desde o seio de suas famílias. Tais facilidades de adaptação e ao trabalho agrícola como afirma Relly (2017), diminuiria ou quitaria a necessidade de um mais período adaptativo para condições climáticas e florestais.

Além do volume da população colonial rio-grandense, que poderia dar o motivo pelo qual essa Colônia foi o ponto de experimentação do Serviço de Proteção aos Nacionais, se devia à grande presença destes próximos aos rios Santa Rosa e Santo Cristo, onde haveria, somados, cerca de 3 mil pessoas em condição de intrusos (SPONCHIADO, 2005). Nesse espaço, antes da chegada e assentamento de colonos em maior volume, ocorreu a regularização das propriedades dessas famílias, se encontrando em situação regular, quase a totalidade das famílias que ali viviam quando da intensificação da instalação de colonos. Breno Sponchiado, ao discutir as reações de Torres Gonçalves quanto aos primeiros resultados observados em Santa Rosa na questão da regularização dos intrusos, indica que este comemorava, em 1917, que apenas uma família, de todas que viviam na região, havia optado por ir embora; seria então, uma mostra do sucesso da nova abordagem da DTC junto aos nacionais.

As ações das CTCs nas regiões de Palmeira e Santa Rosa, iniciadas antes que se avolumasse a migração interna para tais áreas, resultou em um cenário mais organizado para a colonização ocorrer, com o trabalho de regularizar aqueles que estivessem ali de maneira irregular¹⁷⁹. Junto a esse trabalho prévio para resolver a intrusão, havia os trabalhos para a demarcação de lotes que seriam disponibilizados para imigrantes e descendentes destes, além de famílias nacionais que para ali fossem atraídas com a facilidade de pagamento dos lotes. O panorama de organização, ao passo que o volume de indivíduos para ali direcionados pudesse ser menor que para Erechim, impactava nos números de lotes disponíveis.

Ildefonso Soares Pinto, em 1924, dá conta de que em 1923 o total de lotes coloniais devolutos no Estado era de 2.378 – um aumento de 278 em relação a 1922 –; desse total, a

¹⁷⁸ MEDEIROS, Antonio A. Borges de. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura em 20 de setembro de 1914*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d’A Federação. 1914. p. 23.

¹⁷⁹ CEDOPH/URI. *Sem título*. De Carlos Torres Gonçalves, diretor Diretoria de Terras e Colonização. fl. 9. 13 de novembro de 1918.

comissão que possuía maior número de lotes disponíveis era a de Erechim, com 1.083, e a que menos possuía lotes livres para vendas era a comissão de Santa Rosa, com apenas 310¹⁸⁰.

Desses dados apresentados pelo secretário das Obras Públicas, a disponibilidade de lotes coloniais em Erechim e Santa Rosa apresentam uma grande discrepância, como podemos observar no parágrafo anterior. Tal diferença poderia ser resultado de uma maior preocupação na demarcação por lotes em Erechim, como observado quando se procura firmar contrato com vários agrimensores para trabalharem na demarcação de lotes na Colônia, em decorrência da grande procura e direcionamento de imigrantes e colonos para lá. Em Santa Rosa, a distância para centros maiores, poderia permitir que não houvesse uma grande preocupação por possuir milhares de lotes a disposição. Ou também, lembrando que a sedentarização dos nacionais, que influenciavam os números de habitantes e lotes demarcados, e assim, não dependiam da demarcação de novos lotes, apenas da regularização das posses já existentes.

Seguindo a situação acima, descrita por Sponchiado, nos anos seguintes, segue-se uma observação semelhante, com os funcionários do governo observando que não haveria as saídas que observavam no passado em outros locais. Ao contrário, como consequência do que era aplicado em Santa Rosa, esta Colônia estava se tornando um polo atrativo de família de nacionais em busca da possibilidade de adquirir um lote de terra com facilidades no pagamento do mesmo¹⁸¹. Torres Gonçalves alegava que ocorria um fortalecimento do sentimento entre os próprios colonos nacionais de que não seriam em nenhum aspecto inferiores aos colonos de origem europeia, no condizente à capacidade laboral¹⁸².

Podemos considerar que tal fato retratado pelo diretor da DTC pode ser, em parte, a própria projeção que este possuía em relação aos nacionais, nas diversas vezes em que defendia junto ao governo estadual a sua postura de dispensar maior atenção para com essa população. Claro que pode ter ocorrido um sentimento entre essa população como o que foi relatado por ele; considerando a alteração no modo como os funcionários públicos os tratavam, passando a integrá-los efetivamente aos projetos de colonização e as facilidades de pagamento que lhes eram ofertados. Isso gerava uma segurança de saber que a sua propriedade não estava mais

¹⁸⁰ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924.

¹⁸¹ GONÇALVES, Carlos Torres. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919*. Porto Alegre. Oficinas Gráficas d'A Federação. 1919. p. 432.

¹⁸² GONÇALVES, Carlos Torres. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização. In: *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919*. Porto Alegre. Oficinas Gráficas d'A Federação. 1919. p. 432.

ameaçada e permitiria um novo ânimo para trabalhar a terra e aumentar sua produção, bem como no trabalho prestado nas obras públicas.

A fixação das famílias de nacionais em suas propriedades, possibilitadas pelas políticas públicas que passavam a ser aplicadas com maior efetividade, embora fosse divulgada como de preocupação social do governo e da oportunidade de demonstração de que em termos laborais não seriam inferiores àqueles de origem europeia, era também, e talvez principalmente – em termos práticos –, a busca pelo impedimento do desgaste de novas áreas de terras colonizáveis¹⁸³. Logo, é possível também observar uma ligação entre a Colônia Guarani, mais antiga, mas menos desenvolvida, e a Colônia Santa Rosa, um dos núcleos coloniais públicos mais recentes naquele período. Além da ligação natural que a proximidade poderia provocar, o problema observado do desmatamento causado por nacionais e a solução que se avizinhava com o serviço de proteção aos nacionais em Santa Rosa, poderia render benefícios para ambas as Colônias.

A preocupação de integração dos nacionais em projetos de colonização, possuía como um dos objetivos – como destacado anteriormente – realizar uma integração entre nacionais e colonos/imigrantes, objetivando uma integração mais rápida destes últimos à sociedade brasileira. Em contrapartida, o contato dos nacionais com práticas mais modernas de agricultura ou, ao menos, apresentá-los a um novo modo de vida e desenvolver seu lado industrial, que seria inferior ao observado nos colonos e imigrantes (SPONCHIADO, 2005). Ao contribuir para a sedentarização dos nacionais nos núcleos coloniais públicos, o governo esperava, então, que ocorresse um desenvolvimento social dessa população, de forma que passassem também a contribuir para o desenvolvimento estadual. Eram ações, portanto, que por mais que possuíssem algum nível de preocupação social, esta seria atrelada ao encaixe desse grupo às normas capitalistas esperadas pelo governo.

O Serviço de Proteção aos Nacionais se torna, então, uma maneira efetiva de, em larga escala, resolver os problemas de intrusão encontrados, com a inclusão dessa população ao novo núcleo colonial. Antes, contudo, da criação da Colônia Santa Rosa, no Relatório apresentado à Assembleia dos Representantes de 1914, Borges de Medeiros já destacava que “a criação dos núcleos em terras onde já existem inúmeros intrusos não pesará no orçamento, pois a diminuta

¹⁸³ PINTO, Ildelfonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo engenheiro Ildelfonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1920.

despesa a fazer será uma quinta parte da renda provável da venda imediata das terras”¹⁸⁴. Logo, é possível supor que o governo já estivesse há algum tempo discutindo estratégias e maneiras de resolver um problema tão profundo quanto o da intrusão em terras rio-grandenses.

A proteção ao nacional seguiria a mesma linha da colonização com europeu ou descendente, na questão de lucratividade para o Tesouro Estadual. Mesmo sendo realizada a venda a esse grupo, dos seus lotes a um preço menor do que seria realizado a um colono, já seria registrada a entrada de valores, diferentemente do que ocorreria se não houvesse tal possibilidade. O governo, então, conseguiria manter o lucro imediato da venda/regularização de terras, e contabilizaria ainda os resultados na produção de tal região e, principalmente, na arrecadação tributária (GREGORY, 1988).

Ao passo em que alguma solução que não fosse resumida ao pagamento em espécie da regularização das terras deveria ser tomada, visto que a maior parte dos intrusos não possuíam tais meios, o governo se preocupava também em arrecadar fundos para o Tesouro Estadual e manter a máquina pública funcionando – despesas com pessoal, serviços e afins. Dessa forma, Torres Gonçalves delimita que

Aos concessionários de lotes em débito com o Estado, porém somente aos que notoriamente não puderem saldar a dinheiro os seus débitos (condição essencial para que a arrecadação em dinheiro não seja prejudicada), podeis facilitar o pagamento em serviços. Estes serviços podem ser prestados na construção das estradas de rodagem e caminhos, nas condições dos editais afixados em 1916¹⁸⁵.

Neste documento a que tivemos acesso, não é possível saber se no documento original é feito, por parte do diretor da DTC, alguma menção ao Serviço de Proteção aos Nacionais, iniciado na Colônia Santa Rosa poucos anos antes. Embora seja possível traçar paralelo entre o referido sobre os concessionários de lotes sem condição de pagar em dinheiro e a prestação de serviços em funções simples, pode ocorrer de haver indicação de tal possibilidade sem integrar o Serviço propriamente, em locais onde não haveria demanda tão alta. Mesmo assim, para poder colocar em prática tal possibilidade, era solicitado ao chefe da CTC de Palmeira, que todas as despesas – essas incluídas – fossem organizadas devidamente em folhas de pagamentos que deveriam ser remetidas para a DTC em Porto Alegre.

¹⁸⁴ MEDEIROS, Antonio A. Borges de. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura em 20 de setembro de 1914*. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d’A Federação. 1914. p. 25.

¹⁸⁵ CEDOPH/URI. *Circular nº 129* do Engº Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Engº Frederico Westphalen, chefe da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira. 08 de fevereiro de 1917.

As folhas de pagamentos são importantes documentos burocráticos onde é possível ao historiador acompanhar a prestação de serviços de colonos em diversos serviços públicos, em diversos aspectos. A indicação para se passar a produzir as referidas é observada na circular nº 129 de 08 de fevereiro de 1917, de Torres Gonçalves ao chefe da CTC de Palmeira, Frederico Westphalen, da necessidade de criar tal instrumento para facilitar a observação e acompanhamento das despesas que estariam sendo realizadas, a fim de evitar desperdícios de recursos¹⁸⁶.

4.2.3 A economia na Colônia Santa Rosa

De grande crescimento populacional, e de grande ocupação de lotes disponíveis em sua extensão, Erechim apresentava, em 1915, uma produção de 2.100:000\$000, com a exportação montando em 909:261\$150 e a importação chegando a 1.100:000\$000¹⁸⁷. Em Santa Rosa, a escolha de culturas específicas poderia contribuir para um desenvolvimento em bom ritmo, principalmente no início, momento em que a situação no geral era mais delicada, visto toda a fase de assentamento e organização inicial. Mesmo possuindo um desenvolvimento menor do que o que havia sido observado em Erechim, Roche destaca que logo da criação desse núcleo colonial, buscou-se “a produção se restringia aos produtos mais lucrativos, como o milho, o feijão, a batata-inglesa, a cana-de-açúcar” (2022, p. 295). A partir das colheitas desses produtos, gerando um lucro maior do que caso fosse outras plantações, iniciaria um giro econômico.

Um dos motivos pelos quais a colonização mista, da forma como pensada e implementada em Santa Rosa, se tornou premente para o governo perrepista rio-grandense, era, para além da busca de meios pelos quais se evitaria quistos étnicos e a população colonial seria devidamente incorporada na sociedade brasileira (GREGORY, 1988), a economia de recursos com a vinda subsidiada de imigrantes europeus. Com uma população colonial de grande crescimento natural, e a observação da população de nacionais considerados intrusos, havia a defesa do argumento que se bastariam essas parcelas para colonizar o restante das áreas disponíveis no Rio Grande do Sul.

¹⁸⁶ CEDOPH/URI. *Circular n° 129* do Eng° Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Eng° Frederico Westphalen, chefe da Comissão de Terras e Colonização de Palmeira. 08 de fevereiro de 1917.

¹⁸⁷ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 15.

Além da importância em regularizar aqueles que ocupavam irregularmente terras, para efeitos práticos de organização e privatização, havia o discurso de que a população de nacionais em nada deveriam àqueles de origem estrangeira na agricultura, apenas era necessário oferecer condições para que fossem tão importantes quanto esse grupo na economia. Logo, se faz interessante analisar informações econômicas, ainda que não de maneira extensa e aprofundada, de modo a ter conhecimento ao menos dos números de importação e exportação da Colônia. Considerando-se, principalmente, que nos primeiros anos de sua existência, a sua população era formada, em sua quase totalidade, por nacionais, com a população de origem colonial crescendo posteriormente, ainda que não se tornando predominante.

Dois anos após a sua criação, em 1917, Santa Rosa possuía uma produção de 420\$00, importação de 126:000\$000 e exportação de 168:000\$¹⁸⁸, números ainda reduzidos e que demonstravam ainda uma dependência de importações, visto a pequena produção econômica. Com uma população de 5.300 habitantes, formada predominantemente por nacionais, pode-se supor que a economia não tenha mudado de patamar apesar do intenso trabalho de regularização de apossamentos, ainda se baseando numa produção de subsistência, sem tanto contato de venda com o mercado estadual, se não pela importação de produtos que ali não eram produzidos.

Outra possibilidade, que pode ser considerada ao olhar para os números da economia de Santa Rosa, é a questão da prática de contrabando. Próxima ao rio Uruguai, da fronteira com outro país, não seria algo deveras complexo de realizar. Assim, negócios e comércios paralelos poderiam ser utilizados como forma de burlar taxas e aumentar ganhos fora dos registros oficiais.

Com uma produção colonial lenta em seus primeiros anos e ainda muito dependente de bens e produtos importados, nos anos de 1919 e 1920, Santa Rosa já apresentaria números diferentes. Com uma produção girando em 1.200:000\$, com a exportação e importação que em 1919 eram de 380:000\$000 e 550:000\$000¹⁸⁹ respectivamente, no ano seguinte, ao passo que a produção seguia com os mesmos números, a exportação e importação movimentaram 450:000\$ e 720:000\$¹⁹⁰ respectivamente. A partir de tais números, é possível observar o desenvolvimento econômico da Colônia, com a elevação de sua produção e alterações nos números apresentados

¹⁸⁸ *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1917.* Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1917.

¹⁸⁹ MEDEIROS, Antonio Augusto Borges de. *Mensagem e proposta de orçamento enviadas à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1919.* Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1919.

¹⁹⁰ MEDEIROS, Antonio Augusto Borges de. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1920.* Porto Alegre. 1920.

do que entrava e do que saía desse espaço, resultado da consolidação do projeto colonial, onde, com a estabilidade instaurada após os primeiros anos, o desenvolvimento econômico começava a ser observado.

A variedade dos itens produzidos e que poderiam ser exportados, tal como a quantidade e a porcentagem que seria consumida internamente e o que era destinado para mercados de fora, sofria alterações, ao passo do desenvolvimento da Colônia. Essas mudanças, não necessariamente bruscas, atendiam tanto ao esgotamento de determinado produto – não necessariamente sua extinção –, como a erva-mate, mas também o desenvolvimento advindo do crescimento populacional, com o surgimento de novas indústrias no espaço colonial.

Para o espaço da Colônia Santa Rosa, Gregory destaca que, após um esgotamento de atividades extrativistas, como a erva-mate e a madeira, “surgiram as fábricas de cervejas, de vinho, de aguardente, de farinha de trigo, de farinha de mandioca” (1988, p. 86). Uma maior variedade de negócios e produções, fortalecia a economia colonial e contribuiria para tornar a Colônia atrativa a quem pudesse se interessar. Além de fábricas de produtos básicos e essenciais como a farinha de trigo e a de mandioca, ligadas à produção de alimentos, as fábricas de bebidas podem ser observadas como reflexo da heterogeneidade étnica da Colônia, que com colonos de diferentes origens e tradições, se refletia na produção de diferentes produtos, como cervejas, vinhos e aguardentes.

4.3 A viação geral na colonização pública de Erechim e Santa Rosa

A colonização se desenvolveu gradativamente desde os principais centros e Colônias já estabelecidas, até chegar em regiões mais distantes do Estado.

Para a ocorrência dessa expansão das zonas de colonização, uma rede extensa de estradas de rodagem e a estrada de ferro era necessária (grande facilitadora), de modo a conseguir sustentar a criação e desenvolvimento desses novos empreendimentos. Assim, era de grande importância a construção e manutenção de estradas de rodagem e caminhos vicinais, pontes, de modo que tanto a ligação com externa quanto internamente tivessem suas carências atendidas. Eram serviços que constavam em tópicos específicos dentro dos relatórios de prestação de contas dos trabalhos executados pelas CTCs, e tópico importante nos discursos de Torres Gonçalves na defesa dos trabalhos que visavam o lema positivista da ordem e do progresso.

Tal como a melhor maneira de realizar a demarcação dos lotes (atentando para a presença de recursos naturais de maneira igualitária o mais possível em todos os lotes), o

governo discutia e realizava alterações nas técnicas utilizadas para a construção de estradas, de forma que estas pudessem permitir o trânsito de veículos cada vez mais pesados (GREGORY, 1988). E como foi com o plano geral de viação, onde se estipulava novas regras para criação de povoados coloniais, a implantação das novas medidas ocorrera após a criação de Erechim, se aproximando do período de criação de Santa Rosa e o início do projeto colonial ali.

Em decorrência deste recorte temporal da criação das Colônias e o início da aplicação das novas práticas para medição de lotes e para a construção de estradas, se poderia, conforme Gregory (1988) explana, apenas aplicá-las em Erechim em novas construções, convivendo com as estradas criadas com as antigas técnicas – e alguns defeitos –, enquanto Santa Rosa seria beneficiada com toda a sua malha viária sendo criada a partir das novas técnicas de construção. Observar novas técnicas para a criação de estradas, permitiria, devido ao novo limite de carga transportadas nessas vias, que quando houvesse a inserção de ônibus, caminhões e automóveis – a partir da Primeira Guerra Mundial –, aumentasse o trânsito de produtos e pessoas. Assim, as áreas com estradas mais bem estruturadas, usufruiriam de maior integração entre centros e regiões, contribuindo também com o processo de migração, que continuava a existir (GREGORY, 1988).

A Colônia Erechim apresentava em 1913, 124 km de estradas de rodagem, entre a extensão já concluída e a que ainda estava em construção, possuía 613,5 km. Chama a atenção que desse número apresentado em relatório, consta que 558,5 haviam sido feitos pelos imigrantes, com a verba que o governo injetava, por conta de seu interesse na construção dessa malha para seu próprio trânsito pessoal e de seus produtos¹⁹¹. Dois anos após, em 1915, a extensão de estradas de rodagem atingia 168 km, com 25 km desse aumento, se referindo à estrada de ligação entre Paiol Grande a Erechim¹⁹².

Esta última informação é interessante por ser o projeto da época de transformar Paiol Grande na sede da Colônia¹⁹³, visto sua maior proximidade para com a Estação férrea que

¹⁹¹ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidentes do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913*. Porto Alegre. Oficinas gráficas da Livraria do Comércio – Souza & Barros. 1913.

¹⁹² PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 125.

¹⁹³ Visto o interesse de tornar Paiol Grande em sede da Colônia Erechim, se apontava para a necessidade de substituir o referido nome para “outro menos prosaico”. PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 126.

possuía o mesmo nome (a mudança ocorre em 20 de abril de 1916). Logo, havia uma grande atenção para este povoado, tanto por permitir a fácil ligação deste para com outros povoados que compunham a Colônia, quanto na medição de lotes, que neste período eram contabilizados em 550, com 230 lotes já concedidos. Havia ainda neste povoado, 88 prédios – 10 casas comerciais e 2 hotéis – e 520 habitantes.

Com atenção desde antes da criação oficial por parte do Estado, e criada após a resolução que alterava o desenho dos lotes coloniais, para oferecer de maneira uniforme recursos e qualidades independentes da localização dos lotes, os traçados dos caminhos vicinais em Santa Rosa também acabavam se alterando. O secretário das Obras Públicas, João Parobé, afirmava que

com a modificação na demarcação dos lotes, desapareceram as linhas coloniais de outrora, retas intermináveis, subindo e descendo morros, por onde seguiam os terríveis travessões ou caminhos vicinais. Estes são hoje traçados para grupos de lotes, e de modo a poderem ser gradualmente transformados em estradas de rodagem. O Estado no início dá apenas uma picada de 4 metros aberta, mas que permite desde logo o agricultor saber onde será a estrada futura e como estabelecer a sua habitação e dependências¹⁹⁴.

O espaço colonial era, então, projetado de maneira gradual, sem uma rigidez prévia, onde após a instalação inicial e a percepção de como estavam ocorrendo as primeiras fases. A adaptabilidade resultante dessa medida, que não significaria uma ausência de olhar a longo prazo, mas a possibilidade de realizar alterações e adaptações que o momento exigiria para melhor atingir aspectos esperados na referida Colônia.

No espaço onde Santa Rosa se insere, ainda que a alguns quilômetros da ferrovia em Santo Ângelo, que contribuía de maneira menos intensa que em Erechim, as estradas desempenhavam importante papel de ligação de tal Colônia com outras na proximidade, tal como Serro Azul, Guarani e Boa Vista¹⁹⁵. Dessa circulação entre diferentes núcleos coloniais, públicos ou particulares, estimulava trocas comerciais e outras, de modo a beneficiar todos os espaços envolvidos. De todo modo, as distâncias envolvidas, principalmente entre esses núcleos coloniais e centros maiores, impactava a própria produção agrícola desses espaços. Exemplo disso é a produção de grãos como o trigo, usado como farinha e com importante papel para a

¹⁹⁴ PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1915. p. 102.

¹⁹⁵ CEDOPH/URI. *Relatório sobre a inspeção dos trabalhos das Comissões de Terras e Colonização de Palmeira, Santa Rosa e Guarani*. Engº Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Secretário Obras Públicas. 10 de março de 1919.

alimentação das famílias produtoras, que poderia enfrentar problemas de distâncias entre o local de sua produção e o espaço onde ele pudesse ser beneficiado e transformado em farinha, dificultando a inserção desse produto em um mercado.

Com tal dificuldade de transporte, fica evidente para Trindade (2015) que a produção dos colonos poloneses em Guarani – consideramos possível estender ao menos em parte tais dificuldades para Santa Rosa – em decorrência dessa deficiência na malha de transportes faz com que a produção fique na comunidade camponesa, gerando uma autonomia. A racionalidade da produção colonial se alteraria após 1911, quando Guarani passa a usufruir do transporte fluvial via rio Uruguai e a região passa a contar com ferrovia, facilitando o escoamento da produção até Ijuí, e depois a Porto Alegre e Rio Grande.

O exemplo que vinha da proximidade da Colônia Erechim para com a ferrovia era utilizado por Torres Gonçalves como argumento na defesa de investimentos para a expansão da linha férrea, que “com mais de 40 kms apenas penetrará nas regiões das Colônias Guarani e Santa Rosa, ligando-as a Porto Alegre com cerca de 150 kms menos do que o está a Colônia Erechim”¹⁹⁶. Apostava-se então na possibilidade de que com condições satisfatórias, Santa Rosa e as demais poderiam igualar no mínimo os resultados de Erechim.

Deparava-se, contudo, em problemas comuns aos trabalhos que o poder público deveria realizar. A falta de pessoal capacitado e verbas para o início e conclusão de diversos trabalhos, não obstante o que se arrecadava com o Serviço de Proteção ao Nacional em Santa Rosa. Esse é um ponto interessante a se atentar, visto que ao passo de diversos ofícios entre as instâncias da Secretário de Obras Públicas – DTC e CTCs –, e o que era expresso em relatório apresentado ao presidente do Estado, ainda havia momentos em que se reclamava da falta de pessoal¹⁹⁷. Considerando as folhas de pagamentos do pessoal que era empregado em diferentes serviços pela Comissão de Santa Rosa, é possível ponderar que o discurso de falta de pessoal poderia ser manobra para evitar cobranças por atrasos na entrega de obras e outros aspectos que poderiam prejudicar os funcionários envolvidos no projeto e na aplicação do mesmo.

Em Santa Rosa, além das estradas que interligavam os diferentes núcleos da Colônia e desta para com outros empreendimentos coloniais e o município a que dependia, possuía, em 1919, mais de 300 km em caminhos vicinais carroçáveis. Sobre a construção de tal malha viária,

¹⁹⁶ CEDOPH/URI. *Relatório sobre a inspeção dos trabalhos das Comissões de Terras e Colonização de Palmeira, Santa Rosa e Guarani*. Engº Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Secretário Obras Públicas. 10 de março de 1919. fl. 14.

¹⁹⁷ CEDOPH/URI. *Relatório sobre a inspeção dos trabalhos das Comissões de Terras e Colonização de Palmeira, Santa Rosa e Guarani*. Engº Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Secretário Obras Públicas. 10 de março de 1919. fl. 14.

Torres Gonçalves destaca que “quanto à construção, como seria oneroso fazê-la o Estado desde logo inteiramente à sua custa, e como os colonos moradores ao longo dos caminhos têm necessidade urgente destes, o Estado paga-lhes a construção dos mesmos à razão de 25% dos preços de unidade em vigor, o que corresponde a indenizá-los das despesas de alimentação”¹⁹⁸, baseando obras a partir dos interesses particulares dos colonos, sem a necessidade do governo criar grandes gastos além dos materiais para os serviços.

Observa-se, então o uso da mão de obra dos colonos nacionais e de origem europeia para trabalhos de viação, entre outros de grande importância para a construção da estrutura colonial de Santa Rosa. Pode ser considerada, ainda que com ressalvas, uma via de mão dupla, que contribuiria para o processo de reorganização agrária com o alcançado na regularização de apossamentos; mas principalmente, facilitava ao Estado a construção de estradas, medições e demarcações de lotes, dentre outras obras que contribuíam desde o centro urbano da Colônia como as suas ligações interiores das linhas e picadas.

Diante desse cenário, era apresentado por Ildefonso Soares Pinto, em relatório de 1919, que no concernente ao desenvolvimento da viação na Colônia Santa Rosa, “apenas com 4 anos de existência já dispõe de uma rede de estradas de rodagem de primeira ordem, de 107 km, e uma rede de caminhos com 307 km, vem mostrar a verdade do que ficou dito dos nacionais, e também o que ainda é possível obter deles como colonos”¹⁹⁹. Este trecho é interessante, pois além de dar conta da alta quilometragem já existente, considerando a dificuldade no trabalho de abertura de estradas com as tecnologias do período, e a importância de que mão de obra suficiente para a execução do serviço, aponta uma menção um tanto quanto surpresa dos bons resultados do emprego da força de trabalho dos nacionais.

¹⁹⁸ CEDOPH/URI. *Relatório sobre a inspeção dos trabalhos das Comissões de Terras e Colonização de Palmeira, Santa Rosa e Guarani*. Eng^o Carlos Torres Gonçalves, diretor da Diretoria de Terras e Colonização para Secretário Obras Públicas. 10 de março de 1919.

¹⁹⁹ PINTO, Ildefonso Soares. *Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919*. Porto Alegre. Oficinas gráficas d’A Federação. 1919. p. 432.

Imagem 11 – Estrada de rodagem – Quatorze Julho (sede provisória) – Santo Ângelo



Fonte: Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas. 1918.

As estradas que passavam a ser projetadas visando o desenvolvimento tecnológico dos veículos, de modo a não ficarem ultrapassadas com o aumento da capacidade de carga de caminhões, ou ainda um maior fluxo de veículos, demandavam ainda mais esforços dos interessados envolvidos. A imagem 11 ajuda para uma compreensão sobre o espaço onde esses trabalhos de viação eram realizados, considerando a densa vegetação natural que deveria ser retirada, de modo a permitir os trabalhos de terraplanagem e demais etapas da construção.

A essas estradas maiores, eram ligados os caminhos vicinais, que davam acesso dos lotes coloniais ao restante da Colônia e espaço para o escoamento das respectivas produções. Principalmente nos caminhos diretamente ligados aos lotes havia uma forma de dever dos colonos de, ou construir, ou, principalmente, atuarem na conservação das estradas que passavam em frente às suas propriedades. Os trechos das estradas principais seriam, então, construídos com o auxílio daqueles que trabalhavam junto à comissão de terras, através da proposta do Serviço de Proteção aos Nacionais, nos moldes do que foi apresentado anteriormente na tabela 10.

Considerando o discurso que havia e que era defendido, principalmente, por Torres Gonçalves, sobre a participação dos habitantes da Colônia como construtores de estradas, seria um reforço para a manutenção do investimento público na proposta de Santa Rosa. A continuidade nos investimentos na Colônia seria pertinente, uma vez que esta dava mostras

empíricas de que, dando-se oportunidades, os nacionais poderiam contribuir tanto quanto os colonos descendentes de imigrantes. A utilização do trabalho de nacionais, provenientes do conjunto de facilidades que poderiam usufruir para o pagamento da compra ou regularização de seus lotes/apossamentos, estava rendendo, então, bons resultados no importante setor estadual, que era a viação. As ligações de estradas de rodagem e caminhos vicinais em Santa Rosa tinham tamanha importância, que a diferença que poderia ocorrer em uma rápida comparação com a Colônia Erechim que possuía ligação com a estrada de ferro.



As criações das Colônias de Erechim e Santa Rosa tiveram, então, vários aspectos que as caracterizaram e foram importantes para que o seu desenvolvimento ocorresse da melhor forma possível. Desde a ideia de Erechim se tornar o principal núcleo colonial do Estado a partir da sua criação, passando a ocupar o papel que até então era de Ijuí, congregando inúmeras etnias de imigrantes e seus descendentes. Todo o trabalho de medição de lotes a partir de várias empreitadas, para que não houvesse hiato entre a demanda e a oferta, até as necessidades de infraestrutura e atendimento aos colonos, enfrentados pelo chefe da Colônia, Severiano de Almeida.

Santa Rosa, por seu turno, ocupava um lugar diferente no quadro de projetos desenhado por Torres Gonçalves e o governo do Rio Grande do Sul. Localizada em um espaço e um período um tanto distintos de quando Erechim foi criada, embora a medição de lotes também possuía importância, bem como se visava igualmente a presença de imigrantes, as estatísticas sobre tais assuntos possuíam uma maior presença daqueles que passavam a ser integrados efetivamente ao processo colonizatório estadual. Tanto no aumento instantâneo da população com as incorporações das famílias intrusas quanto pela regularização e acréscimo das então posses no quadro geral de propriedades/lotes da Colônia.

Com as particularidades no caráter misto de cada uma, resultados das influências sofridas, além das características espaciais que conferiam singularidades em meio a tantas similaridades dos projetos, o elemento humano possui importante papel, sobrepujando o que poderia ser planejado e idealizado pelo governo.

Isto posto, o próximo capítulo se debruçará justamente nas relações interpessoais e principalmente interétnicas nos espaços de Erechim e Santa Rosa, buscando trazer outra perspectiva sobre o caráter misto em projetos de colonização. Um contraponto, talvez, ao discurso que perpassava comissões, Diretoria de Terras e Colonização e o governo em si, de que por detrás do desenvolvimento que constava nos documentos produzidos, o cenário não era

idílico, possuindo por seu turno, tensões e conflitos que, apesar de irem parar nos documentos da Justiça, não constavam nos relatórios do governo.

5 A COLONIZAÇÃO MISTA - OS CONTATOS INTERÉTNICOS E SEUS CONFLITOS

O processo de colonização que ocorreu na região Norte do Estado, embora com marcada presença da iniciativa particular, contando com diferentes interesses na execução dos projetos de loteamento e venda de terras a quem pudesse pagar por elas, contou com importante ação governamental. Com o interesse na capitalização dos lotes como o principal objetivo, para a iniciativa particular não lhes interessava se poderia ocorrer uma possível diversidade étnica dos compradores dos lotes. Logo, esse posicionamento fez surgir núcleos coloniais com etnias e religião preponderante, visto ser uma predileção na hora de escolher para onde migrar internamente.

Em decorrência de tal conformação de interesses das partes envolvidas na colonização, é possível observar na região, aqueles projetos particulares e agora municípios (em grande parte) como espaços facilmente identificáveis como sendo ocupados, por descendentes de colonos alemães, italianos e poloneses, por exemplo. Em contrapartida, ainda que ocorressem projetos que, com o principal objetivo capitalista da venda de terras, e que o caráter heterogêneo poderia ser um atrativo a mais, vendiam a interessados de qualquer etnia, esses são menores e menos observáveis, quer considerando a sua iniciativa particular (SCHMITZ, 2023), quer categorizando como uma colonização mista – não intencional – tal como o governo rio-grandense implementou em seus projetos públicos durante a Primeira República, recortadas neste trabalho nas Colônia Erechim e a Colônia Santa Rosa.

Por mais que houvesse entre a população colonial aqueles que possuíam o interesse de adquirir terras em Colônias onde pudessem reunir uma comunidade de pares, onde seus costumes e tradições seriam partilhadas por todos, esta não era a regra. Deste grupo que observava com maior atenção a possibilidade de se avizinhar com outros colonos da mesma origem, além de ocuparem espaço na colonização particular deste último espaço colonizável do Rio Grande do Sul, poderiam também atravessar o rio Uruguai e participar do início da colonização no oeste catarinense (SCHNEIDERS, 2023). Mas tal como a parcela colonial que tinha como principal objetivo adquirir novas áreas de terra, independente da conformação étnica de tal núcleo, onde acabava adquirindo terras de empreendimentos particulares que queriam vender suas terras, poderia também se direcionar para núcleos coloniais públicos.

A corrente migratória para as colônias novas era, então, formada por diversas etnias, que já circulavam na antiga zona colonial e/ou que estava chegando ao Estado durante o primeiro período republicano. Formavam essas ondas migratórias, imigrantes/colonos de origem alemã, italiana, polonesa, dentre outros grupos, que poderiam estar identificados como desses grupos

maiores, por conta da região de origem na Europa e pela identificação nos portos de entrada para o Brasil.

Havia, então, os ingredientes para que esse último espaço disponível para a colonização possuísse suas particularidades se comparado com a colonização empreendida em regiões e períodos históricos anteriores. Isso pelo fato de que, juntamente com a diversidade étnica e cultural observada, principalmente nas Colônias de caráter misto, onde havia a agregação de diferentes grupos coloniais com os ocupantes históricos, havia todo um conjunto de influências/discussões/interesses políticos que ditavam a forma como o processo era conduzido pelas autoridades públicas e os demais sujeitos

Na região norte, já densamente ocupada, as legislações agrárias como a Lei de Terras de 1850 e a legislação estadual de terras de 1899, quando aplicadas, impactaram esses habitantes. Muito se pode discutir sobre os interesses que existiam por trás da criação de tais legislações e a sua posterior aplicação, com possivelmente uma maior propensão a atender os interesses de grandes posseiros/proprietários de terras, que detinham também o capital social e econômico para fazer valer seus interesses. Juntamente a essa perspectiva legal que se buscava aplicar em conjunto com a privatização de áreas devolutas, havia as querelas políticas que impactaram o Rio Grande do Sul em vários momentos da Primeira República, envolvendo partidários do federalismo e dos perrepistas – que governaram boa parte do período em questão.

Logo, tanto os trabalhos da Diretoria de Terras e Colonização eram impactados pelos embates militares, sofrendo cortes de recursos que impactariam na execução de diversos trabalhos, como a participação de lideranças políticas regionais influenciavam os trabalhos e as pessoas envolvidas no processo de reorganização agrária em andamento. No auge dos conflitos, entre 1922 e 1923, chegou-se ao ponto em que “os serviços que as Comissões realizavam foi ficando cada vez mais perturbado; até que, em meados de maio de 1923, teve o Governo do Estado de dissolver 5 das Comissões, cujos serviços foram anexados às 3 restantes”²⁰⁰. Explicando esse rearranjo realizado, a Comissão de Águas de Iraí foi dissolvida; as Comissões de Lagoa Vermelha, Passo Fundo e Soledade foram dissolvidas e os seus serviços transferidos para a Comissão de Erechim. Por fim, a Comissão de Guarani foi dissolvida e incorporada à Comissão de Santa Rosa. Desse novo desenho, influenciado pelas contingências decorrentes da beligerância que ocorria, cabe chamar atenção para o fato de que entre as três Comissões

²⁰⁰ GONÇALVES, Carlos Torres. Relatório da Diretoria de Terras e Colonização. In: Relatório apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 15 de agosto de 1924. Porto Alegre – Oficinas Gráficas d'A Federação. 1924. 1º volume. p. 480.

mantidas estavam justamente as responsáveis e que levavam os nomes dos projetos públicos de Erechim e Santa Rosa. Isso pode ser resultado do momento de desenvolvimento de tais núcleos, onde haveria ainda uma maior carga de trabalho e responsabilidades se comparado com as demais que foram incorporadas a elas. Mesmo adotando essas medidas em certo caráter de urgência pelos desdobramentos da guerra civil corrente, Torres Gonçalves destacava a importância de que as Comissões suspensas fossem restabelecidas tão logo fosse possível.

É interessante observar ainda, que no mesmo relatório onde se explica o redesenho das Comissões, consta que o serviço de proteção ao indígena e o serviço florestal foram suspensos, com a justificativa de que na zona norte do Estado, onde havia a maioria de seus serviços, era também uma região com grande presença de “revolucionários”. Esta região dialoga com os espaços ocupados pelas Colônias de Erechim e Santa Rosa, que tiveram suas Comissões mantidas; uma possível explicação para isso é a possibilidade de suspensão por serem atividades em que haveria a necessidade de circular com mais frequência dentro das matas fechadas, quando os funcionários do governo poderiam sofrer com emboscadas dos revoltosos. Também poderiam ser considerados trabalhos menos importantes do que a manutenção mínima dos serviços envolvendo a colonização de terras públicas que estava ainda em andamento. Seria indicativo que, sopesando as possibilidades, haveria menos prejuízos para o desenvolvimento estadual a suspensão desses serviços do que o responsável pela organização e venda de lotes coloniais.

Houve, então, tanto mudanças agrárias quanto tentativas de mudanças políticas, resultando no fato observado que “a forma como foram legalizadas as terras deu margem ao surgimento de conflitos, que se agravaram na proporção inversa à disponibilidade de terras devolutas” (ARDENGHI, 2007, p. 470). Tal intersecção de interesses nas mudanças do cenário agrário da referida região, por si só já dariam conta na geração de conflitos envolvendo diferentes interessados e impactados por tais modificações, mas o novo cenário de chegada do movimento colonial nesse espaço trouxe novos ingredientes tensionadores.

Legislações, além de possíveis novas diretrizes que guiariam ações do poder público na ação, poderiam ser utilizadas para referendar ações – como apossamentos de pessoas com grande poder político e social –, reforçando diferenciações entre estes e aqueles que não possuíam as mesmas condições para serem reconhecidos como proprietários de terras. Esse último grupo era formado também, principalmente já no período republicano, por pessoas negras, que libertas do sistema escravista, não possuíam nenhum bem ou suporte para se colocarem na sociedade, que os repeliam. Outro grupo importante nessa parcela populacional

que não possuía conhecimento ou condições financeiras para adquirir um título definitivo de propriedade da terra, eram os nacionais, então categorizados como intrusos.

O grupo considerado intruso, até então apenas posseiro, passa a receber tal designação com o governo positivista sul rio-grandense, dentro do ideal dos novos dirigentes de organizarem o Estado como melhor entendiam (SILVA, 2008). Dentro disso, as novas legislações agrárias, eram criadas também para ordenar o processo colonizatório que estava em andamento e administrar questões políticas com grandes proprietários de terras no Estado, no balanço do jogo político de situação e oposição. Com tantas modificações e novas inserções nos jogos de interesses, é que Ardenghi (2007) destaca a Primeira República como o período em que ocorrera uma explosão de conflitos e disputas pela posse e uso da terra, ao passo que governo estadual se fortalecia como agente ativo nas políticas econômicas modernizantes para o Estado sulino.

Fazia parte do governo, e conseqüentemente alinhado aos ideais desenvolvimentistas defendidas pelo PRR, o engenheiro Carlos Torres Gonçalves, importante personagem para o cenário de terras e colonização, e que já foi apresentado na primeira parte deste estudo. Como Diretor da Diretoria de Terras e Colonização, produzia estudos e relatórios onde argumentava qual seria a melhor maneira de lidar com tais assuntos, partindo, claro, de sua perspectiva e posicionamentos. Além de considerar formas pelas quais o processo de colonização ocorresse de maneira ordenada, defendia que era imperativo que a situação agrária fosse organizada para melhor visualização da situação de terras públicas e particulares, de modo que as ações governamentais e particulares ocorressem sem maiores contratempos. Dentro desse conjunto de ações e planejamentos, Torres Gonçalves defenderia que “não era interesse do estado manter essas terras em seu poder e que era natural e mesmo conveniente que fossem aos poucos sendo privatizadas, mas devia manter o controle dessa transformação a fim de evitar a exploração industrialista” (ARDENGHI, 2007, p. 476); desse posicionamento, é possível então, observar a ideia do governo de modernização agrária via privatização das áreas que ainda se encontravam sob sua responsabilidade.

A colonização realizada na última região disponível para tal no Estado – o Planalto –, embora com forte presença da iniciativa particular, fosse com empresas particulares de diferentes tamanhos, fosse com indivíduos que por diferentes interesses adentrassem nesse nicho econômico, possuiu uma grande participação do governo estadual em tal processo. Através da criação de Colônias desde Ijuí (1890) a Santa Rosa (1915), para que ela própria pudesse gerir o processo colonizatório, ou principalmente pela venda de terras devolutas a particulares para que estes ficassem à frente da venda de núcleos coloniais, o governo ocuparia

importante papel no processo de reorganização agrária. As ações governamentais observavam, ainda, estratégias para melhorar a arrecadação de impostos territoriais, de seu interesse; a terra devoluta sob sua responsabilidade não era passível de taxaço, e nem posseiros/intrusos atendiam a tal expediente. Logo, tanto vendendo áreas para particulares colonizar, quanto tomando para si a função de colonizar áreas, estas renderiam dividendos na venda no primeiro momento, e depois passaria a arrecadar também o imposto territorial.

Assegurar um papel direto ou indireto na privatização da terra, principalmente via colonização, contribuía para que o Estado tivesse meios de manobrar alguns problemas decorrentes do processo colonizatório e dos reflexos deixados pelas querelas políticas que permearam tal período. Um exemplo do papel da colonização pública, para além da simples venda de terras a colonos e a inserção dos intrusos locais nos projetos a partir da criação de Santa Rosa, pode ser observado na esteira dos conflitos armados que ocorreram ligadas à revolução federalista, e que ocorreram na Colônia Sarandi. Tal Colônia, de caráter particular, recebia principalmente colonos italianos para adquirirem lotes ali, à revelia da grande presença de nacionais nessas áreas, presença essa que seguia a lógica observada em toda a região – de grande presença de nacionais.

Diante dos avanços de colonizadores particulares e imigrantes/colonos sobre terras que já ocupavam e trabalhavam, com suporte do governo estadual, um grupo de nacionais ali residentes se radicaliza. Em 26 de junho de 1923, uma turma de trabalho da CTC de Passo Fundo que realizava medições de áreas foi atacada (com feridos e uma morte) em uma emboscada, havendo também um contra-ataque²⁰¹; em reação a este ato violento ocorrido, algumas famílias haviam deixado a área da Fazenda Sarandi onde viviam, por conta da insegurança, conforme constatara Serafim Terra, chefe da referida CTC, ao ir visitar o local juntamente com representantes da companhia colonizadora.

É possível analisar este ataque aos funcionários da Comissão como uma forma de tentar resistir ao processo que estava ocorrendo e que os prejudicava em detrimento de colonos, afetando assim, os trabalhos de medição dos lotes coloniais, afugentando quem realizava tal tarefa e assim, retardar a conclusão dos trabalhos (SCHMITZ, 2019). Todavia, temendo represálias pelo ocorrido, parte dos envolvidos nos atentados com arma de fogo acabaram fugindo, atravessando o rio da Várzea e indo se refugiar no município de Palmeira. E embora o chefe da CTC de Passo Fundo tivesse procurado os envolvidos para conversarem, indo até Palmeira para encontrá-los, não obteve êxito; essa recusa de conversar com Serafim Terra pode

²⁰¹ AHR/UPF. A 2.4.2 Correspondências. Relatório de Serafim Terra, chefe da Comissão, para Carlos Torres Gonçalves, diretor da DTC. Nº 10. 30/10/1924.

ser um indicativo da falta de confiança que existiria dos nacionais pelo órgão público que trabalhava juntamente com os colonizadores que pretendiam os expulsar, e por temerem alguma retaliação por terem ferido companheiros seus de trabalho.

A constante chegada de colonos e imigrantes, e a presença já de uma população, trouxe problemas de resistência às medições de lotes coloniais, o que atrasaria a venda de lotes a colonos interessados. Com a grande instabilidade política que havia, e o posicionamento do governo de acompanhar a colonização, havia o sentimento por parte dos nacionais de serem deixados de lado, em detrimento da colonização. Diante disso, alguns passaram a se aliar aos federalistas na resistência, enquanto a companhia colonizadora apoiava o governo, em busca de apoio e proteção (ARDENGHI, 2007). Este caso, para além das questões políticas, chamou a atenção governamental, levando até mesmo a Torres Gonçalves a se dirigir para a região a fim de acompanhar de perto a situação.

É, então, demonstrativo de que, embora crítico da forma como a colonização era realizada por particulares, o governo estadual era pragmático em suas ações, trocando suporte nesse problema em troca do apoio da empresa de colonização no delicado momento de guerra civil. Ainda que não caiba ao historiador realizar juízos de valor sobre as ações estudadas por ele, é importante trazer diferentes aspectos da ação governamental para demonstrar que ao fim e ao cabo, pela política, diferentes ações poderiam ser tomadas. Problemas com a colonização com imigrantes, ainda que ocorridos em projetos particulares, poderiam causar problemas na imagem do Estado no exterior, prejudicando na vinda, ainda que espontânea, de novos imigrantes; contornar tais problemas, além de pacificar áreas para que voltassem a atenção à produção econômica, era também demonstrar uma ordem a expectadores externos.

Em vista de seus interesses estarem sendo prejudicados pela presença de nacionais sem poder aquisitivo para a compra das terras que ocupavam, a companhia colonizadora da Colônia Sarandi expulsou cerca de trinta famílias desse grupo, observando ainda que outras oitenta famílias teriam se retirado por apoio aos expulsos, além de outras que consideravam a insegurança ali existente. A saída de tamanho número de famílias de nacionais daquele espaço colonial, ao passo que gerava um alívio para a proprietária de tal núcleo, para que conseguisse dar prosseguimento na medição e posterior venda de terras a colonos, gerava, ao mesmo tempo, um problema para outras áreas, visto que tal população iria se assentar/intrusar em outra área, deslocando o problema para outro espaço.

É nesta situação que Torres Gonçalves, ciente da situação dos núcleos públicos existentes e seguindo um posicionamento que resultou no início do Serviço de Proteção aos Nacionais em Santa Rosa, apresenta uma proposta ao secretário das Obras Públicas. Reforçando

o novo viés de colonização mista, sugere ao secretário das Obras Públicas, que fossem oferecidos às famílias agora sem-terra, lotes coloniais na Colônia Santa Rosa ou na Colônia Erechim, onde poderiam facilitar o pagamento da terra, além de concederem um valor indenizatório pelas benfeitorias que haviam perdido em Sarandi (ARDENGHI, 2007).

Na busca por diálogo com o grupo que atacou a turma de medição, Serafim Terra contou com a ajuda de alguns homens, até de um ex-chefe revolucionário da região, para entrar em contato ao menos com quem liderou o ataque, para que houvesse alguma negociação. Conseguindo travar diálogo com os responsáveis Honorato Camargo, Angelo Giordani, Primo Savoldi e Pedro Americo, expôs a proposta do governo de transporte gratuito para Santa Rosa ou Erechim, além da concessão de um lote colonial, desde que saíssem de Sarandi e não retornassem mais, recebendo, contudo, uma resposta negativa.

Dos citados, Honorato Camargo, mesmo não aceitando a proposta feita, acordava de sair para não voltar mais a Sarandi, retirando suas benfeitorias, animais e plantas, visto alegar que possuía terras de cultivar em outra região, e por isso não lhe conviria se mudar para alguma das Colônias públicas citadas na negociação. Diante de tal situação, cabe a reflexão sobre por qual motivo teria apossado de áreas em Sarandi, sendo que já possuía terras em outro lugar, e ainda por cima, participado do atentado contra a turma de trabalho. Uma possibilidade é o interesse em expandir a extensão de terras que possuía, considerando que soubesse e planejasse entrar com o pedido de regularização visto estar morando e produzindo em tal área.

Angelo Giordani e Primo Savoldi – destaquem-se os sobrenomes não ibéricos – além de não aceitarem a proposta governamental, fizeram uma contraproposta, onde o primeiro pedia oito contos e Savoldi pedia cinco contos; o primeiro possuía porcos e não sabia se os venderia, enquanto o segundo já havia vendido sua criação antes de sair²⁰². A contraproposta realizada, de terem uma indenização em dinheiro e não com facilidade de instalação em alguma Colônia pública, pode ser fruto da ideia de quem sabe adquirir terras em algum projeto menor de colonização que poderia estar iniciando, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina, que poderia ser maior e até de melhor qualidade do que encontrariam no lote localizado em Santa Rosa ou Erechim, de novo uma possível desconfiança quanto as ações do governo em relação a si.

Por fim, a curiosidade sobre o envolvimento de Pedro Americo: este sequer morava em Sarandi e mesmo assim tomou partido da emboscada realizada. A sua ligação com Sarandi e o problema enfrentado pelos nacionais posseiros advinha do fato que “só plantava na Fazenda e

²⁰² AHR/UPF. A 2.4.2 Correspondências. Relatório de Serafim Terra, chefe da Comissão, para Carlos Torres Gonçalves, diretor da DTC. Nº 10. 30/10/1924.

cuidava do paiol de Hortência Silveira. Fez parte do grupo que atacou a turma a convite de vizinhos. Prometeu não voltar a Sarandi, pois reside perto da vila de Palmeira, cuidando da mãe e irmãos menores”²⁰³. O envolvimento de Pedro Americo permite observar tanto uma circularidade de nacionais em busca de trabalhos, que resultaria em alguém que morava perto da vila de Palmeira, a trabalhar tão longe, e, ao aceitar o convite de participar da emboscada, se colocar tanto a favor de revolta e estratégia violenta do grupo de posseiros, quanto quem sabe algo envolvendo algum acordo ou relação particular para além do trabalho que executava.

Enquanto o governo, através da CTC de Passo Fundo, tentava resolver o problema a partir da negociação de transferência para núcleos públicos ou de indenização via pagamento sobre benfeitorias e afins que poderiam possuir, também a empresa de colonização teria colocado à venda as terras primeiro a esses que a ocupavam. Ficam claras as vantagens para manobras de negociação que possuir lotes coloniais em seus próprios projetos, embora houvesse uma desconsideração sobre as vivências e ocupação consolidada daqueles considerados intrusos. Ainda assim, o fato de a colonizadora ofertar para que os intrusos comprassem deles as terras que já eram ocupadas desde antes do interesse da empresa na região, além da busca pelo lucro – como toda empresa –, desconsiderava-se a realidade financeira dos nacionais, com preços muito além do que poderiam de fato pagar pela área (SCHMITZ, 2019).

Vale ainda destacar, que direcionar a população expulsa de Sarandi para alguma Colônia pública, ao passo que resolveria o problema social que viria de uma massa populacional se deslocando sem rumo até intrusar novas áreas, contribuiria para que a tensão político-social que existia em Sarandi em pleno período de revolução federalista, diminuísse. No relatório que fora apresentado a Torres Gonçalves fica claro o quanto a CTC de Passo Fundo culpabilizava pela emboscada, a influência do “movimento anárquico” com a posterior chefia de Leonel Rocha, a falta de civilidade dos nacionais e sua tendência de resolver problemas com força e uso de armas (em alguma medida contrastante com o discurso via Serviço de Proteção aos Nacionais). Aqui chama a atenção, apontar as “arbitrariedades irrefletidamente cometidas por empregados da Companhia Colonizadora e falta de prática desses mesmos empregados para o trabalho de acomodação de intrusos”²⁰⁴. Claro fica como a situação política ainda era delicada na região, com os nacionais sendo utilizados como “peões” tanto pela situação quanto pela oposição; contudo, o trecho onde cita a falta de tato dos empregados da colonizadora para lidar com os

²⁰³ AHR/UPF. A.2.4.2 Correspondências. Relatório de Serafim Terra, chefe da Comissão, para Carlos Torres Gonçalves, diretor da DTC. Nº 10. 30/10/1924. p. 3.

²⁰⁴ AHR/UPF. A.2.4.2 Correspondências. Relatório de Serafim Terra, chefe da Comissão, para Carlos Torres Gonçalves, diretor da DTC. Nº 10. 30/10/1924. p. 5.

nacionais, parece jogar uma responsabilidade que sequer seria reconhecida pela empresa, que tinha em seus objetivos vender as terras a quem quer que pudesse pagar pelas mesmas. E observando os discursos e práticas da DTC, através também do serviço de proteção aos nacionais, era justamente a CTC que deveria estar acompanhando e auxiliando os intrusos, para evitar esse problema, e não acompanhar e trabalhar juntamente com a empresa particular.

Este episódio contribui para questionar a distância entre o discurso e a prática e entre quem faz o discurso e quem acaba fazendo a parte prática, com um natural distanciamento e interesses que se movimentavam.

A ação pública na colonização não pode ser vista apenas como “certo e errado”, mas sim, como um universo com uma gama variada de escolhas, a partir dos interesses estatais e dos ganhos que cada opção poderia resultar. O avanço da colonização, quer seja com italianos – como em Sarandi – ou com alemães e outras etnias, demonstra o amplo leque étnico que fazia com que o projeto de colonização do Estado avançasse por áreas até então não abarcadas por tal.

Ao longo deste capítulo, será realizada a discussão sobre alguns grupos étnicos que compuseram o quadro populacional das Colônias Erechim e Santa Rosa, de maneira que o leitor tenha, ainda que de forma breve, um panorama da situação de cada grupo ao avançar aos próximos subitens. Em seguida, após essa discussão, se iniciará a análise de processos crime ocorridos em cada um dos núcleos estudados. Os processos que foram selecionados para análise, o foram, primeiramente, pelo local onde ocorreram, ou seja, o recorte espacial da pesquisa. Seguindo o processo de filtragem, selecionamos processos que permitem visualizar as relações interétnicas, o desenvolvimento da definição do espaço que se ocuparia nas referidas sociedades coloniais e as movimentações decorrentes dos interesses pela propriedade da terra nessas Colônias públicas. Logo, são episódios violentos que foram motivados por questões sociais e/ou econômicas desse mundo rural ainda em consolidação, permeadas pela participação de indivíduos de diferentes etnias, no que entendemos como uma demonstração da diversidade étnica que uma colonização mista permite, e as tensões inerentes a esses caldeirões étnicos que se formavam.

5.1 Os grupos étnicos dessa colonização pública mista

Muito embora se considere que as correntes principais da imigração no Estado sejam a alemã, a italiana e a polonesa, esta é uma redução do cenário complexo apresentado, por não haver um grupo étnico predominante no Estado (GIRON; HERÉDIA, 2008). Embora possa ser

argumentado que tal forma de observação do processo seja simplificado, visto ser demasiado amplo e profundo a realidade da colonização estendida para mais de cem anos no Rio Grande do Sul, se faz necessário considerar que dentro desses grandes grupos havia frações populacionais de origens particulares e características próprias, se distinguindo de alguma maneira do contexto maior em que eram considerados.

Inclusive, conforme ressalta Weber (2011), a generalização étnica poderia ocorrer tanto pelo passaporte apresentado quanto pela identificação dos imigrantes pelo contexto/sociedade que os circundavam. Isto pois, a identidade étnica é algo constantemente construído a partir tanto da sua relação com os pares quanto pelo contato com o diferente, onde pode ocorrer o fortalecimento de algumas características para a identificação grupal.

Mesmo que o cenário imigratório contemple diferentes etnias, a sua presença não necessariamente se reflete em abundância de trabalhos historiográficos sobre; esta variação no volume de estudos acaba sendo resultado de diferentes aspectos práticos que envolviam o processo imigratório e colonizatório. Exemplo disso é a historiografia sobre a colonização com poloneses, que não possui uma quantidade expressiva de produções como as duas primeiras citadas (alemã e italiana), muito por conta do complexo cenário europeu em que a Polônia esteve envolvida por longo período. Ainda assim, cabe destacar que o número de produções historiográficas sobre imigração polonesa tem aumentado nos últimos anos, trazendo importantes contribuições para o campo dos estudos de imigração e colonização tanto do Rio Grande do Sul como da região Sul do país. Uma vez que teve seu território dividido e anexado por diferentes impérios, sua população acabava por portar documentos com outras bandeiras que não a polonesa. Essa variação nos passaportes apresentados ao chegarem em território brasileiro, acabava fazendo com que fossem registrados como cidadãos de outros países que não o que viria a se tornar atualmente o Estado Nação da Polônia.

Por conseguinte, pretendemos apresentar e discutir ao menos alguns dos grupos étnicos de sujeitos que compuseram os objetos desta pesquisa, visto que são as pessoas que fazem os projetos existirem e se desenvolverem da maneira como ocorreu. Também foram as pessoas que se relacionaram com o governo via direção das Colônias, apresentando diversas demandas, propiciando uma interação entre essas partes, tornando cada caso próprio em suas características.

Os projetos públicos de colonização do governo estadual, são formados, então, com uma importante presença de nacionais, que influenciaram inclusive no aperfeiçoamento da ideia de colonização pública, mas também por diversas etnias, muito embora não fossem presenças igualitárias proporcionalmente. Aqueles grupos étnicos de presença já mais antiga no Estado,

equo seguiam se direcionando para ele, possuíam maior presença, tanto pela chegada quanto pelo deslocamento de gerações posteriores aos grupos que chegaram décadas antes. Embora brasileiros por nascimento, ainda estavam imbuídos dos costumes e tradições familiares/étnicas, contribuindo para uma perseverança cultural sem necessariamente a necessidade de entrada de avultado número de novos imigrantes europeus.

Primeiro grupo a emigrar para as terras rio-grandenses, os identificados (na época) como imigrantes alemães, iniciaram esse processo antes da unificação da Alemanha, ou seja, eram oriundos de Estados alemães, que, mais tarde, formariam a Alemanha contemporânea. Por conta disso, a historiografia voltada a tal tema vem utilizando o termo “grupos de línguas germânicas” e não mais “imigrantes alemães” em seus estudos, como forma de melhor identificar as variações e diversidade existentes dentro desse grupo migrante.

Por outro lado, a imigração italiana para o Rio Grande do Sul tomou vulto principalmente após 1875, poucos anos após a realização do processo de unificação dos diversos reinos existentes que se tornaram a Itália, que sofreu com invasões e ingerências de países como a França e o Império Austríaco até iniciar a unificação (MARINA, 2020). Deste modo, a partir dos anos citados, a imigração italiana ocorreu já com um Estado-nação formado, com suas burocracias e identificações. Mesmo por ser pouca a diferença entre esses marcos, as diferentes características e identificações existentes entre cada região italiana, se mantiveram, e poderiam competir com a identificação de italiano contido no passaporte apresentado no porto de desembarque no Brasil. Ou seja, não havia ainda um sentimento de pertencimento à nação criada do processo de unificação, ainda muito fresco e genérico (com as identidades e símbolos nacionais ainda em processo de criação ou consolidação). Os imigrantes, enquanto emigrantes, seriam muito mais vinculados às localidades de onde partiam (ZANINI, 2008), de onde tinham suas histórias e sua religiosidade, do que com a mudança política recente. Contudo, mudado seu status para migrante, tomavam para si a identidade de italianos pelo seu momento de recém-chegados a um novo espaço, e passavam a participar das movimentações de um caldeirão étnico que era o Rio Grande do Sul.

O início da colonização com tais grupos étnicos (alemães e italianos) acaba sendo um fator a considerar ao pensar a consolidação dos grupos enquanto tais. As regiões ocupadas também diferem em alguns momentos, mas ocorrendo a convergência de todos esses grupos aos núcleos coloniais do Norte do Estado, com grupos mais antigos se estabelecendo primeiro, passando a enxergar levadas de novas etnias como intrusas em áreas ocupadas pelos seus, e, a partir da fricção cultural, gerar estranhamentos que dificultariam a convivência.

Exemplo é o caso dos imigrantes poloneses que se instalaram primeiramente na região serrana do Estado, já densamente ocupada por imigrantes/colonos de origem italiana, onde não houve uma adaptação ou permissão silenciosa para se estabelecerem definitivamente em tal espaço. Diante de tal dificuldade, optou-se por realizar uma reimplantação para a região das Colônias novas, onde núcleos coloniais estavam sendo formados e, portanto, haveria mais espaços (geográfico e social) para a instalação do grupo e da possibilidade de poder manter suas redes e práticas culturais (WEBER, 2011; TRINDADE, 2015).

Mesmo que sejam situações gerais que possam acrescentar complexidade nas reflexões sobre a imigração e colonização com os grupos mencionados acima, o cenário da imigração polonesa é mais complexo. Economicamente, a chegada tardia dos poloneses em áreas que já possuíam a ocupação de outras etnias, fez com que acabassem sendo alocados em terras menos produtivas do que os grupos mais antigos, mas principalmente, além das terras já ocupadas, a estrutura social e comercial também já o era, dificultando a inserção de poloneses em redes de comércio e pequenas fábricas. Assim, além de dificuldades para o sustento através da agricultura em terras menos férteis, outros nichos econômicos também já possuíam uma reduzida possibilidade de inserção. Esse problema não seria encontrado ao optar por migrar para novas zonas coloniais, onde tanto a oferta de lotes rurais quanto a inserção em ocupações urbanas estavam mais abertas, possibilitando maiores chances de sucesso no novo país.

E é nessa opção de migrar novamente dentro do espaço colonial estadual que os imigrantes poloneses se deslocam e se assentam na Colônia Guarani. Próxima de Santa Rosa, mas de criação mais antiga, que com o surgimento da outra em 1915, conseguiu se desenvolver por conta da possibilidade de circulação com outro núcleo colonial, além dos avanços de infraestrutura das quais também usufruiu. A presença desse grupo imigrante pode também ser observada no Estado do Paraná, onde a colonização com poloneses teve grande importância e impacto. Em sua dissertação de mestrado, Rhuan Zaleski Trindade destaca que

desde sua chegada ao final do século XIX, a população imigrante ‘de origem’ polonesa procurou constituir-se como um grupo étnico, ao passo que as diferenças existentes na Europa eram suprimidas, assim como diversas distinções internas ao grupo como no momento de chegada, região, entre outros traços componentes da heterogeneidade dos poloneses na América, fruto de processos anteriores de identificação e afirmação de fronteiras (2015, p. 26).

Com um passado complexo e passando por diversos problemas econômicos e sociais – ingredientes sempre presentes na decisão de emigrar – o autor aborda as adaptações desse grupo em terras brasileiras e do reforço das suas identidades socioculturais ao terem contato com outros grupos étnicos, fricção esta que contribuiu para um reforço das suas fronteiras culturais.

Ainda que não observado quantitativamente nos mesmos números que em Guarani, Santa Rosa recebeu também este grupo, tal como Erechim, um núcleo mais antigo e com maior volume de pessoas imigrantes ou gerações próximas aos que chegaram vindos da Europa. A Colônia de 1908, como consta no capítulo anterior, recebeu bom número de poloneses, sendo que estes teriam sido dispostos principalmente na zona denominada Nova Polônia (sendo o nome um indicativo) e que formaria posteriormente o município de Carlos Gomes (GIARETTA, 2008). Outro aspecto que pode ser um complicador ao estudar a migração polonesa é, como pontua Trindade (2015), o fato de que, em decorrência da complexa situação política no território polonês – se tornou independente em 1918 –, com diferentes impérios administrando zonas, no momento de maior volume de entrada de imigrantes, estes ingressaram no país com passaportes alemães, austríacos e russos, sendo, portanto, categorizados de acordo com o documento apresentado.

O processo migratório oriundo do território polonês para terras brasileiras ocorreu no mesmo contexto observado com correntes migratórias de outras etnias, resultado de questões de atração no país de destino, como terras disponíveis e a procura de grupos populacionais para a ocupação de fronteiras externas. Juntamente com os fatores de atração ao local de destino, é necessário considerar os fatores de expulsão, ou seja, mudanças políticas e econômicas, pressões sociais que acabam tornando atrativa a ideia de abandonar seu país de origem em busca de melhores condições de vida.

Mas por mais que aspectos gerais pudessem ser próximos do observado com outros grupos, neste em questão

como aponta Wachowicz (1974), na Polônia do século XIX a situação era extremamente particular, uma vez que oficialmente o país não existia, estando seu antigo território dividido entre os Impérios Prussiano, depois Alemão; Austríaco e depois Austro-Húngaro; e Russo, cada qual com diferentes maneiras de administrar a situação dos poloneses (TRINDADE, 2015, p. 39).

Essa variação administrativa acabava por provocar dificuldades para o camponês polonês, principalmente somado ao avanço do entendimento capitalista de uso da terra, o que resultou em diminuição das propriedades rurais e na proletarização dessa população. Com o seu modo de vida ameaçado, a informação de que haveria no Brasil terras disponíveis para continuarem trabalhando a terra acabou sendo uma oportunidade vista com bons olhos para os dispostos a atravessarem o Atlântico.

Tendo entrado no cenário colonizatório do Rio Grande do Sul em um momento em que grande parte do território colonial já ocupado sistematicamente, e sendo este Estado um dos

que mais recebeu essa etnia, os imigrantes poloneses acabaram por receber lotes restantes em regiões de colonização mais antiga. Sobre o início da chegada desse grupo no Estado, Trindade destaca que por mais que se considere o ano de 1875 o marco inicial, com a instalação de algumas famílias polonesas na Serra Gaúcha, seriam os anos de 1890 a 1894 “os definitivos para a emigração polonesa” (TRINDADE, 2015, p. 45), contando com subsídios do governo brasileiro e chegando até o período da I Guerra Mundial, com dezenas de milhares de pessoas (TRINDADE; MALIKOSKI, 2018; WENCZENOVICZ, 2020). A vinda de poloneses para o Brasil, bem como a imigração de uma maneira geral, sofreu um baque com a eclosão do primeiro conflito mundial; interrompido durante os quatro anos de guerra, a imigração polonesa é retomada no pós-primeira guerra, ainda que em menor volume. Wenczenovicz destaca que durante o período de 1889/1914, teria ocorrido a chegada de cerca de noventa mil poloneses, sendo que deste total, 45% teriam se fixado no Rio Grande do Sul; 40% no Paraná e os outros 15% estariam divididos em Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais (2020, p. 139).

Desses 45% que teriam se fixado no Estado, embora com uma identificação geral como poloneses, Trindade e Malikoski destacam a ideia de que essas pessoas tinham origens em diferentes regiões, com diferenças culturais e outras mais; contudo, “constituíram um ‘grupo étnico’, moldado ao longo do tempo na interação social, o qual buscou, de diferentes formas, trabalhar em prol da independência polonesa” (2018, p. 258). Observa-se, então, uma decisão tomada na direção de colocar em um segundo plano as diferenças regionais existentes e resultados da longa ocupação estrangeira do território polonês, para que, a partir de uma afirmação identitária polonesa ampla, se fortalecesse a ideia de nação em busca de uma autonomia que há muito não existia mais, principalmente junto a intelectuais e indivíduos conscientes e envolvidos nessas questões políticas.

Com tal bagagem, esse grupo não ficou fixado apenas no espaço colonial onde foram instalados inicialmente; diante de dificuldades ou melhores perspectivas de desenvolvimento, tal grupo passa a reemigrar internamente, quando se desloca para a região do Alto Uruguai e Missões, gerando núcleos coloniais compostas por (i)migrantes mais antigos e novas levas vindas diretamente da Europa para essa região que passaria a ser o novo foco de colonização estadual a partir da virada de século.

Era nesta região e período – virada do século XIX para o XX – que o governo estadual estava fundando seus novos núcleos coloniais para atender a demanda por terras e para dar um destino adequado às terras públicas junto ao recolhimento de dinheiro via venda dos lotes. Os núcleos públicos seguiam desde o início um ideal de composição heterogênea, abrigando diferentes etnias. Contudo, consideramos que após a venda do lote seguindo tal premissa, a

atenção do governo passaria a outros aspectos e/ou Colônias, deixando margem para que os próprios colonos/imigrantes se reorganizassem internamente a partir de seus interesses e possibilidades, gerando picadas/linhas etnicamente homogêneas dentro de um projeto maior considerado misto.

Esta hipótese de reagrupamento étnico entre os colonos/imigrantes e realizados pelos próprios, ainda que não se tenha meios de comprovar por fala de documentos acessados para a tese, ocorre a partir da constatação dessa movimentação apresentada e discutida no trabalho de outros autores, sendo factível considerar que nos casos de Erechim e Santa Rosa, não houve mudança significativa quanto a esse comportamento dos grupos coloniais. Fato similar é o encontrado e discutido por Trindade que no caso da Colônia Guarani, onde “o que ocorreu foi o aglutinamento dos diferentes grupos em núcleos homogêneos, como é o caso de Comandahy, futura Guarani das Missões [ponto de convergência de imigrantes poloneses]” (2015, p. 48). O resultado seria uma estrutura macro considerada mista, mas que abrigava diversos “compartimentos” étnicos, indo na contramão do ideal projetado, e resultando posteriormente em municípios com características predominantes de uma etnia, mas que o projeto macro ao qual pertencia na época, abrigava diferentes etnias.

O processo de reagrupamento de imigrantes/colonos dentro de projetos tidos como mistos ainda precisa ser considerado para além do país que constava no passaporte do sujeito ou de sua descendência, e principalmente, a constituição interna da sua própria identidade. Weber destaca que a constituição dos grupos imigrantes no local de destino possuía influência do seu Estado de origem, na “promoção das comunidades emigradas” (2011, p. 8), tal como a ação de embaixadas e consulados no amparo a seus compatriotas em terras estrangeiras e sob outras legislações. Considerando o caso da Colônia Erechim, que era próxima da Colônia Quatro Irmãos – colonização com judeus –, a presença polonesa na região foi reforçada com a imigração de judeus oriundos da Polônia, mas que ao se identificarem culturalmente, se apresentavam como judeus. Isto e a forte presença da religião católica entre os colonos poloneses, contribuiu para que não fossem considerados do mesmo grupo.

Logo, a imigração polonesa, diferentemente do ocorrido com a imigração alemã e a italiana, que contaram com apoio do Estado originário, e com uma consolidação no estrato médio alto econômica e intelectualmente, com diversas associações e apoios para a produção e divulgação de trabalhos sobre o seu grupo, não possuiu na mesma proporção os incentivos para uma grande produção e circulação de materiais entre os seus. Não significa que não havia produção intelectual, mas que por diversos fatores esta era reduzida. Assim, a variação na produção sobre a imigração e colonização de diversas etnias deve ser relativizada e refletida

sobre os contextos de chegada ao Rio Grande do Sul e o que ocorria em seu país de origem (WEBER, 2011).

A instalação de um projeto colonial então poderia se desenhar de várias maneiras, e ganhar contornos próprios a partir da ação direta dos indivíduos envolvidos, tal como o reagrupamento de colonos de uma mesma etnia em determinada linha em um projeto que se queria misto. Essa movimentação poderia não causar problemas, pois todos os envolvidos teriam iguais condições e na maioria das vezes, vistos de maneira semelhante entre si; contudo, a movimentação em busca de terras ou um ajuste fino a partir das necessidades particulares de cada grupo poderia se tornar complicada considerando que a área já estivesse sendo ocupada e que os ocupantes não tivessem o interesse em vender as suas terras.

Tal como o problema enfrentado na Colônia Sarandi, onde é possível observar a tensão social que envolvia a colonização e os seus interesses, bem como a forma pela qual o governo utilizava a disponibilidade de terras de suas Colônias públicas, o principal grupo étnico presente nesse episódio haviam sido os italianos.

Esse grupo étnico, que iniciou sua imigração para o Sul do Brasil principalmente a partir da década de 1870, teve a sua chegada intensificada durante a Primeira República, quando se registrou a entrada de maiores contingentes no Rio Grande do Sul (CONSTANTINO, 2007). Em 1860, a Itália estava sofrendo com problemas econômicos sérios, que, juntamente com uma superpovoação contribuía para que a ideia de emigrar se tornasse atrativa. Os problemas agrários que seguiam sem uma resolução satisfatória e as notícias sobre a colonização no Brasil, onde poderiam se tornar proprietários de terras, fez com que uma emigração permanente se tornasse uma boa possibilidade de melhorar de vida. Sobre isso, Vania Herédia destaca que “a emigração acabou sendo uma resposta à crise agrária que a Itália vivia e foi utilizada para promover a colonização agrícola no Sul do Brasil” (2005, p. 236). Percebe-se, então, que o Estado Brasileiro estava ciente das condições enfrentadas na Europa, bem como possuía uma estratégia para aproveitar tal situação em benefício próprio, ao direcionar sua propaganda àqueles que estariam propensos a aceitarem uma mudança abrupta de vida, na esperança de melhorá-la. Junto a isso, foi um período em que se observaram melhorias nas condições de transporte na viagem para a América, com navios mais rápidos, o que além do aumento de grupos interessados em buscar melhores condições em outro país, contribuiu para que se avolumasse a chegada de grupos imigrantes no país.

Dessa forma, tal como outros grupos étnicos, contou-se com a propaganda e ação de agentes de imigração em território italiano. Isto, juntamente com informações trocadas com familiares ou conhecidos que já haviam emigrado e passavam informações e incentivos para

que quem havia ficado na terra natal, se organizasse para partir, pois já poderia contar com o suporte daqueles que primeiro realizaram a viagem transoceânica. Essa rede de contatos, esperada em alguma medida pelo governo estadual através de uma imigração espontânea, e como observada no caso apresentado no primeiro capítulo, é também discutida por Maíra Vendrame (2016) no livro *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)*.

Ao optarem por realizar o movimento migratório para o outro lado do Atlântico, os camponeses italianos, além de buscarem condições para manter ou ascender suas condições econômicas, procuravam também organizar a vinda de conterrâneos conhecidos, de maneira que os seus costumes pudessem ser mantidos ou livremente expressados em terras brasileiras. Não eram, então, camponeses miseráveis – principalmente aqueles que deixaram a Itália nos primeiros anos do movimento denominado como *Grande Imigração*, ocorrido entre 1875-1880, mas sim pequenos proprietários que “visualizaram, no deslocamento, a possibilidade de concretizar projetos individuais, familiares e coletivos nas terras brasileiras” (VENDRAME, 2017, p. 82). São características que também fazem parte de outros grupos étnicos, a diferentes níveis e preocupações com essa reprodução, mas que é observada na procura por agrupar-se junto de seus conterrâneos, como já anteriormente discutido.

Sendo predominantemente agrícola o processo de colonização empreendido, é natural que a quase totalidade de imigrantes fossem agricultores. Porém, é necessário considerar que dentro da porcentagem que se colocava como trabalhador rural, havia aqueles que optavam por colocar tal informação para facilitar o seu processo migratório, quando na realidade, praticavam outras atividades econômicas (HERÉDIA, 2005; 2012). Ou seja, imigrantes que possuíam na Itália outras atividades econômicas, se aproveitavam da legislação daquele período para se tornarem também proprietários de terras no Rio Grande do Sul.

Isso resultou em indivíduos com uma bagagem artesanal que permitia voltar sua atenção também para outras atividades econômicas, “oriundas de tradições mantidas por gerações e que se tornaram ofícios nas áreas de imigração” (HERÉDIA, 2012, p. 359). Esta característica contribuiu para o desenvolvimento econômico dos espaços de colonização italiana; direcionados para o espaço rural dos lotes coloniais, houve uma maior atenção aos trabalhos que visavam garantir uma produção de subsistência, embora com o passar do tempo conforme uma estabilidade fosse alcançada, se desenvolvia e fortalecia atividades artesanais voltadas para a região colonial. Com o crescimento da Colônia Caxias, as atividades comerciais se expandiam, contribuindo para que esse núcleo se posicionasse como um entreposto comercial (HERÉDIA, 2012).

Dentro dessa diversidade de atuação econômica praticada pelos imigrantes, a colonização italiana contou, para além da possibilidade de assentamento em núcleos públicos – que ainda não se preocupavam com o caráter étnico desses assentamentos como posteriormente é observado –, com a possibilidade de negociar áreas de terras diretamente com proprietários de terra brasileiros. Dessa organização interna para uma colonização organizada pelo próprio grupo imigrante, categorizada por Vendrame como “frentes parentais de ocupação” (2017, p. 87). Além de expandir a área ocupada para além do desenhado pelo poder provincial inicialmente, tomando as rédeas dessa nova etapa de ocupação territorial, visto o aumento de demanda para novos imigrantes e a possibilidade de organização própria e manutenção de certa proximidade com os conhecidos, possibilitou um maior contato com outros grupos étnicos. A partir do desenho de novas fronteiras da zona colonial, o contato tanto com brasileiros (nacionais) quanto com negros se acentuou, bem como com imigrantes alemães; há então, um cenário de contato étnico aproximado com o que se observará algumas décadas depois, nos projetos públicos de colonização empreendidos pelo governo perrepista do Rio Grande do Sul.

De qualquer modo, a possibilidade de instalação de núcleos coloniais homogêneos, acabou sendo bem-vista por aqueles que pensavam em emigrar, visto que a possibilidade de uma imigração familiar favorecesse a instalação e adaptação no novo espaço. Essas relações sociais que atravessaram juntas o Atlântico, contribuiriam ainda para que houvesse a continuidade do processo de atração de novos imigrantes. Mesmo que tal movimento pudesse ser em menor escala já no século XX, uma vez que a ideia de fundar ou encontrar comunidades com ideias próximas às que possuíam na Itália, daria a ideia de um lugar conhecido por causa das pessoas e costumes, resultando em uma certa segurança para iniciar o processo migratório (ZANINI, 2008; VENDRAME, 2023). Essa característica facilitou tanto a propaganda que a utilizou como argumento atrativo, quanto pela tomada de decisão positiva para a realização de tão profunda mudança da vida de várias famílias, informadas que poderiam se manter próximos dos seus desde a decisão de partir até o assentamento na propriedade rural no novo país escolhido para viver. Junto à liberdade de ocupar núcleos coloniais com os seus pares, estruturava-se esse novo espaço comunitário a partir da construção de capela, contratação de um padre e a partir disso iniciavam-se as atividades sociais e religiosas, daí que “o centro de cada povoado se tornava um espaço de atração e identificação das famílias vizinhas, aparentadas e conhecidas” (VENDRAME, 2023, p. 62).

Já com uma cultura migratória própria, notadamente sazonal, os camponeses italianos tinham na migração em território europeu como a forma de exercer um trabalho e obter rendimentos extras para a sobrevivência de seu núcleo familiar. As mudanças que afetavam os

camponeses habitantes de pequenas comunas italianas acabavam por servir de força propulsora para que “práticas culturais tradicionais do universo popular” (VENDRAME, 2016, p. 71) se mantivessem; logo, com tradição migratória que seria típica da sociedade agrária, a chegada do século XIX marcaria o passo além de tal mobilidade, avançando para uma migração além-mar.

Convertendo o costume das migrações sazonais para uma emigração permanente, os imigrantes italianos traziam junto de si seus costumes e tradições, que se tornaram um forte demarcador étnico, principalmente a partir do momento em que a etnicidade virou um elemento de integração cultural, numa resposta à política do governo de separar as Colônias europeias umas das outras (HERÉDIA, 2005). Surgiu então no espaço colonial italiano diversas formas associativas visando a inserção social, sendo essas também características das sociabilidades existentes na Itália e que se buscava reproduzir no Brasil. É nesse espaço de busca da manutenção de costumes, ou mesmo de adaptações e inserções de tradições suas com de outros grupos, em um reforço de contato entre os seus (de mesma origem regional e de outras regiões no país europeu originário) e contatos com outras etnias que em grupo se busca construir sua identidade.

A busca por uma identidade étnica comum, um pertencimento que contribuiria para que houvesse suportes e ajudas mútuas, era iniciada ainda durante a viagem ao Brasil, no contato com imigrantes de outras regiões italianas, num sentimento de união frente a outros grupos. Essa estratégia iniciada durante a viagem transatlântica, acaba sendo algo não apenas específico do período de colonização, mas como aponta Zanini, diversos grupos étnicos na região central do Rio Grande do Sul estariam, ainda no século XXI “relembrando suas origens e procurando viabilizar suas distinções baseadas nessas origens” (2008, p. 142). Ao passo que a identidade étnica se fortalece e se modifica diante dos processos de fricção étnica, Zanini argumenta que essa identidade pode estar mais ligada a um sentimento comum de pertencimento do que necessariamente as origens em comum, historicamente comprovadas. Esse processo de desenvolvimento de um pertencimento étnico, embora no texto da autora seja a partir da perspectiva da imigração/colonização italiana, pode ser pensado para outros grupos étnicos e o quanto isso poderia influenciar em processos de colonização públicos.

Partindo da ideia de identidade étnica a partir de um sentimento de pertencimento, e tendo em vista que grupos poderiam migrar sob um passaporte cuja bandeira não era realmente a sua origem, os núcleos coloniais mistos se tornam ainda mais complexos. Questões como o passaporte ou outros aspectos que produziriam uma classificação equivocada poderia interferir na construção do sujeito no novo espaço, a partir de seu posicionamento e ações, visto esta ser

uma construção social e poderiam, conforme Zanini (2008), serem modificados ao longo de processos de contato com outros grupos.

A decisão de abandonar a terra natal não pode ser considerada como oriunda de uma única causa, mas sim da confluência de diversos fatores, que, juntamente com a manutenção de contato para com aqueles familiares e conhecidos que já haviam partido anteriormente, acabavam por ser o ponto inicial de gestação da ideia e planejamento da viagem que mudaria a vida daqueles então postulantes a emigrantes. Vendrame considera que “sendo a mobilidade uma das características das populações que viviam no campo, independentemente das crises estruturais, esses movimentos ganharam maior proporção devido às relações mantidas com aqueles que já haviam passado pela experiência migratória” (2016, p. 73) e se colocavam no lugar de guias e uma espécie de seguro para quem aceitasse seus convites à migração.

A oferta de um suporte para o traslado intercontinental, com alguém sendo enviado primeiro, para travar conhecimentos e indicar quais as melhores formas de realizar a migração, foi muito utilizada. Esse “guia”, que reuniria informações sobre valores, qualidade de terras, distâncias e outras questões materiais, era parte de um projeto de um grupo maior de pessoas, que apoiando a prática, conseguiria reunir um sólido embasamento; era também fruto da construção e manutenção de redes sociais que trocariam conhecimentos. Assim, do mesmo modo que ao chegar no Rio Grande do Sul havia a preocupação em se manter próximos das redes de sociabilidades existentes de maneira prévia à viagem, tais redes poderiam ser reforçadas com alguns aspectos, entrando aí a assistência prestada para interessados em migrar.

Essas redes poderiam ser reforçadas depois, com a questão de compadrios, que desempenhava importante papel nos desenhos sociais e políticos de uma comunidade, ao realizar uma espécie de tratado de cooperação entre as famílias de afilhados e de padrinhos. Mas desse momento de oferta de ajuda para inúmeras questões, poderia render aos “guias” do espaço colonial, benefícios econômicos (VENDRAME, 2016). Isso tudo, sendo bem gerido, seria capaz de retornar em importância posterior dentro do núcleo colonial formado com a sua ação como agenciador e informante.

Os núcleos coloniais formados por pessoas de um mesmo grupo étnico, como aquele de imigrantes italianos estudados por Vendrame, procuravam reproduzir em seu novo espaço, uma organização próxima daquela que haviam deixado no país de origem, ainda que agregando novos aspectos, mas procurando manter aspectos da estrutura camponesa que lhes era inerente de seu lugar de origem. Dentro dessa cultura campesina própria, estava inserida formas de manutenção da ordem, portanto, de resolução de problemas e conflitos de maneira interna, preferencialmente, sem a necessidade de buscar a justiça comum (VENDRAME, 2016).

A opção por tal expediente de justiça particular, pode ser compreendido como uma forma de defender a comunidade e estabelecer limites a fim de se alcançar paz/justiça. Ainda que tal processo seja observado pela autora em uma Colônia onde predomina uma etnia, em núcleos com uma composição étnica mais plural, estas possuíam também eventos que nos ajudam a levantar a hipótese de ações paralelas à justiça oficial, de forma a buscar defender a sociedade colonial considerada ofendida.

5.2 Perturbações na Colônia Santa Rosa

Embora a historiografia tenha já demonstrado que núcleos coloniais não eram totalmente pacíficos, quer dizer, possuíam tensões, enfrentamentos e refregas, como qualquer espaço com a presença de seres humanos, cabe mencionar que Santa Rosa não era diferente. Esse espaço colonial se encontrava dentro do esperado de uma sociedade violenta e envolta em tensão existente durante o espaço temporal que delimitamos, bem como um passado de dinâmica provavelmente não tão distinta, e não tão díspar nos períodos posteriores (muito embora mudanças nas sociedades tenham levado a uma maior pacificação da sociedade como um todo).

A organização dentro de um núcleo colonial pode ser muito particular, principalmente ao observar as especificidades de cada caso. Se considerarmos que o espaço ocupado pela colonização e pelos imigrantes/colonos já eram ocupados e possuíam suas próprias dinâmicas, ocorre então uma segunda mudança. Estas mudanças são “produto de relações sociais, e estas como produtoras de espaços com características materiais e imateriais específicas” (VENDRAME, 2023, p. 64), onde, já possuindo uma complexidade, a situação se eleva com a inserção de novos personagens e sociabilidades. A elevação de complexidade com um maior contato interétnico, ainda que não como único fator desencadeante de conflitos, faz com que os processos crime sejam uma fonte documental que permite ao historiador refletir sobre as novas dinâmicas sociais que surgem e as reações a tal processo.

Dentro de tais dinâmicas sociais, os conflitos tanto poderiam desembocar na atuação da justiça pública, ou seja, na denúncia junto a uma autoridade policial e daí decorrer todo um processo, com investigações, oitivas e a decisão final de um juiz, quanto tomar um outro rumo. Esse outro rumo seria uma justiça paralela à oficial, onde a sociedade colonial poderia se organizar internamente com regras próprias ou ações específicas, para que os problemas que ocorressem no interior de sua comunidade não chegassem ao conhecimento das autoridades públicas. E se porventura esses problemas “domésticos” chegassem ao espectro

público/policial, Vendrame demonstra como as próprias autoridades poderiam agir no sentido de legitimar as práticas paralelas de justiça, “utilizando-se também dos recursos formais para garantir proteção aos envolvidos e o respeito as práticas punitivas defendidas pelo grupo hegemônico” (2023, p. 67) sem que houvesse prejuízo aos justiceiros envolvidos, em uma mostra de coesão da comunidade afetada.

Questões referentes à honra ou aspectos materiais importantes em um espaço que ainda estava se consolidando frente às dificuldades iniciais poderiam tentar ser resolvidos dentro do próprio grupo. O abigeato, que é o roubo de animais, poderia impactar de diferentes maneiras o proprietário do gado roubado, principalmente por poderem ser, além de fonte de alimentos, força motora para realizar os trabalhos necessários nas roças recém-abertas (no caso do roubo de vacas, bois ou cavalos). E, ao mesmo tempo que havia aquele colono diretamente afetado, tal fato poderia gerar uma onda de insegurança entre os demais colonos do núcleo/picada, quanto a possibilidade de ocorrência de crimes similares, impactando mais famílias – até quem sabe a sua. A violência do roubo (confirmado ou imaginado) e/ou o choque do ocorrido, poderia levar os colonos a tentarem resolver a situação à sua própria maneira, talvez também para demonstrar a defesa da comunidade impactada.

Nas palavras de Vendrame, “a resolução de impasses através de práticas de justiça locais garantia domínio, segurança e poder territorial para as famílias que viviam nas comunidades imigrantes” (2023, p. 72), logo, a procura por resolver conflitos à revelia das instâncias públicas, poderia ser uma ferramenta para reforço do poder organizacional da comunidade. E ainda que em seu texto a autora trate de crimes ocorridos em comunidades formadas por imigrantes, consideramos que tais reflexões sobre uma justiça comunitária pode ser utilizada nos núcleos de colonização mista e em processos onde os envolvidos não necessariamente sejam imigrantes/descendentes ou que não componham a maioria dos arrolados em tais processos.

A lógica por trás da sociedade camponesa/colonial e que regia as movimentações realizadas pelos seus integrantes possui particularidades que vão muito além do que constava nas letras da lei e da justiça do espaço onde se inseriam. Tanto na adaptação ao novo país, com o contato com pessoas até então desconhecidas, quanto com as práticas e costumes trazidos consigo de seu espaço original na Europa, contribuíram para que o espaço colonial fosse permeado por tensões, conflitos e negociações, intra e extra grupo. Essa problemática do mundo camponês é estudada por Jéssica Arend, que afirma que várias eram as motivações que desencadeariam em conflitos, tais como “disputas por recursos essenciais a sobrevivência, pela demarcação e divisa das propriedades, abertura de estradas e pelos animais que invadiam

propriedades ou até mesmo roubados” (2020, p. 128), aqui, destaca-se que dentre as motivações apontadas pela autora, as duas últimas são as causas de processos que serão analisadas ao longo deste capítulo, ocorridas em Erechim ou em Santa Rosa.

Muitas dessas ações conflituosas são decorrentes da preocupação pela manutenção da sobrevivência do grupo familiar e/ou da reprodução social do grupo dentro do universo agrário (AREND, 2020). Tanto a autora supracitada quanto outras bibliografias citadas ao longo do trabalho, demonstram a importância de compreender a lógica camponesa por trás dos imigrantes/colonos para se ter em mente que as violências constantes em processos crime. Esses eventos poderiam ocorrer tanto pela busca de vantagens, estratégias ou defesa de interesses, quanto também movidos pelo impulso do momento e de variáveis como o álcool, que poderiam resultar em algo muito mais violento do que em outros momentos sem esse componente.

Em novembro de 1915, a Colônia Santa Rosa não havia muito que fora criada, e consequentemente, a sua sociedade colonial ainda estava se assentando, reconhecendo e se organizando. Ocorria o estranhamento da população nacional que observava a chegada de colonos (i)migrantes, com costumes diferentes e estes, por seu turno, além de estarem passando pelo processo de reconhecimento e adaptação à sua propriedade, também estava ciente daqueles que ali já se encontravam.

Dado o incipiente momento desse empreendimento organizado pelo governo estadual, os animais possuíam vital importância, como já citado. Logo, o crime que será analisado e que ocorreria no então 5º distrito do município de Santo Ângelo, pode ter causado diferentes reações dentro da comunidade envolvida nessa questão, o que permite algumas reflexões sobre a sociedade colonial então em formação. Ainda que a análise que segue seja uma hipótese criada a partir da leitura de tal documento e de bibliografias, consideramos uma hipótese plausível, a partir de aspectos presentes nas leituras que embasam este trabalho, além de ser formulada a partir das informações constantes nos autos analisados.

A oito de dezembro de 1915, é registrado uma denúncia contra Virgilino Galvão, Sebastião Goulart, Miguel Garcia e Affonso Moura²⁰⁵, sobre crime ocorrido no mês anterior. Porém, antes de chegar ao crime que os fizeram serem denunciados pela Justiça, João Régis Paiva, inspetor responsável também pela Colônia Santa Rosa, havia recebido uma denúncia de que Pedro Rodrigues teria roubado dois animais na região. Diante do fato, o referido inspetor teria mandado chamar o indivíduo acusado para dar explicações, mas Pedro Rodrigues não teria comparecido ao chamado para esclarecimentos. Em consequência do não atendimento ao

²⁰⁵ APERS. Autos crimes. Justiça Pública (autora). Virgilino Galvão, Sebastião Goulart e outros (réus). Processos crimes, município de Santo Ângelo, cart. Cível e Crime. Anos 1914 a 1916. Número 1395. Maço 46. Estante 155.

chamado, João Régis Paiva, posteriormente indicado nas testemunhas como sendo paraguaio, optou por reunir uma escolta, formada pelos denunciados no processo, para prender Pedro Rodrigues.

Ao encontrarem o suposto ladrão de animais, que estaria na casa de Magdalena Gregório, tomando mate e conversando, iniciou-se um pequeno conflito entre as partes, que resultou na quase morte de Pedro Rodrigues. Ao passo que os membros denunciados da escolta alegavam que haviam encontrado resistência para cumprir a ordem de prisão, a única testemunha do fato, alegava que era a escolta que teria iniciado os atos de violência, visto terem proferido “matem o bandido” ao chegarem próximo da vítima. Na briga que seguiu, Pedro Rodrigues foi alvejado com vários tiros e golpes de facão, sem conseguir se defender por estar extremamente ferido. Havia, contudo, conseguido refugiar-se em um cômodo da casa; porém, “ao recolher-se a um quarto próximo, foi ferido por profundo golpe de facão que lhe deferiu o denunciado Sebastião Goulart, sendo prostrado ao chão quase sem vida”²⁰⁶. Por fim, com medo de morrer pelas mãos dos denunciados, teria concordado em sair do quarto e se entregar, desde que sua vida fosse poupada.

Partindo da leitura dessa denúncia, é possível já observar que à parte do inspetor ser o único de origem estrangeira, os demais eram todos naturais do Rio Grande do Sul. Não haveria então um processo de adaptação a um lugar totalmente diferente de sua origem, como aconteceria se fossem imigrantes, ou com conhecimento desse período por terem ouvido seus ascendentes. Logo, o dito local “costa da Santa Rosa” teria grande presença de sobrenomes tidos como nacionais, como seria predominante nos primeiros anos da colonização ali, conforme os relatórios do governo dão conta. Mas mesmo que não haja a presença de sobrenomes oriundos da imigração europeia, e conseqüentemente da transferência de costumes e práticas culturais observadas em sociedades do velho continente, conforme Vendrame (2016), é possível inferir numa prática de justiça paralela para a suposta defesa da comunidade onde o crime teria ocorrido.

Nas inquirições realizadas em três de fevereiro de 1916, o inspetor, João Régis Paiva, afirma que os animais roubados teriam sido dois suínos. Como mais adiante no processo foi indicado que os animais seriam cavalos, não havendo uma certeza, variando entre as testemunhas esse aspecto, consideramos mais um aspecto de pressa ao acusar o indivíduo. De todo modo, ambas as espécies citadas teriam grande importância numa sociedade agrícola, o que poderia causar alvoroço entre quem observava tal fato acontecer em sua comunidade. Mas

²⁰⁶ APERS. Autos crime. N1395 M46 E155. Fl. 3.

para além de tal informação, em seu testemunho, Paiva ainda conta que lhe foi contado que a vítima teria dito que “não se entregaria a homens, ainda mais a gaúchos”²⁰⁷.

A princípio, tal afirmação da vítima poderia soar estranho, visto a localização da Colônia, e o fato que, exceto Paiva – paraguaio –, os sobrenomes nos levam a crer que não houve colonos envolvidos diretamente. Mas se observarmos a partir do prisma de migrante, abre-se a possibilidade de procedências diversas, ainda que dentro do território brasileiro. Pedro Rodrigues é citado como originário do Estado do Paraná; tal informação pode nos indicar certa resistência, ou melhor, fricção entre aqueles “gaúchos” e brasileiros de outros Estados. Ainda, a presença de alguém de outro Estado, pode estar ligado às notícias sobre essa nova Colônia pública, onde a compra de lote colonial poderia ser facilitado através do pagamento em dias de serviço, com o Serviço de Proteção ao Nacional²⁰⁸, apresentado no capítulo 4. No espaço colonial, então, para além do contato interétnico quase inerente aos processos de caráter misto, poderia ocorrer contato de brasileiros de diferentes regiões, e, portanto, com diferentes características culturais próprias de seus locais de origem, gerando atritos.

A truculência da escolta para com a vítima seguiria quando a amarraram, mesmo muito ferido, para levá-lo à presença do inspetor Paiva. Contudo, o desamarraram quando chegou ao local Antonio Alves Pinheiro e deu ordem contrária, visto que Pedro Rodrigues já estaria moribundo, conforme Maria Magdalena Gregorio testemunhara. Na sequência de seu testemunho, afirmou que a escolta havia chegado em sua casa já informando que Pedro Rodrigues iria preso por ter roubado dois cavalos e assassinado o dono dos referidos animais.

Enquanto o inspetor em seu depoimento havia reforçado que a vítima possuía má índole e havia resistido à prisão contra sua escolta, a segunda testemunha, Magdalena Gregorio depunha o contrário; após afirmar saber que os animais roubados – cavalos – eram da propriedade da mulher da vítima, que teria deixado claro para toda a vizinhança (não consta se antes ou depois do crime e da instauração do processo), destaca que “os denunciados são pessoas de mau comportamento; que Sebastião Goulart e Miguel Garcia são conhecidos desordeiros e que nos bailes aonde vão fazem desordens e que vivem cruzando estradas,

²⁰⁷ APERS. Autos crime. N1395 M46 E155. Fl. 14v.

²⁰⁸ Ao cruzar os nomes constantes nas folhas de pagamentos de prestações de serviço decorrentes de tal Serviço, com os nomes dos citados no processo que está sendo analisado, é possível observar que três indivíduos do processo constam como prestadores de serviço para o governo na Colônia Santa Rosa. São eles: Sebastião Goulart, na construção de ponte de ligação a Guarani; João Regis Paiva, que trabalhou na construção de ruas da sede 14 de Julho e na turma de extinção dos gafanhotos em 1918, e por fim, Pedro Rodrigues, que também atuou na destruição dos gafanhotos. São trabalhos realizados entre 1917 e 1918, posteriormente, portanto, do período de ocorrência do processo. AHRS. DAHNE, João. *Diversas folhas de pagamento do pessoal empregado na construção/desmatamento de ruas na sede 14 de Julho*. Comissão de Terras e Colonização de Santa Rosa. Fundo Obras Públicas, caixa 55, maço 118.

deixando as porteiiras abertas e dando tiros na frente das casas por onde passam”²⁰⁹, encerrando que da vítima, sempre havia ouvido falar bem e que era pessoa de bom comportamento. Desse depoimento, além de ser possível observar um discurso favorável à vítima, dado a proximidade existente entre ambos, a ponto de o crime ocorrer em sua casa, por conta da presença de Pedro Rodrigues lá, pode indicar outros aspectos sociais dos envolvidos no processo.

Neste ponto, há uma nova versão sobre a origem dos animais, onde, após a denúncia de roubo de animais e morte do seu proprietário, surge que seriam pertencentes à mulher da vítima²¹⁰. Mas principalmente, desse depoimento, há o relato sobre a postura de alguns membros da escolta; não há aqui o interesse ou os meios para afirmar qual versão é a correta, além de não ser importante para a discussão. Porém, é algo que se coloca junto à postura tida ao encontrar o então acusado de abigeato.

O marido de Magdalena Gregorio, Antonio Alves Pinheiros, que havia chegado à residência quando Pedro Rodrigues já estava rendido, declarou que em conversa com Virgilino Galvão, este teria declarado que “meti no bandido esta faquinha até aqui (marcando a extensão na lâmina da faca) e carreguei a minha pistola com dois balins e dei dois tiros no bandido”²¹¹. A violência ocorrida é relatada no testemunho da vítima, que contou ainda, após dois dias havia chegado na casa do pai de um dos homens da escolta e que lá estaria o inspetor Paiva; teria ouvido que havia a intenção de matá-lo, colocando um “remédio” (breu) no profundo corte que havia e tapado com panos queimados para conter a hemorragia.

Durante o relato de sua versão do ocorrido, Pedro Rodrigues afirmara que

a denúncia mentirosa foi dada por Maria Luisa Fernandes, mulher com quem ela vítima esteve amasiado, tendo-a abandonado por não prestar; que os cavalos aludidos são de sua propriedade, podendo isto atestar como testemunha várias pessoas; que quando esteve em Corrientes trabalhando com um paraguaio, este lhe fez presente dos aludidos animais, tendo dado um deles para ele vítima e outro para um seu filho menor²¹².

À parte de possíveis questões de gênero envolvendo o relato da vítima, com tal testemunho, é resolvido a espécie dos animais, sua origem e propriedade. Tal como a vítima declara, houve entre as testemunhas quem afirmasse que os animais eram relacionados a ele, ainda que não do modo como o próprio declarara.

²⁰⁹ APERS. Autos crime. Segunda Testemunha – Maria Magdalena Gregorio. N1395 M46 E155. Fl. 23.

²¹⁰ Disso não podemos conferir, pois não há testemunho da própria, para confirmar ou negar.

²¹¹ APERS. Autos crime. Terceira Testemunha – Antonio Alves Pinheiro. Número 1395, maço 46, estante 155. Fl. 24.

²¹² APERS. Autos crime. Declaração da vítima Pedro Rodrigues. Número 1395, maço 46, estante 155. Fl. 31v.

Socialmente, ele ser um migrante oriundo do Paraná e ter uma mobilidade de ter trabalhado em país estrangeiro (dependendo da região do Paraná de origem e/ou também Santa Rosa possui localização fronteira), além de aparente relação conturbada com mulher que não é dita a origem, permite pressupor que esta movimentação poderia gerar ruídos entre a comunidade, principalmente com o aparecimento da vítima com dois animais. Isto posto, poderia ser homem de poucas posses, e que, aparecendo logo com dois animais de tração, tenha chamado a atenção, juntamente com a denúncia feita. Juntou-se à denúncia, um oficial da justiça tomar decisões que não lhe cabia (ordenar a prisão de alguém) e homens com aparente tendência à violência, para buscar uma solução interna na comunidade para um suposto crime que chamaria a atenção.

No auto do exame de sanidade realizado na vítima, foi constatado

diversos ferimentos produzidos por projétil de arma de fogo e por instrumento perfurocortante, sendo que um deles, ofendendo um membro do braço direito ocasionou-lhe a imobilidade dos dedos da mão, os quais ficaram dobrados impedindo destarte que o paciente pegue na enxada para trabalhar. Um outro ferimento que apresenta sobre o peito foi produzido por instrumento perfuro cortante que entrando embaixo do peito do lado direito e ofendendo provavelmente o pulmão foi quase saído do lado esquerdo da região dorsal, sendo que este ferimento pode produzir a morte do paciente, pelo grande inchaço da parte superior do ventre do tórax, verifica-se que a infecção e coágulos de sangue internamente é motivado pelo rápido estancamento que um dos denunciados fez, introduzindo um punhado de breu na ferida, conforme declara o paciente; que ainda este mesmo ferimento impossibilita o paciente de caminha por lhe deixar bastante cansado como quem está atacado de forte bronquite asmática²¹³.

Após correr todas as instâncias do processo, o Ministério Público abriu denúncia contra Virgilino Galvão, Miguel Garcia, Sebastião Goulart e Affonso Moura por terem ferido barbaramente a Pedro Rodrigues, no dia 10 de novembro de 1915, no 5º distrito do município de Santo Ângelo²¹⁴.

As ações tomadas de maneira impetuosa e violenta, antes do devido prosseguimento dentro das formas da lei, permitem levantar-se, então, a hipótese de que a violência era utilizada como parâmetro legitimador de um poder ante a comunidade, além de regular as normas morais, que teriam sido ultrapassadas com a acusação de abigeato. Membros dessa comunidade realizarem o papel de juiz e carrasco poderia servir para, além da demonstração de poder, reforçar uma moralização e suposta segurança contra um crime que poderia impactar deveras uma família agricultora, mantendo assim, o ordenamento acordado entre os membros da comunidade. Reflete-se nesse protagonismo dos referidos civis junto ao crime que teria

²¹³ APERS. Autos crime. Auto de exame de sanidade. Número 1395, maço 46, estante 155. Fls. 32v-33.

²¹⁴ APERS. Autos crime. Relatório. Número 1395, maço 46, estante 155. Fl. 38.

cometido Pedro Rodrigues, uma demarcação de superioridade deles ante Rodrigues, ainda que não numa relação étnica propriamente dita (como alemães/italianos contra nacionais), ou estratos sociais distintos, como já estudado por Vendrame (2014), mas sim um reforço de status entre indivíduos há mais tempo vivendo na Colônia, contra alguém ainda demarcado como *outsider* naquele espaço colonial. Para defender questões caras à sua sociedade, os réus se investiriam de legitimidade para agir de determinadas maneiras contra aqueles que consideravam colocar em risco a ordem nesse espaço rural.

A violência praticada contra o indivíduo Pedro Rodrigues, sem haver previamente quaisquer apurações sobre o fato, para se comprovar ou não o fato delituoso a ele ligado, e as ações ilegais cometida por um representante da lei, mas ainda membro da comunidade – de origem paraguaia –, faz com que seja possível vislumbrar alguns aspectos. Principalmente o cenário violento que poderia ser desencadeado numa Colônia mista, não apenas entre indivíduos de origem imigrante e os nacionais, em decorrência de suas diferenças culturais e interesses, mas também a partir de outras referências. Em outras palavras, as organizações estabelecidas em Santa Rosa então, permitiram que surgissem um “sistema de represália e justiça” (VENDRAME, 2014) alheio ao sistema judiciário oficial.

O inspetor João Regis Paiva, foi também citado no relatório produzido pelo Ministério Público, onde consta que “verifica-se que este [o inspetor Paiva] passou os limites de sua competência; pois diz que: ‘mandou prender a vítima preventivamente’, poder esse que a lei não lhe confere, porquanto só aos juízes compete se decretar a prisão preventiva nos casos e na forma das leis”²¹⁵. No entendimento do Ministério Público, o inspetor Paiva deveria ter verificado a veracidade da denúncia, e então encaminhado o caso para o delegado, para que este, sim, tomasse as medidas cabíveis, ao invés de ter montado escolta para prender a vítima.

O não prosseguimento das normas que seriam padrão de seu cargo nesse processo, e a postura firme e punitiva adotada, pode ter relação com a sua origem. Sendo paraguaio, conforme consta em sua identificação quando depoente no caso, poderia ter tomado tal postura buscando um reconhecimento e aceitação ou legitimidade da comunidade na qual estava inserido em país estrangeiro, tornando-se “um local” e não apenas um paraguaio em terras brasileiras.

Porém, quando da vista processual realizada pelo Juiz da Comarca, em Cruz Alta, a 18 de janeiro de 1916, o processo foi considerado nulo²¹⁶, a partir de incongruências citadas pelo

²¹⁵ APERS. Autos crime. Relatório. Número 1395, maço 46, estante 155. Fl. 38v.

²¹⁶ APERS. Autos crime. Vistas. Número 1395, maço 46, estante 155. Fl. 41.

mesmo, e que, por consequência, não poderiam ser consideradas para o deferimento do que o Ministério Público propunha.

Ainda que o resultado do processo crime analisado tenha sido a anulação – pela escolha ser considerada auxiliares do inspetor, e, portanto, força pública–, consideramos que o mesmo pode seguir sendo utilizado para pensar as dinâmicas da sociedade colonial existente em Santa Rosa durante seu primeiro ano de existência. O Juiz da Comarca aponta erros na denúncia, que culmina com “os acusados irregularmente processados e por juiz incompetente”²¹⁷.



Uma Colônia formada pelo poder público, já teria em si, uma referência no prédio onde a Comissão de Terras e Colonização estivesse estabelecida, visto a procura em uma administração colonial diferente da exercida pela iniciativa particular. Não que isso cerceasse a possibilidade de não ser central no núcleo urbano, ou um modelo ideal de colonização, como o governo estadual argumentava em sua documentação, utilizada neste trabalho. A Colônia Santa Rosa ainda possuía outro fator socioeconômico, que era a existência da possibilidade de adquirir ou pagar terras em parte com o serviço prestado em obras públicas.

Como discutido no capítulo 4, essa prestação de serviço abriu-se para colonos que não de origem nacional (com sobrenomes europeus não ibéricos), o que provavelmente contribuiu para ampliar o impacto dessa política naquela sociedade colonial. Com as folhas de pagamento constando pagamentos em terras e/ou dinheiro, não é errado considerar o impacto econômico na Colônia – como em casas de comércio – e na vida dos indivíduos envolvidos nos trabalhos.

A sociedade colonial, então, se movimentava também a partir dos estímulos realizados por aspectos distintos, e nem sempre pacificamente. Em um núcleo com grande diversidade étnica, espera-se que tal fricção acabe resultando em situações nem sempre amigáveis. E embora o processo que será analisado a seguir não seja necessariamente pautado pelas diferenças étnicas e do contato com o diferente, a prestação de serviço que acabou estimulando em alguma medida a chegada de indivíduos de diferentes etnias (principalmente nacionais) em Santa Rosa, foi também o ponto de partida para os eventos que serão discutidos a seguir.

Falamos em eventos pelo fato de que o processo que tem como réus Agostinho Daniel, João Luis dos Santos e Oliverio Antonio de Aguiar (24 anos, agricultor, solteiro), tem duas linhas que ocorrem de maneira paralela. A primeira, que foi o motivo pelo qual esses atores se

²¹⁷ APERS. Autos crime. Vistas. Número 1395, maço 46, estante 155. Fl. 41.

envolveram, e nesse ponto, com a CTC e o serviço de proteção aos nacionais e a sua prestação de serviços. A segunda, decorrente dessa primeira questão, ocorrida fora do prédio da Comissão de Terras e Colonização, pelos acontecimentos prévios; sendo esta última, a que tomou maior espaço no processo, voltada principalmente aos fatos envolvendo diretamente a comissão.

Dito isso, o processo que passa agora a ser analisado tem a sua denúncia por parte do Ministério Público em 25 de setembro de 1918, e possui como pano de fundo a prestação de serviço em obras públicas. O ponto inicial ocorre quando,

No dia 2 do corrente mês, o denunciado Oliverio Antonio Aguiar, estando um pouco embriagado, entrou violentamente no escritório da Comissão de Terras e Colonização de Santo Rosa, no 6º distrito deste município, reclamando pagamento em dinheiro de um serviço de estradas que tinha sido contratado com ele denunciado, verbalmente, mediante pagamento em terras; e sendo-lhe declarado pelo Diretor da Comissão, Dr. João Dahne, que o haver que ele denunciado tinha seria pago em terras, respondeu este grosseiramente ao Diretor, dizendo não aceitar tal pagamento, e com palavras ofensivas referiu-se à pessoa do aludido Diretor²¹⁸.

Vemos com a descrição do fato ocorrido, outro viés possível sobre a execução e administração dessa ferramenta utilizada pelo governo via CTC, para a resolução dos problemas de intrusão. Uma perspectiva diferente daquela constante na documentação oficial – que sempre deve ser ponderada e não considerada como verdade absoluta –, que relatava que os trabalhos estariam sendo realizados de boa maneira e em bom ritmo, gerando resultados no mínimo satisfatórios e que contribuíram para que tal prática fosse exportada para outras CTCs. Embora a partir das folhas de pagamento desses serviços que estão no escopo desta pesquisa perceba-se um grande volume de indivíduos envolvidos em diversos trabalhos que acabavam refletindo no desenvolvimento de Santa Rosa, este fato chama a atenção.

Na referida documentação (folhas de pagamento), é constante o valor pago ao colono, e a forma como este se dará, em dinheiro, em terras ou em uma divisão entre essas duas possibilidades. Estas informações permitem observar tanto o processo de regularização e aquisição de lotes coloniais, quanto a circulação de dinheiro na Colônia através das casas de comércio e das movimentações feitas pelos colonos nestes locais para garantir produtos para o cotidiano de sua família. Mas como há apenas o resultado da burocracia – a folha de pagamento –, não há como saber os termos contratuais aos quais os colonos se submetem ao participarem desses trabalhos, ou se haveria contratos legais. Partindo do problema entre Oliverio Antonio de Aguiar e a CTC, na pessoa do seu diretor, João Dahne, podemos pressupor que não havia

²¹⁸ APERS. AUTOS de processo crime. Justiça Pública (autora). Agostinho Daniel, João Luiz dos Santos e Oliverio Antonio de Aguiar (réus). Comarca do município de Santo Ângelo, cart. cível e crime, anos 1917-1918, números 1444-1462. Número 1460, maço 49, estante 155. Fl.2.

conversações tão claras ou a segurança de um contrato escrito e reconhecido sobre os interesses de cada parte, o que possibilitava a desentendimentos como aquele citado acima.

A forma, então, de como o colono receberia o pagamento, era fato importante, pois faria parte da organização financeira do colono, já que tanto poderia abater o preço de seu lote quanto adquirir produtos, ferramentas e animais para fortalecer a sua produção colonial. E este é o ponto central do descontentamento do referido réu; a forma como é narrado, de que teria sido um acordo verbal que estava sendo alterado na hora do pagamento, leva a crer que o processo era pautado nessa condução, o que poderia permitir ao governo manobrar o pagamento da forma como melhor lhe parecesse, sem consultar previamente o contratado. Ainda, o modo como foi colocado que estava “reclamando pagamento em dinheiro de um serviço de estradas que tinha sido contratado com ele denunciado, verbalmente, mediante pagamento em terras”²¹⁹, deixa em suspensão se teria sido o Diretor João Dahne que havia sido claro, e que seria Oliverio que não havia compreendido o acordo feito.

Em dada parte do processo, o chefe da CTC e diretor Colônia, João Dahne, se posiciona sobre o ocorrido, afirmando que

É esta a segunda vez que esse indivíduo em estado de embriaguez vem ao Escritório reclamar com palavras insolentes coisas a que não tem direito.

Rogo-vos pois o obséquio de repreendê-lo pelo seu mau comportamento aqui, pois **caso esses fatos se repitam, serei obrigado a providenciar para que seja ele expulso da área da Colônia.**

O citado indivíduo [possui] 927\$000 neste escritório devendo essa importância ser paga em terras e como tem ele várias dívidas aqui e mesmo não pagou todos seus trabalhadores, aguardarei vossa vinda afim de ver o destino que pode ser dado a esse haver.

Espero vossas prontas providências visto tratar-se não de um assunto particular, mas sim de serviço público [grifos meu]²²⁰.

O posicionamento do diretor da Colônia a partir de seu ofício enviado ao Delegado de Polícia acaba explicitando que Oliverio havia sido contratado verbalmente, o que teria permitido o surgimento de um desentendimento, em que o contratado entendera que receberia em dinheiro uma parte, enquanto o contratante se comprometia com o pagamento em terras, como já vinha sendo praxe. Os problemas da falta de dinheiro para cumprir com as obrigações que já haviam sido postas é reforçado neste trecho, com o próprio diretor da Colônia expondo aspectos das dívidas que o sujeito possuía.

²¹⁹ APERS. Autos de processo crime. Denúncia. Número 1460, maço 49, estante 155. Fl. 2v.

²²⁰ APERS. Autos de processo crime. Ofício produzido pelo Diretor da Colônia Santa Rosa, João Dahne. Número 1460, maço 49, estante 155. Fl. 29-30.

O espaço colonial público de Santa Rosa, ainda que possuísse características que o distinguísse dos empreendimentos particulares, tem seu outro lado explicitado no trecho acima. Envolvendo, inclusive, aquele dispositivo que seria, em tese, o vetor de maiores possibilidades para se consolidar ou se inserir em tal espaço, “manchando” a ordem que seria presente na produção dos relatórios de trabalhos públicos. Nesse sentido, entendemos que por mais que tal linha de atuação propiciasse impactos econômicos positivos, haveria casos problemáticos não citados na documentação do escritório da CTC.

Do trecho citado acima, chama a atenção a informação de que não teria sido a primeira vez que Oliverio teria ido até o prédio da CTC bêbado, causando tumultos²²¹, muito embora na apresentação da defesa, o advogado Tarquinio Oliveira destacasse a humildade de seu cliente, como que para amenizar a conduta violenta apresentada na sede da CTC. Seria diante dessa reincidência, dos desentendimentos ocorridos, que João Dahne solicita a prisão por algum tempo de Oliverio, até que este se compusesse novamente e não houvesse risco de nova confusão. A situação envolvendo o indivíduo, com reincidência e problemas com álcool, levava, de acordo com o diretor, a considerar-se a possibilidade de expulsão do sujeito da Colônia, de modo que se mantivesse a ordem social ali existente.

A embriaguez em que Oliverio teria se apresentado, pode ter contribuído para a exasperação apresentada ao saber que não receberia valores em dinheiro corrente – e na reação dos outros envolvidos –. Mas também pode ter sido originado da consternação ao se ver diante de uma mudança que afetava a sua própria organização do que faria com o salário, que já estaria empenhado em compromissos, como afirma o advogado Tarquinio Oliveira na defesa apresentada ao juiz. No referido texto de defesa, tomamos conhecimento de que no dia 2 de setembro, Oliverio Antonio de Aguiar teria ido à sede da CTC para reclamar a quantia 463\$500 em espécie, ou seja, a metade da totalidade de 927\$000, que seria completada, pensava ele, em terras (pagamento do seu lote ocupado).

Apresentada em sete de outubro, a alegação do advogado de defesa afirmava que Oliverio havia trabalhado

como capataz de turma, na construção de estradas, conforme havia contratado com o administrador Cappellari, cujo contrato, **embora verbal**, foi da seguinte forma: o denunciado contratava peões, e, todo o serviço que fizesse, e fosse recebido pelo administrador aludido, ser-lhe-ia pago, metade dinheiro e metade em terras. O

²²¹ Ao longo do processo, constam menções a perturbações que Oliverio Antonio de Aguiar. Este indivíduo teria participado de um batalhão (não se especifica que tipo) e que nesse período havia apresentado diversos problemas de comportamento. Em outro momento, o Delegado de Polícia afirma já ter recebido representações contra a conduta de Oliverio, tendo estas partido tanto de trabalhadores da turma de estrada quanto de moradores da Colônia. APERS. Autos de processo crime. Número 1460, maço 49, estante 155. Fls. 35; 39v.

denunciado contratou peões, **alimentou-os por conta própria**, ficando a dever aos peões a importância de seus honorários e, ao comércio, os gêneros alimentícios que comprou para fornecimento dos peões [grifos meus].²²²

Ao tomar conhecimento da mudança do pagamento para apenas no abatimento do valor do lote (terras), a sua honra em cumprir compromissos poderia estar comprometida. Tanto junto aos peões que contratara, e, portanto, devia a eles o pagamento em dinheiro pelo serviço, quanto junto ao comércio, onde se empenhara com a compra de víveres para a alimentação dos peões. Isso poderia lhe causar problemas naquele momento como as dívidas, causar uma má reputação com potencial de prejudicá-lo em serviços posteriores e de sua imagem dentro da sociedade em que vivia.

Mas embora Oliverio tenha ido confrontar o diretor da Colônia e chefe da CTC de Santa Rosa, João Dahne, o seu interlocutor para o serviço é identificado como Antonio Cappellari. Esta situação permite visualizar um pouco, talvez, da estrutura organizada que tem a CTC como principal interessada e “rosto” dessa política aplicada naquele espaço, mas que delega alguns pontos dessa organização para indivíduos provavelmente de sua confiança. Logo, ao pensarmos sobre a prestação de serviço em obras públicas como forma de facilitar o acesso à propriedade da terra, se faz necessário considerar uma estrutura mais complexa que apenas uma relação estritamente direta entre colonos/nacionais e a CTC. A possibilidade dessa forma de organização poderia explicar, ao menos em partes, uma possível falta de comunicação sobre a forma de pagamentos dos trabalhos, causa dos desentendimentos ocorridos. Quanto maior o número de envolvidos, maior a possibilidade de que informações fossem omitidas – ainda que não deliberadamente – e/ou não passadas corretamente até o último envolvido nessa cadeia de comunicação.

O elo entre Oliverio Antonio de Aguiar e a CTC, na pessoa do diretor João Dahne, seria, então, Antonio Cappellari, com o qual teria realizado os acordos para trabalhar e organizar uma turma de trabalho. Atuar em alguma medida junto ao órgão governamental responsável por tal núcleo colonial pode demonstrar, de certo modo, boas redes de relações. Com um sobrenome que, seguindo a postura adotada desde o início deste trabalho, seria relacionado como colono/descendente de imigrante, Antonio Cappellari exerceria um papel para além de simples colono neste núcleo colonial misto. Ocupando diferentes espaços na organização colonial,

²²² APERS. Autos de processo crime. Defesa do acusado Oliverio Antonio de Aguiar. Número 1460, maço 49, estante155. Fl. 37.

poderia haver boas garantias para sua família²²³. Há ainda o aspecto de que seu sobrenome aparece nas folhas de pagamentos de serviços prestados por colonos, muito embora não seja o seu. Diante disso, é de se considerar que a família Cappellari, ao migrar para Santa Rosa e se inserir de diferentes maneiras nas políticas do Serviço de Proteção aos Nacionais, maximizaram os seus avanços, fosse na aquisição de terras facilitada, ou na participação de um membro de sua família em um cargo administrativo.

Os outros dois réus do processo, Agostinho Daniel e João Luiz dos Santos, se inserem no ocorrido após Oliverio Antonio de Aguiar sair exasperado do prédio da CTC. Devido à discussão com Oliverio e a constatação de que este estaria embriagado, João Dahne chamou subintendente Agostinho Daniel, e “pediu-lhe que prendesse o denunciado Oliverio, visto andar ele um tanto embriagado e em atitude agressiva”²²⁴. Atendendo ao chamado, o subintendente Daniel sai em busca de Oliverio e o encontra próximo à casa de Antonio Cappellari, onde pretendia conversar sobre o pagamento com aquele que havia sido o seu contratante; demonstrando já uma postura agressiva, com espada em punho – provavelmente por conta do relato de João Dahne sobre Oliverio –, Agostinho Daniel o encontra, lhe toma uma pistola descarregada de sua cintura e lhe dá voz de prisão. O referido teria resistido por querer, antes de ser levado ao “xadrez”, conversar com Antonio Cappellari; não lhe sendo permitido, inicia-se uma discussão entre ambos os envolvidos e é nesse ponto em que ocorrem agressões mútuas.

Nesse momento, ao resistir da prisão, Oliverio teria agredido a Agostinho Daniel na cabeça, com o cabo de ferro de um relho que levava junto consigo, enquanto o subintendente teria o golpeado repetidamente com a espada e contado com a contribuição do inspetor João Luiz dos Santos, que, informado da ocorrência, foi em auxílio de Daniel. Sobre quem teria agredido o outro primeiro, não fica claro no processo; enquanto na denúncia cita-se que resistindo a prisão, Oliverio começa a ser agredido, dando a entender que a agressão em Agostinho Daniel seria defesa própria, em outros pontos (relatos de testemunhas) aparece uma versão contrária. Partindo da posição tomada pelo juiz, considerou-se que estes foram primeiro agredidos.

Após decorrerem estes acontecimentos, Oliverio foi por fim conduzido para o xadrez, muito ferido após a briga travada, com sua “roupa lavada em sangue”²²⁵. Mas ali o denunciado

²²³ Sobre a presença e atuação da família Cappellari, convém destacar que não possuímos fontes que poderiam nos indicar de uma melhor maneira as movimentações familiares dentro da Colônia Santa Rosa, o que permite apenas realizar suposições sobre tais processos realizados pelas pessoas que compartilham tal sobrenome.

²²⁴ APERS. Autos de processo crime. Denúncia. Número 1460, maço 49, estante 155. Fl. 2v.

²²⁵ APERS. Autos de processo crime. Auto de corpo de delito e uma queixa – Oliverio Antonio de Aguiar (paciente). Número 1460, maço 49, estante 155. Fl. 9.

não ficou por tanto tempo; ainda naquela noite, teria aparecido na frente de sua cela, um homem vestido com uma capa ou capote preto, com lenço cobrindo o rosto, deixando apenas os olhos a mostra; tal homem agiria para libertar Oliverio da prisão, este teria lhe dito “saia! E suma-se deste município já neste momento, vá para Corrientes e, não mais volte aqui, porque se voltar, o subintendente te manda matar”²²⁶. Aproveitando a oportunidade, saindo da prisão, conseguiu andar cerca de 2 quilômetros, e parou quando julgou estar seguro; foragido, estaria ainda confuso por conta da perda de sangue pelos ferimentos causados pelo subintendente Agostinho Daniel.

Não há no processo menção se após fugir da cadeia, Oliverio se dirigiu para Corrientes ou se optou por permanecer na Colônia. Acontecendo de não ter se deslocado para a cidade argentina, pode ter ficado de maneira discreta, de modo a se proteger contra o que ele considerava um risco para sua vida. O seu advogado apresenta ao juiz Anápio Jobim um pedido de habeas corpus onde o argumento principal se baseava nas agressões sofridas, e na suposta ameaça que havia sido descoberta quando o desconhecido o ajudou a fugir da prisão. Uma vez que saísse para outro país, sairia da jurisdição brasileira e não seria possível sofrer com a prisão e o processo decorrente, ou para a acusação, poderia ser utilizada como prova a favor de sua condenação.

Um processo que poderia parecer inicialmente apenas a prisão de alguém que apresentava embriaguez e poderia causar perturbação da ordem na Colônia, sofreu desdobramentos de maior violência entre os envolvidos. A defesa de Oliverio, embora não apresente testemunhas orais, anexa à sua defesa escrita, um relato que constaria a truculência com que Agostinho Daniel exerceria seu cargo público, abusando do poder²²⁷ que sua função lhe conferiria. A defesa ainda acusou a Delegacia de Polícia em ser conivente com os abusos de poder praticados por Daniel, sendo permissiva e contribuindo para que tal forma de agir seguisse ocorrendo; mas como não foram apresentadas evidências sólidas sobre tais alegações, estas não foram observadas pelo juiz responsável.

Ainda, argumentou-se quanto ao caso de Oliverio, que

o dano que lhe causou a autoridade Agostinho Daniel foi enorme, pois o queixoso teve que abandonar a sua turma de trabalhadores, com muito prejuízo, e, medicar-se quatro dias, para poder agricultural e trote de cavalo, e vir até esta vila, porque não se acha

²²⁶ APERS. Autos de processo crime. Auto de corpo de delito e uma queixa – Oliverio Antonio de Aguiar (paciente). Número 1460, maço 49, estante 155. Fl. 9v.

²²⁷ Estão anexos ao processo, dois relatos que dariam conta de violência e excessos praticados por Agostinho Daniel em sua ação como subintendente municipal. APERS. Autos de processo crime. Número 1460, maço 49, estante 155. Fls. 43; 44-44v.

garantido em sua vida naquele distrito, visto o que sofreu e as ameaças que lhe foi feito pelo indivíduo ‘da capa preta’²²⁸.

O cenário na Colônia Santa Rosa, então, para o envolvido, seria, conforme sua defesa alega, de medo e incerteza sobre a possibilidade de seguir sofrendo retaliações ou algo mais sério por parte da autoridade. Estaria Oliverio enfrentando dificuldades no retorno às suas atividades cotidianas por conta da recuperação dos ferimentos sofridos na briga que antecedeu sua prisão, como, por exemplo o trabalho em sua própria colônia e o acompanhamento da turma de peões nas construções de estradas. A rotina de organização da presença nas obras organizadas pelo poder público e os trabalhos necessários em seu próprio lote colonial (ou no lote da família), mostra a divisão de atenção que os envolvidos em cada trabalho precisavam dispor.

Deste processo que veio sendo discutido até o momento, o principal ponto para nossa pesquisa era justamente os acontecimentos em volta do prédio da CTC – o descontentamento ao observar que o pagamento não aconteceria da forma como imaginado de início, e problemas financeiros disso decorrente –. As violências sofridas e cometidas a partir da abordagem realizada pelo subintendente Agostinho Daniel, o inspetor João Luis dos Santos e de Oliverio Antonio de Aguiar, as denúncias e argumentações, que acabam compondo a maior parte deste processo, embora passíveis para análises futuras, não se enquadram no que se pretende discutir neste capítulo²²⁹.

Mesmo assim, é conveniente destacar que os acontecimentos relatados no processo, são importantes para refletir sobre as violências e formas de resolvê-la que havia na referida Colônia de Santa Rosa. A leitura desse processo, acaba reforçando a conjectura de que, por mais que o discurso sobre a Colônia presente nos relatórios oficiais que circulavam entre as esferas públicas responsáveis por tal projeto, fosse o de idealização, onde não havia problemas, a realidade – através dos processos – apontam para uma perspectiva diferente.

²²⁸ APERS. Autos de processo crime. Auto de corpo de delito e uma queixa – Oliverio Antonio de Aguiar (paciente). Número 1460, maço 49, estante 155. Fl. 9v-10.

²²⁹ Ainda que o nosso interesse nesse processo seja a primeira parte, acreditamos que possa ser interessante escrever sobre as vistas (decisões) do juiz. Em seis de dezembro de 1918, o juiz Anápio Jobim expede a primeira decisão, absolvendo os réus Agostinho Daniel e João Luis dos Santos, pois teriam agido em legítima defesa, após ofensas e ataques por parte do terceiro denunciado, seguindo uma lógica discutida por Freitas (2017), que afirma que determinadas práticas de violência seriam válidas dentro de alguns contextos, como quando praticada por autoridades com a alegação de legítima defesa. Com os novos trâmites iniciados após essa primeira decisão judicial, em dezesseis de abril de 1919, o mesmo juiz expede sua decisão sobre a situação de Oliverio Antonio de Aguiar; a sentença não é favorável, embora não seja pesada: três meses de prisão celular – os custos, inicialmente determinados como divididos entre o Estado e o condenado, acaba sendo todo custeado pelo Estado, visto comprovação sobre a condição financeira de Oliverio Antonio de Aguiar.

5.3 Os conflitos e os sujeitos da Colônia Erechim

Do mesmo modo como em Santa Rosa, a Colônia Erechim foi palco de diversos conflitos e desentendimentos que acabaram sendo resolvidos nos tribunais. Assim, são inúmeros os processos crimes referentes àquela Colônia, também localizados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Enquanto os processos referentes à Santa Rosa ainda, quando da produção desta tese, se localizam dentro do fundo da Comarca de Santo Ângelo, os processos de Erechim já se encontram devidamente separados, facilitando sua localização no momento da pesquisa²³⁰.

O primeiro conflito que será analisado, propicia reflexões acerca do processo migratório que tem como destino Erechim e as disputas em torno da propriedade da terra e consequentemente das concessões de lotes rústicos administrados por aqueles envolvidos, ou na medição, ou ligados ao governo, a saber, agrimensor ou o Diretor da Colônia. Trata-se de uma denúncia contra os réus Pedro Pinheiro e José Pinheiro²³¹ (19 anos, natural de Cruz Alta, morando há dois anos no município, jornaleiro), pelo assassinato de Alexandre Antonio Pires, ocorrido no dia 18 de julho de 1913, na estrada do Marcelino, além do rio Castilho em cerca de três ou quatro quilômetros.

No texto da denúncia, lê-se que:

No dia 18 do corrente mês, após terem comparecido a presença do comissário de polícia seguiram para suas casas, assim reunidos, os indivíduos José Pinheiro, Pedro Pinheiro, Bonifácio Machado e Prudente Moreira, na frente, um pouco atrasados José Maria e Alexandre Antonio Pires. Achando-se Bonifácio adoentado convidou Prudente a aprear-se o que fizeram, seguindo viagem os dois irmãos Pinheiro. José Maria e Alexandre querendo passar na frente destes, tomaram outra estrada. Ao chegarem ao entroncamento já aí estavam José Pinheiro e Pedro Pinheiro que após troca de palavras agrediram a Alexandre, o primeiro armado de espada e o segundo de pistola. O agredido em sua defesa sacou de uma pistola e fez um ferimento em José Pinheiro e Pedro Pinheiro desfechou um tiro contra Alexandre Antonio Pires, matando-o instantaneamente²³².

Ainda que se considere que a composição do caráter misto da colonização em Erechim diferia do observado em Santa Rosa, no que se refere à conformação étnica da população, este processo apresenta personagens que contrariam a ideia predominante. Possuindo Erechim um caráter misto, composto principalmente por imigrantes e descendentes destes, no referido

²³⁰ Ainda que a quase totalidade dos processos referentes à Colônia Erechim já estejam separados, os primeiros anos de sua existência se encontram integrados na Comarca de Passo Fundo.

²³¹ Por conta de sua idade, além de um defensor, obteve também um curador para o acompanhar durante o processo.

²³² APERS. Sumário Crime. Justiça Pública (autora). Pedro Pinheiro e José Pinheiro (réus). Comarca de Erechim. Processos crime, Cart. Cível e Crime. Anos 1910 a 1935. Número 658, maço 16, estante 11. Fl. 2.

processo crime, que iremos agora analisar, todos os envolvidos possuem sobrenomes que indicam serem colonos nacionais. Evidenciando a presença de nacionais, que acabavam sendo atraídos para as oportunidades em tal projeto colonial. Presença essa observada, inclusive, através de documentos judiciais (processos).

As informações constantes na denúncia não são claras o suficiente sobre como o conflito se originou, desenvolveu e o seu resultado (a morte de Alexandre Antonio Pires). Em sequência à discussão acalorada, a vítima agride com um tiro de pistola a um dos irmãos, que cai ferido, enquanto o outro, que portava tal como Alexandre uma pistola, atirou neste em resposta ao ferimento de seu irmão. Ocorre que o disparo na vítima foi fatal, enquanto José Pinheiro apenas se feriu, como constante no auto do corpo de delito realizado em sua pessoa enquanto preso na sede da Colônia Erechim.

Mas o motivo que teria levado a tal desfecho fatal é melhor desenvolvido posteriormente, tanto no relatório produzido pelo subdelegado da Colônia quanto nos interrogatórios de réus e testemunhas, e que faz com que este processo tenha sido selecionado para ser analisado aqui. Antes do encontro na estrada, que resultou em uma discussão e troca de agressões e morte, os envolvidos e suas testemunhas haviam sido chamadas pelo comissário da região para que se tratasse sobre a situação de uma colônia, de interesse de José Maria e José Pinheiro.

Fica evidente o quanto as dificuldades de comunicação entre grandes distâncias contribuíram para que o problema tomasse as formas que acompanhamos a partir da leitura do processo. Mas tão importante ou mais foi o interesse e movimentações em busca da propriedade da terra nesta Colônia pública; em 1913 não havia ainda um esgotamento de terras, embora seja plausível considerar – por natural – que as medições de lotes não acompanhariam a demanda em alguma linha/picada, ou havia lotes em áreas distantes das pretendidas inicialmente. Logo, José Maria – cunhado da vítima –, percebeu uma oportunidade de conseguir um lote colonial, já com alguma roça, mas não com grande desgaste no solo, ao alegar abandono daquela área enquanto José Pinheiro estava em Soledade tratando da mudança de sua família para o referido lote colonial em Erechim, desconsiderando que o lote em questão estaria sendo cuidado por alguém a pedido de José Pinheiro.

Em seu interrogatório, José Pinheiro destaca que “é filho de uma viúva com muitos filhos a qual serve de amparo. Vivendo na Soledade, veio à Colônia Erechim, requerer um lote, que lhe foi concedido”²³³, e como prova do que dizia, sua defesa havia anexado o documento

²³³ APERS. Sumário crime. Interrogatório do réu José Pinheiro. Número 658, maço 16, estante 11. Fl. 18.

de requerimento de lote rústico. No comprovante de requerimento constava que “o colono nacional José Pinheiro de Moraes, requereu do governo e ocupa o lote rústico nº 39 da linha 7 da Seção Balisa desta Colônia; pelo que é, portanto, concessionário do mesmo lote”²³⁴, possuindo a data de novembro de 1912. No verso desse anexo, havia a ratificação da concessão a José Pinheiro, assinada pelo agrimensor Julio Werminghoff²³⁵ (já citado no capítulo 4) no dia dez de julho de 1913.

Isto posto, após ter seu requerimento atendido em Erechim, ele

tomou posse do lote, fez cultura e assim encaminhado o estabelecimento, foi buscar a família deixando a sua colônia entregue a Prudente Moreira. Sucedeu que enquanto dispunha a família de alguma coisa que possuía na Soledade, para operar a mudança, o interrogado demorou três meses. Em sua ausência, José Maria, que é dado como testemunha neste processo, informou ao Diretor da Colônia que o interrogado havia abandonado o seu lote, e o requereu para si, o que foi concedido²³⁶.

Conforme consta no processo, uma das primeiras preocupações do réu, então, ao receber seu lote e antes de ir de encontro à sua família para organizar a migração para o novo lote colonial, foi realizar alguns trabalhos nas agora suas terras, fazendo “cultura”, ou seja, preparar e cultivar um roçado. Esta preocupação ia de encontro à necessidade/busca de efetivar sua posse a partir da questão de cultura efetiva, por mais que a morada habitual seria concretizada realmente após a mudança familiar, de modo a referendar a sua propriedade sobre tal lote. A mudança da família para outro espaço, demonstra como as possibilidades ofertadas em núcleos coloniais poderiam ser atrativas também para famílias de nacionais que poderiam enfrentar dificuldades financeiras em seus lugares de origem, resultando em uma nova perspectiva de futuro. E nesse aspecto, a forma e o preço como a concessão de lotes era realizada no núcleo público era um facilitador de novas oportunidades para aqueles que poderiam não possuir meios de adquirir terras em projetos particulares.

No período em que se passa o evento ora analisado, ainda não havia a sistematização de pagamento de lote através de trabalho em obras públicas, visto ser ainda anterior à criação da Colônia Santa Rosa, embora os preços praticados poderiam ser menores do que o encontrado no mercado colonial particular. Do mesmo modo, pode ser entendido como um reforço na visualização do empreendimento público como espaço para quem tinha o interesse em adquirir

²³⁴ APERS. Sumário crime. Interrogatório do réu José Pinheiro. Número 658, maço 16, estante 11. Fl. 20.

²³⁵ Durante uma licença saúde de Severiano de Souza e Almeida, de seis meses de prazo, Julio Werminghoff assumiu interinamente como diretor da Colônia Erechim. PAROBÉ, João J. Pereira. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913*. Porto Alegre. Oficinas gráficas da Livraria do Comércio – Souza & Barros. 1913. P. 91.

²³⁶ APERS. Sumário crime. Interrogatório do réu José Pinheiro. Número 658, maço 16, estante 11. Fl. 18.

um lote, bem como o aspecto mais amplo do caráter misto, com o direcionamento de nacionais para uma Colônia marcada por uma proporção maior de imigrantes e seus descendentes.

O pedido e a decisão do Diretor da Colônia em reverter a concessão em favor de José Maria poderia estar embasada no artigo 97 do capítulo VI do Decreto Nº 313 de 4 de Julho de 1900, que determinava que “a posse definitiva dos lotes a nenhum concessionário ou comprador será assegurada senão depois da cultura efetiva por mais de seis meses” (IOTTI, 2000, p. 764). Com o requerimento de concessão de lote constando como de novembro de 1912, e o crime tendo ocorrido em julho de 1913, após o réu José Pinheiro retornar da viagem que compreendeu três meses, o período em que efetivamente esteve trabalhando no lote em disputa não seria o tempo mínimo constante no artigo de lei acima referido, dando margem para que o pedido de abandono e nova concessão fosse realizado. Chama atenção que no documento anexado, consta que se tratava do requerimento de concessão de um lote que já estava sendo ocupado, ou seja, um dos réus se apossou da terra e a partir daí entrou com o pedido junto à administração da Colônia. Isso poderia estender o seu uso para mais do que os seis meses mínimos, mas não consta de quanto tempo seria essa ocupação prévia.

Seguindo, em seu retorno para Erechim, ao tomar conhecimentos dos fatos envolvendo suas terras, José Pinheiro narra que foi ter com o Diretor da Colônia uma conversa, quando teria justificado a sua ausência e, assim, conseguido a restituição da posse da colônia. Sendo então que se encontrou com os outros envolvidos e desembocou na discussão e nas agressões que acabaram por vitimar Alexandre Antonio Pires e deixaram o interrogado ferido.

Em agosto de 1913 tem início as oitivas das testemunhas, sendo que na primeira tentativa de entregar a intimação a José Maria, o oficial de justiça não o encontrou. O primeiro interrogado foi Bonifácio Machado (48 anos, agricultor e residente na Estação Balisa da Estrada de Ferro do rio Uruguai). Tanto esta testemunha quanto Prudente Moreira (29 anos, residente na Estação Balisa), haviam deixado de acompanhar os irmãos Pinheiro por motivo de doença do primeiro, não tendo, portanto, testemunhado em flagrante as agressões entre as partes, embora tenham relatado com alguns detalhes – não algo geral como a denúncia – o fato por ter chegado pouco após a briga e ouvido os acontecimentos “quentes” ainda. Ao fim de seu relato, quando questionado sobre a índole dos envolvidos na briga e no processo, declarou que apenas a vítima seria, de acordo com a “voz pública, ser homem exaltado e atacante”²³⁷.

A terceira testemunha, José Maria Glória (33 anos, solteiro, agricultor e residente na Estação Balisa), embora não tivesse sido encontrado pelo oficial para a entrega do mandado

²³⁷ APERS. Sumário crime. Termo de audiência dos atos secretos para inquirição das testemunhas - 1ª testemunha. Número 658, maço 16, estante 11. Fl. 25.

para a seção de interrogatórios, compareceu mesmo assim, sendo devidamente inquirida. É dado conta, então, que a reunião dos irmãos Pinheiro, com o interrogado e a vítima junto ao subdelegado, havia sido por sua queixa, de que os irmãos o estariam ameaçando de morte.

A 3ª testemunha descreve que após ouvir a questão dos envolvidos, o subdelegado então “aconselhou a todos que acabassem com as rusgas que havia muitas colônias, que fossem trabalhar e vivessem sossegados”²³⁸. Logo, a partir da perspectiva do agente da lei, o problema não poderia ser a falta de lotes disponíveis para concessão, visto não haver este problema na Colônia; indo para além do posicionamento dessa autoridade, podemos considerar que a briga pode ter sido ocasionada por uma questão de honra ou de defesa da família (que estaria se mudando para a Colônia). Diferente dos relatos anteriores, José Maria afirma que quem primeiro atacou (mas disparos ocorridos simultaneamente) teriam sido os irmãos Pinheiro, um munido de uma pistola e o outro de uma espada; mas esse aspecto pode ser explicado pelo interesse na possível condenação dos mesmos, e pela morte de seu amigo Alexandre. Ao falar sobre o motivo do conflito, foi breve, mas confirmou ser rivalidade por causa de um lote colonial que o Dr. Severiano de Almeida (diretor da Colônia), havia concedido à testemunha.

Como todos moravam na mesma seção colonial, após a saída da conversa com o subdelegado, pegaram todos o mesmo rumo para suas respectivas casas, guardada alguma distância entre as partes conflitantes.

Após outras fases do processo, é expedido o pedido de prisão preventiva dos denunciados; no entanto, apenas José Pinheiro foi levado ao cárcere, visto que seu irmão, Pedro Pinheiro, não foi encontrado, sendo considerado foragido. Convém destacar que Pedro Pinheiro foi considerado o autor do disparo fatal contra Alexandre Antonio Pires, a partir do testemunho de José Maria Glória. Sobre este denunciado, o relatório dá conta que “a criminalidade do denunciado preso, José Pinheiro de Moraes, não ficou comprovada” e que “pelos depoimentos das testemunhas, o conflito foi promovido por Alexandre Pires que desfechou um tiro em Pedro Pinheiro”²³⁹.

Logo, a decisão do juiz é por acatar a denúncia e condenar a Pedro Pinheiro²⁴⁰, pelo crime cometido. Por seu turno, José Pinheiro não foi condenado, pelo fato já disposto, de não

²³⁸ APERS. Sumário crime. Termo de audiência dos atos secretos para inquirição das testemunhas – 3ª testemunha. Número 658, maço 16, estante 11. Fl. 27-28.

²³⁹ APERS. Sumário crime. Relatório. 14 de agosto de 1913. Número 658, maço 16, estante 11. Fl. 34.

²⁴⁰ Não tendo sido achado para que cumprisse o mandado de prisão, no final do processo consta movimentações do ano de 1936, onde é julgada prescrita a ação, por já terem transcorridos mais de 20 anos desde a sentença em 30 de setembro de 1913.

ter sido possível confirmar criminalidade em seus atos no fato em questão, e após o prazo legal, foi expedido seu alvará de soltura.

O motivo inicial para todo o conflito, que era justamente a questão sobre a posse e uso de uma colônia concedida em Erechim e a migração entre uma outra cidade e esse centro colonial na busca por uma melhoria nas condições de vida, acaba se distanciando em alguma medida dos acontecimentos decorrentes. Isto pois a vítima fatal acompanhava a José Maria, que foi quem denunciou o suposto abandono do lote, e o sujeito que perdeu e depois conseguiu reaver a concessão ao regressar de Soledade não foi condenado, apenas o seu irmão, que participou da briga e acabou matando Alexandre Pires.

É um caso em que é possível observar tanto a partir do interesse pela propriedade da terra, quanto, possivelmente, por uma questão de honra e prejuízos sociais para além do financeiro ao perder a posse da terra. A falta de comunicação e a velocidade em que esta poderia ocorrer e os meios de transportes acabam também de alguma maneira influenciando no caso, visto os desencontros sobre a ocupação do lote por conta do período de três meses em que o concessionário se ausentou para tratar da mudança de sua família.

Diante do discutido a partir desse processo, e de questões abordadas pela literatura do tema sobre o processo de enxamagem e a busca por novos lugares para viver da agricultura dentro do espaço colonizatório, podem ser corroboradas, acrescentando a migração interna de nacionais para projetos públicos, tal como são citadas na documentação pública. Assim, não apenas a população imigrante polonesa reemigrou para as colônias novas, conforme Trindade (2015) discute; ocorreu igualmente um processo de reemigração de nacionais, aproveitando das facilidades concedidas nos projetos públicos, na busca pela segurança de uma área de terras para viver e trabalhar. Em outras palavras, não seriam apenas os imigrantes que partiriam de seus lugares de origem em busca de melhores condições de vida, muito embora não se possa comparar a complexidade e características específicas do movimento imigratório europeu com a migração estadual interna realizada pelos nacionais.

Logo, devido a sua importância, é natural que a questão da terra e o uso da mesma, fosse algo central nas trocas praticadas entre a comunidade colonial e suas relações que ainda estavam se estabelecendo. Após a chegada no lote adquirido, iniciava-se o difícil trabalho de transformar a paisagem original nos roçados que seriam o início da consolidação da ocupação e da subsistência de cada família, momentos esses já discutidos largamente na historiografia (TRAMONTINI, 2003; RELLY, 2017; ROCHE, 2022; SCHNEIDERS, 2023). Sendo o período inicial tão importante e de certa forma delicado até que o lote colonial se encontrasse com sua

produção constante, seriam naturais fortes reações em caso de comprometimento **desse** trabalho inicial.

A ocorrência de avarias nas roças, poderiam então, além dos prejuízos, desencadear ações violentas em resposta, chegando a agressões e mortes. Este é o mote dos dois processos que serão analisados na sequência: as relações travadas no espaço rural em processo de consolidação da Colônia Erechim, envolvendo indivíduos de diferentes origens, mas que se veem ligados em tais casos.

O primeiro dos dois processos ocorreu em 1914. Na sede da Colônia Erechim, após o agredido proferir “palavras impróprias”, no dia 11 de junho, Eugenio Selle agrediu com objeto contundente a João Trissani (60 anos de idade), causando ferimentos leves²⁴¹. No depoimento do denunciado, descobrimos que ele possuía 22 anos de idade, era oriundo de Caxias, estando morando há dois anos na referida Colônia; além de casado, a sua ocupação foi descrita como sendo industrialista²⁴².

Ao ser inquirido se possuía provas que viessem a justificar sua inocência no caso, afirmou que João Trissani “se fez inimigo do interrogado [Eugenio Selle] por causa de uma avaliação de dano em que o interrogado serviu como testemunha ou perito e deu a sua opinião como mandava a lei”²⁴³. Não concordando com o parecer apresentado por Eugenio, João Trissani quando se embriagava, procurava pelo réu para o ameaçar e “intimar”; no dia da agressão, esta situação teria se repetido, com o encontro se realizando quando o réu se deslocava da rua para a sua fábrica. Contudo, após proferir xingamentos, João Trissani teria agredido Eugenio Selle na cabeça com um cacete. Agredido, o denunciado teria revidado a violência e golpeado seu agressor de volta com um guarda-chuva que estava portando, causando um leve ferimento no rosto.

Entre o mês em que a agressão ocorreu e a apresentação da denúncia decorreu alguns meses, e isso poderia ser explicado pelo ofício produzido pelo procurador da vítima e apresentado ao Promotor Público de Passo Fundo²⁴⁴. Segundo ele, a autoridade policial do 8º distrito de Passo Fundo (Colônia Erechim), mesmo recebendo a queixa da agressão sofrida, teria negligenciado o caso, não realizando a sindicância que seria praxe. Diante da inação

²⁴¹ APERS. Sumário crime. Justiça Pública (autora). Eugenio Selle (vulgo caldeireiro) (réu). Comarca de Erechim. Processos crime, Cart. Cível e Crime. Anos 1910 a 1935. Número 662, maço 16, estante 11.

²⁴² APERS. Sumário crime. Interrogatório do réu. Número 662, maço 16, estante 11. Fl. 15v.

²⁴³ APERS. Sumário crime. Interrogatório do réu. Número 662, maço 16, estante 11. Fl. 16.

²⁴⁴ APERS. Sumário crime. Ofício do procurador de João Trissani ao Promotor Público. Número 662, maço 16, estante 11. Fl. 4.

narrada, a denúncia teria sido feita em Passo Fundo, para que ocorresse a devida investigação; daí se justificaria o processo não ter iniciado logo após o acontecimento.

A escolha da autoridade policial em registrar a queixa, mas não realizar nada a respeito, pode ser analisada sob diferentes prismas. Primeiro, ter feito pouco caso pelo fato da lesão em João Trissiani ser considerada leve, e considerar que não possuía gravidade para uma diligência policial. Outra possibilidade, que pode ser mais plausível, teria ligação com o motivo das desavenças entre o agredido e o agressor, que era o desacordo quanto à decisão do segundo em relação ao valor dos danos causados no lote colonial do primeiro; isto porque o processo que contou com a participação do agora denunciado, pode ter sido intermediado por essa autoridade, e, não levar a diante a queixa, significaria não questionar um trabalho seu.

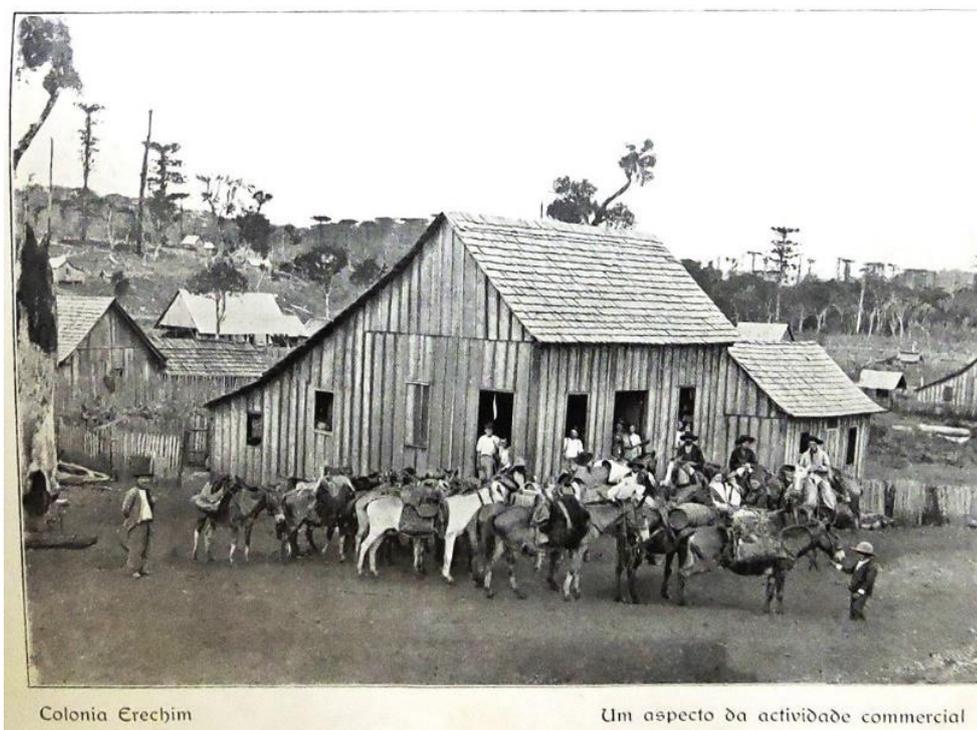
De qualquer maneira, com a queixa sendo entregue às autoridades em Passo Fundo, as diligências e interrogatórios foram executadas.

A primeira testemunha do caso – André Maroso, 41 anos – é um comerciante que observou o ocorrido, por estar próximo de onde as agressões ocorreram. Estando lendo jornal na porta de sua casa após o meio-dia, conta que observou quando João Trissani seguia a Eugenio Selle, proferindo xingamentos, até que agrediu Selle e tomou o revide. Sobre o denunciado, afirmava que seria boa pessoa e trabalhador, por conta de sua fábrica de móveis, enquanto a vítima seria um “velho” dado ao vício alcoólico, e que neste estado, se envolvia em discussões.

O posicionamento quanto a cada um dos envolvidos no processo chama a atenção pela possível preferência ao denunciado. Pode-se refletir se isso não seria fruto da juventude do réu e sua posição dentro da economia da Colônia, por possuir uma indústria moveleira, enquanto a vítima já seria velha, além de viver no interior em seu lote colonial. Vivendo no interior, poderia ter aspectos desconhecidos dos depoentes, visto ser visto somente quando ia à sede, quando também possuía um maior acesso à bebida alcoólica ou seria visto por mais pessoas enquanto entregue ao vício.

A ocupação econômica do denunciado pode, então, ter sido um fator importante para que possuísse amplas relações e alguma inserção social; ainda que não comerciante, seria natural haver ligação com essa área, visto a possibilidade de colocar seus produtos em casas comerciais, para além da possível venda direta ao consumidor. Ocupar um lugar nas conexões comerciais permitiam aos envolvidos, boa posição quanto à circulação de notícias, de bens e consequentemente, de boas relações sociais decorrentes do constante contato com diferentes sujeitos/grupos. Por sua natureza, permitia ser importante espaço de informações e observação do cotidiano em que estava inserido, e assim, requisitado como testemunha em processos crimes, como no caso em questão.

Imagem 12 – Um aspecto da atividade comercial (Colônia Erechim)



Colônia Erechim

Um aspecto da actividade commercial

Fonte: Relatório da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo. Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. 1913.

As casas de comércio desempenhavam, então, um papel agregador de diferentes tipos de informações e sujeitos, contribuindo para que a riqueza do local fosse além da econômica. Em decorrência de tal situação, consideramos que a imagem acima se faz interessante tanto por retratar um espaço comercial na Colônia Erechim poucos anos antes da leve agressão de Selle em Trissani, mas permite ao leitor imaginar/visualizar mentalmente o espaço urbano erechinense também como algo em constante movimento, como com a chegada e partida de tropas de comerciantes. O espaço urbano colonial se coloca como algo vivo, palco de diferentes acontecimentos, reflexo, em certa medida, do seu crescimento econômico e agregador de sujeitos de diferentes origens sociais e geográficas.

A presença desses empreendimentos, além de importante papel na dinâmica colonial que iniciava, era também uma forma de investir seu capital econômico e social e expandi-los, tal como é apresentado e discutido por Witt (2015) em seu livro. Na referida obra, ao estudar as famílias consideradas “exponenciais”, o autor demonstra, a partir de vasta documentação, como, em determinado momento, todas possuíram alguma forma de ligação com as vendas – local onde se realizava o comércio de diferentes tipos de mercadorias. Junto a isso, possuíam investimentos em redes de transporte, ocupando um importante papel dentro do próprio trabalho

comercial, e como estas áreas, além de serem importantes meios para investir, contribuía para a manutenção e/ou crescimento do patrimônio financeiro e social.

A inserção e o modo como era trabalhado a área social das famílias exponenciais do estudo do referido autor, bem como a compreensão de que as vendas, ou seja, os espaços comerciais existentes nos espaços coloniais fossem parte importante para o desenvolvimento da mesma. Permite, ainda, considerar que havia um peso no depoimento de um comerciante, ao alegar que o denunciado era boa pessoa, enquanto a vítima não fosse tão bem quista. E neste ponto ainda poderia existir alguma ligação, não explícita nos autos do processo, entre o comerciante inquirido e o réu; isto por ser plausível considerar a existência de negócios entre o réu, fabricante de móveis, e a testemunha, um comerciante.

A segunda testemunha a ser inquirida foi Antonio Tirondelli, jornalista, 36 anos. Ainda que tenha afirmado que não havia presenciado a discussão e a agressão, teria ficado sabendo de Trissani insultando a Selle na venda de Antonio Pilão. Logo, é possível considerar que além da inimizade antiga, as discussões teriam se iniciado em uma venda local – onde também a ingestão de bebida alcóolica pode ter ocorrido –, próximo do que escreve Vendrame ao reforçar o espaço das casas comerciais como “cenário preferencial das rixas entre imigrantes e os brasileiros” (2014, p. 70), ou entre sujeitos de estratos sociais distintos. E diferente da primeira testemunha, cita que Trissani, apesar do vício no álcool, era um homem trabalhador – “ainda que velho” –, tanto que evidencia uma relação entre si e a vítima (em novo interrogatório do réu, este declarou que Tirondelli seria seu “inimigo”, ao citar que esteve na casa do sujeito, e pode ver o ferimento sofrido e a reclamação de que “doía-lhe o espinhaço”)²⁴⁵.

Há então uma diferença de perspectiva/posicionamento das testemunhas ouvidas nessa primeira parte do processo. Mesmo que não haja direcionamento explícito no primeiro testemunho, sugere-se um alinhamento maior com o denunciado, pela forma como se referiu a este e à vítima; por outro lado, a segunda testemunha, ao informar que esteve na casa da vítima, permite inferir que havia alguma forma de relacionamento maior do que apenas ser “conhecido de vista”. Seguindo uma perspectiva próxima da utilizada para refletir sobre a possível relação prévia existente entre o réu e a primeira testemunha, no caso da segunda testemunha, um jornalista, poderia ter maior contato com um simples colono, por quem sabe até já ter prestado algum serviço à vítima, que conforme descrições era idoso e poderia não ser capaz de realizar alguma tarefa ele próprio.

²⁴⁵ APERS. Sumário crime. Interrogatório da 2ª testemunha – Antonio Tirondelli. Número 662, maço 16, estante 11. Fl. 18v.

Com o acréscimo de novas testemunhas em outras fases dos processos, ao passo que pode representar a repetição de informações, seja por apenas ter ouvido falar do caso ou algum interesse terceiro que não fica explícito e, portanto, escapa à leitura realizada, podem trazer novas informações e perspectivas ao caso. Como foi o caso da nova oitiva realizada no dia nove de setembro de 1914, quando foram ouvidas as testemunhas Antonio Pilonio/Pilão e Ivo Ribeiro.

O primeiro interrogado possuía 27 anos e se identificou como industrialista, tal como o denunciado. Ao afirmar que havia presenciado – mesmo com a diferença nos sobrenomes, consideramos possível ser ele o proprietário da venda onde se iniciou a discussão naquele dia – a discussão ocorrida antes do que culminou na agressão, aponta que a reação de Selle ao ser ofendido por Trissani foi calma.

É nesse depoimento que se cita pela primeira vez, de modo direto, o motivo pela inimizade entre as partes envolvidas, e que fez com que o processo fosse escolhido para a análise na tese. Ao ser inquirido se saberia o que motivou o surgimento da inimizade entre Selle e Trissani, respondeu que “por ocasião de ter sido a lavoura de João Trissani invadida por algumas reses alheias, o denunciado foi avaliador do dano causado e então propôs que Trissani cercasse pela frente a sua colônia”²⁴⁶ e que ouviu falar que o réu decidiu que o dano causado na lavoura seria no valor de oito mil réis.

Durante a leitura de processos crimes no geral, tem-se contato com diversas testemunhas que realizam declarações vagas, alegando que apenas “ouviram dizer” por terceiros os fatos do crime pelo qual haviam sido intimados a depor, e por conta disso é que não poderiam detalhar nenhum fato. Ademais que tomar conhecimento de crimes por conversas posteriores pudesse ser plausível, Vendrame escreve, ao discutir um processo de violência ocorrido entre compadres em um espaço de sociabilidade como uma venda, e, portanto, com mais pessoas presentes, que as testemunhas arroladas declararam que não haviam presenciado tal agressão, e que apenas tinham conhecimento do fato por justamente terem “ouvido dizer” (2017). Essa postura evasiva seria adotada para evitar que ocorressem prejuízos de diversas frentes à família de algum dos lados envolvido. Não conseguindo se esquivar da intimação de comparecer junto à Justiça, adotava-se uma postura que não contribuiria para o esclarecimento de novos fatos sobre o crime que estava sendo julgado.

Ou seja, chegando o crime às autoridades, fugindo dos domínios particulares reservados, testemunhos vagos poderiam ser adotados como estratégias de defesa de alguém de seu grupo,

²⁴⁶ APERS. Sumário crime. Termo da assentada. Interrogatório da 1ª testemunha – Antonio Pilonio. Número 662, maço 16, estante 11. Fl. 26.

ou ainda, em prejuízo de alguém de que não possuía boa relação. Este é mais um aspecto necessário de se considerar ao trabalhar com tal tipo de documentação, principalmente a partir do status social que réu e vítima poderiam apresentar. No caso aqui apresentado, podemos supor que as testemunhas poderiam não querer ter seu testemunho ligado explicitamente à vítima e, portanto, contrário ao denunciado, visto ser este mais bem relacionado na sociedade em questão do que o idoso que sofrera a agressão.

Diante dessas informações, depreende-se o descontentamento de João Trissani com as decisões tomadas por Eugenio Selle no seu problema, as considerando insatisfatórias. Como não foi anexado ao processo os documentos do procedimento de análise dos danos à lavoura da vítima, não é possível acessar a descrição dos estragos e demais aspectos que poderiam ajudar a entender o descontentamento com as decisões. Ainda assim, com esses dados constantes no depoimento, Trissani tanto poderia esperar um valor monetário maior do que o indicado, que poderia lhe ajudar na recuperação desses danos e quem sabe no ajuste de outras situações que estaria passando, quanto se sentir ultrajado por um jovem de 22 anos lhe dissesse como proceder na sua própria colônia, com a sugestão de que realizasse o cercamento da área – trabalho esse que também teria um custo de material e mão de obra.

Por seu turno, Ivo Ribeiro, de 15 anos, de profissão doméstica, residia em Erechim há apenas cinco meses. Declarou que estava próxima do conflito, uma vez que se encontrava na casa do pai do denunciado (trabalhando), e a agressão ocorreu em frente a esta residência. Ao ser requerida sobre a conduta dos envolvidos, percebe-se talvez uma tendência favorável ao denunciado, declarando que este era bem-quisto em Erechim e bom amigo; sopesando-se que fazia pouco tempo da chega na referida Colônia e trabalhava na casa da família de Eugenio Selle, tal declaração poderia ser fruto da dependência que poderia possuir junto a essa família.

A mesma parcialidade possível de ocorrer – visto tratar-se de pessoas com vontades e interesses – e que se apontou nas primeiras testemunhas do caso, precisa ser considerada ainda mais nesta situação. Enquanto outras testemunhas do caso possuiriam uma proximidade social, relações comerciais visto o réu ser industrialista e não terem nenhuma dependência sob este sujeito, esta última testemunha se coloca em uma situação diferente.

Iniciando com a idade declarada e o fato de ser residente a poucos meses na Colônia Erechim, poderia se sentir compelido (ainda que sob um verniz de gratidão, se fosse o caso) a moldar o seu testemunho de determinada forma. Isso não determinaria que se mentisse ao responder às perguntas que lhes eram feitas, mas talvez reforçar pontos importantes de forma positiva. A posição socioeconômica do indivíduo, independentemente da posição que ocupa tanto em processos crime, ora analisados, quanto em outras formas documentais, poderia

influenciar na sua forma de ação/reação quanto ao que lhe era posto, e mesmo que possa não ser declarado abertamente no documento, é necessário um cuidado ao trabalhar com ele.

Tais possibilidades de relações entre os envolvidos, e os diferentes espaços que réu e vítima ocupavam naquela sociedade colonial, pode ser percebida desde o motivo da ação ter iniciado apenas alguns meses após a agressão, com os procuradores da vítima indo apresentar o caso na sede do município – Passo Fundo. Na argumentação produzida pela Justiça, após as oitivas das testemunhas arroladas e da tentativa falha de acrescentar novos testemunhos²⁴⁷, critica-se o réu pela postura com “ímpetos de brutalidade” e agressão a uma “pessoa indefesa e meio decrépito imbecilizado”²⁴⁸. Destacou-se então o fato de que o réu “apresentasse-nos ainda amparado pela proteção escandalosa da autoridade distrital que ia abafando o caso, sem fazer corpo de delito”²⁴⁹, dando a entender que a partir de suas redes de relações e influências, havia tentado passar incólume por um processo judicial.

Esse fato é citado no relatório de 28 de setembro de 1914, produzido pelo Juiz da Comarca, Cândido Marques da Rocha, que o conclui da seguinte forma: “Eugenio Selle parece um moço educado e notável. O caso de não ter a autoridade policial local, desde logo, tomado conhecimento do fato, ocorrido na sede da Colônia, cujo diretor é excessivamente zeloso pelas garantias dos colonos, induz a crer-se que o ofendido tenha sido o culpado”²⁵⁰. Tal perspectiva acompanharia a argumentação da defesa do réu, que afirmava a agressão ter se tratado de legítima defesa, reagindo após João Trissani o ter xingado e tentado agredi-lo; chama a atenção a menção realizada ao diretor da Colônia, que até então não havia acontecido no processo.

A caracterização de Selle como notável, e a sua posição na sociedade como industrialista, acabou o colocando na posição de ser avalista dos estragos na lavoura de um terceiro, mesmo sendo jovem e, ao menos em Erechim, não aparentar ter contato ou vivência com a agricultura. Seguindo o raciocínio, a mesma distinção que poderia ter colocado ele como avaliador dos danos sofridos, poderia muito bem oferecer bom relacionamento com as autoridades – policiais e diretivas da Colônia, respondendo assim ao atraso no início do processo. E o juiz, por estar lotado em Passo Fundo, não necessariamente conheceria a realidade e as redes de sociabilidades construídas no 8º distrito daquele município. A crítica por parte da

²⁴⁷ É tentada a inclusão de duas novas testemunhas pelo assistente, mas tal fato é indeferido pelo juiz. Entre os motivos para tal decisão, estava o fato de que ambas as pessoas haviam tido acesso pelo menos a alguma parte dos depoimentos na fase secreta, o que violaria o código penal.

²⁴⁸ APERS. Sumário crime. *Pela Justiça* – preliminarmente, sustentamos o agravo de fls, por seus fundamentos. Número 662, maço 16, estante 11. Fl. 38.

²⁴⁹ APERS. Sumário crime. *Pela Justiça* – preliminarmente, sustentamos o agravo de fls, por seus fundamentos. Número 662, maço 16, estante 11. Fl. 38-38v.

²⁵⁰ APERS. Sumário crime. Relatório. Número 662, maço 16, estante 11. Fl. 40.

defesa da vítima, de favorecimento do agressor e desamparo de sua representada, além da possibilidade de ser a idade dos envolvidos um fator considerado (a médio/longo prazo), também poderia ser considerada economicamente; possuiria mais oportunidade de contribuir para o desenvolvimento erechinense o jovem industrialista do que o senhor de idade que ainda nem havia quitado o pagamento de seu lote colonial.

A decisão do juiz, ao fim e ao cabo, acaba sendo a não incriminação do denunciado, citando o artigo 366 do código de processo penal vigente na época. Essa decisão não agrada a defesa da vítima, que ao iniciar ofício ao Major Juiz Distrital, destaca a vítima como

João Trissani, colono, pobre, desejando pleitear até a última instância o processo crime instaurado contra Eugenio Selle, pela Justiça Pública, quer impetrar o benefício da assistência judiciária, para que possa acompanhá-lo como assistente, que se fez em virtude da negligência absoluta das autoridades do distrito onde se praticou o delito²⁵¹.

O reforço da condição de Trissani como colono pobre, ao pedir auxílio a fim de acompanhar o desenvolvimento da justiça, pode contribuir na reflexão sobre a sua reação ao tomar conhecimento do valor que receberia pela avaria em sua lavoura. Ainda que pudesse ser apenas manobra argumentativa a fim de conseguir o que se pleiteava, permite entender o desejo por um valor maior após os estragos, que poderia ajudar além da recuperação da produção afetada, mas também em outras frentes que porventura poderia estar enfrentando dificuldades financeiras, como o pagamento de seu lote colonial.

Tanto o é, que a partir da petição da defesa da vítima, solicita-se informação à secretaria da Fazenda sobre a situação de João Trissani. O escrivão da Coletoria Estadual de Passo Fundo certificava que “o colono João Trissani, acha-se tributado por esta repartição por um imóvel situado no 8º distrito deste município, com a área de 12.500m² pelo valor venal de quinhentos mil reis”²⁵². Assim, possuindo tal pendência financeira e sendo esta vital para a sua sobrevivência²⁵³, não seria infundado esperar um valor maior na indenização, de modo que conseguisse quitar ao menos alguma parcela dessa dívida que possuía com o Tesouro Estadual.

A decisão do juiz neste caso é uma parte menor, frente aos diversos aspectos que motivaram ou compuseram as ações e depoimentos. Ainda que ao se pensar em processos crimes se remeta a crimes mais violentos, não foi este o caso; contudo, o motivo que culminou

²⁵¹ APERS. Sumário crime. Ofício da defesa da vítima. Número 662, maço 16, estante 11. Fl. 44.

²⁵² APERS. Sumário crime. Informação da Coletoria Estadual de Passo Fundo. Número 662, maço 16, estante 11. Fl. 45v.

²⁵³ Constam no processo tanto informações da Intendência - Seção de Contabilidade e da Delegacia de Polícia referendando a informação de que o colono João Trissani era muito pobre. Após isso, se expede ofício favorável à expedição do auxílio requerido. APERS. Sumário crime. Número 662, maço 16, estante 11. Fl. 46; 47; 48.

na discussão e agressão entre as partes é deveras importante para o cenário rural de um projeto colonial, em que a proposta é justamente a ocupação agrícola e a propriedade da terra. O avanço de animais de terceiros sobre a propriedade e a consequente destruição total ou parcial de uma lavoura, pode ser considerada como uma agressão ao espaço privado do colono e a sua subsistência.

Enquanto o processo envolvendo Eugenio Selle e João Trissani fosse decorrente de discordâncias quanto à indenização pela invasão e destruição de lavoura, e que acabou resultando em uma agressão considerada leve pelo auto de corpo de delito realizado na vítima. Que o denunciado não tenha sido o dono dos animais que teriam causado o estrago, sendo apenas o indicado para avaliar os danos, no processo que será agora tratado há algumas diferenças, embora seja motivação próxima.

Os envolvidos citados como réu e vítima são diretamente envolvidos nesse problema – que não é raro no universo rural –, e o resultado de tal problema é muito mais grave, resultando na morte de um deles. Ainda, observa-se uma outra face da população da Colônia Erechim, e o cenário do crime sendo a zona rural e não a sede, distante, portanto, da maior movimentação do núcleo urbano. Mas esse cenário que, em um primeiro momento, talvez soasse de algum modo pacato, com os lotes coloniais sendo dispostos a poucos quilômetros de distância uns dos outros, e a constante chegada de novos colonos a iniciar os trabalhos agrícolas, poderia rapidamente mudar, a depender de possíveis acontecimentos que alterassem a rotina daquele espaço e de seus habitantes, como, por exemplo, ocorrência da entrada de animais em roçados de terceiros.

Foi o que ocorreu em 12 de outubro de 1915 na localidade Rio Bonito (distava 12 quilômetros da sede), na Colônia Erechim, onde Guilherme Gehringer teve sua lavoura estragada por animais de propriedade de Sebastião Rodrigues de Oliveira. Ao ir resgatar suas vacas, o réu travou diálogo com a vítima. Dessa conversa e consequentes desentendimentos, resultou no assassinato de Gehringer²⁵⁴, imigrante alemão de 36 anos.

No relatório produzido pela subdelegacia que foi atender a ocorrência, ficamos sabendo que o caso iniciou com a constatação, por parte de Augusta Gehringer, 35 anos, viúva, de que pela segunda vez duas vacas e uma novilha haviam causado estragos em suas plantações. Em seu depoimento para o referido relatório, conta que, como não sabiam quem seria o proprietário de tais animais, “seu marido resolveu prendê-las [as vacas e a novilha] em um potreiro existente na mesma colônia e próxima à sua casa, até aparecer o dono que ignoravam, para, depois de

²⁵⁴ APERS. Sumário crime. Justiça Pública (acusadora). Sebastião Rodrigues de Oliveira (réu). Comarca de Erechim. Processos crime, Cart. Cível e Crime. Anos 1910 a 1935. Número 663, maço 16, estante 11.

pago o dano causado, lhes ser entregue [os animais]”²⁵⁵. Como as vacas não possuíam identificações e iam e vinham, não havia como saber quem seria o responsável por pagar pelos problemas causados; assim, prender os animais faria com que o dono se obrigasse a ir atrás, mostrando sua identidade e possibilitando, então, que fosse negociado um acordo.

Neste caso, então, há uma abordagem diferente da que provavelmente ocorreu no processo analisado anteriormente; naquele, a existência de um avaliador externo (Eugenio Selle) para avaliar o valor da indenização, sugere que o problema foi levado para as autoridades mediarem uma resolução que acabou desagradando à vítima. Já neste, a vítima procurou uma maneira pela qual se resolveria a situação sem intermediários, talvez por ainda não ter conhecimentos sobre as dinâmicas sociais ou receoso de não ser atendido devidamente pelos indivíduos competentes, como o subdelegado de polícia ou mesmo o diretor da Colônia.

Ainda no mesmo dia, mas já na parte da tarde, enquanto estava trabalhando na roça, Augusta Gehringer foi interpelada por uma criança de doze anos de idade, que ao avistar as vacas no potreiro, pediu se estavam presas, ao que lhe foi respondido que sim, e que apenas seriam liberadas após os danos por elas causadas fossem pagos. Após ser-lhe dito que fosse comunicar essas informações ao seu pai, a criança foi embora do lote dos Gehringer. Foi apenas à noite, já durante o jantar da família, que o padrasto da criança, Sebastião Rodrigues de Oliveira, bateu à porta da casa, para tratar sobre os animais que ainda estavam presos, junto aos animais da vítima.

Foi a vítima Guilherme Gehringer que foi atender às batidas na porta, enquanto a declarante permanecera na mesa de jantar com o filho de quatro meses de idade. O seu relato, embora dê conta dos acontecimentos desde a decisão de prender os animais invasores – que não seria a primeira vez –, possui lacunas ao relatar o conteúdo do diálogo entre o réu e a vítima, uma vez que estes falavam em português e Augusta entendia apenas parcialmente este novo idioma.

Ficamos diante, então, de um aspecto que ainda não havia sido encontrado nos processos analisados anteriormente, que era o problema do idioma para os imigrantes que se instalavam nestes núcleos coloniais que possuíam colonos de diferentes etnias, culturas e idiomas, para além da língua portuguesa, oficial do novo país escolhido para viver.

Dito isso, a discussão giraria em torno de Sebastião (até então não identificado pela viúva) querer levar seus animais embora, naquele momento, enquanto Guilherme se opunha, sugerindo que viesse no outro dia pela manhã, pois temia que seus animais que estavam no

²⁵⁵ APERS. Sumário crime. Relatório. Número 663, maço 16, estante 11. Fl. 3.

mesmo potreiro acabassem fugindo caso a porteira fosse aberta durante a noite, pois poderiam se assustar e alguns eram ariscos. Não se chegando a um acordo, Guilherme teria retornado para o interior da moradia, enquanto o indivíduo do lado de fora seguiria gritando e o chamando, até que por fim, o imigrante alemão voltou a sair de dentro de casa para atender ao chamado. Após a saída do marido, Augusta relata que “[eles] trocaram mais algumas palavras, ouvindo a declarante a detonação de uma arma de fogo. Em seguida, munindo-se de um lampião, saiu para fora encontrando seu marido caído, agonizando, não vendo pessoa alguma”²⁵⁶, sem saber o que fazer, foi procurar ajuda na vizinhança.

No dia seguinte, 13, o subdelegado da região foi até o local para dar início às investigações. Como Augusta não havia identificado quem havia matado seu marido na noite anterior, e como as vacas ainda estavam no potreiro junto às suas, estas “foram soltas na estrada, seguindo-se o rumo que tomaram, indo estas à casa de Sebastião Rodrigues de Oliveira, que dista uns dois quilômetros da casa do assassinado”²⁵⁷, ao chegarem lá, inquiriram Paulina do Prado Oliveira, mulher de Sebastião, se aquelas vacas lhe pertenciam, o que foi confirmado.

No depoimento prestado na sequência, incorreu em diversas contradições, mas depois conta que “seu marido tinha ido fazer uma viagem para o lugar denominado Forquilha, não sabendo dizer o dia que partiu; que ele não usa arma de espécie alguma; que as vacas foram mandadas procurar por ordem dela declarantes, e ‘que não esperava em sua casa o subdelegado de Erechim e sim o Julião (subdelegado do terceiro distrito) e que por isso não dizia mais nada”²⁵⁸. Percebe-se uma indicativa a uma certa evasão às perguntas, para além das contradições apontadas por quem redigia o relatório; tal posicionamento pode ser percebido como uma tentativa de desviar de seu marido a suspeita de ter realizado o crime, ainda que chame atenção a afirmação que não saberia dizer a data em que este saiu em viagem, ao invés de afirmar uma data anterior ao cometimento do crime.

Mas o ponto principal deste trecho citado, seja a sua surpresa quanto a qual autoridade fora realizar a investigação. Ao dizer que esperava que fosse fulano e não ciclano o responsável que fosse até a sua casa, demonstra que saberia que não havia como não receber uma “visita” da autoridade policial, e por isso esperavam (ela e Sebastião) que fosse o subdelegado do terceiro distrito, que demonstra conhecer e poderiam, talvez, esperar algum suporte da relação que existiria, ou ao menos uma condução de investigação mais branda. A partir disto, permite-se considerar que houvesse alguma articulação privada entre as partes (VENDRAME, 2023),

²⁵⁶ APERS. Sumário crime. Relatório. Número 663, maço 16, estante 11. Fl. 3v.

²⁵⁷ APERS. Sumário crime. Relatório. Número 663, maço 16, estante 11. Fl. 4.

²⁵⁸ APERS. Sumário crime. Relatório. Número 663, maço 16, estante 11. Fl. 4.

para caso houvesse alguma possível abordagem e como proceder da melhor maneira caso estivessem envolvidos em algum problema, talvez sendo oriundo de algum contato antes do crime, visto descobrirmos através da leitura dos depoimentos que o réu não teria se envolvido em um problema pela primeira vez. Ao ter o conhecimento de outra autoridade, optaram por evadir das perguntas, de modo que talvez não houvesse um maior comprometimento.

O depoimento que mais chama a atenção é o do menor José de Oliveira, filho adotivo de Sebastião, que foi reconhecido por Augusta como a criança que havia ido ao seu lote colonial pedir das vacas na manhã antes do crime.

Em seu depoimento, a criança conta que ao retornar para casa e contar ao seu pai o que lhe foi dito, este teria ficado bravo, pegando uma espingarda de um cano e carregada pela boca, e foi a cavalo com José junto, à casa de Guilherme Gehringer reclamar os animais. Desmontando a alguma distância da residência da vítima, a conversa teria evoluído a uma discussão com elevação do tom de voz, sendo que pouco após, a esposa de Guilherme teria ido levar uma arma para o marido, sendo então o momento em que Sebastião disparou contra o colono alemão.

Após constatar o que havia feito, Sebastião teria montado no cavalo e voltado rapidamente ao seu lote colonial, com o depoente voltando a pé. Ainda durante a madrugada, “seu pai saiu dizendo que ia para a Forquilha, levando consigo a espingarda”²⁵⁹, diferindo, nesse aspecto, do que a sua mãe havia declarado anteriormente no mesmo relatório policial. Houve então, entre a hora do crime após as 20 horas da noite, até o réu fugir de madrugada, além da preparação para a fuga²⁶⁰, um alinhamento do que Paulina falaria quando a polícia fosse a interrogar sobre o caso, sem ter incluído a criança nessa conversa, visto o seu depoimento detalhado que acabou culpando o padrasto. No local do crime, foi achado uma faca desembainhada, que ao ser mostrada à criança, esta reconheceu como sendo o objeto pertencente ao seu pai, o que reforçaria a presença dele naquele espaço na noite anterior, e conseqüentemente, a culpa pelo assassinato.

²⁵⁹ APERS. Sumário crime. Relatório. Número 663, maço 16, estante 11. Fl. 4v.

²⁶⁰ Considerando as distâncias e possibilidades de ações possíveis para a justiça, “a fuga para os matos, assim como a migração temporária para outras regiões apresentavam-se como alternativa para aqueles que escapavam do raio de ação da justiça do Estado” (VENDRAME, 2014, p. 68). Os foragidos contariam, então, com o suporte tanto de sua comunidade e/ou de sua família, como é o caso no processo analisado, para que não fossem encontrados para receber a intimação do oficial de justiça. Em artigo publicado em 2014, Vendrame analisa um processo judicial onde após desavenças entre um brasileiro e o filho de um imigrante dono de casa comercial, o brasileiro acaba assassinado pelo herdeiro da casa de comércio; o réu, então, se muda para a Colônia Ijuí, distante da Colônia Dona Francisca onde o crime ocorrera. Embora o assassino tenha voltado e se apresentado às autoridades competentes, observa-se que a fuga era um dispositivo usado sempre que se considerava necessário, dado a seriedade do crime e as estratégias possíveis na defesa dos réus.

Seguiu-se então para uma nova etapa processual, onde haveria a possibilidade de justapor aqueles relatos já recolhidos logo após o crime com novos testemunhos.

A audiência secreta para oitiva das testemunhas realizou-se a 18 de novembro do mesmo ano, e a primeira testemunha ouvida foi o menor de idade José de Oliveira. Mas, ao invés de declaração detalhada sobre o acontecido, tal como o fez para o relatório policial, perante o juiz afirmava que nada sabia e nada havia visto sobre a denúncia que lhe havia sido lida no início. Quando foi inquirido sobre o que havia dito no relatório policial, “pôs-se a chorar convulsivamente e disse que foi obrigado sob ameaça de prisão a dizer o que está no relatório policial”²⁶¹, um posicionamento e declaração distinta daquele inicial, que tanto pode ser considerada como reflexo de sua tenra idade, quanto por ter sido direcionado por sua mãe ou outra pessoa a como deveria se portar perante o juiz na audiência.

Foi, então, um momento em que se desdisse o que constava anteriormente no processo, ao afirmar também que não havia como ter ido acompanhar seu pai na ida ao lote de Guilherme Gehringer, por seu pai estar ausente de casa olhando “umas colônias distante de casa algumas léguas”²⁶². Há de se considerar que esse argumento era algo que não seria impossível dentro do universo rural em que o crime havia ocorrido, e, portanto, uma espécie de álibi seguro, ainda que não tenha havido menção sobre se eram lotes já ocupados por terceiros ou que ainda o governo estava vendendo. A postura de José de Oliveira acabou irritando o juiz, que afirmou

este menino revela certa vivacidade, esperteza e deve ter pelo menos doze anos de idade, sabe perfeitamente do fato, mas não que falar, chora e tratando-se de acusação gravíssima sobre o pai de criação do menor, o juiz sentiu-se na impossibilidade de lançar mão de meios violentos para obrigar a criança a falar²⁶³.

Das diferenças existentes entre os dois relatos da criança, cremos que o juiz esperava a manutenção do primeiro depoimento, também como forma de agilizar a conclusão do processo.

Sem as contribuições esperadas da primeira testemunha, em 04 de dezembro daquele ano, deu-se início às oitivas de novas testemunhas, dentre elas, a viúva da vítima e alguns vizinhos de lote. Como a viúva alegava não compreender muito bem o idioma português, e depois outra testemunha (Jorge Weidmann) enfrentaria o mesmo problema, antes de iniciar o

²⁶¹ APERS. Sumário crime. Termo de Audiência dos Atos Secretos. 1ª testemunha. Número 663, maço 16, estante 11. Fl. 12v.

²⁶² APERS. Sumário crime. Termo de Audiência dos Atos Secretos. 1ª testemunha. Número 663, maço 16, estante 11. Fl. 12v. Sobre essa “viagem” do réu, em depoimento realizado em 04 de dezembro do mesmo ano, o guarda municipal ouvido declarou que até aquele momento já teria tentado intimidar duas vezes o réu, não o tendo encontrado no seu lote e nem tido notícias do mesmo. Número 663, maço 16, estante 11. Fl. 26.

²⁶³ APERS. Sumário crime. Termo de Audiência dos Atos Secretos. 1ª testemunha. Número 663, maço 16, estante 11. Fl. 12v.

interrogatório, buscou-se um intérprete²⁶⁴ – João Alberto Schmitt – para poder iniciar os questionamentos e respostas.

Neste depoimento, Augusta conta que após sair de casa e ver o marido morto, sem ninguém por perto, gritou por ajuda, mas ao não obter resposta, se dirigiu até Wiedmann (sic), que depois esse e outro vizinho chamado Simão foram até seu lote, e carregaram o corpo de seu marido para dentro de casa. A testemunha declarou ainda que outro vizinho, Cornélio, contou que “o denunciado Sebastião sempre quando ia retirar o gado da roça dele Cornélio costumava levar uma espingarda consigo, dando nessa ocasião sempre tiros”²⁶⁵, e por isso, ao ouvir os disparos, considerou que poderia ser o réu buscando gado fugido.

A terceira testemunha ouvida foi Jorge Weidmann, de 32 anos, e que necessitou também de um intérprete. Foi esta testemunha, vizinha de lote, que foi à propriedade dos Gehringer juntamente com Simão ajudar a recolher o corpo da vítima. Quando pedido sobre a conduta do denunciado, declarou que era bom homem geralmente, mas quando se embriagava, o que ocorreria com alguma frequência, tornava-se um problema, tendo ele próprio queixa quanto ao comportamento do réu enquanto bêbado. Já sobre a vítima, considerou que também era bom homem, mas era nervoso, embora não soubesse que este teria brigas corporais com alguma pessoa, e nem que possuísse alguma arma em sua casa, embora tivesse tido “atritos e rixas (discussões) com várias pessoas por causa de gado, etc., bem assim com a própria testemunha, com a qual depois ficou tudo bem”²⁶⁶.

Tais declarações nos levam a considerar que ocorreu um encontro de pessoas suscetíveis a perderem o tom em discussões, podendo piorar a situação, mas que nesse caso, o histórico do réu de andar armado e dar tiros aleatórios, embora não haja indicativo nos relatos de que estivesse bêbado no momento em que foi tratar de seus animais apresados em outro lote, tenha culminado em um assassinato.

Estes testemunhos, e a menção a um outro vizinho, apontam para uma distribuição etnicamente diversa na linha onde o crime ocorrera. Além da viúva e uma outra testemunha precisarem de intérprete, do denunciado brasileiro e do sujeito citado apenas em primeiro nome, que permite pressupor se não brasileiro, mas ser já nascido no Brasil. Este é um ponto interessante em tal documento, justamente por permitir visualizar ainda que em um espaço reduzido dentro da Colônia Erechim, a distribuição de lotes a famílias de diferentes origens.

²⁶⁴ Não há maiores menções ao trabalho do tradutor, como, por exemplo, um anexo com o depoimento transcrito no idioma alemão, de modo que se poderia contrapor o que a testemunha expusera e o que foi traduzido ao juiz.

²⁶⁵ APERS. Sumário crime. Termo de Assentada. 2ª testemunha. Número 663, maço 16, estante 11. Fl. 23.

²⁶⁶ APERS. Sumário crime. Termo de Assentada. 3ª testemunha. Número 663, maço 16, estante 11. Fl. 25.

Pedro Vieira Fagundes foi a quarta pessoa a ser interrogada²⁶⁷ pelo juiz e pelo promotor público, com 40 anos de idade e trabalhava como guarda municipal. Inquirido sobre os precedentes de réu e vítima, declarou, diferentemente de Jorge Weidmann, que o réu era mau elemento, bêbado e que já o havia conduzido à prisão certa feita, por desordem; já quanto à vítima, declarou que parecia ser trabalhador, visto que sua colônia estava sendo bem cultivada.

Após novas tentativas fracassadas de acessar o réu, mantendo o processo à revelia da sua presença e defesa, o juiz expediu sua decisão o condenando e ordenando a inclusão de seu nome no rol dos culpados²⁶⁸.

O fato de não ter sido realizada a prisão após a condenação ser proferida pelo Juiz, não é excepcionalidade deste último processo que trouxemos, e nem é elemento realmente considerável para o que foi proposto analisar. Se, por um lado, vemos no processo envolvendo João Trissani e Eugenio Selle, desavenças pelo valor fixado da indenização de estragos na lavoura, que culminou em uma leve agressão à Trissani, no crime envolvendo Sebastião Rodrigues de Oliveira e o colono alemão Guilherme Gehringer, houve um considerável salto na violência e agressão.

Ocorrido no mesmo dia em que os animais prejudicaram a lavoura da vítima, os ânimos exaltados ao não aceitar buscar no outro dia os animais, são fatores a serem considerados. Ainda, não se pode desconsiderar uma possível incompreensão em algum ponto da conversa, advinda do fato de que Guilherme era imigrante e poderia ainda não dominar plenamente o português, ou a ação do álcool, uma vez que se relatou ter o réu problemas com o álcool.

Para além das violências praticadas, podemos considerar, a partir da análise de tais processos, a lógica delicada que a situação possuía e quão importante era a integridade da lavoura e sua produção nesse cenário rural e de consolidação, onde havia muito trabalho a ser feito, sem tantas ferramentas e tecnologias avançadas, e se estava ainda em vias de obter o título definitivo da propriedade da terra. A opção de Guilherme Gehringer de resolver a situação de maneira doméstica, sem o envolvimento das autoridades do lugar, se mostrou equivocada; sua escolha pode tanto ter sido motivada pelo fato de não ser o caso inédito em suas terras e mesmo na região, quanto por um possível desconhecimento ou desconfiança para com as autoridades ou o modo como achava que poderiam agir. Como imigrante que era, poderia ainda estar

²⁶⁷ Esta parte do processo contou ainda com mais uma testemunha, mas em seu relato não acrescentou nenhuma informação além das que já haviam sido citadas pelas pessoas ouvidas anteriormente.

²⁶⁸ Estando durante todo o processo foragido, Sebastião Rodrigues de Oliveira seguiu foragido, não sendo então, preso. Ao fim do processo (documento), tem-se um ofício datado de 28 de outubro de 1936, declarando a prescrição do caso, por já ter passado de 20 anos da sentença proferida. APERS. Sumário crime. Vistas. Número 663, maço 16, estante 11. Fl. 42. 28/10/1936.

conhecendo os costumes do seu novo espaço, sem segurança de que seria atendido e indenizado da forma como acreditaria ser a melhor (também por conta do idioma novo).

Já demonstrado na historiografia a partir de Tramontini (2003), de que imigrantes alemães e seus descendentes não ficavam isolados e “quietos” quanto a problemas, vivendo e praticando política como forma de se defender, a postura adotada por Gehringer pode ser considerada nesta direção. O trabalho de Witt (2015) vai na mesma linha, apresentando a proatividade de imigrantes/colonos de origem alemã, distanciando e colocando por terra o ideal de passividade que supostamente era presente nos núcleos coloniais. Por mais que sua ação tenha buscado se esquivar da polícia e da burocracia do novo país, – Guilherme Gehringer – buscou fazer, à sua maneira, justiça pelo prejuízo sofrido, agindo politicamente de maneira independente na resolução do problema. Não ter recorrido às autoridades para buscar ressarcimento pelas perdas causadas pela invasão de animais de Sebastião, não o faz ser um sujeito apolítico, considerando que não possuía a intenção de deixar passar esse episódio que parecia recorrente, ao intentar negociar uma indenização sem intermédio da justiça brasileira.

Muito embora não sejam processos em que as questões étnicas fossem fatores explícitos, a partir dos sobrenomes dos envolvidos, a diversidade étnica da Colônia Erechim é mostrada. Enquanto a agressão ocorrida no centro urbano colonial possuiu sobrenomes de origem italiana, tendo o agressor, Eugenio Selle, inclusive migrado para Erechim, oriundo de Caxias, importante região colonial com predominância italiana, a vítima, João Trissani, não datado no processo a quanto residia na Colônia e sua origem (se havia imigrado ou remigrado), aponta para a mesma origem étnica.

No assassinato do processo de 12 de outubro de 1915, são indivíduos de outros grupos residentes na Colônia que se envolvem. A vítima e sua família são identificadas como imigrantes alemães, e essa sua condição é reforçada quando a viúva necessita de intérprete para poder dar o seu depoimento perante o juiz. Ainda nas oitavas, outra testemunha acaba tendo também que fazer uso do intérprete para se comunicar, demonstrando que poderiam ser imigrantes chegados a pouco tempo. Dado os documentos oficiais sobre o aumento do número de habitantes e/ou imigrantes que foram discutidos anteriormente, essa situação reforçaria a informação, com tantos novos imigrantes chegando e já se envolvendo em querelas próprias do mundo colonial em que estavam se inserindo.

E como, por mais que na documentação oficial não seja mostrada essas diferenças e os problemas próprios do espaço criado e ocupado, como os relatórios produzidos eram também uma forma de propaganda e promoção dos funcionários envolvidos, sendo necessário compreender tais discursos como falas imbuídas de interesses e objetivos, como assinala

Tramontini (2003). Os espaços coloniais, fossem etnicamente homogêneos como os núcleos criados pelo poder público durante o Império ou com um caráter heterogêneos como as Colônias republicanas, não eram espaços totalmente harmoniosos e os seus sujeitos eram diversos também em seus interesses, do mesmo modo que não se pode considerar como um espaço fortemente belicoso a partir do uso dos processos criminais, pois é a característica de cada fonte documental.

Independente da fonte documental, e da possível menção ou não de conflitos envolvendo os sujeitos referentes, há de se considerar a existência conflitos dentro dessas comunidades analisadas, pois é inerente ao ser humano exasperações e conflitos. Logo, concordamos com Witt quando escreve que “os conflitos intra e extra grupo marcaram o cotidiano dos imigrantes alemães e de seus descendentes” (2015, p. 310), ainda considerando que tal afirmação pode ser expandida para outros grupos étnicos que participaram do processo de colonização estadual, e que compuseram o cenário étnico de Erechim e Santa Rosa. O próprio entendimento de conflito pode ser ampliado para uma diferente perspectiva se for considerado como um meio de expressão dos envolvidos, fosse em busca do reconhecimento de/por algo ou expressar descontentamento a alguma situação (TRAMONTINI, 2003; WITT, 2015; VENDRAME, 2016).



Embora em alguns casos analisados seja constante a informação que alguma das partes envolvidas poderia estar embriagada, e para além do próprio evento em si, são casos que demonstram os processos e trâmites de sociedades que ainda estavam procurando a sua consolidação, com tão diferentes atores e influências. As pressões, interesses e expectativas quanto as possibilidades que se abriam no novo espaço colonial poderiam causar ações que acabariam aparecendo na mesa das autoridades por meio dos processos crime.

É por conta dessas diferentes perspectivas a partir do uso de diferentes documentações que permitem ao historiador perceber a complexidade dos espaços coloniais como de Erechim e Santa Rosa (e de outros temas, claro).

Com os processos utilizados na discussão proposta sobre as sociedades coloniais estudadas, busca-se possibilitar uma reflexão quanto aos ajustes desses espaços rurais em formação, além da diversidade de origem dos envolvidos. Como espaços predominantemente rurais, a questão de terras e animais se tornava deveras delicada, visto mexer com o sustento desses indivíduos, além de perpassar possíveis questões de honra, e por que não, de masculinidades, principalmente no primeiro crime ocorrido em Santa Rosa.

Se em espaços onde haveria uma maior homogeneidade étnica haveria diversos episódios de tensão e violência, pode-se inferir que em espaços de ocupação diversa isso se manteria, e por que não, aumentaria. Logo, é conveniente trazer para a discussão essa outra perspectiva do espaço colonial, principalmente para contrastar com a ordem idílica direcionada para o progresso como a documentação produzida pelos órgãos governamentais defendiam na quase totalidade de seus relatórios e memorandos.

Ambos os espaços, projetados a partir de um mesmo interesse governamental e colonizado com uma proporção de etnias muito similar, ainda que em estágios de ocupação regional um tanto diferente, possuem suas especificidades.

Ao passo que demonstram uma diversidade dos envolvidos nos processos trazidos para análise, que poderia ser explicada também pela proporcionalidade maior de nacionais no caso de Santa Rosa e de (i)migrantes no caso de Erechim, também convergem quando considerado os estopins para a violência praticada. Faz-se aqui especial menção ao processo envolvendo as negociações para a prestação de trabalhos para a Comissão de Terras e Colonização de Santa Rosa, tão elogiada pela DTC a ponto de ter sido expandida para outros locais, como para a própria Erechim.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre tantos períodos em que a imigração e colonização ocorreram no Estado do Rio Grande do Sul, diversas foram as formas organizativas adotadas pelo poder público e pela iniciativa particular. Com as novas ideias em circulação e que ganharam fôlego com a Proclamação da República, estes processos passaram a se desenvolver de uma forma específica, conforme os entendimentos do Partido Republicano Rio-Grandense, sob o dogma do Positivismo. Têm-se então, na figura de Carlos Torres Gonçalves, o idealizador e responsável pela criação de diversos núcleos coloniais do governo estadual, dentre eles as Colônia Erechim e Santa Rosa.

Ambas as Colônias que foram foco das análises e reflexões desta tese podem ser consideradas como os principais trabalhos de Torres Gonçalves enquanto diretor do órgão público responsável pela criação, organização de núcleos coloniais, fiscalização de projetos particulares, através da administração das terras devolutas que ainda havia no Estado. Erechim e Santa Rosa cumpriram objetivos distintos entre si. Ainda que possam ser localizadas sob um mesmo guarda-chuva, o da colonização pública mista, a concepção e administração destes projetos guardaram relativa distância. Resultado muito possivelmente do momento em que cada uma estava sendo pensada pelo governo através da DTC e de Torres Gonçalves, ocuparam espaços diferentes dentro do processo de (re)organização agrária desde inícios do século XX. O direcionamento da população colonial e imigrante para cada uma, embora projetado pelo governo estadual para ocorrer de forma espontânea, se deu também através de subsídios, pelo menos sobre o deslocamento até elas. Logo, o crescimento populacional contou tanto com aqueles que obtiveram algum custeio, como também com aqueles interessados a partir de notícias e chamados de familiares e conhecidos, chegando ou não, ao conhecimento do governo.

A primeira delas, Erechim, fora criada para gerar novo espaço e atender a demanda que as Colônias Ijuí e Guarani já não davam conta. Além de se tornar o principal ponto de instalação de imigrantes, aproveitando-se da localização próxima à ferrovia, foi projetada diretamente pelo diretor da DTC, traçando inclusive o espaço urbano, tornando característico o desenho das ruas e disposição das quadras, inspirados por cidades europeias. O caráter colonizatório misto, observado já nas Colônias públicas do final do século XIX, seguia sendo aplicado, congregando etnias como russos, poloneses, alemães, italiano e outros, além daqueles categorizados como nacionais naquele projeto, muito embora autores terem verificado que, na prática, tal heterogeneidade não se cumpriu, com os imigrantes/colonos procurando se reagrupar em linhas próprias, para manter suas redes de relações e costumes.

A organização agrária, via medição de lotes, para a posterior venda a quaisquer interessados, era ponto central de qualquer projeto colonial. O andamento desse trabalho, intrinsecamente ligado à demanda por lotes, bem como a inserção desses novos espaços numa lógica capitalista de pequenas propriedades, ao passo que representava o crescimento do núcleo colonial, também poderiam gerar conflitos. Enquanto no capítulo quatro discutimos a alta demanda de turmas de trabalho contratadas e da própria CTC de Erechim, com anos consecutivos entregando mais de um milhão de lotes coloniais rústicos demarcados, para além dos lotes urbanos e chácaras que compunham os povoados coloniais, com números de concessão e devolutivos com margem para que não houvesse problemas de espera por lotes, o cenário é mais complexo. No capítulo cinco, utilizando de processos criminais para compreender, ainda que em partes o cenário social interétnico daquele espaço, nos deparamos com um processo, com assassinato, justamente sobre a disputa sobre a propriedade de um lote colonial.

Santa Rosa por seu turno, criada alguns anos após Erechim, ainda que sob o mesmo guarda-chuva de um projeto colonizador misto, já possuía algumas características distintas daquele núcleo criado em 1908. Não estando próxima de uma ferrovia que pudesse facilitar o trânsito de pessoas e mercadorias, estava próxima da Colônia Guarani, e pode-se considerar que contribuiu para que esta se desenvolvesse num melhor ritmo, pela atenção voltar-se de maneira mais consistente para a região, além de ser um período em que maiores investimentos em infraestrutura ocorriam. Sua conformação étnica, muito embora formada também por imigrantes e colonos de diferentes etnias, contava, majoritariamente, com pessoas categorizadas pelo governo como nacionais ou colonos nacionais, com presença predominante naquela região.

Cientes dos problemas que a situação de irregularidade posta sobre essa população acarretava ao Estado, Torres Gonçalves idealizou um serviço que seria capaz de contribuir para que essa grande massa populacional rio-grandense tivesse facilitado o pagamento das áreas que ocupavam. O Serviço de Proteção aos Nacionais foi, então, gestado e aplicado primeiramente na Colônia de 1915, por possuir esta um cenário propício em vários sentidos; tanto por ser um projeto que estava começando, quanto pela organização da ocupação territorial antes que se avolumasse a entrada de colonos (i)migrantes naquele espaço. A busca pela inserção desse grupo no processo colonial e integrá-los sistematicamente nas sociedades desses espaços, deve ser entendida muito mais como um interesse de alcançar os próprios objetivos e eliminar um profundo problema que se vinha ocorrendo desde muito tempo e que era um empecilho ao desenvolvimento estadual, do que uma preocupação social pelo bem-estar dessas pessoas.

Sabendo que um dos maiores problemas para que a população pobre de nacionais realizasse a regularização de suas terras era o preço demasiado caro para suas realidades, foi

proposto que poderiam trabalhar em obras públicas em troca de pagamentos em dinheiro e no abatimento do valor que sua propriedade possuiria. O desenvolvimento desse trabalho traria benefícios múltiplos ao governo: ao passo que resolvia a questão da intrusão, e assim, se pudesse discriminar as terras já ocupadas daquelas que estariam disponíveis para vender, também conseguiriam trabalhadores para a construção das infraestruturas básicas, como construção de estradas rurais e ruas nos centros urbanos, pontes e passagens, além da própria medição de terras ou construção e reparos em prédios públicos. Vale lembrar que a prestação de alguns dias de serviço para o governo não era algo inédito, sendo já observado anteriormente para projetos coloniais públicos. Contudo, no caso iniciado em Santa Rosa e posteriormente estendido também para Erechim e outros locais que possuíam CTCs, o que ocorreu foi a sistematização dessa prática como forma de gerar renda e permitir a regularização de propriedades para aqueles que não possuíam meios financeiros de realizar tal movimento.

Como instrumentos para a regularização agrária e inserção das esferas públicas no interior da região norte rio-grandense, não poderia ser diferente tal relação com o espaço circunferente. Mas tal cenário não seria possível não fosse a individualidade de cada Colônia, a sua construção nos diversos aspectos, que permitiam que houvesse tal diálogo; antes de serem “grande” região, foram pensadas como núcleos coloniais individuais, dentro de um processo colonizatório mais amplo, para que fosse também suporte, cada um à sua maneira, para a organização geral pretendida por Torres Gonçalves e a DTC.

Na Colônia Santa Rosa, embora houvesse igual importância a demarcação de lotes coloniais rústicos e urbanos, de modo a atender a demanda esperada por parte de colonos, imigrantes e nacionais, havia a necessidade de se realizar o trabalho de demarcação dos apossamentos de intrusos. Este problema – a intrusão –, contribuiu para a decisão de criar em tal região um novo núcleo colonial público, que por mais que próximo da Colônia Guarani, criada ainda no século XIX, teriam objetivos diferentes. Junto ao projeto colonial e de regularização da situação de centenas de famílias intrusas, esteve a criação do Serviço de Proteção aos Nacionais, que ao permitir o pagamento das terras por outros meios além do financeiro, abriu uma nova perspectiva nesse espaço rural. Convém destacar que, além de ser meio para requisitar regularização de terras por pagamento ou prestação de trabalho, essa mão de obra era direcionada para diversas frentes que a CTC deveria atender, entrando aí a regularização e medição de lotes. Nesse sentido, é pertinente considerar o caráter recíproco, em certa medida; trabalhar medindo lotes coloniais, para pagar a sua propriedade, gerando novos lotes que seriam disponibilizados aos interessados que para lá se dirigissem.

Tal como em Erechim, esta organização envolvendo os trabalhos de medição, demarcação e pagamentos de lotes foi perpassado por um conflito que acabou chegando aos tribunais. Neste caso, o conflito foi gerado por um desentendimento quanto à forma de pagamento que seria realizado para o trabalho feito via Serviço de Proteção aos Nacionais. Não voltando aos meandros que foram discutidos no último capítulo desta tese, mas acaba sendo uma janela para observar a aplicação de uma política pública muito elogiada nos relatórios oficiais, que, ao contrário dos discursos, pode ter sido estopim para discussões e afins.

Este programa, projetado e aplicado inicialmente em Santa Rosa, foi, após os bons resultados apresentados, levado para outras comissões, incluso Erechim. Mesmo passível de perturbações em sua aplicação, o retorno positivo foi suficiente para que tal prática fosse transposta para outras realidades coloniais ainda em aberto no Estado. A aplicação desse serviço, pensado inicialmente para uma Colônia onde haveria a preponderância de nacionais, em uma Colônia onde o caráter misto era predominantemente de origem europeia, além de situar a proximidade administrativa e prática, transpassa as diferenças de composição social e estágio de desenvolvimento, e as possibilidades ampliadas para pagamento de lotes coloniais.

Quando da criação do novo núcleo em 1908, o projeto de Erechim ocorreu sobre a plataforma das Colônias anteriores, em conjunto com adaptações de região e de ideias. Observou-se, portanto, um hiato de mais de dez anos entre Ijuí e Guarani com Erechim, ou seja, tomou-se como exemplo esses projetos pretéritos e implantaram-se adaptações que poderiam ter surgido tanto da observação do desenvolvimento das Colônias ainda do século XIX, também a partir de influências surgidas de discussões posteriores, em Santa Rosa a construção da ideia de Colônia foi similar. Sua criação ocorreu de modo a unir tanto o conhecimento aplicado (e melhorado) do que foi em Erechim, mas também contou com espaço livre de adaptação para a região específica.

Além de serem projetos para atender demanda da enxamagem, de novos fluxos imigratórios, bem como contribuir para a regularização da situação de intrusão, ambas as Colônias acabaram se tornando locais de apoio para pequenos núcleos particulares próximos, ou ainda, de nacionais e colonos, não necessariamente intrusos, mas que também não integravam efetivamente o território de alguma Colônia. São projetos completos por si, considerando administração, desenho e demais quesitos técnicos; mas como as CTCs criadas para administrá-las abrangiam para além das Colônias de Erechim e Santa Rosa, bem como eram colocadas para intermediar as relações postas do exterior com o interior das mesmas, considerando infraestrutura básica e comércio, compreende-se que poderia haver a categorização de uma “grande Santa Rosa” ou “grande Erechim”.

O Planalto rio-grandense pode ser considerado como o último espaço a receber e sofrer modificações através do avanço da colonização. Deste processo, formado por inúmeros personagens que possuíam interesses e compreensões distintas entre si, esperava o governo estadual ser ele o fiador e administrador das formas como as terras devolutas seriam privatizadas, visando também os ideais sobre a conformação da população e a inserção desta na sociedade brasileira. Erechim e Santa Rosa, à parte de suas diferenças, contribuíram para os objetivos governamentais sobre essas questões. Fosse com uma população de maioria colona/imigrante ou de nacionais, em espaços e anos diferentes, esses espaços coloniais permitem considerar as aproximações características coloniais, observadas em outros projetos, de diferentes etnias. Os projetos de Erechim e Santa Rosa, além de apresentarem duas propostas diferentes no caráter heterogêneo de sua colonização, e os resultados satisfatórios que foram apresentados por cada uma, demonstram, através dos processos crimes, que esses espaços interétnicos poderiam ser propícios para conflitos, interétnicos ou não. Possuindo ou não uma ligação direta com o caráter étnico de cada projeto, o ambiente colonial se apresentava propenso para estranhamentos e falhas na comunicação e de costumes, resultado tanto da fricção entre sujeitos de diferentes regiões do Rio Grande do Sul e outros Estados brasileiros, como também de diversos países.

Esta tese buscou contribuir em algum aspecto para o campo historiográfico da imigração e principalmente da colonização, ao tentar, através da comparação, propor reflexões sobre o modo como os projetos colonizatórios públicos mistos foram pensados e executados no Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Entendemos que a tese não esgota os estudos sobre ambas as Colônias, também dentro da perspectiva da História Comparada. Pontos como a mobilidade interna dentro desses núcleos, relações comerciais e desenvolvimento econômico, além de problemáticas voltadas para questões sociais como casamentos (intragrupos e com outras etnias/religiões), relações de compadrio, práticas religiosas, práticas de justiça e violências, ainda precisam ser aprofundadas e/ou exploradas pela historiografia para avançar na compreensão sobre esses complexos cenários coloniais.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Paulo. Colônia Ijuhy: a colonização e confluências étnicas numa colônia oficial. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, colônias e colonizadoras: Aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015. IV. p. 45-64.

ARDENGHI, Lurdes Grolli. A questão da terra na ocupação do norte: caboclos, ervateiros e coronéis. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord. Geral). RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (diretores do volume). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3 t. 1. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 465-498.

AREND, Jéssica Fernanda. **Terra e honra: conflitos entre os camponeses numa região de colonização alemã no Sul do Brasil (Vila de São João de Santa Cruz, RS, 1878-1905)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, UNISINOS, 2020. 183 fls.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **Revista História Social**, Campinas – SP, n. 13, p. 7-21. 2007.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENCHIMOL, Samuel. O aproveitamento das Terras Incultas e a Fixação do Homem ao Solo. **Revista de Imigração e Colonização**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 2. junho de 1946. p. 192-212.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2001.

BLUME, Welington Augusto. **Memórias imigrantistas: Abrantes, Pérez Rosales e seus escritos – Brasil e Chile – Século XIX**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo – RS, 2020. p. 191.

CARON, Márcia dos Santos. Colonização privada em área de colonização oficial: considerações sobre a implantação das atividades da Empresa colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda no Alto Uruguai gaúcho (1915-1920). In: TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar. **Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Erchim: Habilis, 2009. p. 179-202.

CEM ANOS de germanidade no Rio Grande do Sul, São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2005.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850- 1880)**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. O Mato Rebelde: a resistência do homem livre e pobre frente ao avanço da colonização no Rio Grande do Sul. **Revista Coletânea do nosso tempo**, Rondonópolis, v. 8, ano VII, n. 8, p. 87-111, 2008.

Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1961.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar (1889-1930). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord. Geral). RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (diretores do volume). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3 t. 1. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 395-418.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp Editora. 6. ed. 1999.

DE MOOR, Tine. A função do comunal. A trajetória de um comunal em Flandres durante os séculos XVIII e XIX. In: CONGOST, Rosa; LANA, José Miguel (eds). **Campos Cerrados, Debates Abiertos: Análisis Histórico Y Propriedad De La Tierra En Europa (Siglos XVI-XIX)**. Vol. 22. Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2007 (pp. 111-139).

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

ELMIR, Cláudio P.; WITT, Marcos A. “Viva la religión”, “Mueran los masones!”, “Viva Jacobina”: o massacre de imigrantes na Argentina (1872) e no Brasil (1874). In: ELMIR, Cláudio P.; WITT, Marcos A.; TRUZZI, Oswaldo (orgs). **Imigração nas Américas: estudos de história comparada**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018. p. 41-73.

ELMIR, Cláudio P.; WITT, Marcos A. Quem (não) tem medo de fracassos? Notas para uma proposta de investigação no campo dos estudos migratórios. In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio. **Imigração na América Latina: histórias de fracassos**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. p. 7-14.

FREITAS, Felipe Berté. Relações de violência e práticas socioculturais da região Norte do Rio Grande do Sul (1900-1930). In: MACHADO, Ironita A.; GERHARDT, Marcos (orgs). **História do mundo rural: o sul do Brasil**. Passo Fundo: UPF editora. 2017. p. 320-339.

GERTZ, René. Colônias Mistas. In: DREHER, Martin; KUNZ, Jaqueline; MUGGE, Miquéias (orgs). **Imigração e Relações Interétnicas – XVII Simpósio de História da Imigração e Colonização**. São Leopoldo: Oikos, 2008. CD-ROM. p. 519-530.

GIARETTA, Jane Gorete Seminotti. **O Grande e o Velho Erechim: ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. 2008.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania. A Imigração e o perfil étnico do Rio Grande do Sul. In: **XVII Simpósio de História da Imigração e Colonização – Imigração e Relações Interétnicas**. São Leopoldo: Oikos. 2008. p. 305-314.

GREGORY, Valdir. **Capitalismo, Latifúndio, Migrações**. A Colonização do Período Republicano no RGS- Zona Norte e Região do Grande Santa Rosa. Porto Alegre, 1988. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 1988.

GRITTI, Isabel Rosa. **A imigração judaica no Rio Grande do Sul: a Jewish Colonization e a colonização de Quatro Irmãos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor. 1997.

GRITTI, Isabel Rosa. A luta pela terra na Colônia Erechim: Gaudêncio dos Santos e o Capitão Belo. In: ROCHA, Humberto José (org.). **Étnicos, milenários e bandidos: História dos movimentos sociais no Sul do Brasil (séculos XIX-XX)**. Passo Fundo: Editora Acervus, 2020. p. 531-556.

HERÉDIA, Vania. O mito do imigrante no imaginário da cultura. **Revista Méti: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p. 233-244. Jul./dez. 2005.

HERÉDIA, Vania. O trabalho imigrante na formação econômica da zona colonial italiana no Sul do Brasil. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (orgs). **Imigração: diálogos e novas abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 359-370.

IÑAKI, Iriarte Goñi; BERASAIN, Jose Miguel Lana. Concurrencia y jerarquización de derechos de apropiación sobre los recursos: bienes comunales en Navarra. In: CONGOST, Rosa; LANA, Jose Miguel (eds). **Campos Cerrados, Debates Abiertos: Análisis Histórico Y Propiedad De La Tierra En Europa (Siglos XVI-XIX)**. Coleção Historia, Vol. 22, Navarra: Universidad Pública de Navarra, 2007, (p. 201-231).

JACOMELLI, Jussara. **A Atuação da Comissão de Terras e Colonização no projeto de ocupação da Região da Grande Palmeira/RS: 1917-1930**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2004.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. **RS: Terra e Poder** – história da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KOCKA, Jürgen. Para além da comparação. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 279-286. Agosto 2014.

KOTHE, Mercedes Gassen. Os descendentes de alemães In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord. Geral). RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (diretores do volume). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3 t. 1. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p. 377-394.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: LANDO, Aldair Marli. et al. **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 9-46.

LESSER, Jeffrey. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MARINA, Marinilse. A Região do Vêneto e a emigração para o Rio Grande do Sul. **Revista Boletim Historiar**, Aracaju, vol. 07, n. 02, p. 44-58. Maio/Ago. 2020.

MARINA, Marinilse. **Casar bem: estratégias matrimoniais e econômicas na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul (1906-1970)**. Passo Fundo: Ed. UPF. 2019.

MARTINS, José de Sousa. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade Brasileira. In: NOVAIS, F. A. S., Lilian Moritz, (orgs.). **História da Vida Privada no Brasil (Contrastes da intimidade contemporânea)**. São Paulo: Companhia das Letras, vol.4, 1994 (p. 659-726).

MASSMANN, Bárbara Tereza. A Empresa Colonizadora Schmitt & Cia. E seu complexo colonial 1897-1923. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz; ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Orgs.). **Festas, comemorações e lembranças na imigração**. São Leopoldo: Oikos: 2014. p. 1338 – 1353.

MORLAND, Paul. **A maré humana**: a fantástica história das mudanças demográficas e migrações que fizeram e desfizeram nações, continentes e impérios. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

MOTTA, Márcia Maria (org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MÜGGE, Miquéias Henrique. **Prontos a contribuir**: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (RS – Séc. XIX). São Leopoldo: Oikos. 2012.

MÜGGE, Miquéias Henrique. **Senhores da Guerra**: elites militares no sul do Império do Brasil (Comandantes Superiores da Guarda Nacional - 1845-1873). Doutorado (História Social). Rio De Janeiro: Universidade Federal do rio de Janeiro. 2016.

MÜHLEN, Caroline von. **Degradados e imigrantes**: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil meridional (século XIX). Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

NEUMANN, Rosane Marcia. Colonização e exclusão: lavradores nacionais e colonos no complexo colonial da Colonizadora Meyer (Planalto Rio-grandense, 1897-1932). **Revista Tempos Históricos**. v. 16, 2º semestre. 2012. p. 313-336.

NEUMANN, Rosane Marcia. Estado, colonização e intrusos no Planalto Rio-Grandense na Primeira República. In: RENK, Arlene; TEDESCO, João Carlos; WINCKLER, Silvana (orgs). **Estado, configuração da terra e conflitos agrários: norte do RS e oeste de SC**. São Leopoldo: Oikos. 2 ed. 2019. p. 86-134.

NEUMANN, Rosane Marcia. Imigração e identidade étnica: a construção do “ser alemão” no Sul do Brasil. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014. p. 94-107.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016.

NEVES, Norton. **“Não o querem pela razão da cor que tisa sua pelle”**: masculinidades, racialização e conflitos interétnicos em uma região de imigração italiana (Caxias do Sul/RS, 1899-1910). Dissertação (mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2021.

PEREIRA, João Baptista Borges. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 46, p. 6-29. Junho/agosto 2000.

PIASSINI, Carlos Eduardo. **Imigração alemã e política** – Os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brügggen e Bartholomay. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. 1 ed. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS. 2016.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth**. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História**. n. 153, 2º v, p. 11-33. 2005.

RAMBO, Arthur Bl. **Os dez primeiros anos da imigração – relações interétnicas**. In: DREHER, Martin; KUNZ, Jaqueline; MUGGE, Miquéias (orgs). Imigração e Relações Interétnicas – XVII Simpósio de História da Imigração e Colonização. São Leopoldo: Oikos, 2008. CD-ROM. p. 1326-1333.

RELLY, Eduardo. Memórias do Urwald no Brasil meridional: negociações e riscos da colonização florestal teuto-brasileira. **Revista Mouseion**, Canoas, nº 27, p. 127-142. Agosto 2017.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2022.

RÜCKERT, Aldomar. **A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul: 1827-1931**. Passo Fundo: Ediupf. 1997.

SAND, João. **“Uma Colônia com um futuro extraordinário”**: A atuação da Empresa Colonizadora Serafim Fagundes & CIA, na região do Planalto rio-grandense (1898-1904). Trabalho de conclusão de curso (graduação em História). Universidade de Passo Fundo. 2021.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Reescrevendo a história: imigrantes italianos, colonos alemães, portugueses e a população brasileira no sul do Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 230-246. jan./abr. 2017.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHMITZ, Kalinka de O. **Caboclos, indígenas e colonos: a mediação da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo e Palmeira no processo de formação da pequena propriedade no norte rio-grandense (1889-1928)**. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo. 2019.

SCHMITZ, Kalinka de O. “Entretanto, são ávidos de terras, pois sabem por experiência, constituírem elas excelente emprego para suas economias”: a colonização no Rio Grande do

Sul e a migração de colonos para Santa Catarina. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 804-838, 2021.

SCHMITZ, Kalinka de O. Reflexões sobre pequenos núcleos coloniais particulares no Planalto Rio-grandense (1897-1938). In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane. **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Passo Fundo: EDIUPF, 2023. v. VI. p. 165-183.

SCHNEIDERS, Carlise. **Trabalho e reprodutividade: as mulheres no projeto colonizador Porto Novo (1926-1965)**. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo. 2023. p. 222.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras. 2 ed. 2018.

SEYFERTH, Giralda. A imigração no sul do Brasil: identidade e alteridade. In: Dreher, Martin. Noberto.; Kunz, J. A. e Mugge, M. H. (Org.). **Imigração e Relações Interétnicas**. São Leopoldo (RS). São Leopoldo (RS): Editora Oikos, 2008. p. 23-56.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, nº 14, p. 143-176. nov. 2000.

SEYFERTH, Giralda. Concessão de terras, dívida colonial e mobilidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 29-58. dez. 1996.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: Hierarquias Raciais e o Papel do Racismo na Política de Imigração e Colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB. 1996. p. 41-58.

SILVA, Marcio Both da. **Caboclos e Colonos – Encontros, ocupação e conflitos nas matas do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SILVA, Marcio Both da. Construção do Intruso: o processo de apropriação da terra na região serrana do Rio Grande do Sul (1889-1925). **Revista Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, vol. 12, nº 2, p. 1-20. 2008.

SILVA, Marcio Both da. Positivismo e colonização no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889-1930). In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane. (orgs.). **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Volume III. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013. p. 117-143.

SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, nº 22 (2), p. 174-197. April, 1980. doi: 10.1017/S0010417500009282.

SPONCHIADO, Breno. **O positivismo e a Colonização do Norte do Rio Grande do Sul**. Editora da URI. Frederico Westphalen, 2005.

TEDESCO, João Carlos; CARON, Márcia dos Santos. A preocupação com os “de dentro” e a reconstituição do etos de camponês: relações interétnicas na Colônia Erechim, norte do RS – 1908- 1915. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013. V. III. p. 144-169.

TEDESCO, João Carlos; GRITTI, Isabel Rosa. Os judeus e os “bandoleiros”: a intrusão e os conflitos pela terra no norte do RS – primeira metade do século XX. In: MACHADO, Ironita; BACCIN, Diego José; TEDESCO, João Carlos (orgs). **Mundo rural, regiões e fronteira o processo de reapropriação territorial e agrária**. Passo Fundo: Ediupf, 2019. p. 85-144.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850**. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski, MALIKOSKI, Adriano. Imigração polonesa no Rio Grande do Sul e a I Guerra Mundial: as divisões na colônia polonesa através do relatório “A Missão Polaca”. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 23, n. 2, p. 256-278, 2018.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. **Um cientista entre colonos: Ceslau Biezanko, educação, associação rural e o cultivo da soja no Rio Grande do Sul no início da década de 1930**. Dissertação (mestrado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015.

TRUZZI, Oswaldo. Notas acerca do uso do método comparativo no campo dos estudos migratórios. In: DEMARTINI, Z; TRUZZI, O. (orgs). **Estudos Migratórios – perspectivas metodológicas**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo social – revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

TRUZZI, Oswaldo; ZANINI, Maria Catarina. Italianidade nos interiores paulista e gaúcho: uma perspectiva comparada. In: ELMIR, Cláudio P.; WITT, Marcos A.; TRUZZI, Oswaldo (orgs). **Imigração nas Américas: estudos de história comparada**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018. p. 123-160.

VENDRAME, Maíra. O mercado da terra entre os imigrantes italianos no Brasil meridional. In: MACHADO, Ironita A.; GERHARDT, Marcos (orgs). **História do mundo rural: o sul do Brasil**. Passo Fundo: UPF editora. 2017. p. 81-111.

VENDRAME, Maíra. **O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália)**. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

VENDRAME, Maíra. Poder local e violência: imigrantes e nacionais nos núcleos coloniais do sul do Brasil. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014. p. 63-76.

VENDRAME, Maíra. Território imigrante: práticas de justiça, direitos e poder no Brasil Meridional (séculos XIX e XX). **Anuario IEHS**. v. 38 (2), p. 59-79, 2023.

WEBER, Regina. Historiografia da imigração polonesa: entre números e identidades. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. p. 1-13.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. Cultura, identidade(s) e memória na imigração polonesa no Rio Grande do Sul. **História – debates e tendências**, Passo Fundo, v. 20. n. 3, p. 135-152. set./dez. 2020.

WITT, Marcos Antônio. “Emigração e colonização” no Sul da América. A província brasileira do Rio Grande do Sul, a República Oriental do Uruguai e a Bacia do Prata nas considerações de Arsène Isabelle. In: NEUMANN, Gerson R.; MÜGGE, Ernani; MÜGGE, Miquéias (orgs). **Migrações alemãs para o Brasil: História e Literatura**. São Leopoldo: Oikos, 2022. p. 55-78.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã**, Rio Grande do Sul, século XIX. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015.

WITT, Marcos Antônio. Estudos comparados na imigração: Brasil e Chile como possibilidade investigativa. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia (orgs). **Colonos, colônias e colonizadora: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil**. Passo Fundo: UPF Editora. 2019. p. 11-45.

WITT, Marcos Antônio. **Política no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: a participação de nacionais e de colonos alemães – 1840-1889**. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2001.

WITT, Marcos Antônio. Trabalhadores e responsáveis pelo progresso... ou agentes político-sociais e formadores de redes; Leituras e visões sobre a imigração no Brasil. In: **XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia**. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza. 2013. p. 1-15.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (Brasil). **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 140-163. set/dez. 2008.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Editora Unijuí. 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

SITES

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **OMS declara o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. Brasília, Distrito Federal. 05 mai. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5->

2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente.
Acessado em 30/06/2023.

FONTES

AHR/UPF. A 2.4.2 Correspondências. 1924.

AHR/UPF. Livro de Correspondências expedidas 1913-1915.

AHR/UPF. Livro Ofícios Expedidos 1926.

AHRS. Fundo Obras Públicas, caixa 51, maço 109.

AHRS. Fundo Obras Públicas, caixa 52, maço 112.

AHRS. Fundo Obras Públicas, caixa 53, maço 113.

AHRS. Fundo Obras Públicas, caixa 54, maço 116.

AHRS. Fundo Obras Públicas, caixa 55, maço 118.

AHRS. Fundo Imigração, livro Sa 092.

APERS. Autos de processo crime. Número 1395, maço 46, estante 155.

APERS. Autos de processo crime. Número 1460, maço 49, estante 155.

APERS. Sumário crime. Número 658, maço 16, estante 11.

APERS. Sumário crime. Número 662, maço 16, estante 11.

APERS. Sumário crime. Número 663, maço 16, estante 11.

CEDOPH/URI. Relatórios Colonização. 1917.

CEDOPH/URI. Relatórios Colonização. 1918.

CEDOPH/URI. Relatório Colonização. 1919.

Jornal A Federação

Jornal Staffeta Rio-Grandense

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Carlos Barbosa Gonçalves na 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura em 20 de setembro de 1909. Porto Alegre. Oficinas Gráficas da Livraria Globo. 1909.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Na 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 20 de setembro de 1910. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. 1910.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Na 3ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 20 de setembro de 1911. Oficinas Gráficas da Livraria do Globo. 1911.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Carlos Barbosa Gonçalves. Na 4ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 20 de setembro de 1912. Oficinas Gráficas Da Livraria do Globo. 1912.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura em 20 de setembro de 1914. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação. 1914.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo vice-presidente, em exercício, General Salvador Ayres Pinheiro Machado. Na 4ª sessão ordinária da 7ª legislatura, em 20 de setembro de 1916. Oficinas Gráficas d'A Federação. 1916.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1917. Oficinas Gráficas d'A Federação. 1917.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 2ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1918. Oficinas Gráficas d'A Federação. 1918.

MENSAGEM proposta de orçamento enviadas à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1919. Porto Alegre. Oficinas gráficas d'A Federação. 1919.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 4ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1920. Porto Alegre. 1920.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 1ª sessão ordinária da 9ª legislatura, em 20 de setembro de 1921.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros. Na 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura, em 29 de novembro de 1923.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 2ª sessão ordinária da 10ª legislatura, em 23 de setembro de 1926. Porto Alegre. 1926.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Angelo Moniz da Silva Ferraz. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro. 1866.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral na Primeira Sessão da décima terceira Legislatura pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Guerra, João Lustoza da Cunha Paranaguá. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro. 1867.

RELATÓRIO da Inspeção Geral a Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado em 18 de abril de 1874 ao Ilmº e Exmº Sr. Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, Ministro e secretário d'Estado dos Negócios do Império, pelo Conselheiro Dr. Antonio Felix Martins. Tipografia Cinco de Março: Rio de Janeiro. 1874.

RELATÓRIO da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado José Barbosa Gonçalves em 24 de agosto de 1907. Livraria do Globo, Porto Alegre. 1907.

RELATÓRIO da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado Cândido José Godoy, em 28 de agosto de 1908-1909. Porto Alegre, Tipografia da Livraria do Globo – L. P. Barcellos & C. 1908-1909.

RELATÓRIO da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João J. Pereira Parobé, em 20 de agosto de 1913. Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio – Souza e Barros, Porto Alegre.

RELATÓRIO da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915. Oficina Gráfica d'A Federação. Porto Alegre.

RELATÓRIO da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande

do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916. Oficinas Gráficas d'A Federação. Porto Alegre, 1916.

RELATÓRIO apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Vargas, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas em 14 de setembro de 1917. Porto Alegre. Tipográfica da Empresa Gráfica Rio-Grandense. Editora d'O Diário. 1917.

RELATÓRIO apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1918.

RELATÓRIO apresentado ao Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre. Oficinas Gráficas d'A Federação. 1919.

RELATÓRIO apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1920.

RELATÓRIO apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924.